

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Fábio Caetano Tovo

**“ACEITAMOS A CAUSA DOS VENCIDOS COMO BANDEIRA DE FUTURAS
VITÓRIAS”: A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA PROPAGANDA
REPUBLICANA DE JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL**

São Leopoldo

2019

FÁBIO CAETANO TOVO

**“ACEITAMOS A CAUSA DOS VENCIDOS COMO BANDEIRA DE FUTURAS
VITÓRIAS”: A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA PROPAGANDA
REPUBLICANA DE JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL**

Dissertação apresentada como exigência parcial ao
Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos),
para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

São Leopoldo

2019

T736a Tovo, Fábio Caetano.
“Aceitamos a causa dos vencidos como bandeira de futuras vitórias” : a memória da Revolução Farroupilha na propaganda republicana de Joaquim Francisco de Assis Brasil / Fábio Caetano Tovo. – 2019.
224 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.
“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Republicanismo. 2. Revolução Farroupilha. 3. Memória.
4. Cultura-Histórica. 5. Geração 1870. I. Título.

CDU 93

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

FÁBIO CAETANO TOVO

**“ACEITAMOS A CAUSA DOS VENCIDOS COMO BANDEIRA DE FUTURAS
VITÓRIAS”: A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA PROPAGANDA
REPUBLICANA DE JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL**

Dissertação apresentada como exigência parcial ao
Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos),
para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Paulo Roberto Staudt Moreira (Orientador)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Moacyr Flores

René Ernaini Gertz

*Por mim se vai à cidade do sofrimento,
Por mim se vai à dor eterna,
Por mim se vai à gente condenada.
Justiça moveu o meu artífice;
Sou obra da divina podestade,
Da suma sapiência e amor primeiro.
Antes de mim só existiam coisas eternas,
E eu durmo eternamente.
Deixai toda esperança, ó vós que entraís.*

**Divina Comédia, Inferno, Canto III.
Dante Alighieri**

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, por acreditar no projeto que se transformou nessa dissertação, aceitando me conduzir pelas linhas historiográficas, buscando a melhor forma de conciliar os conhecimentos teóricos e práticos, que se transformariam no presente trabalho. Sou muito grato pela sua paciência (principalmente com a minha casmurrice), disponibilidade para solicitar minhas dúvidas (e tentar acalmar minha ansiedade) e por ser exemplo de profissional no qual eu me espelho desde que trabalhamos juntos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Muito obrigado, Paulo! Valeu mesmo.

Agradeço à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa que me possibilitou fazer parte do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). Aproveito para agradecer aos membros da secretaria do Programa, em especial a figura da secretária Saionara Brazil, que sempre se mostraram prestativos e dedicados em atender e tentar solucionar todas as dúvidas e problemas que, por ventura, aconteceram.

Quero agradecer alguns professores que muito contribuíram para que minha estada na Unisinos tenha sido de grande proveito em termos acadêmicos. Meus sinceros agradecimentos aos professores: Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, com seus ensinamentos sobre a metodologia de análise de conteúdo, Jairo Henrique Rogge, com suas aulas focalizando os valores culturais das sociedades, Marluza Marques Harres, com seu grande conhecimento sobre teoria política e conceitos sobre a formação do Estado, Eliana Cristina Deckmann Fleck, pelas leituras focalizando as práticas de leitura e a importância das bibliotecas como espaço de formação intelectual, e Maria Cristina Bohn Martins, coordenadora do curso, com seu foco na história cultural, que me possibilitou ver como este ramo da historiografia traz elementos que podem ser conciliados com a tradicional história política.

Gostaria de agradecer especialmente a Prof.^a Dr.^a Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos pelo carinho e atenção para comigo. Certa vez cheguei à aula e alguns colegas me disseram que a professora tinha dito palavras muito elogiosas sobre o meu desempenho na disciplina de patrimônio histórico. Não acreditei, achei que era *zoação* dos meus colegas, mas quando a professora me disse que achava meu desempenho nas suas aulas muito bom, eu realmente fiquei muito envaidecido pelas elogiosas palavras.

Meu muito obrigado à professora, pela consideração, pelas sugestões bibliográficas ainda durante as aulas e na banca de qualificação.

Meu muito obrigado para alguns colegas que foram ótimos companheiros de sala de aula: Camila Martins Braga, uma das pessoas mais gentis e educadas que eu já conheci (obrigado pelo CD), Camila Silva, minha colega dos tempos de AHRS, obrigado pelas sugestões de leitura, já que, assim como eu, você também é uma grande pesquisadora da memória da Revolução Farroupilha, Dionathan Dias Kirst, inteligência e foco somados na mesma pessoa só poderiam resultar num grande pesquisador, Júlia Leite Gregory, grande fã de rock e uma das pessoas mais focadas que eu tive o prazer de conhecer, Tiago de Moraes Kieffer, grande amigo, ótimo colega, primeira pessoa com quem conversei na faculdade, Tuane Ludwing Dihl, seus fichamentos de texto são uma lição (obrigado pelo modelo de cronograma de pesquisa).

Agradeço alguns arquivistas que, além de estarem sempre dispostos a auxiliar os pesquisadores, zelam pelas instituições em que trabalham, que são de suma importância à memória do Rio Grande do Sul, com grande dedicação: Vivian Silveira, Diocese de Bagé, Kelly Buriol Sigüeñas, Diocese de Santa Maria, Vanessa Gomes de Campos, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, e Neide e Caroline, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, por seu empenho em encontrar o inventário de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Gostaria de agradecer alguns amigos que muito me ajudaram: Dr. Sérgio da Costa Franco, sempre disposto a indicar bibliografias e chamar a minha atenção para outras visões sobre a história do Rio Grande do Sul; Bruno José Queiroz Ceretta, meu colega de Círculo de Pesquisas Literárias do Rio Grande do Sul, que muito gentilmente me fez o obséquio de fotografar o currículo escolar de Joaquim Francisco de Assis Brasil, quando este foi estudante da Faculdade de Direito de São Paulo. Meu muito obrigado aos dois.

Andréa Mierczynski, minha colega de aula na PUCRS, a primeira pessoa a me dizer: - Você vai para a Unisinos! Sim, ela foi bem enfática. Meu muito obrigado pelo incentivo, mas principalmente pelos anos, e já são alguns, de amizade, por ser compreensível com meu jeito de ser, que é bem antissocial. A gente sabe quando encontrou uma amizade verdadeira, quando, mesmo tendo passado anos, o sentimento segue o mesmo do início. Obrigado, Andréa. Nada disso teria sido possível sem você.

Quero agradecer a Prof.^a Dr.^a Tatiane de Freitas Ermel, que é uma verdadeira inspiração para mim. A Tati foi minha colega da PUCRS, e é alguém para se olhar e buscar seguir o mesmo modelo: ser forte, ter fé em si mesmo, não se resignar, são apenas algumas das prerrogativas que ela tem e que me servem de parâmetro. Não que eu a coloque em um pedestal, pois sei que nada nem ninguém é perfeito, mas quando você conhece alguém que lhe inspira, você tem que mirar no exemplo e almejá-lo. Obrigado, Dona Ermel.

Obrigado ao Prof. Dr. René Gertz. O senhor foi meu orientador no trabalho de conclusão do curso de História, na PUCRS, e sempre lhe serei grato por ter me ajudado neste estudo – principalmente pela sua postura de acreditar na minha capacidade acadêmica. Agradeço por nossas conversas sobre o estado, sua formação, tipos de dominação e demais teorias sobre política. Obrigado, professor René, por toda ajuda e confiança.

Por fim, meu muito obrigado ao Prof. Dr. Moacyr Flores. Nunca vou poder pagar e agradecer tudo que o senhor fez por mim. Os ensinamentos que eu tenho com o senhor, sempre que nos encontramos para conversar, são muito enriquecedores. Obrigado pelas lições, pelos livros (que foram muitos que o senhor já me presenteou), mas principalmente pelo carinho e amizade. Aproveito para estender meu obrigado à Prof.^a M^a. Hilda Agnes Hübner Flores, que também muito me ensinou com suas colocações sobre a importância do papel da mulher na história do Rio Grande do Sul, bem como a participação de alemães e seus descendentes em fatos relevantes da nossa história regional.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise, através de um estudo de trajetória, de como Joaquim Francisco de Assis Brasil usou da memória da Revolução Farroupilha para instrumentalizar seu discurso político/cientificista, com o intuito de fazer a defesa de ideias como o republicanismo e o federalismo, contra os monarquistas, sejam conservadores ou liberais. Assis Brasil é membro de uma corrente contestatória da política saquarema, que implementou um modelo político e social baseado no romantismo, no liberalismo e na igreja católica. Este modelo, após a Guerra do Paraguai, passou a sofrer forte contestação desta geração da qual Assis Brasil fazia parte, que ficou conhecida como “Geração de 1870”. Assis Brasil fazia parte de uma das correntes contestatórias, que, se falando de um “repertório” adquirido através da leitura de teóricos europeus, desenvolveu uma perspectiva para a crise que se instalara no Brasil das últimas décadas do século XIX. Dentro disso, Assis Brasil consegue formar um capital cultural, fruto de suas origens familiares que lhe propiciaram estudar em boas instituições de ensino, além das suas relações pessoais, e das redes de sociabilidade que lhe possibilitaram escrever e publicar as suas ideias, sendo reconhecido pelos seus pares como um dos mais proeminentes membros dessa geração. Aproveitando sua verve, Assis Brasil entra na disputa pela cultura-histórica sobre a Revolução Farroupilha, para fazer dela um elemento identitário para o seu grupo, visando justificar as práticas de contestação deste grupo ao modelo imperial, e construindo uma identidade que liga os republicanos de 1835 com os da década de 1880.

Palavras-Chave: Republicanismo, Memória, Cultura-Histórica, Revolução Farroupilha, Geração 1870.

ABSTRACT

This paper aims to analyze, through a trajectory study, how Joaquim Francisco de Assis Brasil uses the memory of the Farroupilha Revolution to instrumentalize his political / scientist discourse, in order to defend ideas such as republicanism. and federalism, against monarchists, whether conservative or liberal. Assis Brasil is a member of a contesting current of saquarema politics, which implemented a political and social model based on romanticism, liberalism and the Catholic Church. This model, after the Paraguayan War, began to be strongly contested by this generation of which Assis Brasil was part, which became known as the “1870 generation”. Assis Brasil was part of one of the contesting currents, which, speaking of a “repertoire” acquired through the reading of European theorists, developed a perspective for the crisis that had settled in Brazil in the last decades of the nineteenth century. Within this, Assis Brasil manages to form a cultural capital, fruit of its family origins that allowed it to study in good educational institutions, besides its personal relations, and of the social networks that allowed it to write and publish its ideas, being recognized by the peers as one of the most prominent members of this generation. Taking advantage of his verve, Assis Brasil enters the historical-culture dispute over the Farroupilha Revolution, to make it an identity element for his group, aiming to justify the group's practices of contestation to the imperial model, and building an identity that links the republicans of 1835 with those of the 1880s.

Key Words: Republicanism, Memory, Historical-Culture, Farroupilha Revolution, Generation 1870.

ABREVIATURAS

ADB – Arquivo da Diocese de Bagé

ADSM – Arquivo da Diocese de Santa Maria

AHCMPTA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AMFDUSP - Arquivo e Museu da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CV – Coleção Alfredo Varela, fundo documental do AHRS

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

HBN – Hemeroteca da Biblioteca Nacional

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela nº 1 – Inventário de Francisco de Assis Brasil / ano 1872 – Relação de escravos, p. 73.

Tabela nº 2 – Inventário de Francisco de Assis Brasil / ano 1872 – Bens herdados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, p. 105.

Gráfico nº 1 - Rio-Grandenses formados pela Faculdade de Direito de São Paulo durante o século XIX, p. 106.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
HISTÓRICO FAMILIAR E TEMPOS DE APRENDIZAGEM	46
Formação Familiar e condições socioeconômicas.....	54
Primeiras Letras	67
Porto Alegre e o Colégio Fernando Gomes	81
INTELECTUALIDADE E REPUBLICANISMO	96
Geração 1870	109
A Evolução	121
A Oratória	139
O LIVRO E A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO.....	148
Clube Vinte de Setembro	154
Entre a Memória e o Esquecimento	165
O Livro.....	180
A Biblioteca do Castelo	197
CONCLUSÃO.....	207
FONTES	213
Arquivos.....	213
Fontes Impressas.....	214
BIBLIOGRAFIA	216

INTRODUÇÃO

Ao final do último quartel do século XIX, o Brasil passava por um momento de fortes discussões políticas. O império brasileiro começava a ruir e o pensamento de que o Brasil deveria se tornar uma república tomava força. Neste momento, muitas formas de se fazer a apologia do discurso republicano são usadas: panfletagem, reuniões, jornais, etc. No Rio Grande do Sul o movimento antimonarquista teve como alguns dos seus principais expoentes, figuras ligadas ao *Clube Vinte de Setembro*¹: Júlio de Castilhos², Borges de Medeiros³, Alcides Lima⁴. Já pelo nome da associação pode-se ver que os republicanos sul-rio-grandenses buscavam produzir uma memória da Revolução Farroupilha⁵ na construção de sua identidade. No Rio Grande do Sul o movimento republicano, em busca de legitimidade, se vale da memória da Revolução Farroupilha na construção de seu discurso. Estes jovens, que queriam uma nova forma de governo para o Brasil, se consideravam herdeiros dos ideais republicanos farroupilhas.

¹ Agremiação de cunho político criada no início da década de 1880, por estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco oriundos do Rio Grande do Sul, que tinha o objetivo de fazer propaganda das ideias republicanas.

² Júlio Prates de Castilhos (São Martinho, 29/06/1860 – Porto Alegre, 24/10/1903). Filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates de Castilhos. Estudou no Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre, onde conheceu Assis Brasil, seguindo depois para estudar direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo. Ao retornar ao Rio Grande do Sul funda o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o jornal *A Federação*, onde é o redator. Com a Proclamação da República torna-se deputado à Assembléia Constituinte de 1891, deputado estadual e autor da Constituição rio-grandense de 14 de julho de 1891. Assume o poder do Estado e rompe com seu amigo e cunhado Assis Brasil por discordâncias político-ideológicas (FLORES, 2008, p. 140-141).

³ Antônio Augusto Borges de Medeiros (Caçapava, 19/11/1863 – Porto Alegre, 25/04/1961). Filho de Augusto César de Medeiros e Miguelina de Lima Borges. Também estudou no Colégio Fernando Gomes, e seguiu seus estudos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, vindo a concluir seus estudos em Recife. Um dos fundadores do PRR, também foi deputado Constituinte de 1891, vindo posteriormente a ocupar os cargos de Desembargador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e Chefe de Polícia do Estado. Foi escolhido como sucessor de Júlio de Castilhos na presidência do Rio Grande do Sul (FLORES, 2008, p. 377-378).

⁴ Alcides de Mendonça Lima (Bagé 11/10/1859 – Rio de Janeiro, 26/08/1935). Filho de João Pereira de Mendonça e Ana Tereza de Mendonça Lima. Estudante de direito da Faculdade do Largo São Francisco de São Paulo e membro do *Clube Vinte de Setembro*, publicou o livro *História Popular do Rio Grande do Sul*. Foi deputado constituinte de 1891 pelo PRR e juiz em Pelotas e Rio Grande. Também rompe politicamente com Júlio de Castilhos. Diante da perseguição de Castilhos, abandona a carreira de juiz e se muda para o Rio de Janeiro (FRANCO, 2010, p. 118).

⁵ Também chamada de Guerra dos Farrapos (1835-1845), foi um movimento de matriz republicana e liberal que proclamou a separação da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul do restante do Império do Brasil. Neste trabalho se fará uso desta expressão para designar tal evento, por ser a mais comumente usada pela historiografia. Ver: FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. Em alguns momentos poderão ser usadas expressões como “epopeia de 35”, ou “decênio glorioso de 35 a 45”, sempre entre aspas, por serem de uso corrente de Assis Brasil e dos demais republicanos do período da propaganda.

Júlio de Castilhos, principal líder republicano no Rio Grande do Sul, ao escrever sobre a relevância do republicanismo, não deixava de exaltar a importância da Revolução de 1835:

A immortal revolução de 1835, que a história registra como um dos nossos mais notáveis pronunciamentos democráticos, fez do Rio Grande do Sul a província mais republicana do Brasil. Infelizmente, porém, pela ambição indisciplinada de alguns homens que souberam explorar os sentimentos tradicionais deste grande povo, pela tibieza condenável de outros, pela culpa indiferença de quase todos, a uma longa apatia esteve votado o viril espírito republicano que animou o passado do Rio Grande (CASTILHOS, 1928, p. 3).

Ao usar da Revolução Farroupilha na construção de seu ideário republicano, Júlio de Castilhos procurava traçar uma linha de continuidade entre 1835 e o início da década de 1880. Deste modo, elementos do discurso como “democráticos” buscam, muito mais do que enfatizar a forma de governo, dar um sentido de vontade popular, numa tradução quase literal do termo grego para “poder do povo” (GRIJÓ, 2010, p. 32).

Ao construir sua forma de fazer a difusão das concepções republicanas, estes rio-grandenses precisavam de um elemento que pudesse ser referência e elo com as raízes históricas da Província. Mesmo após anos de silêncio, desde o fim da guerra civil sul-rio-grandense, este ideário é retomado na luta pelo poder no sul do Brasil.

Temos que nos aperceber que a Revolução Farroupilha nunca foi pensada como um modelo a ser incorporado pelos republicanos do centro do país. Cada região começou a formular seu discurso com base na memória local. José Murilo de Carvalho explica bem este ponto:

Não consta que se tenha tentado transformar Bento Gonçalves, presidente da república sul-rio-grandense, em herói republicano nacional. O fato talvez se deva à posição peculiar do Rio Grande do Sul no cenário brasileiro e à suspeita de separatismo dirigida à revolta farroupilha. Faltava aos heróis gaúchos a característica nacional, indispensável à imagem de um herói republicano (CARVALHO, 1990, p. 67).

Depreende-se que, aos olhos de outras províncias, a Revolução Farroupilha era percebida como um movimento a parte do resto do país, devido à proximidade de seus líderes com alguns caudilhos da região do Rio da Prata⁶. Suas motivações separatistas

⁶ Na obra *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, Tristão de Alencar Araripe diz que o movimento republicano era encabeçado por “poucos caudilhos, autores da rebeldia”, que queriam separar a província do Rio Grande do Sul do Brasil. Este tipo de pensamento gerou uma percepção de que o Rio Grande do Sul era uma região mais parecida com os estados surgidos do fim do vice-reino do Prata, do que com o Império do Brasil. No século XX, acontece uma discussão entre duas correntes historiográficas com relação as influências da Revolução Farroupilha: uma que defendia a influência de elementos da região fronteira do Rio Grande do Sul (matriz platina); e outra que diz que a revolução é de origem nacional,

não constituíam forma que pudesse, nesse primeiro momento de tentativa de ruptura com a monarquia, trazer unidade nacional de discurso republicano. O que não importou para os criadores do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Eduardo Scheidt explica como estava a situação política do país e a relação da memória da Revolução Farroupilha neste contexto de disputa pelo poder: “Durante as lutas políticas do final do Império, a Revolução Farroupilha cresceu de importância como fato, sendo evocada tanto pelas facções contrárias quanto pelas favoráveis à instalação do regime republicano no Brasil” (SCHEIDT, 2002, p. 195). Os membros do Partido Liberal se consideravam os verdadeiros representantes do ideário farroupilha, pois tinham em comum com o movimento de 1835 os valores liberais; enquanto os republicanos se julgavam os reais herdeiros, por defenderem uma mudança na forma de governo – de monarquia para república.

Em 1881, Tristão de Alencar Araripe⁷, presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre os anos de 1876 e 1877, publica o livro *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*⁸. A publicação, de caráter monarquista, causa furor entre os jovens republicanos sul-rio-grandenses.

Para a construção de uma memória e a manipulação do imaginário coletivo em busca de uma identidade, faz-se necessário a construção de símbolos que possibilitem um sentimento de pertencimento e unidade. A necessidade de criar um sentimento de coesão para os republicanos do final do século XIX era de fundamental importância na luta pelo poder, fazendo disso uma arma contra o império brasileiro. Com a criação do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, os republicanos, além de disputar a hegemonia política da região com os conservadores, encontraram nos membros do Partido Liberal, comandados por Gaspar Silveira Martins, seus principais adversários – seja no campo político, seja na disputa por qual dos dois seria o verdadeiro herdeiro dos farroupilhas.

fruto da instabilidade política do período da regência. Ver: GUTFRIEND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.

⁷ Tristão de Alencar Araripe (Icó, 07/10/1821 – Rio de Janeiro, 03/07/1908). Formado em direito em São Paulo, em 1845, trabalhou na magistratura, sendo eleito deputado pela província do Ceará. Com a Proclamação da República, ocupa os cargos de ministro da Justiça e Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca. Torna-se Ministro do Supremo Tribunal Federal (FLORES, 2008, p. 55).

⁸ Neste trabalho vai ser usada a edição fac-similar da obra de Araripe, lançada por ocasião do sesquicentenário da Revolução Farroupilha. ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 1986.

Entre os propagandistas da república está Joaquim Francisco de Assis Brasil, outro membro do *Clube Vinte de Setembro*, que procurou fazer a antítese da publicação de Araripe e usar a memória do movimento revolucionário de 1835, como forma de divulgação dos ideais republicanos de sua geração através da publicação do livro *História da República Rio-Grandense*.

Uma vez delimitado o tema histórico, elaborou-se um questionamento sobre a memória da Revolução Farroupilha neste contexto de disputa política ao final do século XIX no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul: Como Assis Brasil se tornou um teórico do federalismo e do republicanismo, usando a memória da Revolução Farroupilha para instrumentalizar o seu discurso, com base no cientificismo, nacionalismo e romantismo do século XIX?

O objetivo geral desta dissertação é compreender como se deu a construção da memória da Revolução Farroupilha no discurso republicano de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que acabou por se tornar a principal referência do nascente Partido Republicano Rio Grandense (PRR), na sua concepção político-partidária-ideológica. Estabelecer um diálogo entre história e memória visando ver como a construção dessa memória foi aproveitada no estabelecimento de uma identidade política que vinculou os republicanos da década de 1880, com os revolucionários de 1835. Para isso foram traçados os seguintes objetivos específicos. O trabalho pretende se dividir em duas partes de forma a dar maior perspectiva de análise com relação tanto à figura singular de Joaquim Francisco de Assis Brasil, bem como de sua obra *História da República Rio-Grandense*:

Primeiro, identificar, através de um estudo de trajetória, como Assis Brasil faz a sua formação intelectual - locais onde estudou, relações pessoais que estabeleceu, bem como sua entrada no movimento Republicano de fins do século XIX, possibilitando inferir a formação de suas posições políticas que acabaram sendo usadas na construção da memória republicana associada à Revolução Farroupilha; segundo, analisar como se deu a apropriação da memória da farroupilha, com ênfase no livro *História da República Rio-Grandense*, visando ver como certas idiossincrasias desse texto foram feitas com o objetivo de estabelecer laços entre os republicanos das duas décadas, desta forma construindo uma ponte que os transformasse em herdeiros políticos dos revolucionários do período regencial.

Para responder a problemática proposta, esta pesquisa parte da hipótese de que na luta pelo poder no Brasil do final do século XIX, os republicanos sul-rio-grandenses precisavam construir um discurso que fosse relevante e de fácil assimilação na província do Rio Grande do Sul. Para isso eles se valeram da memória da Revolução Farroupilha e estabeleceram seu ideário político vinculado ao movimento revolucionário de 1835. Entre estes jovens republicanos se insere a figura de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que através da publicação do livro *História da República Rio-Grandense*, fez a apologia do discurso republicano amparado no espírito farrapo.

A memória da Revolução Farroupilha é fator identitário do Rio Grande do Sul. Anualmente os festejos relacionados à revolução de 1835 fazem com que muitas pessoas deixem de lado suas vidas cotidianas para reverenciar um passado que “sirva de modelo a toda a terra”. Entender como esta memória foi construída, a partir da apropriação feita pelos futuros fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense, entre eles Joaquim Francisco de Assis Brasil, nos possibilita ver porque a Revolução Farroupilha se tornou fator identitário da sociedade gaúcha.

Entender como, e com que objetivo, a memória da Revolução Farroupilha foi apropriada por Assis Brasil, e como este indivíduo se tornou o principal teórico do republicanismo ligado ao PRR, é de fundamental importância para uma melhor compreensão do cenário político da sua época, bem como suas consequências nos dias de hoje.

Com base nestes objetivos elencados acima, bem como nesta justificativa, desenvolveu-se a seguinte divisão do trabalho:

No primeiro capítulo pretende-se ver as origens familiares de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Como uma família de origem açoriana, que tem seus primeiros tempos em Laguna, vem para o Rio Grande do Sul, se estabelece em Rio Pardo, trabalhando como “negociantes”, consegue adquirir grande capital financeiro, desenvolve importantes laços com figuras já estabelecidas na então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, seguindo posteriormente para a região da campanha, onde se tornam importantes criadores de gado. Todo este capital econômico e familiar serviu de base para que Assis Brasil pudesse ter uma boa formação escolar, estudando nas melhores escolas da província e dando início a formação de suas redes de sociabilidade, que muito lhe auxiliariam no futuro.

No segundo capítulo, será analisada a chamada *Geração de 1870*, que procurou construir a identidade nacional de uma forma diferente da que vinha sendo feita desde a independência do Brasil. Mesmo sendo um grupo heterogêneo, pode-se ver nele alguns pontos de convergência, como a percepção de que o país passava por um período de crise, fruto das contradições entre a sociedade da época, que questionava algumas bases do Estado Nacional, como o escravismo, com a dificuldade do Estado de se estabelecer enquanto nação e se coadunar com os anseios da sociedade. Aqui pretende-se ver quais as pautas defendidas por este grupo e como Assis Brasil se insere nele. Para isso, duas vias de divulgação dos ideais de Assis Brasil serão analisadas: a primeira o jornal *A Evolução*, criado por ele em companhia de Júlio de Castilhos e Joaquim Pereira da Costa, onde faziam a defesa do republicanismo e dirigiam muitas críticas à monarquia brasileira; o segundo é a primeira publicação de cunho doutrinário feita por Assis Brasil, enquanto estava estudando na Faculdade de Direito de São Paulo, *O Oportunismo e a Revolução*, que é fruto de uma palestra sua.

No terceiro capítulo, será dedicada a análise do livro *História da República Rio-Grandense*. Vendo como a ideia de fazer este livro surge junto com a criação de uma instituição, o *Clube Vinte de Setembro*, por parte dos jovens rio-grandenses que estudavam em São Paulo, que ficaram muito insatisfeitos com a publicação de Tristão de Alencar Araripe, sobre a revolta de 1835. Além disso, serão analisados os livros que tem alguma relação com o Rio Grande do Sul, que compõem a biblioteca do Castelo de Pedras Altas, adquiridos por Assis Brasil. Através da análise dos livros que Assis Brasil adquiriu ao longo da vida sobre o Rio Grande do Sul, pode-se ver que tipos de referências serviram para a construção da sua formação intelectual e percepção quanto a sua terra natal.

Conforme mencionado antes, o trabalho está dividido em duas partes. A primeira, focada na trajetória de vida de Joaquim Francisco de Assis Brasil (desde sua infância, até o seu retorno ao Rio Grande do Sul, depois de estudar direito em São Paulo), entendendo ele como um indivíduo que se constituiu em figura intelectual que defendeu o republicanismo e o federalismo como modelos a serem seguidos por sul-rio-grandenses. A segunda com o objetivo de fazer uma análise de sua obra *História da República Rio-Grandense*, enquanto catalizadora da memória da Revolução Farroupilha, como forma de instrumentalizar o discurso dos jovens que viriam a fundar o Partido Republicano Rio-Grandense e fazer de Assis Brasil e seus correligionários

“herdeiros” políticos dos ideais de 1835. Assim, cabe estabelecer uma divisão teórica no sentido de explicitar como estas duas partes, distintas, mas complementares, da figura de Assis Brasil, serão trabalhadas teoricamente.

Ao falar de trajetória, temos que ter em mente que um determinado indivíduo só pode ser entendido enquanto parte integrante de um determinado campo e com o qual se relaciona baseado no habitus operante dentro deste campo, sendo suas intenções focadas em um objetivo. Assim sendo, entendemos trajetória, segundo o conceito de Pierre Bourdieu,

[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] Isso é, não podemos compreender uma trajetória, a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 1998, p. 189-190).

Deste modo, busca-se ver a trajetória de Assis Brasil associada a sua produção escrita, fazendo dele um indivíduo que fez parte do que ficou conhecido como “Geração de 1870”⁹. Naquilo que tange esta geração, trata-se de um grupo de indivíduos, oriundos da academia, que procuraram pensar o país baseados nas concepções científicas do século XIX, se constituindo em intelectuais.

O intelectual [...] é alguém que, a partir de uma autoridade específica adquirida nas lutas internas do campo intelectual, artístico, literário, conforme os valores inerentes a esses universos relativamente autônomos, intervêm no campo político com base em uma autoridade, *uma obra*, uma competência, uma virtude, uma moral (BOURDIEU, 2014, p. 296). [Grifos nossos]

Assis Brasil, ao pensar à construção política do Brasil, mais especificamente do Rio Grande do Sul, acaba por tornar seu habitus enquanto intelectual, como força motriz da construção do Estado e da identidade do Rio Grande do Sul. Temos a formação de um campo (o Estado) que é disputado por diferentes grupos. Os membros do futuro PRR tomam a dianteira ao contruir uma narrativa que legitima e fortalece suas raízes

⁹ Para entender a “Geração de 1870”, será usado o seguinte trabalho: ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Este livro, recebeu o prêmio de Melhor Doutorado em Ciências Sociais CNPQ/ANPOCS 2001, e é a principal referência com relação a este grupo que, diante da crise que viria a levar o Brasil a uma ruptura institucional, procurou pensar qual a melhor forma de administrar as contradições do Estado Nacional. Independentemente de suas origens, formação, idades e ideologias, os membros desta geração viam a necessidade de se pensar uma nova forma de organização política/social para o Brasil.

com a história da região mais meridional do país, em oposição aos Liberais que também disputavam o mito farrapo.

Segundo Joseph Campbell, os mitos servem como construção de uma identidade.

Mitos são histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos. Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história. Todos nós precisamos compreender a morte e enfrentar a morte, e todos nós precisamos de ajuda em nossa passagem do nascimento à vida e depois à morte. Precisamos que a vida tenha significação, precisamos tocar o eterno, compreender o misterioso, descobrir o que somos (CAMPBELL, 1990, p.16).

Para manter-se presente na sociedade em que se originou, o mito carece de rituais que lhe legitimem, fazendo com que as gerações presentes não esqueçam aquilo dá significado e identidade para toda a comunidade. Ao ritualizar o mito, os grupos fazem dele algo diferente das lendas, que também tem sua importância na mesma sociedade.

Alexandre Correia, em tese de doutorado sobre os mitos mouros na literatura e tradição oral na região de Trás-os-Montes, Portugal, diz que o que mantém o mito surge do rito, ou está introjetado nele. Deste modo, o mito seria a parte oral do ritual, se tornado diferente das lendas.

Onde há mito há rito e vice-versa. A lenda não se ritualiza. Se tal acontece, então não é lenda, é mito. O rito ilustra-o e dá-lhe sentido. Através das repetições rituais, o mito materializa-se e as comunidades ganham a noção de pertença a um tempo cósmico que permanece por cumprir. Um tempo que, do passado longínquo, traz uma seiva identitária para dar vida e sentido ao presente e ao futuro (CORREIA, 2006, p.84).

Segundo Jacques Le Goff, “o mito não só é objeto da história, mas prolonga em direção às origens, o tempo da história, enriquece os métodos do historiador e alimenta um novo nível da história, a história lenta” (LE GOFF, 2003, p. 56).

Os membros do *Clube Vinte de Setembro*, e depois do PRR, ambos os grupos do qual Assis Brasil fez parte, promoveram toda sorte de eventos para ritualizar os feitos da Revolução Farroupilha: festas, edições especiais do jornal *A Federação* (no dia 20 de setembro), bem como a publicação do livro *A História da República Rio-Grandense*, de autoria de Assis Brasil.

Essa construção faz com que se avance no sentido de universalização do mito farroupilha, fazer com que aquilo que tem significado apenas para um pequeno grupo,

no caso os jovens republicanos que estudavam em São Paulo, se torne referencial para mais pessoas, passando a ter o mesmo significado para todos, acabando com as visões em contrário – haja vista que os membros do Partido Liberal também reivindicavam a memória da Revolução Farroupilha para si. Pierre Bourdieu, ao analisar a formação do Estado pergunta que tipo de padronização se faz quando se está tentando universalizar o particular? Isso não seria um discurso ideológico? Para ele, os profissionais do universal (no caso, Assis Brasil seria um deles) são especialistas em universalizar seus interesses particulares. Fazendo suas prerrogativas particulares passarem a universal.

Os profissionais do universal são virtuosos na arte de universalizar seus interesses particulares: produzem ao mesmo tempo o universal e as estratégias de universalização, isto é, a arte de imitar o universal e de fazer passar por universais seus interesses particulares (BOURDIEU, 2014, p. 446).

Estudar a trajetória de um indivíduo, no caso Assis Brasil, é relacioná-lo com seu campo de atuação. Deste modo vê-se como ele interagiu com outros agentes do campo, estabelecendo relações de aproximação construtiva, com quem ele adquiriu algum conhecimento que lhe desse manancial teórico, ajudando na formação do seu habitus de atuação dentro do campo; e seus antagonistas, que procuravam disputar dentro das regras do campo o mesmo objetivo, que poderia ser a memória da farroupilha, nos referindo ao Partido Liberal, ou os monarquistas que ocupavam o poder de Estado (que pode ser entendido como um metacampo¹⁰). O capital simbólico que se constitui a Revolução Farroupilha pode ser visto como o grande fator de disputa do campo político do Rio Grande do Sul, no final do século XIX.

Nesse sentido, explicitar e enfatizar a vinculação dos/as intelectuais aos grupos sociais em conflito e localizá-los/as no interior da sociedade, e não acima ou fora dela, significa posicioná-los necessariamente dentro do conflito. Somente através dessa explicitação é possível desconstruir definitivamente a ideia de neutralidade do pensamento intelectual, que traveste interesses políticos específicos de grupos via de regra dominantes em interesses universais (MACHADO, 2015, p. 223).

Luiz Alberto Grijó, em sua tese de doutorado (2005), em que estudou a formação de estudantes universitários oriundos da Faculdade de Direito de Porto Alegre, procurou mostrar como os capitais econômicos e sociais são relevantes na formação de núcleos de relações sociais que se perpetuam mesmo após o fim do tempo de estudos e auxiliam na acensão de determinados indivíduos do campo acadêmico.

¹⁰ Entende-se Metacampo como “um campo em que se produz, se conserva, se reproduz um capital que dá poder sobre as outras espécies de capital” (BOURDIEU, 2014, p. 267). Assim sendo, “uma das implicações das lutas dentro do campo do poder é o poder sobre o Estado como metapoder capaz de agir sobre os diferentes campos” (BOURDIEU, 2014, p. 407).

Assim, a formação dos estudantes universitários seria baseada em duas vias: o primeiro de capital escolar, ou científico, baseado no *ethos* do indivíduo dentro do campo no qual ele é um dos agentes; o segundo pelas origens e capital cultural que propiciaram que ele se inseri-se dentro deste campo. A perfeita sincronia dos dois configura a formação de um ser que dentro do campo da universidade se sobrepõe aos outros, vindo a se distinguir de forma destacada por seus atributos sociais e intelectuais. Para Bourdieu, haveria uma disputa entre instituições de ensino superior na França, umas mais voltadas para o *ethos* escolar e outras para o *ethos* social.

Não se trata, portanto, de tomar o estudo de Bourdieu para a França — que mostra que as faculdades de direito e medicina estão povoadas por agentes de origens sociais mais elevadas e de setores sociais mais tradicionais e econômica ou culturalmente privilegiados da sociedade, ao contrário das faculdades de ciências, nas quais os estudantes de origens interioranas e de setores socialmente menos bem situados são predominantes — e concluir que as faculdades de direito no Brasil ocupariam posições semelhantes na sociedade e frente ao campo do poder. Bourdieu estuda um campo, o universitário, e revela os princípios estruturantes de tal campo que, mesmo antagônicos, configuram um espaço de lutas no qual os capitais possuídos pelos agentes devem ser reconvertidos em boa medida em capital escolar e/ou científico para terem eficácia enquanto tais, tornarem-se recursos possíveis de serem investidos no jogo das disputas propriamente acadêmicas neste campo autonomizado. Ou seja, os capitais detidos a outros títulos não tem eficácia enquanto tais no campo universitário e os agentes devem ser capazes de reconvertê-los em capitais propriamente científico-escolares para investir com eficácia, sejam quais forem suas origens sociais e/ou as demais formas de capital de que dispõem. Como nos casos das faculdades de direito do Império e nas demais escolas superiores não se objetivou um polo que representaria o *ethos* propriamente escolar, se reproduzem nas instituições as clivagens do campo do poder, de modo que a lógica das clivagens e disputas pessoalizadas entre facções e grupos familiares ou de "amigos e correligionários" se impõe (GRIJÓ, 2005, p. 67-68).

Com relação à análise do livro *História da República Rio-Grandense*, pretende-se estabelecer uma discussão entre história e memória com objetivo de demonstrar como, através da apropriação da Revolução Farroupilha, foi construído um discurso que trouxe uma identidade para os republicanos do final do século XIX, na sua luta pelo poder no Rio Grande do Sul.

Michael Pollak aponta que, durante os anos vinte e trinta do século passado, Maurice Halbwachs indicava que a memória deve ser compreendida como um “fenômeno coletivo e social”. Assim sendo, ela é “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 200).

Ao estudar a memória, Pollak vê que ela pode ser usada como instrumento formador de uma “memória oficial”. Constituído-se em referência para a consolidação de um determinado grupo “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

Pollak também diz que a memória é feita de esquecimentos, porém, alguns destes esquecimentos não foram totalmente esquecidos, o que acontece é que estão restritos a determinados ambientes, como uma “memória subterrânea”, que resguarda para o espaço privado aquilo que não pode ser externado.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLACK, 1989, p. 5).

Segundo Paul Ricoeur – em seu estudo sobre a memória, a história e o esquecimento – a manipulação da memória é feita com o objetivo de criar uma identidade para um determinado grupo. Para ele, a identidade é fragil, sendo esta fragilidade advinda da constante necessidade do ser humano de saber a resposta da pergunta: quem eu sou? Uma das formas de construir esta memória identitária é o “confronto com outrem”, onde o outro, o diferente, é visto como uma ameaça (RICOEUR, 2007, p. 94).

Ricoeur também diz que, na construção da memória, a “herança da violência fundadora” é de forte apelo na construção de um discurso identitário. O uso de acontecimentos violentos – no caso de Assis Brasil, a Revolução Farroupilha – na elaboração de um discurso, visa a “significar glória para uns e a humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde, a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas” (RICOEUR, 2007, p. 95).

Assim, a diferenciação entre outrem e a herança violenta fundadora se fundem em uma só força de elaboração da memória, diante da fragilidade da identidade. Este processo é movido por um caráter ideológico, que diferentemente da utopia é visível,

mesmo procurando maquiá-lo, o que faz é transformar as queixas contra os adversários em embate de posições ideológicas.

De fato, o que a ideologia busca é legitimar a autoridade da ordem ou do poder – ordem no sentido de relação orgânica entre o todo e a parte, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados. [...] Pode-se presumir que a ideologia advém precisamente na brecha entre a demanda de legitimidade que emana de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença (RICOEUR, 2007, p. 96).

Pierre Nora diz que se fala muito da memória porque ela não existe. Assim sendo, há a necessidade de locais de memória por falta de meios de memória. Com o fim das ideologias, criou-se um vazio: o que guardar? O que preservar do passado? Qual rumo seguir diante da falta de um referencial? História e memória são construções de matizes diferentes: enquanto a história é ligada ao racional, baseada em elementos cientificamente concretos, a memória trabalha com o afetivo, com aquilo que toca mais fundo na sensibilidade. Ambas são frutos de seu tempo e tem motivações intrínsecas aos seus formuladores.

A memória é a vivida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido num eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

O historiador, dentro do seu ofício, procura ver como mitos fundadores foram construídos – o que acaba por afetar a construção identitária de fundo memorial. Cada sociedade tem sua identidade, sua relação com a história e a memória, que coaduna diferentes perspectivas dentro de um mesmo aspecto estabelecendo uma memória coletiva.

A construção da memória se dá pela necessidade de preservá-la. Quanto menos a memória é exercida, segundo Nora, mais ela precisa de “anteparos” que lhe de

sustentação e impessam que ela desapareça. Nenhuma sociedade pode se constituir sem um elemento que integre os diferentes grupos e crie uma identidade coletiva. Estes “anteparos” são chamados por Nora de “lugares de memória”. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Um destes “lugares de memória” pode ser desde um monumento, um prédio, um terreno, mas, também, uma fotografia, uma roupa, enfim todo e qualquer objeto que sirva de referência para uma coletividade e impeça que a memória se perca. A chegada de elementos que não permitem a perda da memória acaba por se constituir em algo que tem seus prós e contras. Ao mesmo tempo em que preserva acaba por cristalizar a memória impedindo a sua reinterpretação e reformulação com o tempo presente.¹¹ Para Pierre Nora, um dos “lugares de memória” pode ser um livro.

É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória e da história, permitem delimitar nitidamente o domínio. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar de memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimento não são, por definição, lugares de memória? As questões exigem uma resposta precisa (NORA, 1993, p. 24).

Fernando Catroga diz que a memória é volátil, que ao fechar uma porta para algo do passado, uma janela ira se abrir. A perda da memória retira a identidade, as referências do indivíduo, ou de uma comunidade. Para que esta memória não se perca, é necessário o estabelecimento de liturgias (efemérides) que produzam uma ritualização de aspectos do passado, tornando este passado presente nos dias atuais – possibilitando com que algo/alguém não seja esquecido. Uma das formas de salvaguardar o passado é a historiografia, que não está submetida às flutuações da “diálética entre recordação e esquecimento”. “Ao contrário, a historiografia será uma reconstituição sempre problemática e incompleta do que já não existe; por isso, constitui uma laicização operação intelectual, assente na análise e na atitude crítica” (CATROGA, 2001, p. 53-

¹¹ Peter Burke, em seu livro sobre a cultura popular na Idade Moderna, mostra como os intelectuais europeus, de fins do século XVIII e início do XIX, começaram a coletar elementos da cultura popular como forma de preservação de aspectos ligados ao folclore, mas acabaram estabelecendo a cristalização do conhecimento do povo (BURKE, 2010). Na verdade o conhecimento que é fruto de origem oral é flexível e se adapta ao seu tempo. Enquanto a normatização do folclore mata a sua espontaneidade e se transforma em tradição, segundo o conceito de tradição de Eric Hobsbawm, que diz que toda tradição é inventada para dar suporte identitário a um determinado grupo (HOBSBAWN; RANGÉ, 2006).

54). O presente é sempre referencial para o passado, presente e futuro. Uma mesma pessoa tem várias identidades: profissional, familiar, esportiva, etc.

Com efeito, desde o nascimento cada cérebro humano é único, e uma vida de aprendizagem e de experiência tende sempre a acentuar as suas particularidades, ao mesmo tempo genéticas e epigenéticas. Isto tem uma consequência de grande importância: a “produção” memorial de um indivíduo é, em parte, singular e, mesmo em certos caos, “indizível” (CANDAU, 2005, p. 84). [Grifos do autor]

No entanto a memória se torna mais forte quando compartilhada em grupo. E esta interação social é que forma a memória coletiva dos indivíduos que vivem em sociedade, criando um consenso de pertencimento a um determinado grupo. “A noção de memória coletiva, por outro lado, é prática, porque não há outra forma de designar algumas formas de consciência do passado (ou de inconsciência no caso do esquecimento) aparentemente partilhadas por um conjunto de indivíduos” (CANDAU, 2005, p. 88). Todo agrupamento precisa de uma memória comum que lhe de sentido.

De facto, nenhum antropólogo pode contestar a vontade dos grupos humanos de elaborar uma memória comum, uma memória partilhada cuja ideia é muito antiga. Os mitos, as lendas, as crenças, as diferentes religiões são construções memoriais coletivas. Assim, pelo mito, os membros de uma dada sociedade procuram veicular uma imagem do seu passado de acordo com a sua própria representação daquilo que eles são, o que é completamente explícito nos mitos de origem. O conteúdo da narrativa será objeto de uma regulação memorial coletiva que dependerá, tal como a recordação individual, do contexto social e dos jogos do momento da narração (CANDAU, 2005, p. 91).

Memória e esquecimento promovem uma seleção do que deve ficar e o que não deve ser lembrado. Ao fazer este processo de consolidação da identidade, alguns aspectos são evidenciados, enquanto outros são esquecidos. O processo com relação ao que deve ser apagado e o que deve ser enaltecido também faz parte da construção identitária. Pois, “cada uma destas retrospectivas reavivou e alimentou memórias múltiplas, mas a República soube muitas vezes jogar com elas para reforçar, com maior ou menor sucesso, o sentimento de identidade nacional” (CANDAU, 2005, p. 92).

Candau ainda aponta que o ponto que mais fortalece a formação de uma memória identitária dentro dos grupos é o esquecido e não o lembrado. Pois, “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas” (CANDAU, 2005, p. 119). Dentro deste processo de escolha, “toda recordação é avaliada em função do seu esquecimento possível e o trabalho da memória consiste precisamente em esquecer certos acontecimentos para privilegiar outros” (CANDAU, 2005, p. 120).

Ao fazer sua construção da memória da Revolução Farroupilha, Assis Brasil não lembra que as disputas políticas levaram ao derramamento de sangue entre pessoas nascidas no Rio Grande do Sul – afinal, a guerra levou os rio-grandenses a lutarem contra rio-grandenses. Seu livro enfatiza a diferenciação do rio-grandense com relação aos brasileiros, mas esquece de que entre a elite que fez o levante, havia mineiros (Domingos José de Almeida, considerado o mentor intelectual da revolução), cariocas (João Manoel de Lima e Silva, primeiro general da República Rio Grandense), fora estrangeiros como os italianos Giuseppe Garibaldi, Tito Lívio Zambecari e Luigi Rosseti.

Jacques Le Goff, em seu livro sobre história e memória, demonstra como ambas se complementam. Segundo ele, a diferença entre o fato histórico e a memória depende da época e da população. A memória está em constante expansão graças à escrita, do pergaminho ao computador. Porém, Le goff pondera que há casos em que

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante nas lutas sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

Desta forma o passado

[...] assume, pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de preescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações públicas) (BOURDIEU, 2010, p. 174).
[Grifos do autor]

Desta maneira, busca-se entender como o uso de “meios racionais mobilizados em construções discursivas cuja finalidade se expressa em provocar emoções e com elas atingir a adesão individual e coletiva às imagens propostas” (BRESCIANI, 2005, p. 40).

Le Goff, ao historicizar a construção do conceito de documento/monumento, diz que sua concepção visava impedir a crítica do historiador a este. No entanto, ele pondera que somente a análise de um documento enquanto monumento de um determinado grupo (se fazendo valer dele como referencial de memória) possa permitir ao historiador usá-lo de modo científico. Assim sendo, “é preciso começar a desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 2003, p. 536 e 538).

É como se Assis Brasil estivesse fazendo uma “instrumentalização do ressentimento”. Este conceito, desenvolvido por Marc Ferro, mostra que tanto os revolucionários de 1789 (Revolução Francesa), quanto os de 1917 (Revolução Russa), fizeram uso de mágoas, ódios, rancores, que estavam guardados dentro do aspecto privado das sociedades da qual se originaram como forma de construir um discurso de oposição àquilo que eles combatiam.

Na origem do Ressentimento, tanto no indivíduo como no grupo social, encontramos sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um trauma. Aquele que se sente vítima não pode reagir, por impotência. Rumina sua vingança, que não pode executar e o atormenta sem trégua, até explodir. Mas essa expectativa pode igualmente ser acompanhada de uma desqualificação dos valores do opressor e de uma revalorização dos seus próprios e dos de sua comunidade, que até então não os defendera conscientemente. Isso dá nova força aos oprimidos e produz uma revolta, uma revolução ou ainda uma regeneração – é quando uma nova relação se estabelece no contexto do que inspirou esses levantes ou essa renovação (FERRO, 200, p. 14).

Como colocado anteriormente, Paul Ricoeur diz que na construção da memória, e de uma identidade, existem duas formas: a “diferença com outrem” e a “violência fundadora”. Elas podem se fundir gerando uma protomemória que dá força a identidade de um grupo que se sente ressentido diante de um fato ocorrido no passado. Deixando este sentimento enterrado, numa “memória subterrânea”, como conceituou Pollak. Ao fazer uso de um fato que deixou marcas profundas na sociedade rio-grandense, a revolução de 1835, os republicanos do grupo ao qual Assis Brasil fazia parte fazem com que o passado não seja esquecido.

A revivência da ferida passada é mais forte do que toda vontade de esquecimento. A existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente – um vive no outro, *o passado tornando-se presente, mais presente que o presente*. E a História oferece diversos testemunhos disso (FERRO, 2009, p. 14). [Grifos nossos]

Mas, para fazer prevalecer a sua visão da memória da revolução, Assis Brasil e os seus colegas republicanos teriam que disputa-la com diferentes grupos políticos (liberais) e intelectuais (Parthenon Literário). Numa disputa pela *cultura histórica* do Rio Grande do Sul, que é um capital simbólico.

Por *cultura histórica* entende-se que determinadas regiões, ou determinados grupos, possuem uma narrativa memorial que os identifica como pertencentes a um mesmo passado, construindo uma identidade própria daquela região, ou daquele grupo, determinando como estes grupos se relacionam com o seu passado – passado este que é fruto de uma produção intelectual, que faz com que esta sociedade tenha um

conhecimento, e reconhecimento, deste passado. Deste modo a historiografia se constitui em veículo de “consciência histórica de um povo”, mantendo o passado vivo no tempo presente. Segundo o historiador espanhol Fernando Sanchez Marcos, a *cultura histórica* é:

El estudio del contenido y difusión de las obras históricas conocidas en una época y medio sociocultural dado es una de las mas renovadoras y útiles formas de aproximarnos a la mentalidad específica de ese tiempo, lugar y medio. De ahí que este enfoque haya enriquecido recientemente a la antigua historia de la historiografía, centrada demasiado en los orígenes y progresos, de cada época, de nuestros actuales conceptos de la historia científica y polarizada demasiado, por ello mismo, en las grandes obras germinales. El estudio de la cultura histórica, en cambio, (que se sitúa en la intersección de la historia cultural, política y social, en una cierta sintonía con el enfoque de la historia de las mentalidades) presta una importante atención, también, a las obras que adquirieron relevancia en otros tiempos, como testimonio de una historia-cultura específica aunque hoy nos sintamos distanciados de esas formas de aproximarnos al pasado y apenas las valoremos como logro en el desenvolvimiento de la historia-ciencia (MARCOS, 1988, p. 245-246).

Ao trazer para dentro do discurso da propaganda republicana a memória da Revolução Farroupilha, Assis Brasil acabava por dar espaço e voz aqueles que foram derrotados pelo mesmo inimigo que agora eles combatiam: o Império do Brasil. Pois esta busca pelo passado, que referenda o presente, se transforma em capital na construção discursiva do republicanismo da década de 1880.

História da República Rio-Grandense pretendeu-se como um documento-monumento referencial para a consolidação das ideias do *Clube Vinte de Setembro*, dos quais seus membros formariam o PRR. Nele os farroupilhas se mostram como os patriarcas do republicanismo no Rio Grande do Sul. Republicanismo que os membros deste grupo se consideravam herdeiros. Entender como a memória da Revolução Farroupilha se tornou instrumento de formação da identidade republicana, em fins do século XIX, no Rio Grande do Sul, por força de Joaquim Francisco de Assis Brasil, nos possibilita entender porque, nos dias de hoje, este fato histórico se tornou mito fundador da identidade sul-rio-grandense.

A discussão historiográfica deve ser vista sob duas perspectivas: uma que focaliza a memória da Revolução Farroupilha, no qual autores trabalharam com o tema da construção da narrativa sobre os revolucionários de 1835, autores que viram o quanto a questão do republicanismo nasce no Rio Grande do Sul, durante a década de 1880, e tendo o movimento separatista da primeira metade do século XIX como inspiração e motivação na formação de sua identidade; o segundo ponto há uma análise de obras que

procuraram traçar um perfil biográfico de Joaquim Francisco de Assis Brasil, procurando inferir como diferentes autores viram a figura de Assis Brasil, criando base para a construção do seu perfil baseado na sua trajetória enquanto intelectual reconhecido por seus pares.

Além destes dois tipos de referências biográficos, é importante trazer para este trabalho, produções que tenham tratado da formação e consolidação do PRR e das ideias republicanas no Rio Grande do Sul – já que seus principais membros eram integrantes do *Clube Vinte de Setembro*, entre eles Assis Brasil. Entre estas obras destacamos a de Celi Regina Jardim Pinto, *Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-Grandense*. Neste trabalho, a autora trabalha com a formação do PRR, sua base socioeconômica, sua concepção doutrinária, deste modo procurando “analisar a relação entre o perfil ideológico do partido e o grupo que o formou” (PINTO, 1979, p. 11).

O trabalho se vale da *prosopografia* para estabelecer ligações entre os membros do PRR, vendo laços de similaridade dentro do grupo que estabeleceu o regime republicano no Rio Grande do Sul. “Desta forma, através do estudo do grupo que participou da propaganda no Rio Grande do Sul e da Constituição Federal, queremos contribuir para explicar as origens do quadro político da Primeira República” (PINTO, 1979, p. 13).

Segundo Celi Regina Pinto, ao estudar as atividades dos estudantes republicanos quando estavam em São Paulo, ela constatou 42 publicações feitas pelos acadêmicos, divididas em ciências jurídicas, 11, panfletos humorísticos, 2, catolicismo, 1, literatura, 7, e, com o maior número, propaganda política, 19. Assim sendo, diante de uma produção tão grande, a autora destaca a relevância da Faculdade de Direito de São Paulo, como espaço de difusão e circulação de ideias.

A Academia de Direito de São Paulo refletia as diversas tendências políticas e filosóficas da época. Percebe-se que entre seus integrantes, quer professores, quer estudantes, havia uma grande atividade política e que esta influenciou de maneira decisiva o grupo gaúcho que lá estudou nas últimas décadas do século XIX (PINTO, 1979, p. 87).

Outra obra importante sobre a consolidação do PRR é a dissertação de mestrado da Professora Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, *O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)*. A autora analisa o processo de organização do PRR, dando destaque à forma como o partido se valeu de estratégias para conseguir cooptar os coronéis da região norte-

litorânea do Rio Grande do Sul. Seu trabalho tem como objetivo principal “estudar as relações de poder, nesta região”, deste modo procurando “analisar as relações políticas assim como o grau de comprometimento dos políticos do Litoral Norte com os partidos no final do Império” (RAMOS, 1990, p. 1).

Para as elites locais, a perda do poder centralizador do Império era de seu interesse. Tudo que os coronéis (os mandões locais, os senhores do baraço e do cutelo, como escreveu Euclides da Cunha, os oligarcas) queriam era mais autonomia. Com a cooptação por parte do PRR destas forças, o partido conseguiu se consolidar como força majoritária dentro do Rio Grande do Sul, desbancando a hegemonia do Partido Liberal que vinha desde muito tempo. Isso, é claro, sem falar das dissidências políticas dentro do PRR (Assis Brasil, Alcides Lima, Demétrio Ribeiro, entre outros, deixaram o partido por divergências com Júlio de Castilhos), além de duas guerras civis (1893-1895 e 1923).

Ao mesmo tempo em que ocorriam mudanças econômicas e demográficas na Província, estabelecia-se a hegemonia política do Partido Liberal, a partir de 1872.

Até esta data, os dois partidos do Império, o Liberal e o Conservador, alternavam-se no governo da Província. Neste ano, o Partido Liberal (PL) assumiu a liderança na Assembléia Legislativa e só a deixou em 1889, com a Proclamação da República (RAMOS, 1990, p. 21). [Grifos da autora]

Com relação ao período da propaganda republicana e a assimilação da memória da revolta de 1835 por parte dos jovens republicanos de 1880, Eloísa Capovilla Ramos diz que “da Revolução Farroupilha, os republicanos extraíram principalmente o princípio federativo e o republicanismo do movimento” (RAMOS, 1990, p. 67).

Para a Eloísa Ramos, a crise nacional que surge a partir de 1870 era perceptível em todo o país. Destacando que havia uma incapacidade do regime monárquico em lidar com demandas sociais de há muito represadas.

O período compreendido entre o Manifesto Republicano de 1870 e a fundação do PRR (1882) é marcado, de um lado, pelo já visível desgaste da política monárquica, por sua incapacidade para atender aos grupos em emergência, e, por outro, por modificações na Província e no Brasil (RAMOS, 1990, p. 67).

Olyntho Sanmartin e *A propaganda republicana e a proclamação da república*, mostra como seu deu, no Rio Grande do Sul, a luta dos republicanos pela mudança na forma de governo no Brasil. Ele faz um histórico das ideias republicanas no Rio Grande do Sul, colocando a Revolução Farroupilha como ponto inicial desta vertente política. Após o fim do conflito “houve uma serenidade do mundo político republicano”. Mas “a

propaganda republicana no Rio Grande do Sul teve seu crescimento progressivo no último decênio do Império” (SANMARTIN , 1953, p. 293). Através da instalação de clubes republicanos, com o intuito de difundir os ideais de seus sócios, foi possível consolidar o sentimento republicano em diferentes regiões da província. O que foi de salutar relevância na instalação da república em 1889. O autor parte da premissa positivista de ver a história a partir de fatores estáticos e dinâmicos. Além de ter uma visão do Rio Grande do Sul como província desprestigiada pelo Império, questão já superada pela historiografia mais atual¹² (SANMARTIN , 1953, p. 296). No entanto seu artigo não deixa de focar na relevância que a Revolução de 1835 teve para os jovens republicanos sul-rio-grandenses do final do século XIX.

Cabe ressaltar a importância com relação ao que já foi produzido sobre 1835-1845. Há muitos trabalhos sobre a Revolução Farroupilha, temática mais estudada no Rio Grande do Sul. Cito como exemplo de trabalhos neste âmbito os produzidos pelo Professor Moacyr Flores: *Modelo Político dos Farrapos; República Rio-Grandense: realidade e utopia; Notas para história da Revolução Farroupilha*. Sua obra abarca desde aspectos políticos, econômicos e sociais da Revolução, nos possibilitando uma ampla visão do processo revolucionário.

A leitura destes textos possibilitou uma melhor compreensão do processo revolucionário separatista, que servem para estabelecer a diferenciação entre o que aconteceu no decênio 1835-1845, com a memória reelaborada pelos republicanos da década de 1880.

Além destes trabalhos mencionados de Moacyr Flores, e já entrando no especto que trata da construção memorial a respeito da revolução de 1835, ele possui artigo intitulado *Historiografia da Revolução Farroupilha*, que permite ver as diferentes correntes historiográficas sobre a Revolução de 1835. Para Moacyr Flores, “a História é pragmática, isto é, o historiador elabora a História de acordo com sua erudição, filosofia, religião, partido político e preconceitos, portanto todo texto tem um objetivo determinado, oculto ou explícito” (FLORES, 1985, p. 426).

Assim sendo, Assis Brasil fez do seu livro sobre a Revolução Farroupilha um libelo antimonarquista, que tinha a intenção de colar o republicanismo de fins do século

¹² Ver: MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem do Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo:HUCITEC, 2009.

com o movimento independentista da província do Rio Grande do Sul. A obra tinha “o objetivo de provar que a única solução política para a província era a república federativa, em oposição à forma monárquica de Estado Unitário” (FLORES, 1985, p. 434).

Segundo Moacyr Flores, a obra de Assis Brasil fez uso de conceitos em voga na época que procuravam, através do cientificismo, dar um sentido, um norte, um dever para determinadas regiões, baseados em suas formações sociais e geográficas. Assis Brasil faz uso do arcabouço teórico desenvolvido por Hippolyte Taine, intelectual francês do século XIX, figura proeminente do pensamento positivista, que desenvolveu uma metodologia conhecida como *Método Taine*, que consiste na avaliação histórica com base em três variáveis conjuntas: meio ambiente, raça e tempo histórico.

Inspirado nas ideias panteístas e deterministas de Taine, o Autor descreveu a Geomorfologia da província como sendo um mundo à parte, onde nada faltava, pois o Rio Grande do Sul era uma terra onde se podia viver com luxo, exclusivamente dos seus próprios recursos. Esta natureza dadivosa teve ascendência sobre a raça que aqui se formou, inicialmente com açorianos que influíram sobre portugueses e depois sobre paulistas, que mais tarde contribuíram para o aumento da população. Assis Brasil querendo destacar a raça, afirmou que os índios e africanos pouco influíram no Rio Grande do Sul, ignorando assim a Linguística, costumes e tradições rio-grandenses. Completando a regra de três de Taine, o Autor analisou o momento histórico, procurando demonstrar que a centralização era atrofiante porque tratava a província do Rio Grande do Sul igual às demais províncias brasileiras, através de simples e ineficaz legislação (FLORES, 1985, 434).

Para Assis Brasil a região mais meridional do Brasil tinha, desde sua formação, a vocação para ser um Estado federado, por se distinguir das demais províncias do Império do Brasil. Tanto que chega a dizer que a separação foi mera decorrência da perda de esperança por parte dos revoltosos de conseguir um acordo que fosse satisfatório para eles e para a coroa.

Com base nisso, Assis Brasil “exaltou os heróis farroupilhas, igualando-os a centauros indomáveis” que eram apoiados por povos de outros lugares e pela gente do Rio Grande. Na tentativa de fazer do seu texto uma prova de que a província se diferenciava do resto do país por conta de sua gente, “Assis Brasil se esqueceu que também os revolucionários contavam em suas fileiras com mercenários, estrangeiros e filhos de outras províncias” (FLORES, 1985, p. 435). Ainda como forma de resguardar o mito farroupilha de acusações de autoritarismo, Moacyr Flores diz que “Assis Brasil afirmou que o povo votou e que o militarismo não influiu nas eleições de 1836 para presidente da República Rio-Grandense” (FLORES, 1985, p. 435). Deste modo,

apelando para uma suposta participação popular, Assis Brasil procura refutar as pechas de governo caudilhesco feita por Tristão de Alencar Araripe, já que sua obra, que se referenciou muito na de Araripe, procurava ser a sua antítese.

Luiz Alberto Grijó com *A elite do Partido Republicano se apropria da "Revolução"*, busca analisar a apropriação feita pela elite do Partido Republicano Rio-Grandense das ideias e ideais dos líderes do movimento farroupilha. Através da análise de dois textos – Joaquim Francisco Assis Brasil, *História da República Rio Grandense* e Júlio de Castilhos, *Movimento Republicano* – o autor procura analisar a maneira como foi apropriada a Revolução Farroupilha, com a finalidade de instrumentalizar o discurso republicano. Júlio de Castilhos e Assis Brasil foram colegas na Faculdade de Direito de São Paulo, onde criaram o *Clube Vinte de Setembro*. Sua relação chegou ao ponto de se tornarem cunhados com o casamento de Assis Brasil com Maria Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos. Grijó destaca que o texto de Assis Brasil difere do texto de Castilhos – este muito mais “panfletário”. Mesmo assim, o autor aponta que ambos os textos,

Através da “ciência” e da propaganda, pois, os membros do PRR [Partido Republicano Rio-Grandense] buscaram se apropriar do passado, trazendo-o para o seu lado, colocando-se como intérpretes legítimos dele, de sua “essência”, de sua “verdade” (GRIJÓ, 2010, p. 36). [Grifos do autor]

Esta “ciência” se constitui no espírito cientificista, típico do século XIX, que procura respostas para questões sociais através de estudos que analisavam questões geográficas, étnicas, religiosas, na formação das sociedades. Dentro deste mote, Assis Brasil se integra a um grupo de intelectuais que foram influenciados por este cientificismo, procurando respostas para a natureza social do seu ambiente, implementando uma nova forma de análise das conjunturas do século XIX. Para Grijó, o livro de Assis Brasil é muito mais relevante no sentido de construção intelectual do que o panfleto escrito por Júlio de Castilhos.

Interpretar o texto de Assis Brasil como um mero panfleto de propaganda é por certo subestimá-lo. Como referido, não tem o mesmo caráter do artigo, este sim “panfletário”, de Júlio de Castilhos. Sem entrar no mérito historiográfico da análise e da narrativa histórica que seu redator propõe, trata-se de um trabalho coerente com o cientificismo que grassava entre as elites culturais brasileiras da época e, talvez, seja o primeiro deste tipo que se produziu sobre o conflito iniciado em 1835. Mas também não se pode deixar de notar que o resultado do mesmo se encaixava bastante bem no rol das preocupações e da campanha político-partidária de certos republicanos brasileiros e, depois, do PRR, pelo qual Assis Brasil foi o único e primeiro membro eleito para a Assembleia Legislativa provincial em 1885 (GRIJÓ, 2010, p. 36).

Carla Menegat e Jocelito Zalla, ao analisar a história e a memória da Revolução Farroupilha, mostraram como os escritos produzidos pelos membros do *Clube Vinte de Setembro* procuravam, através do cientificismo da época, estabelecer as bases do federalismo por vias republicanas, construindo uma imagem de homogeneidade dos farroupilhas em relação a estes valores.

A possibilidade de escrever sobre a revolta foi aberta pela emergência de uma nova política. Despreendida do peso que carregavam os que haviam participado da secessão, e ávida por construir um discurso que legitimasse suas posições, essa geração transforma a apropriação de um símbolo antes renegado ao esquecimento em estandarte, numa postura tanto desafiadora quanto afirmativa (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 55).

Deste modo, houve um “resgate” dos ideais farroupilhas, que ficaram por muitos anos relegados a “uma memória subterrânea”¹³ no Rio Grande do Sul, memória esta que era “acompanhada de expressões de arrependimento e justificativas”. Para eles, “a possibilidade de escrever sobre a revolta foi aberta pela emergência de uma nova geração política” da qual Joaquim Francisco de Assis Brasil fazia parte.

As primeiras obras dedicadas exclusivamente a documentar a história regional datam da década de 1880 e estão intimamente relacionadas ao projeto republicano. Os esforços de Alcides Lima e Joaquim Francisco Assis Brasil, ligados ao projeto do Clube 20 de Setembro – clube republicano fundado pelos estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo – renderam uma interpretação particular da Revolução Farroupilha e de seu legado. Tanto a *História Popular do Rio Grande do Sul* quanto a *História da República Rio--Grandense* são textos construídos sob a pretensão de atenderem a pressupostos científicos, ao apresentarem a história da formação social da província. Buscando as bases para um federalismo por via republicana, os autores constituíram sua versão sobre os acontecimentos consolidando a imagem de homogeneidade dos farroupilhas em torno de ideais como o republicanismo e a descentralização do Estado (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 55).

Deste modo, “os farrapos passavam a ser considerados exemplos a serem seguidos, nomes a ser laureados e monumentalizados”. O uso da memória da farroupilha pela geração da qual Assis Brasil fazia parte, se transforma em “embrião da causa dos republicanos”, trazendo protagonismo para a província na luta pela implantação do republicanismo no Brasil.

A “memória subterrânea” se integra a um processo de transformação política e social no Rio Grande do Sul, onde aquilo que estava relegado a uma “memória privada, passada de uma geração a outra no seio da família”, passa a integrar o espaço público, se constituindo em patrimônio político disputado por diferentes correntes políticas que

¹³ Os autores usam o conceito de “memória subterrânea”, mas não citam Micheal Pollak, nem nenhum outro teórico que tenha trabalhado com este conceito.

almejavam ter o controle deste passado idealizado da província, construindo um “patrimônio político” que legitimasse suas ações. Neste momento de tentativa de construção da identidade nacional, os literatos do Rio Grande do Sul precisavam lidar com a construção da identidade regional atrelada ao modelo oriundo do centro do país, via Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Neste sentido, como lidar com a Revolução Farroupilha, uma vez que ela deixou um peso muito grande para a sociedade sul-rio-grandense? Como ter uma identidade regional, que servisse ao modelo nacional e que, por conta da revolução não se tornasse, nas palavras dos autores, “uma identidade regional pejorativa”? Pois, “o discurso depreciativo, que pintava a Revolução como condenável, desde o elenco de seus motivos considerados ilusórios até os efeitos funestos sobre os homens e sobre a produção, inaugurou o que é possível chamar de uma identidade regional pejorativa” (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 53).

Eduardo Scheidt com *O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha*, texto que mostra a mudança da memória da Revolução Farroupilha na historiografia, desde o fim da guerra civil, com a publicação das primeiras memórias do evento, até o final da década de 1990, e a produção acadêmica sobre o tema. Este autor entende a importância deste tipo de trabalho, “reconhecendo a necessidade da realização de investigações mais aprofundadas, talvez até mesmo alguma tese de doutorado ou dissertação de mestrado, para se chegar a conclusões mais precisas” (SCHEIDT, 2002, p. 192).

É com base neste ponto explicitado por Scheidt que se propõe este trabalho. Seguindo uma forma de trabalho que procura investigar a apropriação feita por um dos membros do futuro Partido Republicano Rio-Grandense, Joaquim Francisco de Assis Brasil, da memória da Revolução Farroupilha. Vendo o livro como uma construção intencional de referencial memorial, vinculado às aspirações políticas destes republicanos do final do século XIX. Esse trabalho pretende fazer uma visão mais aprofundada da construção da memória da Revolução Farroupilha ligada a um discurso político que ataca o governo imperial, com interesse de implantar um Estado republicano no Brasil.

Para Eduardo Scheidt, Assis Brasil escreve uma obra que procura traçar um perfil social do homem nascido no Rio Grande do Sul, no qual ele se diferencia tanto dos brasileiros quanto dos castelhanos. Deste modo o sul-rio-grandense se constitui em ser único e diferenciado por sua formação racial e geográfica. O autor coloca que, para

Assis Brasil, “a opressão econômica e política do Império é que teria desencadeado a Revolução Farroupilha”, o que faria com que o movimento fosse justificado diante da opressão do poder central.

Assis Brasil, portanto, começou a construir uma memória da Revolução Farroupilha diferente dos demais autores, caracterizando-a como um movimento justo, contra a opressão do Império, não separatista e pelo republicanismo e pela federação. O autor foi o primeiro a tentar reconstruir a voz dos farrapos, posicionando-se a favor dos revolucionários rio-grandenses. A partir de então, passou a ser recorrente construir a história da Revolução sob o ponto de vista dos farrapos, tendo sido Araripe o último a elaborar uma versão contrária (SCHEIDT, 2002, p. 195).

Tassiana Maria Parcianello Saccol publicou o artigo *Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889)*, onde coloca Assis Brasil como membro da chamada “Geração de 1870”, movimento intelectual e político de contestação ao *status quo* do regime monárquico brasileiro, de origem acadêmica e com base em pressupostos teóricos europeus. Assis Brasil seria um destes membros que fez uso de uma forma de retórica discursiva que tinha viés político partidário de mostrar o Rio Grande do Sul como um lugar singular onde o republicanismo federativo seria sua genuína vocação. Deste modo, ele, enquanto membro do Partido Republicano Rio-Grandense, e em conjunto com seus colegas vão se “apresentar como herdeiros daquela tradição republicana” que remonta o tempo dos farroupilhas.

Segundo a autora, seu objetivo no artigo é analisar “o modo com que estas tradições republicanas foram utilizadas por um dos principais líderes do PRR, Joaquim Francisco de Assis Brasil, a fim de contribuir para a legitimação das lutas políticas de sua época” (SACCOL, 2011, p. 2). Deste modo vemos que há por parte de Assis Brasil “a utilização de um passado histórico como estratégia de propaganda política”.

Depois de se dedicar na primeira parte do artigo a analisar a obra *A República Federal*, Tassiana Saccol passa a trabalhar com o livro *História da República Rio-Grandense*. O texto, que foi feito quando Assis Brasil era estudante de direito da Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, e membro do *Clube Vinte de Setembro* (agremiação que fazia a defesa das ideias republicanas e usava no seu nome uma referência a Revolução Farroupilha), é visto como tendo o objetivo de “mostrar ao leitor que ‘federalismo’ e ‘república’ eram tendências naturais no Rio Grande do Sul”. Deste modo, o “ideário defendido pelo PRR na década de 1880, pois, encontrava legitimidade à medida que gerações anteriores já vinham reivindicando tais

modificações na estrutura administrativa rio-grandense” (SACCOL, 2011, p. 8). Mas a autora ressalta que Assis Brasil tem um foco muito maior na questão federalista, de dizer que o Rio Grande do Sul é uma província que tinha uma origem diferente das outras do Império do Brasil, do que de defesa do republicanismo.

Ao instrumentalizar seu discurso, se valendo dos farroupilhas enquanto mito de origem do republicanismo e do federalismo, Assis Brasil faz uma equivalência das reivindicações entre os dois grupos políticos, o de 1835 e o de 1880. Deste modo temos um fator de continuidade.

Assis Brasil pôde estabelecer uma linha de continuidade de atuação entre os farroupilhas e os republicanos da década de 1880. Já que o ideal federalista dos revolucionários não havia sido satisfeito, cabia aos novos republicanos rio-grandenses dar continuidade àquele projeto, pois muitos problemas detectados na província já em 1835 ainda persistiam na década de 1880, quando Assis Brasil escreveu sua obra. Exemplo disso eram os descontentamentos em relação à centralização tributária, mas também com relação à nomeação dos presidentes de província pelo governo central, que afetavam não somente os rio-grandenses, mas às diferentes elites em nível nacional (SACCOL, 2011, p. 9-10).

As causas defendidas pelos farroupilhas seriam as mesmas dos membros dos republicanos da década de 1880. A província já havia tentado atingir o seu dever republicano/federalista anteriormente e havia sido impedida pelo autoritarismo do poder central. Agora cabia a geração de Assis Brasil retomar tais ideias e leva-los a cabo.

Passando para a discussão sobre textos que procuraram analisar a trajetória de vida de Assis Brasil, temos, novamente, Tassiana Maria Parcianello Saccol na dissertação *Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil*, onde analisa a figura de Assis Brasil, enquanto propagandista dos ideais republicanos, inserido em um contexto de “relações sociais” que buscavam assumir o poder. Para ela, Assis Brasil é um homem fruto de sua vivência familiar e local (pampa). O objetivo da autora é através do uso da prosopografia, enquanto ferramenta metodológica, entender como Assis Brasil se constituiu em figura proeminente na difusão do ideário republicano/federalista dentro de um grupo que tinha muitas características em comum como suas origens sociais e formação educacional.

Nosso objetivo foi o de traçar um perfil socioeconômico desse grupo a fim de compreender os possíveis motivos da força do PRR naquela região. Ao mesmo tempo, e em debate com a historiografia sobre o tema, buscamos traçar um perfil das lideranças do partido, tomando as famílias e a origem social desses líderes como centro da análise (SACCOL, 2013, p. 33).

Dedicando-se a uma análise que busca traçar as redes de relação entre os membros do PRR, Tassiana Saccol procura demonstrar como eles eram todos membros de uma mesma elite regional que tinha como base econômica o campo e a mão de obra escrava, igualando-se com os liberais.

Carmen Aita defendeu tese de doutorado na PUCRS, em 2006, intitulada *Liberalismo & República: o pensamento político de Assis Brasil*, sob a orientação do Professor Braz Augusto Aquino Brancato. A obra se divide em duas partes: a origem e a obra. Ela procura estudar a figura de Assis Brasil, como fruto de uma tradição liberal que chega ao Brasil, oriunda de Portugal.

Na primeira parte, a autora faz um histórico do pensamento liberal, procurando ver sua origem na península ibérica, até o momento que ele foi introduzido no Brasil. Nesta parte ela enfatiza que foi durante o período do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marques do Pombal, que Portugal começou a se abrir em termos de pensamento político e filosófico.

Cumpriria a Pombal viabilizar um novo pensamento político, confundido com o liberalismo, mas diferente dele, onde primeiro importavam as ideias, aos fatos e realidades estava legado um segundo lugar. O veículo deste híbrido de ideologia e filosofia política seria a moral, a filosofia e, sobretudo, o direito, ainda presos ao direito natural. Nesta "visão arquitetônica", a doutrina, novamente sob inspiração de Voltaire, o "príncipe da luzes", divulgaria um pensamento que não visava mais uma consciência individual, mas a conquista de uma competência pública: sai do domínio de si para o domínio da nação. Tratava-se de relevar uma literatura política voltada para a formação moral dos homens de Estado (AITA, 2006, p. 25).

Na segunda parte, Carmen Aita faz um estudo de trajetória que busca colocar o pensamento de Assis Brasil dentro da história das ideias políticas. Para isso ela faz uma análise das seguintes obras de Assis Brasil: *República Federal* (1881); *Ditadura, Parlamentarismo e Democracia* (1908); *Democracia Representativa. Do voto e da maneira de votar* (1893); *Do Governo Presidencial da República Brasileira* (1896). Com base na produção biográfica de Assis Brasil, a autora pretende vê-lo como alguém que tinha concepções diferentes dos outros pensadores do mesmo período. Assis Brasil seria “um pensador” que tinha “um projeto doutrinário de inserção brasileira na modernidade novecentista”.

E é exatamente fazer aparecer este fio condutor, como uma razão instrumental através da análise do pensamento político nos seus desdobramentos fragmentados, que permite revelar a força do sentido oculto no encadeamento de toda sua ação histórica. Disto se segue que este trabalho quer mostrar que o motor das escolhas de Assis Brasil na vida pública foi fruto de um projeto político pensado a priori e aperfeiçoado nas contradições

da experiência empírica, que o colocaram na busca incessante do reconhecimento da instituição da *res publica* como a fonte de toda representação soberana da vontade geral. Portanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar que o personagem histórico aqui interpretado trata-se de um pensador que trabalhou para trazer à luz a despersonalização do poder, contribuindo para a invenção da democracia na sua configuração contemporânea (AITA, 2006, p. 7).

Artheniza Weinmann Rocha, Luiz Gonzaga Binato de Almeida e José Newton Cardoso Marchiori escreveram o livro *J. F. de Assis Brasil: interpretações*, onde fazem uma história cronológica de Assis Brasil, com foco muito mais na exaltação do grande homem do que em ver suas circunstâncias dentro de sua época de vida.

A primeira parte da obra, escrita por Artheniza Weinmann Rocha, traça um perfil de Assis Brasil como “um homem que viveu seu tempo e sentiu as forças dominantes de sua época”. Sua formação familiar e, principalmente, intelectual acabou forjando um homem que se constituía em expressão única da política sul-rio-grandense.

O intelectual surgiu naturalmente, fruto da universidade dos conhecimentos e da definição de um projeto de sociedade, claro, preciso, patriótico, realista e progressista na medida das realizações possíveis. Não foi um sonhador, um elitista, um oligarca afastado da visão do social como um todo. Foi um planejador, um otimista e um homem de luta. Nunca o abandonou o bom senso. Mas não pretendeu ser infalível. Se mudou pouco, foi porque sobre poucas opiniões perdeu a convicção. Sempre que identificou grandes crises na época em que viveu, procurou participar da solução das mesmas, consciente das urgências que provoca, em todas as épocas, o fluxo da modernidade (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 15).

Mesmo dispondo de farta biografia de autoria de Assis Brasil, bem como documentos dele, que se encontram no Castelo de Pedras Altas, o texto acaba se inclinando para a exaltação do vulto político em detrimento de uma análise mais apurada do indivíduo e suas contradições. Na parte seguinte, a mesma autora faz uma cronologia ano a ano, procurando justificar as atitudes e posições de Assis Brasil com citações de autores contemporâneos com documentação de época.

Os outros dois autores do livro fazem um perfil da “Granja de Pedras Altas”, como exemplo de desenvolvimento de novas tecnologias na área da agricultura e criação de novas espécies de animais na pecuária do Rio Grande do Sul. Os autores também enfatizaram fatos relevantes que aconteceram no local como a assinatura do tratado que pôs fim a Revolução de 1923. Um dos destaques é a biblioteca formada por Assis Brasil, que será analisada em parte neste trabalho.

Concentra o mais sólido e diversificado acervo cultural privado do Rio Grande do Sul. Em virtude do interesse e visão universalista de seu criador, reúne uma biblioteca de valor inestimável, tanto pela raridade das obras como

pela diversidade de assuntos; um volumoso e riquíssimo acervo documental, parcialmente inédito que, por certo, há de elucidar pontos ainda obscuros da História do Rio Grande do Sul e do País (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 124).

O livro se encerra com uma entrevista com Joaquina de Assis Brasil, última filha de Assis Brasil. Entre fatos cotidianos da família e relatos do período que a parentela teve que passar no exílio por causa da disputa política entre seu pai e Borges de Medeiros, ela diz que apesar da dissidência entre seu pai e Júlio de Castilhos, por questões políticas, os filhos de Castilhos, e suas gerações seguintes, conviveram em paz com a família Assis Brasil – haja vista que Assis Brasil e Júlio de Castilhos além de grandes amigos de juventude se tornaram cunhados com o casamento de Assis Brasil com Maria Cecília, irmã de Castilhos, em 1885.

O mais comovente é que a geração do próprio Castilhos e mais outra geração de parentes, todos ficaram amicíssimos de papai. Vinham aqui tropas de Castilhos: o Inocêncio, a Julinha, filha de Júlio de Castilhos, o Raimundo, que papai orientou mandando-o para São Paulo para estudar. A carta da mãe de Júlio de Castilhos ao papai é muito significativa. Hoje toda a família é nossa amiga (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 130).

Carlos Reverbel publicou o livro *Assis Brasil*, pelo Instituto Estadual do Livro (IEL), como parte integrante da coleção “Rio Grande Político”, que tinha por intenção preservar a memória de grandes vultos da história do Rio Grande do Sul. A obra é um compendio de textos de autoria de Assis Brasil, cronologia e uma “análise crítica” de sua trajetória de vida.

O autor escreve um livro que não faz uma análise crítica de Assis Brasil, nem procura ver as idiosincrasias ao longo de sua trajetória de vida. Viu Assis Brasil como um grande político de sua época que sabia cativar as massas.

Assis Brasil foi consumado orador parlamentar. Os seus discursos em praça pública, nas campanhas políticas de que participou, desde a propaganda republicana até a Revolução de 30, eram eminentemente doutrinários, mas fluíam com simplicidade e elegância, tornando a sua pregação aliciadora e convincente (REVERBEL, 1990, p. 94).

Estas duas últimas obras, mesmo de caráter laudatório, acabam servindo de referência por possuir muitos documentos transcritos e por dar uma cronologia de fatos da vida de Assis Brasil, proporcionando ver em quais momentos de sua vida ele teve contato com certas pessoas que muito influíram com sua formação, estabelecendo laços de amizade que muito lhe foram úteis na consolidação do seu nome como intelectual republicano/federalista.

Esse trabalho apoia-se em fontes primárias do período em questão, documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERG), Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) Hemeroteca da Biblioteca Nacional (HBN), Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), Arquivo da Diocese de Bagé (ADB) e Arquivo da Diocese de Santa Maria (ADSM). Bem como a leitura de livros e artigos referentes a todos os aspectos que permeiam a proposta da pesquisa.

A grafia dos documentos consultados, bem como de algumas obras muito antigas, será atualizada para a escrita atual, de modo a facilitar a leitura. Quando não houver a possibilidade de atualização da escrita, em decorrência do uso de algum termo que não encontra ressonância na escrita atual, este será seguindo de *sic*, entre colchetes.

Em janeiro de 1970, os professores Lothar Hessel, Moacyr Flores e Gabriel Pereira Borges Fortes, fizeram um levantamento dos livros da biblioteca do Castelo de Pedras Altas, propriedade construída por Assis Brasil. Neste levantamento feito pelos professores, foram procuradas apenas publicações referentes ao Rio Grande do Sul (obras que versassem sobre, tivessem autor nascido no Estado, enfim, que tivesse alguma ligação com o Rio Grande do Sul). A relação foi feita como atividade desempenhada pelo Cipel (Círculo de Pesquisas Literárias do Rio Grande do Sul), que costumava percorrer o interior do Estado e fazer a catalogação de importantes acervos. O levantamento feito por estes professores será de grande importância por mostrar que tipo de obras Assis Brasil adquiriu que abordam seu Estado natal¹⁴. A relação é de grande importância por propiciar ver quais livros Assis Brasil adquiriu e que auxiliaram na sua formação intelectual, ela foi transcrita e dividida em categorias em planilha Excel (título, autor, editora, local, ano e observações).

A correspondência de Capistrano de Abreu, organizada por José Honório Rodrigues¹⁵, é de grande relevância por mostrar que a relação de amizade entre ele e Assis Brasil foi importante na concepção do livro sobre a Revolução Farroupilha. Capistrano conseguiu um exemplar da publicação de Tristão de Alencar Araripe, a qual

¹⁴ No arquivo do Cipel, localizado em sua sede na Rua Desembargador André da Rocha, 311/101, Porto Alegre, consta cópia mimeografada do levantamento feito na biblioteca do Castelo de Pedras Altas. A mesma relação foi publicada em: FLORES, Moacyr; HESSEL, Lothar; FORTES, Gabriel Pereira Borges. Levantamento Bibliográfico da Biblioteca do Castelo “Assis Brasil”. In: **Boletim do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 4, nº 12, p. 20-40, maio 1977.

¹⁵ RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu** - Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Assis Brasil se propunha a contestar em *História da República Rio-Grandense*, ajudou a conseguir uma editora (Leuzinger) para fazer a publicação de seu livro, além de ajudar com dicas de documentos, já que ele era bibliotecário da Biblioteca Nacional.

Pelas missivas pode-se fazer um rol dos amigos em comum que ambos tinham e que se configuram em figuras de grande relevância da intelectualidade e política do final do século XIX no Brasil. Entre eles podemos citar Raul Pompéia, Alcides Lima, Júlio de Castilhos, etc.

É importante ressaltar a obra de Cristina Buarque de Hollanda, *Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política*. Nesta obra, onde Cristina é organizadora, temos uma coletânea de textos de Assis Brasil que não haviam sido publicados anteriormente por nenhuma outra obra de antologia de seus textos¹⁶. O trabalho traz um escrito que será analisado neste trabalho, que é a íntegra do primeiro texto publicado por Assis Brasil, quando este era estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, *O Oportunismo e a Revolução*. O texto reproduz um discurso proferido por Assis Brasil no *Clube Republicano Acadêmico*, espaço de debates e propaganda republicana dos estudantes de nível superior de São Paulo. Nele podemos ver as “marcas da exaltação de um jovem conferencista em um ambiente estudantil” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 17).

A principal fonte desta pesquisa será o livro *História da República Rio-Grandense*¹⁷, fazendo uso da edição publicada pela Erus em 1982, por se tratar de edição fac-similar contendo apontamentos feitos por Assis Brasil para uma futura edição revista. Além disso, esta edição contém especificação dos textos e autores mencionados ao longo da obra. O que possibilita uma compreensão das influências literárias de Assis Brasil na construção de seu texto.

Esse trabalho pretende fazer uso da Análise de Conteúdo, enquanto técnica de pesquisa e aferimento da documentação. Buscando sentido, ou sentidos, na documentação e usando os pressupostos da relação história e memória, já explicitados no presente trabalho, para entender a significância da construção do discurso produzido por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Assim, produzindo inferência e desvendando

¹⁶ Assis Brasil teve textos de sua autoria compilados em outras obras, como: BROSSARD, Paulo. **Ideias Políticas de Assis Brasil** – 2º e 3º Volumes. Brasília: Senado Federal, 1990; ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A Democracia Representativa na República** (Antologia). Brasília: Senado Federal, 1998.

¹⁷ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Erus, 1982.

alguns dos significados explicitados na construção/manipulação da memória da Revolução Farroupilha enquanto fator fomentador da identidade republicana em fins do século XIX, com motivação de chegar ao poder.

O texto será desmontado em análise de registro, pois a partir dessa desfragmentação pode-se ter uma visão mais apurada do conteúdo. Construindo categorias a partir do próprio corpo do texto, fazendo constantes comparações e organizando conjuntos de elementos que se assemelham. Pretende-se fazer uma análise de conteúdo qualitativa, pois ela se mostra mais adequada para o trabalho que será desenvolvido.

É válida [a análise qualitativa], sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de *inferência precisa*, e não em *inferências gerais*. Pode funcionar em corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis (BARDIN, 1977, p. 115).
[Grifos nossos]

Dentro dessa análise de conteúdo qualitativa, vai se fazer três tipos de subanálises que corroboram na construção das categorias durante o exame das fontes: a primeira é temática, pois propicia ver as diferentes formas de representações sociais feitas por Assis Brasil com relação aos grupos que formaram o Rio Grande do Sul e os que se digladiaram durante a Revolução Farroupilha; a segunda é formal, que analisa a forma e construção do discurso de apropriação, exaltação e ressignificação da revolução de 1835 e de seus participantes; a terceira é estrutural, que consiste em ver como os elementos narrativos são colocados ao longo da escrita, propiciando ver as linhas argumentativas do escritor na construção de seus argumentos.

Partindo de um objetivo que é encontrar pressupostos de manipulação da memória da Revolução de 1835. Desse modo produzindo um conhecimento que,

Não pode se limitar à descrição, mas precisa atingir níveis de inferência e interpretação. Devem ser comunicadas as novas compreensões, explicitadas as novas descobertas emergentes da análise, tornados compreensíveis os fenômenos ou processos investigados (CONSTANTINO, 2002, p. 192).

Deste modo, ao construir um novo objeto de pesquisa busca-se sair do lugar comum. Este estabelece um novo olhar e abre espaço para novas interpretações a cerca da construção do conhecimento histórico. Vendo a história não como pressuposto estático no tempo e espaço, mas como dinâmica de produção do tempo presente em relação ao passado.

HISTÓRICO FAMILIAR E TEMPOS DE APRENDIZAGEM

No dia 27 de dezembro de 1938 foi lido o testamento de Joaquim Francisco de Assis Brasil, na Sala da Biblioteca do Castelo de Pedras Altas, no então município de Pinheiro Machado¹⁸. Com a presença da viúva Dona Lydia de Assis Brasil, das testemunhas Zeferino Candido Xavier (capitalista da região de Dom Pedrito) e José Ratto da Silveira, e demais familiares do falecido, o testamento foi lido por Maria Geralda Sampaio, Oficial de Registro Civil do termo de Pinheiro Machado. Assis Brasil nomeou como testamenteiros seu filho Francisco de Assis Brasil, seu único filho homem, fruto das núpcias com Dona Lydia; o genro Manoel Luiz Martins, casado com Joana de Assis Brasil, também filha de Dona Lydia; e Anacleto Firpo, comerciante estabelecido em Pelotas, amigo de Assis Brasil, que participou da Revolução de 1923¹⁹ e era membro do Partido Libertador²⁰. O testamento foi lavrado na cidade do Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1929, quando Assis Brasil lá estava na condição de deputado federal. Assis Brasil havia falecido no dia 24 de dezembro de 1938, em Pedras Altas.

No registro de suas últimas vontades, Assis Brasil declara que o castelo que construiu no meio do pampa gaúcho deveria servir de referencial futuro para a família e toda a comunidade da região.

Este é meu testamento cerrado, escrito por mim próprio, que revoga qualquer disposição testamentária anterior. Se eu deixar dívidas passivas, desejo que a minha mulher tome a responsabilidade das mesmas, atribuindo-se à sua meação os bens correspondentes, por avaliação amigável ou judiciária, se a amigável não for possível. Deixo à minha mulher toda a parte legalmente disponível, por testamento, dos meus bens, na qual devem incluir-se a residência e a granja de Pedras Altas. A minha intenção é habilitar a minha companheira a acolher no nosso lar todos os nossos e socorrer os que por ventura venham a ter necessidade de socorro (APERS, Testamento de Joaquim Francisco de Assis Brasil).

¹⁸ A Lei provincial nº 1.132, de 02/05/1878, criou a vila de Cacimbinhas, a qual em 24/10/1915 (Ato Municipal nº 3), muda o nome para Pinheiro Machado. O Decreto 7.199, de 31/03/1938, eleva a circunscrição à categoria de cidade (FORTES; WAGNER, 1963, p. 321-322).

¹⁹ Levante ocorrido no Rio Grande do Sul, em 1923, após processo eleitoral em que disputavam o governo do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros e Assis Brasil. Achando que foi vencido por fraudes eleitorais, Assis Brasil congrega forças paramilitares para questionar o processo eleitoral, esperando a intervenção federal. Ver: FLORES, Moacyr. **Chimangos e Maragatos**. Porto Alegre: Pradense, 2014; AITA, Carmen Silvia Aragones. **1923 - Rio Grande do Sul**: Diário da Revolução. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2013.

²⁰ Partido fundado em 1928 por Assis Brasil e Raul Pilla. Durou de 1928 até 1937, quando foi extinto pela ditadura do Estado Novo. Foi retomado em 1945, sendo novamente extinto com o Ato Institucional de 1965, que instituiu o bipartidarismo no Brasil, durante o Regime Militar. Defendia o sistema parlamentarista (FRANCO, 2010, p. 117-118).

Quando de seu falecimento, Assis Brasil tinha conseguido formar um patrimônio que, segundo o seu inventário, chegou à quantia total de 3.085:299\$299 réis. O Castelo de Pedras Altas foi avaliado em 322:000\$000 réis e sua biblioteca, composta 20 mil livros adquiridos ao longo de anos de vida, desde sua época de estudante do Colégio Fernando Gomes²¹, em Porto Alegre, passando pelo tempo de estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, até os volumes adquiridos quando de sua estada em Portugal como cônsul, em um leilão do espólio do primeiro Conde de Linhares²², foi avaliada em 130:000\$000 réis (APERS, Inventário Fiscal de Joaquim Francisco de Assis Brasil).

Assis Brasil construiu seu patrimônio alicerçado em sua origem familiar e na construção de uma educação formal feita em boas instituições, de nível médio e superior. Estas duas vertentes, familiar e educacional, são de grande importância quando se está falando de um período, século XIX, e uma região, o Rio Grande do Sul, onde a maioria da população não tinha grandes posses, logo não conseguindo colocar seus filhos em boas instituições de ensino. Na região mais meridional do Brasil, área historicamente marcada por conflitos bélicos, dificilmente um jovem conseguia se livrar de ter que combater, seja em nome da coroa (portuguesa ou brasileira), contra os inimigos de origem espanhola, ou contra seus conterrâneos, sob o comando de um líder local²³.

Neste ambiente de luta, cabe aqui ressaltar um ponto importante, que é a diferenciação de caudilhismo e coronelismo. Muitas vezes é feito o uso do termo caudilho para designar alguns chefes político-militares do Brasil. O caudilhismo é um fenômeno típico do esfacelamento dos vice-reinos de Espanha, enquanto o coronelismo é uma tentativa de autonomia das elites regionais brasileiras, desde o período colonial. Por isso, “entendemos caudilho como chefe revolucionário que recebia sua força de camponeses, cegamente sujeitos à sua vontade”. Enquanto “o coronel é um chefe

²¹ Instituição de ensino fundada por Fernando Ferreira Gomes (1830-1896), em princípios da década de 1860. Em pouco tempo se torna referência no ensino de jovens. Passaram por suas salas de aula algumas das principais figuras da elite política sul-rio-grandense do final do século XIX, como Júlio de Castilhos, Amaro da Silveira, Ernesto Alves de Paula, João Daudt Filho, etc. (RIBEIRO, 2007)

²² Rodrigo Domingos de Sousa Teixeira de Andrade Barbosa (Chaves, 03/08/1755 – Rio de Janeiro, 26/01/1812). Foi diplomata e político português, ministro de Dom João VI, seguiu com a família real portuguesa, em 1808, para o Brasil (FLORES, 2008, p. 82).

²³ Podemos fazer referência a conflitos que permearam o Rio Grande do Sul: Guerra Guaranítica (1753-1756), Invasão Espanhola (1763-1777), Guerra de Reconquista (1801), Tomada da Cisplatina (1816), Guerra da Cisplatina (1825-1828), Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), Guerra do Paraguai (1864-1870), Revolução Federalista (1893-1895), Revolução de 1923 (1923) e Revolução de 1930.

político regional, sujeito ao poder central, e que sustenta o governo ou partido político” (FLORES, 1991, p. 25).

Assis Brasil não teve participação em nenhum evento bélico deflagrado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante sua juventude. Graças a sua posição social não precisou servir em nenhum dos conflitos que ocorreram na região no período do século XIX. Sua atuação em uma contenta só foi acontecer no século XX, já com idade avançada, no evento conhecido como Revolução de 1923.

A família, no entender de Michelle Perrot, se constitui “como rede e conjunto de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido”. A família, mesmo sendo a menor parte de uma sociedade, se constitui em vetor de uma série de elementos que transcendem os tempos e seguem de uma geração para outra, sempre resguardando o fator identitário que dá um sentido para este pequeno grupo.

A família, átomo da sociedade, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora (PERROT, 1991, p. 105). [Grifos do autor]

Michael Anderson, ao analisar as diferentes formas de organização familiar, diz que, segundo Frédéric Le Play, baseado na ciência social empírica, a família ocidental pode ser compreendida por três perspectivas distintas: a patriarcal, baseada na estabilidade, autoridade, linhagem e ao uso de tradições que forneciam a identidade familiar; a família estirpe, típica das sociedades camponesas, que também tinha no patriarcalismo sua força principal, mas que limitava sua existência na ascensão de um filho ao posto antes ocupado pelo pai, mas mantinha os irmãos próximos do núcleo familiar, e a família instável, característica dos centros urbanos e industrializados, diferentemente dos dois anteriores, esta família era formada por indivíduos menos dependentes dos laços familiares com seus pais, criando os filhos até que tivessem idade para trabalhar e se tornarem independentes (ANDERSON, 1984, p. 19-20).

Nesta análise vemos os núcleos familiares de aristocratas, camponeses e operários. Segundo Anderson, o principal problema ao se ter a família como objeto de

pesquisa é ver a “diversidade”. Deste modo, definir um modelo padrão pode acarretar problemas na análise, pois cada núcleo familiar se constitui como único.

O Ocidente sempre se caracterizou pela diversidade das formas da família, das funções da família e das atitudes para com as relações familiares, não só ao longo dos tempos, mas em pontos precisos do tempo. Exceto ao nível mais trivial, não existe um tipo de família europeu. As famílias camponesas têm características nitidamente diferentes das famílias comerciantes e o mesmo se passa entre as famílias operárias e as famílias aristocráticas (ANDERSON, 1984, p. 10).

Assim sendo, Anderson define que existem quatro tipos de abordagem possíveis em estudos de família: a psico-história, que a seu ver “parece ter entrado em problemas insolúveis no tocante às provas”, além de fazer análises “anacrônicas”; a dos sentimentos, preocupados com questões como mentalidades e imaginário; a de economia doméstica, os pesquisadores desta esfera se preocupam muito com a metodologia, pois procuram compreender os núcleos familiares pelo comportamento econômico dos seus membros; o demográfico trabalha com corpus-documentais que colocam limites as suas questões e conclusões – registros de batismo e casamento, por exemplo.

Na construção do conhecimento, em alguns momentos se faz necessário o uso de mais de um tipo de metodologia de estudo para compreender a formação de um núcleo familiar. Se deixarmos de ver os aspectos sentimentais, e só focarmos em dados estatísticos de registros paroquiais, pode-se cair na simplificação estruturante de não ver as singularidades do núcleo familiar pesquisado.

Mas de que tipo de família, e, conseqüentemente, de que tipo de elite, Assis Brasil fazia parte? Seria uma família diferente, ou igual, a dos conservadores e liberais, que formavam a base política do Império Brasileiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul?

Fábio Kuhn, em sua tese de doutorando, tenta conciliar a história familiar com a história das elites locais do Rio Grande do Sul, vendo as estratégias de reprodução das elites locais, entre elas os laços familiares, como forma de manutenção e consolidação do poder. Vendo a relação entre família e poder, Kuhn cita o conceito de “interiorização da Metrópole”²⁴, de Maria Odila Dias, que procurou explicar a ligação das elites locais

²⁴ Por “interiorização da metrópole”, Maria Odila Dias diz que a vinda família real portuguesa para o Brasil, em 1808, marcaria um ponto de mudança na relação metrópole colônia, que levaria a ruptura entre Brasil e Portugal. Segundo a autora, “a vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à formação da colônia em metrópole interiorizada”. Assim sendo, esta “seria a

com a corte portuguesa. No entanto, Kuhn destaca que durante o período colonial no Brasil havia circuitos internos, que eram independentes da metrópole portuguesa, que propiciaram que alguns indivíduos conseguissem acumular capital e, em função disso, poder, no período anterior a chegada da família real portuguesa.

Dentro desta perspectiva, a formação de laços familiares que alicerçavam a elite local, também constituíam redes sociais na visão de Kuhn, que quando estudadas possibilitam ver “as relações de parentesco, residência e vizinhança; as estratégias matrimoniais e os sistemas de herança; o papel dos vínculos de amizade e solidariedade; enfim, todo o universo de sociabilidade em que se insere o indivíduo” (KUHNS, 2006, p. 16). Deste modo pode-se ver como as redes sociais não são apenas laços familiares, mas, no entender do autor, “redes de poder”. Que em termos de como o autor pensou as elites do Rio Grande do Sul, faz com que sejam vistas como algo muito além do simples controle dos meios de produção e do monopólio da força de repressão, mas como um pequeno grupo que possuía determinadas características no seu modo de agir, demonstrando o mesmo padrão de comportamento, naquilo que Kuhn chama de “estratégia”.

No caso das estratégias familiares, por exemplo, as alianças feitas por ocasião dos matrimônios ou apadrinhamentos visariam “menos a um resultado econômico imediatamente quantificável do que a uma garantia coletiva reforçada contra aquilo que pode acontecer”. A dinâmica familiar era caracterizada, portanto, pelo emprego de estratégias complexas que não obedeciam a uma racionalidade abstrata, mas sim buscavam uma melhor adaptação a um mundo de alto risco (sobre esse aspecto, a fronteira meridional apresentava-se como cenário perfeito) (KUHNS, 2006, p. 20). [Grifos do autor]

A historiografia sul-rio-grandense, quando analisou as origens do grupo que viria a compor o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em seus primeiros tempos, trabalhou com uma perspectiva bem definida.

Os dois primeiros a fazer algum tipo de trabalho focado no grupo que formaria o PRR foram Walter Spalding, em 1952, e Olyntho Sanmartin, em 1956. O trabalho de Spalding consiste de pequenas biografias de alguns dos principais nomes da propaganda republicana do final do século XIX. Fora isso, o autor faz a transcrição de documentos sobre o período de divulgação do republicanismo no Rio Grande do Sul, sem fazer

única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial” (DIAS, 2005, p. 19). O entrelaçamento entre a elite local e a que vinha de Portugal, possibilitou uma maior autonomia para as elites locais, e fez do processo de independência brasileiro uma continuidade do regime vigente.

nenhuma análise crítica. Spalding não parece um historiador confiável por, ao longo de sua trajetória dedicada à história, ter protagonizado fatos polêmicos, como a questão do bicentenário de Porto Alegre, o título de *Leal e Valorosa*, que Porto Alegre recebeu do Imperador Dom Pedro II por se manter fiel a monarquia durante a Revolução Farroupilha, e que Spalding dizia ser *Leal e Valerosa*, ter escrito que Sepé Tiaraju teria dito “esta terra tem dono”, fora outras. Olyntho Sanmartin, com base no positivismo, tenta mostrar que a região mais meridional do Brasil “criou instintivamente um espírito liberal”, baseada na sua formação geográfica que possibilitou o surgimento de um indivíduo que auxiliou na formação da região: o gaúcho. Seguindo o princípio determinista, Sanmartin tenta demonstrar que o Rio Grande do Sul, desde sua origem, tinha um dever republicano, que se iniciou com a Revolução Farroupilha. Para ele, a geração da qual Assis Brasil fez parte, se concebe em linha de continuidade com o movimento revolucionário da primeira metade do século XIX.

Novas gerações surgiram no Rio Grande do Sul animadas do mesmo ideal, com os mesmos princípios de liberalismo democrático federativo.

Quando na corte surgiu o famoso manifesto de 3 de dezembro de 1870, no Sul do Brasil o sentimento republicano mais se intensificou (SANMARTIN, 1956, p. 291).

A partir da década de 1960, surgiram outros trabalhos que procuraram ver mais pormenorizadamente as origens de figuras ligadas ao PRR. Sérgio da Costa Franco publica, em 1967, o livro *Júlio de Castilhos e sua Época*, onde faz narrativa biográfica marcante para a historiografia do Rio Grande do Sul. A obra teve muitas reedições, mas o básico se manteve, por isso, neste trabalho, faz-se uso da última edição do livro, pois, de todas as reedições, foi a única que foi ampliada. Nele, Costa Franco coloca o futuro líder do PRR como oriundo de uma elite diferente da que dominava a província. No seu entendimento, suas origens familiares, embora em alguns pontos similares as dos velhos senhores da terra, tinha suas particularidades.

Tais antecedentes histórico-sociais de seu meio nativo são importantes para a compreensão da vida pública de Júlio de Castilhos, que, sendo embora filho de senhores rurais, integrado por suas origens na classe dominante da Província, se tornou um demolidor da estrutura política tradicional. É evidente que não se pretende [que] haja o meio predeterminado os lineamentos de sua vida pública, mas parece certo que tenha condicionado favoravelmente a independência que ele precocemente revelou em face dos grupos que tutelavam a Província (FRANCO, 2013, p. 11).

Celi Regina Pinto, em sua dissertação de mestrado, traça um perfil do grupo que faria parte do PRR, com sendo uma elite mais urbana, jovem, de formação educacional superior, de classe média alta e baseada na doutrina positivista, que servia de alicerce

ideológico ao PRR, “pois é através dele que se pode compreender a capacidade do partido de se organizar, manter sua coesão interna e impor seus princípios em momentos críticos” (PINTO, 1979, p. 32). Assim sendo, é distinto da elite dominante da província.

Portanto, trata-se de um grupo que não estava envolvido diretamente nos interesses do grupo dominante da campanha ou de grupos dominantes das regiões mais pobres do norte da província. A propaganda republicana foi feita à revelia destes segmentos da sociedade gaúcha e por isto mesmo o movimento não obedeceu aos interesses de cada uma das regiões mais pobres do norte da província (Pinto, 1979, p. 101).

Nos últimos anos temos tido alguns trabalhos que procuram rever o que foi produzido até então com relação ao grupo político do qual Assis Brasil fazia parte. Tassiana Saccol, em sua dissertação de mestrado sobre Assis Brasil, ao analisar estes pesquisadores já citados, diz que eles criaram um perfil para a elite política, da qual Assis Brasil fazia parte, caracterizada por não terem ligações com a classe econômica dominante tradicional da região, representada pelo Partido Liberal; que os membros futuros do PRR “pertenciam a uma classe média localizada nas cidades, devido a sua atuação profissional”; não tinham ligação com a elite monárquica; e era formada por jovens com educação superior a média da população rio grandense. No seu entender, os trabalhos até então produzidos traçavam um perfil do grupo ao qual Assis Brasil fazia parte como sendo completamente dispare da elite tradicional.

Mas vamos ver como a autora percebe a família de Assis Brasil dentro destes quatro pontos que ela elencou. Através de um estudo prosopográfico da elite formadora do PRR, Tassiana Saccol diz que “os Assis Brasil eram uma família de ricos estancieiros da região da Campanha, portanto, membro de uma elite de origem rural/agrária e com um histórico de inserção na política local, através do Partido Conservador” (SACCOL, 2013, p. 193). Para ela, o fato de a família de Assis Brasil ter uma estância em São Gabriel, a Fazenda São Gonçalo, fazer uso de mão de obra escrava, ter uma tia, irmã de seu pai, Ana de Souza Brasil, casada com Antônio José Martins da Cruz, que acrescentou posteriormente o sobrenome “Jobim”, por ser natural da vila de mesmo nome, em Portugal, fazia da família Brasil parte integrante da mesma elite político/militar/estancieira que tinha a hegemonia política do Rio Grande do Sul. Durante a Revolução Farroupilha, Antônio José ficou do lado dos monarquistas, “tendo sido por isso agraciado com o habito da imperial Ordem da Rosa, com a comenda da

Ordem de Cristo e afinal com o título de Barão [do Cambaí], em 1859” (PORTO ALEGRE, s.d., p. 207).

Diante disso, Tassiana Saccol aponta que Assis Brasil, bem como a maior parte dos futuros membros do PRR, “eram, em sua maioria, oriundos de importantes famílias de estancieiros [...] famílias essas envolvidas especialmente com a política conservadora, através de gerações” (SACCOL, 2013, p. 146-147). Deste modo, conclui que os republicanos não eram mais instruídos do que os monarquistas, pois estes também estudavam em boas instituições de ensino; que não eram um grupo predominantemente jovem, por haver em seus quadros pessoas de diferentes idades; que possuíam ligações “com as elites políticas monarquistas e, especialmente, com os estancieiros da região da campanha”; sendo assim, não eram indivíduos completamente alijados dos centros de poder da província no século XIX.

Portanto, uma parte significativa dos líderes republicanos, notadamente os principais, pertenciam a tradicionais famílias rio-grandenses, repletas de títulos de nobreza, membros com importantes cargos políticos e possuidoras de fortuna com destacado patrimônio agrário. Os propagandistas republicanos possuíam muito mais em comum com os monarquistas do que acreditava a historiografia tradicional do Estado. Eles possuíam, no seu círculo parental mais próximo, nobres monarquistas, ricos escravistas e membros da elite política provincial e imperial. Portanto, não estavam tão excluídos dos centros de poder político e não eram socialmente desprestigiados (SACCOL, 2013, p.147).

Essa sua ideia é endossada por Carina Martiny, que em trabalho sobre a figura de Júlio de Castilhos, coloca o melhor amigo de Assis Brasil como membro da mesma elite que seus adversários ideológicos (MARTINY, 2018).

Então, Assis Brasil fazia parte da mesma elite política que os monarquistas da província? Seriam todos membros da mesma elite ruralista/militar que formou o Rio Grande do Sul?

Entender como se deu a formação familiar de Assis Brasil no Rio Grande do Sul, procurando ver que tipo de atividades sua família desempenhava nas regiões em que se estabeleceram, de que tipo de elite ela fazia parte, suas posições político-partidárias, como se inseriu dentro do contexto de uma região de fronteira e muito militarizada. Tudo isso serviu de base que proporcionou a Assis Brasil vir a ter uma formação educacional que apenas os membros de uma elite conseguiam.

Formação Familiar e condições socioeconômicas

A chegada da família de Assis Brasil em terras do Rio Grande do Sul se deu entre fins do século XVIII e início do século XIX. Não cabe aqui traçar um perfil genealógico da família de Assis Brasil²⁵, pois o objetivo é focar na formação de um novo perfil de elite que vem se estabelecer no sul do Brasil. A ocupação territorial do Rio Grande do Sul foi um processo dividido em várias partes, devido às escaramuças entre os portugueses e espanhóis pelo controle da região. Com o fim da Guerra de Reconquista de 1801, e a assinatura do Tratado de Badajoz, Portugal e Espanha acabaram definindo aquilo que seriam as terras destes dois colonizadores. Isto possibilitou que os poucos núcleos urbanos que existiam naquele momento, pudessem se estruturar e receber novos moradores. Para Fábio Kuhn, a migração para regiões de fronteira seria “um mecanismo de sobrevivência das elites”. Deste modo, seguir em direção a locais ainda não povoados, “significava poder tentar reproduzir as práticas sociais dos antepassados em outras regiões” (KUHN, 2005, p. 21). Ainda mais para uma região onde o aparelho de Estado é incipiente, o que acabava por proporcionar um controle social menor.

Dentre estas localidades temos Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, que teve o início do seu povoamento por volta de 1750, sendo elevada a vila e sede de município pela provisão de 7 de outubro de 1809. A cidade, que ficou conhecida como *Tranqueira Invicta*, pelo seu desempenho na guerra de 1801, se constitui, por sua localização central, como ponto de passagem para várias regiões, o que a tornava propícia para o desenvolvimento de atividades comerciais. As mercadorias chegavam por via fluvial, pelo rio Jacuí, e de lá seguiam para as regiões serranas e fronteiriças. Sabrina Silva de Souza, em dissertação de mestrado defendida na PUCRS, na qual analisa o desenvolvimento comercial de Rio Pardo e a elite que surgiu desta atividade econômica, já que a região era rota para passagem de mercadorias para o restante do território, diz que:.

A cidade de Rio Pardo era um centro de redistribuição de mercadorias. O comércio ali se desenvolveu rapidamente, principalmente porque este ponto foi privilegiado geograficamente, na confluência de rios importantes. A navegação fluvial era o meio de transporte pelo qual os gêneros de diversas nacionalidades chegavam em Rio Pardo, para suprir não só suas casas

²⁵ Para maiores informações neste sentido ver: AITA, Carmen Silvia Aragones (Org.). **Perfis Parlamentares - Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006, p. 177-180.

comerciais, como também as fazendas, as tavernas e outras localidades da vizinhança (SOUZA, 1998, p. 204).

Segundo Dante de Laytano, ao fazer um levantamento cronológico dos principais fatos acontecidos em Rio Pardo, o desenvolvimento da cidade é fruto de seu ativo comércio, que propiciou uma série de melhoramentos na vila: instalação da agência de correios (1812), criação da primeira aula pública (1820), instalação de aula de latim por conta do governo da capitânia (1821) (LAYTANO, 1979, p. 120-121).

A relação militar/comercial se fazia fortemente presente em Rio Pardo por sua posição geográfica, que fazia do local ponto de parada para tropas e comerciantes. Um bom exército demanda uma contingência de munição em grande quantidade para mantê-lo ativo e em prontidão: armas, fardamento, alimentação, cavalos, etc. Fazendo de Rio Pardo um ponto de onde partiam as forças para controle das fronteiras, contra as investidas dos castelhanos, a cidade fortaleceu seu comércio junto ao governo central e gerou riqueza para aqueles que trabalhavam na atividade comercial.

De Rio Pardo partem providências para segurança da fronteira, ameaçada constantemente pelos espanhóis que no princípio desse ano [1803], segundo as notícias, parecem dispostos a hostilizarem às Missões mais uma vez e por isso o Comandante de Rio Pardo oferecia o seu auxílio ao sargento comandante das Missões (LAYTANO, 1949, p. 10).

A relação entre estes comerciantes e o poder central era de proximidade, pois “as questões militares, no Rio Grande, frequentemente envolviam interesses econômicos” (LAYTANO, 1949, p. 11).

Em princípios do século XIX, o naturalista francês August de Saint-Hilaire passa por Rio Pardo, e deixa a sua impressão sobre o desenvolvimento econômico da cidade.

O couro e o trigo são os principais gêneros que os negociantes desta vila exportam; e é do Rio de Janeiro diretamente que importam quase todas as suas mercadorias.

Nos arredores da cidade, cultivam muito trigo, principalmente nas paróquias da Encruzilhada e de Taquari. Como, aliás, em toda parte, queixam-se muito da ferrugem, mas recentemente introduziram-se na região duas variedades de trigo, chamadas trigo-branco e trigo-mouro, menos sujeitas a essa doença que a espécie comum, à qual se dá o nome de trigo-crioulo, por ser a mais antiga (SAINT-HILARE, 2002, p. 433).

Ainda segundo Saint-Hilaire, apesar do desenvolvimento econômico e de ser uma cidade com casas “que denunciam certa riqueza”, ainda havia obras de estrutura que deveriam ser feitas para melhorar o desenvolvimento da cidade.

É na rua principal que se vê a maior parte das lojas e armazéns de comestíveis, uns e outros igualmente bem sortidos. Embora Rio Pardo seja uma cidade rica e comercial, nenhuma providência foi tomada até agora para

facilitar o desembarque das mercadorias que aqui chegam. Não se pensou ainda em fazer declives à margem do rio, e a rua de acesso ao porto não é pavimentada, além de muito íngreme e mal conservada (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 434).

Segundo o viajante francês, ao se informar com a população local sobre a história da vila, foi informado de que a cidade deu um salto de qualidade e desenvolvimento, em menos de trinta anos.

A Vila de Rio Pardo é inteiramente nova. Todos os que aqui vieram estabelecer-se há menos de trinta anos contam-me que, na época, só se viam aí palhoças. No início se fixaram juizes regulares; depois trocados por um juiz de fora. Esta cidade, também sede de uma paróquia, está situada em terreno muito acidentado, à confluência do rio que lhe dá o nome e à do Jacuí (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 433).

O Censo de 1814 aponta que, na época, Rio Pardo tinha entre brancos, de ambos os sexos, 5.931 pessoas; indígenas, também de ambos os sexos, 818 pessoas; livres de “todas as cores” 969 pessoas; escravos de “todas as cores” 2.429; recém-nascidos, também de “todas as cores”, 298. Chegando a uma população total de 10.445 almas. Pode-se ver que a população livre de Rio Pardo era de 7.718 (73%), enquanto a população de cativos era de 2.727 (27%). O que mostra que, mesmo sendo uma região mais focada no comércio, havendo algumas fazendas e áreas dedicadas ao charque, não dispensava o uso de escravos como mão de obra para execução do trabalho (FEE, 1986, p. 50).

O fato de ser uma localidade dedicada à atividade comercial, em uma região marcada por conflitos, não significava uma sociedade de todo embrutecida. Dante de Laytano, em seu estudo sobre as origens da propriedade privada no Rio Grande do Sul, aponta que, em Rio pardo, os homens de negócios não viviam apenas focados nos negócios.

Os homens do comércio, no Rio Pardo, para dizer melhor os homens de negócios da cidade, eram pessoas que às vezes se davam o bom gosto de ler, também, ou ter o seu caderno de capa dura, caderno de muitas notas.

João Luiz Gomes, pessoa em que melhor fica o nome de empreendedor, no Rio Pardo, não era só concessionário de serviço de luz, como de estradas de ferro, mas também uma figura com os olhos voltados para as coisas de arte.

Entre muitos de seus livros, encontramos mesmo obras de poesia, como “Ruy, o Escudeiro”, conto por L. da S. Mousinho de Albuquerque, escrito em Lisboa, pelo ano da graça de 1844 (LAYTANO, 1983, p. 209).

É neste contexto que José de Souza Brasil (1755-1815), avô de Joaquim Francisco de Assis Brasil, chega a Rio Pardo para se estabelecer e se tornar um dos principais comerciantes da região. Ele era natural da Vila Nova de Santana, Comarca de Laguna, e veio se estabelecer em Rio Pardo entre o final do século XVIII e início do

XIX. Ao chegar à cidade, se estabeleceu como comerciante e depois casou com a viúva Florinda Clara de Oliveira.

Aos sete dias do mês de agosto de mil oitocentos e oito anos, nesta Freguesia do Rio Pardo, pelas oito horas da noite, em casa de José de Souza Brasil, depois de feitas as diligências determinadas no Sagrado Concílio Tridentino, as da Constituição do Bispado e do Estilo, sem haver impedimento, com Provisão do Reverendo Vigário da Vara desta comarca, em minha presença, e das Testemunhas abaixo assinadas, se receberam em Matrimônio por palavras do presente José de Souza Brasil, filho de João de Souza Brasil, e de sua mulher Maria do Rosário, natural da Vila Nova de Santa Ana da Comarca da Laguna; com Florinda Clara de Oliveira, viúva que ficou de Alexandre Antônio Pereira Sobral; e por isso não receberam as bênçãos. Para constar faço este assento que assinei.

[Assinado] O Coadjutor Manoel Alves Simões = Francisco José de Mesquita = Benedito José Ferreira (AHCMPA – Livro de Registro Casamentos da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, nº 5, p. 285.).

O casamento com mulheres viúvas fazia parte da ordem social da época, mesmo com pessoas vindas de fora da província, mas que detinham o capital e, deste modo, acabavam se inserindo dentro da sociedade da região. Segundo Sabrina Silva de Souza, o casamento de viúvas acontecia, pois era a forma de algumas mulheres não ficarem desassistidas dentro da sociedade de Rio Pardo da época, haja vista que, por se tratar, no caso do Rio Grande do Sul, de uma região marcada por muitos conflitos, dificilmente um homem chegava há viver muito tempo. Mesmo sendo forasteiros, as pessoas que por aqui chegavam procuravam logo estabelecer vínculos que auxiliassem na sua integração com a sociedade local.

A origem dos comerciantes pesquisados era variada: Laguna, São Paulo, Rio de Janeiro, cidade de Braga e do Porto; poucos (apenas dois) eram nascidos em Rio Pardo. Já a origem das mulheres era predominantemente desta cidade, o que confirma a idéia anteriormente apresentada de que os casamentos com mulheres locais eram uma das formas de inserção social dos comerciantes. O casamento entre os membros do mesmo grupo social era muito comum. Essas uniões fortaleciam as sociedades já existentes e favoreciam o surgimento de novas (SOUZA, 1998, p. 172-173).

Em 1812, José de Souza Brasil encaminha pedido de sesmaria, justificando-o por uma dívida que tinha para com ele o Tenente Coronel José Lourenço da Silva.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.

Diz José de Souza Brasil, negociante do Rio Pardo, que convencendo [*sic*] o suplicante no Juízo dos Órfãos da Vila Capital de Porto Alegre por uma ação Real, a herança do finado Tenente José Lourenço da Silva por este lhe ficar devendo de resto de contas mercantis, e na vida dele praticadas, 5:263\$397 réis de que alcançando sentença condenatória contra a Viúva Cabeça de Casal Dona Clara Antônia de Oliveira e seu Pai o Capitão Felisberto Pinto Bandeira como tutor de órfãos = Seus Netos entre os mais bens que nominaram sendo requeridos foi um Campo denominado Ibirapuitã, em que o dito finado tinha estabelecido Casas, Currais e mangueiras, e sua porção de Animais Vacuns e Cavalares, por despacho do Tenente Coronel João de Deus Mena Barreto, então Comandante dos Povos de Missões, proferido no 1º de Julho de 1805

no Documento que junto sob a respeitável presença de Vossa Excelência, cuja Faculdade concedeu depois de Informado por devoluto da competente corporação, e assim correndo a execução seus devidos termos pondere [*sic*] em Praça pública o arrematou o suplicante para seu pagamento com vênias do Doutor Desembargador Juiz de Fora e Órfãos por 2.400\$000 réis, cobrindo todos os lances em dita Praça de 28 de Fevereiro do corrente ano de 1811, por mão de seu bastante procurador, e juntamente todos os animais Vacuns e Cavalares, pagando posteriormente por si a sisa que competia de 2.400\$000 réis e satisfeita requereu ao mesmo Doutor Desembargador Luiz Correia Teixeira de Bragança carta de arrematação para seu título, a qual se lhe passou em 11 de Março do mesmo corrente ano, como se lhe indica da certidão em suma expressa da [*sic*], igualmente junta, consequências de que é do deduzido. Recorre a Vossa Excelência haja por bem do indulto e concessão de sua Carta de Sesmaria de três léguas de comprido, e uma de largo no mencionado Campo declarado de Ibirapuitã, que se divide pelo Sueste com o serro denominado Nhandiá, pelo Sul com Santo Eustáquio, pelo Leste com Ibirapuitã Mirim, e pelo Oeste com Ibirapuitã Grande, pois que tendo o suplicante avultado número de animais vacuns e cavalares já prontos para continuar por sua conta aquele estabelecimento bastantes, e suficientes possibilidades ainda mesmo além dos animais que criar, para cultivar. Pede a Vossa Excelência seja servido mandar-se lhe passe sua Legal Carta de Sesmaria para assim possuir em paz pacífica no presente, e para o futuro o predito Campo, com sossego, e sem embaraço que duvida faça de cuja equidade.

Espero Receber Mercê (AHRS, Sesmaria de José de Souza Brasil).

Ao prosperarem, muitos comerciantes faziam uso do pedido de sesmaria, já que “o volume de gado utilizado como pagamento de dívidas era tão grande que muitos comerciantes pediram sesmarias, ou sobras de terras devolutas, para invernarem seus animais” (SOUZA, 1998, p. 204). João José Ribeiro Fragoso, ao estudar as relações sociais no Brasil do período colonial, diz que esta seria uma forma de os comerciantes obterem capital social, passando a serem vistos como parte da elite local, enobrecendo-se através da posse da terra. Segundo ele, não se pode pensar que comerciantes, que vinham enriquecendo com o seu trabalho, fossem sempre rivais da “nobreza da terra”, pois “a nobreza da terra não era contra os comerciantes. Ela procurava, sim, ter ascendência sobre o mercado e, neste momento, podiam ocorrer disputas entre eles; ou melhor, entre setores da nobreza contra frações do grupo mercantil” (FRAGOSO, 2005, p. 67).

Neste ambiente de disputas por uma melhor colocação social, Fragoso diz que “um comerciante sem aparentados na terra, para usar uma expressão seiscentista, podia comprar terras e construir um engenho e, obviamente, ocorreram aquisições feitas à principal nobreza da terra” (FRAGOSO, 2005, p. 216). Desta forma, José de Souza Brasil acaba adquirindo um capital social dentro da comunidade da região de Rio Pardo, que faz dele uma importante figura dentro da sociedade na qual havia pouco tempo tinha se estabelecido. O fato de acontecerem mudanças, não significa uma quebra da

ordem hierárquica da monarquia, mas um rearranjo das forças locais diante da ascensão de homens mais ligados às práticas mercantis. Para comerciantes como José de Souza Brasil, a diversificação das suas atividades era importante como forma de inserção social, como forma de aplicação do capital adquirido.

Temos comerciantes que investiam na agricultura e na atividade manufatureira, bem como criadores de gado que obtinham rendimentos de outras fontes. A diversificação econômica foi a tônica dos investimentos no período, devido ao quadro de instabilidade provocado por flutuações internacionais e pelos frequentes confrontos bélicos na região São estes sobressaltos que expõem a habilidade subjetiva dos agentes em manejar a realidade na qual estavam inserido (COMISSOLI, 2011, p. 215).

José de Souza Brasil pede a sesmaria como pagamento de dívida feita pelo Tenente José Lourenço da Silva, sendo seu sogro Felisberto Pinto Bandeira. Vemos como a acumulação de capital, por parte de José Brasil, possibilitou que ele, um indivíduo com trajetória de vida dispare da de seu devedor, acabasse, por força da sua atividade mercantil, adquirindo terras como forma de se compatibilizar com a “nobreza da terra”, da qual seu devedor fazia parte. Segundo Dante de Laytano, Felisberto Pinto Bandeira, fazia parte de uma das mais importantes famílias da região sul.

Sua sepultura [de Felisberto Pinto Bandeira] fica no adro da igreja de S. Francisco. Gravaram-lhe o nome na pedra à entrada da porta principal do templo. Faleceu em 1831. Foi Ministro da Ordem 3ª de S. Francisco, o que revela a importância que desfruta na sociedade do seu tempo.

[...] Sexto filho de Francisco Pinto Bandeira, nascido em Laguna e falecido no Rio Pardo, coronel comandante do Regimento de Dragões, e Clara Maria de Oliveira, da Colônia do Sacramento, descendente dos primeiros povoadores portugueses do Rio Grande (LAYTANO, 1979, p. 239)²⁶.

Márcia Eckert Miranda, em sua tese de doutorado, aponta que ao longo de sua história, a região mais meridional do Brasil sempre esteve coadunada com a política internacional defendida pelo poder central ao qual ela era vinculada - seja da metrópole portuguesa, no período colonial, seja do Rio de Janeiro, após a Independência do Brasil.

Trabalhamos com a hipótese que essa autonomia de ação na fronteira tinha por alicerce o controle dos meios estratégicos para a guerra, ou seja, sobre animais, colheitas e principalmente sobre homens portadores de armas e montarias que compunham as forças auxiliares às tropas regulares e os pequenos exércitos particulares. Essa autonomia se manifestava no movimento de tropas de animais na fronteira e na realização de guerras privadas com a mobilização de milícias próprias e das tropas de segunda linha sob seu comando, ações toleradas pelo Estado devido à sua impossibilidade de prescindir do apoio desses homens para a expansão e defesa do território (MIRANDA, 2009, p. 28).

²⁶ Sobre os Pinto Bandeira, ver: SILVA, Augusto da. **Rafael Pinto Bandeira**: de bandoleiro a governador: relações entre os poderes privados e público em Rio Grande de São Pedro. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1999.

Para Márcia Miranda, a colaboração dos homens de armas do Rio Grande do Sul nas lutas contra os castelhanos resultavam na aquisição destes de títulos nobiliárquicos, concessões de lotes de terra (sesmarias e datas), reforçando o poder de uma elite local que se mantinha graças à legitimação vinda do governo central. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, e a prática de novas políticas com relação à região, começa a fomentar um sentimento de insatisfação nesta elite local, que começou a se incompatibilizar com o poder central – no que acabaria por resultar na Revolução Farroupilha.

José de Souza Brasil fazia parte de um novo tipo de elite, fruto das relações comerciais dentro da região, era um homem do capital, não das armas, portanto de uma elite diferente da que vinha desde o século XVIII formando o Rio Grande do Sul a ferro e fogo.

Retomando o pedido de terras feito por José de Souza Brasil, quando se era feito um pedido de sesmaria, cabia ao escrivão pregar o edital na porta da igreja referente à freguesia na qual se está solicitando a terra, para o caso de se verificar se a terra pedida já não tinha proprietário. Este processo foi feito pelo escrivão Antônio Francisco dos Reis, em Caçapava, região próxima onde localizava-se a terra pedida por José de Souza Brasil. No entanto, apareceu alguém reivindicando a posse da terra.

Certifico que pregando o Edital na parte mais pública desta Capela, no dia dois de Abril de mil oitocentos e doze, imediatamente se me apresentou Antônio Duarte do Amaral, dizendo-me que as confrontações deste Edital abrangiam os terrenos em que se achava estabelecido, sendo ele o primeiro povoador (AHRs, Sesmaria de José de Souza Brasil).

Após ser informado disso, José de Souza Brasil procurou documentos e testemunhas que pudessem dar a garantia de que as terras que ele solicitava não pertenciam ao reclamante. Assim sendo, no dia 18 de agosto de 1812, o ouvidor de Rio Pardo, Antônio Monteiro da Rocha, deu o seguinte encaminhamento ao Governador da Capitania.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.
O requerimento do Suplicante José de Souza Brasil é verdadeiro e sendo-lhe concedido o Campo, não se prejudica a pessoa alguma como consta da mesma informação da Câmara.
Mas Vossa Excelência resolverá. Deus Guarde Vossa Excelência muito anos.
Rio Pardo, 18 de Agosto de 1812.
Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Diogo de Souza, Governador Capitão Geral.
[Assinado] Antônio Monteiro da Rocha (AHRs, Sesmaria de José de Souza Brasil).

O casal Brasil teve os seguintes filhos: José de Souza Brasil, Francisco de Assis Brasil, Ana de Souza Brasil e João de Souza Brasil. Porém, em 1815, José de Souza Brasil faleceu e deixou sua mulher com todos os filhos ainda menores de idade. Neste momento, Florinda assume a condição de viúva-cabeça-de-casal. Segundo as Ordenações Filipinas²⁷, quando uma mulher morria, o seu esposo se mantinha na sua antiga posição, enquanto a mulher, no caso do falecimento do seu cônjuge, adquiria a posição de cabeça-de-casal.

Em tanto que se alguns dos herdeiros, ou Legatários, ou qualquer outra pessoa tomar posse de alguma cousa da herança depois da morte do marido, sem consentimento da mulher, ela se pode chamar esbulhada, e ser-lhe-á restituída pois que tanto que o casamento é consumado per copula é a mulher feita meeira em todos os bens que hão ambos (como dissemos no Título 46: *Como o marido e mulher*); e o marido por morte da mulher continua a posse velha, que antes tinha, justa razão é que por morte do marido fosse provido a ela de algum remédio acerca da posse, o qual remédio é, ficar ela em posse e cabeça de casal (1870, p. 949-950) [grifos no original]

Na ausência do marido, a mulher podia tomar a dianteira na condução dos negócios da família, bem como seguir o seu papel de responsável pelo provento dos seus filhos. No Título 108, do Livro IV das Ordenações, consta um dispositivo que limita o usufruto da posse dos bens por parte da viúva. Temia-se que a perda do marido levasse as mulheres a gastar toda a herança dos filhos, podendo deixá-los desprovidos no futuro.

Segundo Teresa Cristina Marques e Hildete de Melo, em estudo sobre o direito de propriedade das mulheres por intermédio de herança, fazendo deste aceso um fator de autonomia da posição feminina dentro da ordem patriarcal do Brasil, demonstram que ao se tornar independente, o Brasil manteve toda a legislação oriunda de Portugal, não havendo um rompimento com o ordenamento vigente desde o período colonial.

Do ponto de vista do direito sucessório, a transmissão de patrimônio no mundo luso-brasileiro era regida pela legislação consolidada nas *Ordenações Filipinas* de 1603, especialmente, nas disposições contidas no Livro IV daquele livro, somadas a todos os diplomas legais baixados posteriormente. No Brasil, o processo de Independência não levou à ruptura com o marco institucional português, uma vez que, ao ser instaurado o novo Império, em 1823 [*sic*], adotou-se a legislação civil portuguesa. Tal marco legal

²⁷ Portugal começou a compilar suas leis pela primeira vez em 1425, por ordem de Dom João I, sendo divulgadas apenas no reinado de Dom Afonso V. Era uma coleção de cinco volumes dedicados a questões administrativo-jurídicas, eclesiásticas e de princípios do Processo Civil e Penal. Estas leis foram reordenadas por Dom Manuel I, em 1505. Durante a União Ibérica (1580-1640), Felipe I de Portugal (II da Espanha) mandou rever as ordenações organizadas por Dom Manuel I, sofrendo poucas alterações. Foram publicadas em 1595, já no reinado de Felipe II (III de Espanha). Elas só receberam a confirmação definitiva durante o reinado de Felipe III (IV de Espanha), passando a vigorar sob o nome de Ordenações do Reino. No Brasil tiveram vigor até a Constituição de 1824 (FLORES, 2008, p. 426).

permaneceu em vigor no país, com sutis alterações, até a promulgação do Código Civil em 1916.

Representa essa, portanto, uma longa tradição mantida no Direito brasileiro, baseada numa concepção negativa da mulher na sociedade. Aos olhos do legislador, a mulher qualificava-se como o *fragilitas sexus* e, portanto, deveria ser mantida submissa ao jugo do pai ou do marido (MARQUES; MELO, 2001, p. 158).

Felizmente nada de ruim se sucedeu na criação dos filhos do casal José e Florinda, como é o caso de Francisco de Assis Brasil, futuro pai de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Francisco nasceu dia 4 de outubro de 1810, em Rio Pardo, e recebeu o nome Francisco por ter nascido no mesmo dia do santo. Segundo depoimento da filha de Joaquim Francisco de Assis Brasil, seu avô paterno “foi batizado na Igreja de São Francisco, em Rio Pardo” (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 127), o que não procede, segundo seu registro de batismo.

Francisco

Aos vinte dias do mês de outubro de mil oitocentos e dez anos, nesta Matriz do Rio Pardo, Batizei solenemente, e pus os Santos Óleos ao inocente Francisco, nascido a quatro deste mês, filho legítimo de José de Souza Brasil, natural da Freguesia da Vila Nova de Santa Ana da formosa de Laguna, e de sua mulher Florinda Clara de Oliveira, natural desta Freguesia. Avós paternos João de Souza Brasil Rosales, da Ilha de São Jorge, do Bispado de Angra, e Maria do Rosário, natural da Vila das Velas da mesma Ilha. Avós maternos Alexandre Cardoso Ferreira, natural da Freguesia da Candelária da Corte do Rio de Janeiro, e Ana Luiza Queiroz, natural da Vila de São Pedro do Rio Grande. Foram padrinhos, Francisco José de Carvalho, por seu bastante procurador o Padre Manoel Muniz Simões, abaixo assinado, e Nossa Senhora do Rosário, Padroeira desta Matriz. Para constar faço este assento que assinei.

[Assinado] O Coadjutor Manuel Muniz Simões (AHCMPA, Livro de Registro de Batismos da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, nº 8, p. 145 v).

Francisco segue os negócios do pai e se torna figura de relevância dentro da sociedade rio-pardense. Rio Pardo segue sendo um importante ponto comercial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo o viajante francês Arsène Isabelle, que passou pela cidade em princípios da década de 1830, “o comércio é próspero, porque este ponto é o armazém de abastecimento das cidades e vilas do norte e oeste; dali partem continuamente tropas de mulas e carretas para todas as povoações do interior” (ISABELLE, 1983, p. 52).

A comunicação via fluvial, ligando Porto Alegre a Rio Pardo pelo rio Jacuí, seguia movimentada, pois era um transporte rápido para a época e que levava grandes quantidades de mercadorias. Alguns barcos chegavam a carregar até vinte toneladas,

enquanto pirogas traziam as mercadorias de menor peso. As pessoas que para Rio Pardo se dirigiam vinham em barcos de maior calado. Este tipo de transporte, fluvial, era muito mais ágil do que o feito por mulas ou carroças pelas estradas da província.

De ideias conservadoras e monarquistas, quando das vésperas da Revolução Farroupilha, Francisco de Assis Brasil sente que a eminência de um conflito armado que tomaria conta de toda a província seria perigoso para ele, por isso decide fazer seu testamento.

Eu Francisco de Assis Brasil, achando-me em minha perfeita saúde, e claro entendimento; porém temendo a minha morte, faço e ordeno o meu Testamento da forma seguinte.

Sou Natural desta Vila do Rio Pardo, filho legítimo dos falecidos José de Souza Brasil e D. Florinda Clara de Oliveira.

Professo a Religião Cristã Católica Romana, e sou solteiro.

Nomeio por meus Testamenteiros, em primeiro lugar a meu Primo José Maria de Souza e segundo, a meu Primo Ignácio Francisco de Camargo e em Terceiro a meu Irmão João de Souza Brasil; e lhes peço a cada um por sua ordem queiram aceitar esta testamentaria e cumprir estas minhas disposições causa mortis no que aceitar o hei por abonado o juízo e fora dele.

Deixo todos os meus Escravos em plena Liberdade pelos bons serviços que me tem feito, servindo-lhes esta verba de carta de Liberdade que o meu Testamenteiro fará extrair certidão dela e entregará a cada um deles.

Declaro que os Escravos Nazário, Rufino e Teodolito se conservarão em poder de meu Mano João de Souza Brasil, até terem a idade de vinte anos, que logo que completarem poderão ir gozar de sua Liberdade.

Declaro que possuo metade de uma morada de casas sitas *[sic]* na Rua do Brasil desta Vila e uma casa velha na Rua de Santo Anjo contiguas as casas de morada de Francisco Gomes da Silva, possuo mais uma parte do campo de Ibirapuitam, como consta do inventário e partilhas feitas por morte de meu Pai e da mesma possuo no campo de Cambary a parte que consta do inventário e partilhas feitas por morte de minha Mãe e possuo animais vacum e cavalares.

Determino que o meu Testamenteiro dizer *[sic]* cem missas pela minha alma, e mais cem pelas dos pobres, e se eu falecer antes do meu Testamenteiro, quero que este faça o meu enterro com economia.

Deixo para a Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Porto Alegre um conto de reis em moeda corrente, para a Igreja de São Francisco de Assis desta Vila quinhentos mil reis, para a Igreja Matriz desta mesma Vila quinhentos mil reis e para a do Senhor dos Passos também desta Vila duzentos mil reis.

Deixo a cada um dos meus Escravos cem rezes de criar que o meu Testamenteiro lhes entregará e as que pertencerem aos três Escravos que ficam em poder de meu mano João de Souza Brasil, o meu Testamenteiro as entregará ao dito meu Irmão para telas em seu poder até os seus donos terem idade de poderem tomar conta delas.

Deixo a cada uma das minhas Primas solteiras filhas de Vicente Ferreira de Camargo cinquenta mil reis, e a minha Prima Rosa Viúva filha do mesmo Camargo cem mil reis tudo em moeda corrente.

Deixo a José Francisco de Barros, casado com minha Prima Demenciana duzentas rezes de criar, vinte cavalos mansos e vinte éguas xucas.

Deixo a minha Prima Maria Januária, filha de minha Tia Francisca Joaquina cem mil em moeda corrente.

Deixo a Parda Elena que foi Escrava da falecida minha Mãe cinquenta mil reis em moeda corrente.

Deixo a Francisca Alves de Lima pelo bem que me tem tratado estando em minha companhia todos os remanescentes dos meus bens; e rogo ao meu Testamenteiro queira ter com ela toda a atenção; e arranjar a melhor forma de ela se estabelecer decentemente.

Deixo o prazo de um ano ao meu Testamenteiro para cumprir todas as minhas disposições deste meu testamento.

Deixo a meu Primo José Maria de Souza dois contos de reis em moeda corrente.

E por esta forma tenho feito este meu Testamento e disposições de última vontade que quero se cumpram e guardem e tenham validade e produzam todo o seu cumprido e feito pela melhor forma que por direito valer possam, como Testamento Concílio, ou por qualquer outra forma que se permite a qualquer dispor dos seus bens causa mortis; e para isso aqui é por subentendidas, como se todas e de cada uma delas fiz a especial menção, todas as cláusulas e solenidades que por direito se requerem.

Rio Pardo 9 de setembro de 1835.

[Assinado] Francisco de Assis Brasil (APERS, Testamento de Francisco de Assis Brasil, p. 2-4).

O testamento foi lacrado, com cinco pingos de cera, em Rio Pardo, em 9 de setembro de 1835, pelo tabelião Antônio Francisco Corina, sendo aberto apenas em 25 de novembro de 1874, após seu falecimento, em 1872, na cidade de São Gabriel, pelo tabelião Manoel Martins da Silveira Lemos. Pode-se ver que mesmo sendo um indivíduo de pouca idade, 24 anos na época da feitura do testamento, Francisco de Assis Brasil já era um homem de muitas posses – muito disso graças ao capital acumulado em vida pelo seu pai e pela boa gerência que sua mãe deu a sua herança.

A situação política da região era de grande tensão, pois, como aponta Arsène Isabelle, havia uma divisão política entre dois partidos: “os *Caramurus*, compreendendo os simpatizantes do governo monárquico, e *Farroupilhas* ou *Sans culotes*, simpatizantes do governo republicano”. Segundo Isabelle, os farroupilhas “estão em dissidência entre si, uns querendo adotar a forma *unitária*, outros a forma *federativa*” (ISABELLE, 1983, 62) [Grifos do autor].

Quando da eclosão da revolução farroupilha, em 20 de setembro de 1835, algumas cidades se colocaram contra o levante – Rio Pardo foi uma delas. Diante da recusa da cidade em aderir ao movimento revolucionário, ela foi tomada em 9 de outubro.

Francisco de Paula, Sebastião Sarmento Menna, Antônio Vicente da Fontoura, Cândido Azambuja, cada um comandando umas duas centenas de republicanos, fecharam, no dia 9 de outubro, Rio Pardo em círculo de fogo. Enquanto isso, Andrade Neves, Ferreira de Azevedo e Silva Barbosa, imperiais intransigentes, quiseram defender Rio Pardo. Mas a pressão republicana era poderosa. Os imperiais capitularam com a condição de poderem sair livremente. Os republicanos aceitaram. *Rio Pardo caiu nas mãos dos farrapos* (LAYTANO, 1983, p. 117). [Grifos nossos]

Após isso, em 19 de outubro, a Câmara Municipal de Rio Pardo enviou ofício assinado por José Rodrigues Ferreira, presidente da câmara, dirigido ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro²⁸, que havia tomado posse em lugar de Antônio Rodrigues Fernandes Braga²⁹, na presidência da província, após o dia 20 de setembro. O documento saúda o fim do governo de Rodrigues Braga na província, por ser uma administração contrária aos interesses dos habitantes do Rio Grande do Sul.

A bem fundada deliberação que tomou a maioria de [sic] Municípios desta Província, de fazer deixar a Presidência, o Doutor Antônio Rodrigues Fernandes Braga, substituindo-o Vossa Excelência na conformidade da Lei para presidir ao Destino de seus habitantes, foi sem duvida uma medida já há muito tempo reclamada pela honra e dignidade d'aflita Pátria. Este passo que desconcertou o gigantesco plano, que pretendia fazer brotar a mal regada Árvore do Despotismo; banhou de prazer os verdadeiros Patriotas, amigos da Lei, e do Trono de Abril. A Câmara Municipal de Rio Pardo, sempre fiel a vós [sic] dos seus mais sagrados deveres, e órgão do Povo por quem representa, concitou o desejo de felicitar a Vossa Excelência por tão ponderoso motivo, e pelas virtudes morais, e sentimentos de Filantropia, que ornou o distinto caráter de Vossa Excelência na certeza de que, tão dignos atributos, vão abrir de novo nesta província, os caminhos da prosperidade pública. Digne-se Vossa Excelência a colher benigno os votos desta Câmara, pronta sempre a desempenhar os gratos deveres que o respeito lhe impõem (AHRs, Autoridades Municipais. Rio Pardo).

A cidade foi muito disputada ao longo da Revolução. Entre idas e vindas às mãos de *caramurus* e *farroupilhas*, a cidade teve aquele que foi considerado como uma das maiores vitórias dos farroupilhas: o combate do Barro Vermelho³⁰. A posição

²⁸ Marciano José Pereira Ribeiro (Minas Gerais – São Gabriel, 04/03/1840). Formado em medicina na Universidade de Edimburgo, clinicou em Porto Alegre por convite feito por seu tio Antônio Pereira Ribeiro, que era vigário em Taquari. Republicano, ingressou no Partido Farroupilha, logo se tornando seu chefe no Rio Grande do Sul. Participava do *Gabinete de Leitura*, local que servia de ponto de encontro dos farroupilhas. Editou o jornal *O Continente*. Foi eleito deputado à primeira legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, em 1835, se tornando presidente da mesma e ficando em quarto lugar na escolha do vice-presidente da província. Assumiu a presidência da província com a deposição de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 21 de setembro de 1835. Permaneceu na presidência até a tomada de Porto Alegre pelos imperiais, em 15 de junho de 1836. Foi preso e remetido para o Rio de Janeiro. Libertado por habeas-corpus, regressou a província depois de alguns anos, vindo de Buenos Aires, vindo a falecer logo em seguida (FLORES, 2008, p. 509).

²⁹ Antônio Rodrigues Fernandes Braga (Rio Grande, 1805 – Rio de Janeiro, 26/02/1875). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi indicado para a presidência da província por Bento Gonçalves da Silva, quando este esteve na corte para dar explicações sobre acusações de contrabando praticado na fronteira, após confabular com Diogo Feijó, futuro Regente. Na fala de abertura da Assembléia Provincial, em 20 de abril de 1835, disse que havia uma revolução separatista em curso no Rio Grande do Sul. Diante da falta de combatentes para resistir à investida dos revolucionários, deixa a capital da província em 20 de setembro, sendo considerado deposto pelos farroupilhas. Tenta fazer de Rio Grande a nova sede do governo, mas a chegada de um novo presidente nomeado pela regência faz com que ele parta para o Rio de Janeiro (FLORES, 2008, p. 101).

³⁰ Combate ocorrido em 30 de abril de 1838, entre as forças rebeldes comandadas por Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto e Domingos Crescêncio de Carvalho, contra os imperiais Sebastião Menna Barreto e José Joaquim de Andrade Neves. Derrotados os monarquistas, os revolucionários fizeram prisioneiros a banda que acompanhava as tropas reais, incumbindo o seu maestro, Joaquim José de Mendanha, de compor um hino para a República Rio-Grandense. Ver: MARQUES, Leticia Rosa. **O Maestro Joaquim José de Mendanha**: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no

geográfica e o forte comércio tornavam a cidade de Rio Pardo um local de máxima importância para os interesses estratégicos de ambos os lados da contenda.

Como se pode notar, para alguém como Francisco de Assis, que era monarquista e possuía grande patrimônio, Rio Pardo era um local muito perigoso. Durante a Revolução muitas apreensões foram feitas de bens pertencentes a pessoas contrárias ao movimento deflagrado na província³¹.

Não se sabe exatamente quando, mas Francisco abandona Rio Pardo e segue rumo ao sul da província. Chegando lá, se estabelece como estancieiro na Fazenda São Gonçalo, em São Gabriel. Em 1843 contrai matrimônio com uma natural de Rio Pardo, Joaquina Theodora de Bem Salinas.

Joaquina

Aos vinte oito dias do mês de Abril de mil oitocentos e vinte nesta Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, batizei solenemente a inocente Joaquina, nascida a fins de Fevereiro do mesmo ano, filha legítima de Joaquim Thomas de Bem Salinas, natural e Batizado na Freguesia da Sé do Rio de Janeiro, e de Dona Joaquina Theodora de Bem Salinas, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, da Cidade do Rio de Janeiro, neta paterna de José Caetano da Silva, e de Dona Joana Perpétua de Sá ambos naturais da mesma Cidade: materna de Manoel do Espírito Santo Araújo, natural do Rio de Janeiro, e de Dona Maria Joaquina do Rosário Lessa natural da Praça da Colônia do Sacramento: foram padrinhos Gaspar Francisco Gonçalves, e Dona Ana Joaquina Saldanha. Do que para constar fiz esse assento, a que assinei.

[Assinado] O Coadjutor Januário Francisco Fagundes de Souza (AHCMPA, Livro de Registro de Batismos Igreja Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, nº 10, p. 42 v.).

Como se pode ver pelo registro de batismo de Joaquina, seus pais não eram naturais do Rio Grande Sul. Eles partiram para o extremo sul do Império do Brasil em busca de novas possibilidades de vida, numa região, que, como já foi mostrado anteriormente, passava por forte desenvolvimento econômico, propiciando que mesmo pessoas novas na região pudessem prosperar financeiramente. O casamento dos dois,

Brasil oitocentista. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) PUCRS, 2017. Sobre Rio Pardo e os Andrade Neves, ver: COSTA, Miguel Angelo Silva da Costa. **Entre a “intolerância política” e a “sede ardente de mando”**: família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luis Gomes da Silva (1845-1870). São Leopoldo: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2011; e COSTA, Miguel Angelo Silva da. **Entre a Flor da Sociedade e a Escória da População**: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). São Leopoldo: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2006.

³¹ Ver: SCHMITT, Anderson Marcelo. **“Não admitindo escusa alguma”**: confiscos e recrutamentos na Guerra dos Farrapos (1835-1845). São Leopoldo, Oikos, 2016. Sobre recrutamentos e *desapropriações* de escravizados, ver: CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade**. Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2013.

diferentemente do casamento do pai de Francisco, não foi com alguém de uma família que já tinha anos de vivência dentro da província. Talvez, como Francisco era uma pessoa com muitas posses, como demonstra seu testamento, ele conseguia fugir da conveniência de fazer um casamento em busca de adquirir mais capital financeiro e social. Ou estes novos grupos, que chegaram ao Rio Grande do Sul de forma mais tardia, em princípios do século XIX, já estivessem promovendo casamentos entre si, não vendo a necessidade de se integrar com a velha elite rural/militar, responsável pela formação da região.

O casal vai ter quatorze filhos, ao longo de vinte nove anos de casados. No entanto, somente nove se criaram: João, Antônio, Felisberta, Florinda, Maria, Bartolomeu, Paulo, Diogo e Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Primeiras Letras

Joaquim Francisco de Assis Brasil teria nascido dia 29 de julho de 1857. No entanto, o ano do seu nascimento é fonte de controvérsia. Segundo sua filha, Dona Joaquina de Assis Brasil, seu pai nasceu de fato em 1858, mas sua mãe, por ocasião da morte de seu marido, em 1872, “providenciou então a mudança do batistério de Assis Brasil”, fazendo dele um ano mais velho, de modo que pudesse, antes do previsto, contar sua maior idade, o que lhe possibilitaria tomar decisões junto a questões burocráticas, com bancos e cartórios, por exemplo.

Segundo o depoimento de sua filha,

Assis Brasil é batizado, a 30 de janeiro, na Igreja do Arcanjo São Gabriel, em São Gabriel. Seu batistério está registrado à folha 33 do Livro primeiro de Registros de Batizados na referida Igreja. Foram seus padrinhos o Pe. Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva e Dona Edwiges Clarinha de Oliveira. Foi este padre quem sugeriu além do nome Joaquim, o de Francisco de Assis, para honrar o pai (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 37).

Na realidade o registro de batismo de Assis Brasil consta do livro primeiro de justificações da freguesia de São Gabriel, realizado em 13 de outubro de 1877, atendendo solicitação de sua mãe. Os livros de justificação de batismo eram códices que tinham a função de registrar os batizados ocorridos e não registrados nos livros formais da igreja. A família tinha que comparecer a paróquia sede de freguesia e levar testemunhas para provar que o batizado tinha ocorrido. Com base nos dados fornecidos era feito o registro pelo escrivão da vara eclesiástica da comarca – no caso foi à comarca de São Gabriel.

Em virtude da sentença do Reverendo Cônego Vigário da Vara desta Comarca, proferida nos autos de justificação de batismo de Joaquim, filho legítimo do finado Francisco de Assis Brasil, e Dona Joaquina Theodora Brasil, a quem esta procedeu por este Juízo seja o assento do teor seguinte. Aos trinta dias de janeiro de mil oitocentos e sessenta, nesta freguesia de São Gabriel, o Reverendo Vigário Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva, já falecido, batizou solenemente e pôs os Santos Óleos, a Joaquim, branco, nascido a vinte e nove de julho de mil oitocentos e cinquenta e sete, filho legítimo de Francisco de Assis Brasil, já falecido, e Dona Joaquina Theodora Brasil; neto pela parte paterna de José de Souza Brasil e Dona Florinda Clara de Oliveira, e pela materna de Joaquim Thomas de Bem Salinas e Dona Joaquina Theodora de Bem Salinas: foram padrinhos, o Vigário Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva e Dona Edwiges Clarinda de Oliveira. E para constar se lavrou o presente termo, que vai assinado pelo Reverendíssimo Vigário da Vara desta Comarca de São Gabriel, aos treze de outubro de mil oitocentos e setenta e sete. Eu Camillo Xavier de Mello, Escrivão da Vara, que o escrevi.

[Assinado] Vigário João Peixoto de Miranda e Veras (ADB, Livro 1º de Justificações de Batismo de São Gabriel, p. 33-33v.).

Durante o século XIX, em regiões como a de São Gabriel, o padre tinha que cobrir uma área muito grande. Além disso, devido à distância, muitas vezes acontecia de o batizado ser realizado na residência da família, recebendo uma lembrança do batismo como forma de registrar o nascimento da criança. É possível que isso tenha ocorrido com Assis Brasil, bem como outros dos seus irmãos, pois, durante a pesquisa realizada no Arquivo da Diocese de Bagé, nos livros regulares de registro de batismo, só foram encontrados os registros de batismo de três irmãos de Assis Brasil: Francisca e José, que estão entre os irmãos que acabaram falecendo crianças, e de seu irmão mais velho, João.

João

Aos trinta dias do mês de Julho do ano de mil oitocentos e quarenta e sete nesta Vila de São Gabriel Batizei solenemente o inocente João nascido a dezessete de Março de mil setecentos e quarenta e cinco, filho de Francisco de Assis Brasil e de sua mulher Joaquina Theodora Brasil, avós paternos José de Souza Brasil e Florinda Clara de Oliveira, maternos Joaquim Thomas de Bem Salinas e Joaquina Theodora de Bem Salinas foram Padrinhos João da Silva Brasil e Maria Joaquina Bem Salinas, Do que para Constar mandei fazer este termo que assignei.

[Assinado] O Vigário Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva (ADB, Livro 3º de Registro de Batismo da Igreja do Arcanjo São Gabriel, p. 287 e 287v.).

Nota-se que com relação ao depoimento da filha de Assis Brasil, apesar da divergência com relação ao tipo de livro que contém o batistério de seu pai, os dados conferem³². Além disso, ela também diz que o padre Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva, que além de celebrar o batismo foi padrinho de seu pai, “teve um grande destaque na Revolução Farroupilha” (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 127).

³² No capítulo seguinte a questão do registro de batismo de Assis Brasil será retomada.

Segundo Arlindo Rupert, o padre Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva foi nomeado cura de São Gabriel em 29 de março de 1835, tomando posse no mês seguinte. Pela “lei da Assembléia Provincial de 23 de dezembro de 1837 o curato de São Gabriel foi elevado à paróquia, que foi logo confirmada, tornando-se o cura supra seu primeiro pároco” (RUPERT, 1998, p. 77). O padre Joaquim Ribeiro foi sacerdote desta freguesia até sua morte, em 26 de outubro de 1861, contando 60 anos de idade.

Assim sendo, durante a Revolução Farroupilha, o padre Joaquim Ribeiro já era pároco de São Gabriel e tinha ligações com os revoltosos. Entre eles, o ministro Domingos José de Almeida³³, a quem dirige carta, em 25 de dezembro de 1841, solicitando a intervenção do ministro em prol do “meu Amigo o Doutor inglês João Jorge Moogem Professor de Medicina, a pouco chegado de São Paulo”, que havia entrado na província com uma tropa de mulas e escravos, os quais na cidade de São Gabriel foram apreendidos por um tenente revolucionário de nome Leonardo. Assim sendo, ele pede que

Exmo. Senhor que atendendo a sua simplicidade, e ser um Estrangeiro que não está imbuído das leis, usos e costumes do lugar a tal respeito, e não ter havido exemplo, motivo este que tenho a coragem de ir aos pés de V. Exa. implorar por este desgraçado, porque pagando os competentes Direitos fique desonerado, se é que tenho um pequeno valimento para com V. Exa. e conhecendo, que tal malícia não existia em tão bela pessoa, não só por suas qualidades como tão bem por sua educação (CV-8842).

No dia 6 de janeiro de 1842, Domingos José de Almeida responde a carta do padre Joaquim Ribeiro, mostrando conformidade com as queixas transmitidas pelo “seu camarada e fiel amigo”, além de preocupação com a percepção que um inglês poderia ter da nascente República Rio-Grandense.

De ofício ora me dirijo a V. Ex.^a acerca do negócio do Dr. João Jorge Moogem, e por esta, confidencialmente, me pareceu dever comunicar a V. Ex.^a que muito convém ser este cidadão inglês tratado com delicadeza e atenção, para fazer constar a seus concidadãos qual nosso procedimento a

³³ Domingos José de Almeida (Diamantina 09/07/1797 – Pelotas, 06/05/1871). Veio para o Rio Grande do Sul como tropeiro. Estabeleceu-se em Pelotas, casando-se com Bernardina Barcelos de Lima, em 21/12/1824. Tornou-se charqueador e desenvolveu estabelecimento que era modelo para as outras charqueadas por usar força a vapor. Adquiriu grande fortuna e chegou ao posto de coronel da Guarda Nacional de Pelotas. Em 1835 é eleito deputado para a primeira Assembléia Provincial, onde acaba envolvendo-se com os liberais exaltados. Durante a Revolução Farroupilha foi ministro, de quase todas as pastas, e responsável por toda a organização burocrática da República Rio Grandense. Foi um dos elaboradores do projeto de constituição da república (FLORES, 2008, p. 36). Sobre Almeida, ver: MENEGAT, Carla. **Domingos José de Almeida**. O estadista da República Domingos Rio-grandense (o casal José de Almeida e Bernardina Rodrigues na Revolução *Farroupilha*). Curitiba, Instituto Memória, 2010; e BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A Casa e suas Virtudes**: Relações familiares e elite farroupilha (RS, 1835-1845). São Leopoldo: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Unisinos, 2009.

respeito deles, a fim de interessa-los na causa que defendemos pelo interesse comercial que podem de nós obter logo depois de nossa emancipação política; e por isso lhe rogo que o trate bem, e faça com que lhe sejam restituídos os objetos que lhe faltar. Demais o Tenente Leonardo na verdade se perpassou em não receber a fiança oferecida e em trazer a bagagem e escravos do tal Dr. que nada tinham com apreensão das mulas; mas tudo longe de o criminar pelo zelo que desenvolveu pensando fazer um serviço à Pátria (CV 561).

Na mesma correspondência que dirige ao padre Joaquim Ribeiro, Domingos José de Almeida anexa um despacho para que conste de forma oficial que

[...] a ser o Suplicante súdito de uma nação que em coisa alguma tem hostilizado a causa rio-grandense, mande o Sr. Inspetor Geral do Tesouro entregar com urgência ao Suplicante não só a referida tropa, como suas canastras e o que nelas se achava, seus escravos, cavalos, mulas mansas e cargueiros, oficiando ao Exmo. General [João Antônio da] Silveira para dar documento do que faltar pelo preço que por proposta sua mandar ajustar com o Suplicante e determinando ao Coletor de São Gabriel para, à vista desse documento e sem dependência de outra ordem, satisfazer ao suplicante a importância dele, seja em dinheiro, seja em desconto de direitos, ou seja em outra transação qualquer (CV 563).

Domingos José de Almeida, mais do que se preocupar em auxiliar um estrangeiro e amigo de “seu camarada”, o padre Joaquim Ribeiro, via esse fato como forma de tentar angariar a “simpatia” da Inglaterra para o nascente república da qual eles faziam parte. Em carta ao general João Antônio da Silveira³⁴, do dia 7 de janeiro de 1841, Almeida pede para “fazer cumprir quanto a disposto o Governo acerca da pretensão do referido Dr.”. Por isso, Almeida diz que, além das motivações que foram expostas no despacho, há outras que

[...] militam considerações políticas que se não podem desprezar atenta à conduta do governo da nação inglesa a nosso respeito e as simpatias que lhe podemos inspirar, mostrando-lhe com este fato quanto respeitamos e garantimos a propriedade do estrangeiro que entre nós promove qualquer ramo de comércio, artes, ou indústria (CV 562).

Em correspondência de 20 de Janeiro de 1842, João Antônio escreve a Domingos José de Almeida mostrando contrariedade com a decisão do ministro da República Rio-Grandense.

Hora este estranho, e culpável procedimento da parte de um Funcionário a quem incumbe pugnar pelos interesses da Fazenda Pública teve em resultado alcançar a prol do referido Moogem Despacho para receber os bens apreendidos. E seria por mim relevado, que um Estrangeiro assim escarneça de nossos Empregados, e que se jacte que, mediante trinta e sete patações,

³⁴ João Antônio da Silveira (São José do Norte, 1880 – São Gabriel, 22/03/1872). Filho de José Antônio da Silveira e Maria Ignácia. Desde pouca idade esteve envolvido nas lutas militares da região. Participou das campanhas de 1801, 1811, 1812, 1818 e 1820. Comandou o Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional de Caçapava, quando começou a Revolução Farroupilha, no posto de tenente-coronel. Foi um dos seis generais da República Rio Grandense (FLORES, 2008, p. 558).

com que adotou àquele Fiscal, obteve Despacho para reaver os seus bens: resultando da indignidade deste Funcionário Publico o descrédito do Governo? Não se compadeça com os meus princípios; e por isso releve o meu amigo [Tenente Leonardo], que, deixando por em quanto suspensa à execução do Despacho esclareça ao Governo sobre o procedimento do Doutor (CV 9200).

No documento seguinte, datado do mesmo dia, João Antônio nega a devolução dos bens de Moogem, segundo ele por não passar o suplicante de um “contrabandista”, que não ignorava os valores a serem pagos, podendo o fato causar impressão muito ruim a outros estrangeiros, por conta do descumprimento da lei.

Em consequência do exposto como poderia eu dar cumprimento ao despacho pelo Exmo. Governo proferidos a favor do predito contrabandista com tanto escândalo que mais representa uma causa advogada a prol do Estrangeiro, do que o menor vislumbre de imparcialidade e justiça, da qual o Exmo. Governo se tem afastado: obrando só a seu bel-prazer. Se o Exmo. Governo trata seguir o norte, que mais bem lhe aprouver para que referenda Decretos, faz com eles baixar Instruções, e nomeia Empregados? Que as bestas do referido Moogem foram legalmente confiscadas não deve haver a menor duvida, assim como o apreendedor credor da metade de seu produto; e deixando o Governo de assim o praticar tão bem é verdade, que se faz crer conivente com o dito contrabandista. Finalmente até nova decisão do Exmo. Governo julguei conveniente suspender a execução do Despacho, enquanto mui respeitosa e significava a V. Exa. os motivos, que a isso me moverão, que são os desejos que tem todo o bom Republicano de ser cumprida a Lei, sem a qual não pode haver estabilidade no Estado e nem confiança nos subordinados, que no vigor delas descansam seus indivíduos, e fortuna (CV 9201).

Como se pode ver, Assis Brasil tem desde a tenra infância, ligações pessoais com figuras que tiveram participação na Revolução Farroupilha, mesmo tendo um pai que se opunha ao movimento de 1835.

Com oito anos de idade, Assis Brasil vai para Saicã, distrito do município de Cacequi, morar com o tio João de Souza Brasil, para começar a aprender as primeiras letras com o educador Custódio José de Miranda. Quando Assis Brasil começa seus primeiros estudos, em 1866, é um momento de mudanças na perspectiva relativa à educação no Rio Grande do Sul. Até a metade do século XIX, o ensino de história não era obrigatório nas escolas. “A primeira lei de Instrução Primária, de 1837, não inclui a história entre seus conteúdos”. Deste modo, o ensino abrangia apenas lições de leitura, aritmética, princípios de moral cristã e gramática (MOMBELLI, 2015, p. 1). No Rio Grande do Sul, o ensino de história só se tornou obrigatório a partir de 1842. A possibilidade de estudar a história da pátria possibilitou a tentativa de construção da nacionalidade brasileira, fenômeno que já vinha se desenvolvendo na Europa, ao longo

do século XIX. A educação, numa área tão distante dos principais centros urbanos da província, era privilégio de um pequeno grupo que podia custear os estudos dos filhos.

Também havia os professores que ministravam aulas tanto em suas residências como nas dos alunos. Mas esse ensino, não gratuito, excluía de suas classes crianças de famílias com menor poder aquisitivo, restando para elas a instrução subsidiada pelo Estado. A instrução pública tinha dois entraves: o primeiro era a pequena quantidade de escolas, e o segundo, a localização destas – a maioria nos grandes centros populacionais (SILVA, 2006, p. 84).

Deste modo, Assis Brasil pode ser visto como membro de uma elite que por conta do capital acumulado pela família pode fazer seus estudos até o curso superior.

Sendo o ensino não-gratuito [*sic*] durante o Império, eram poucos os jovens cujas famílias tinham condições de custear seus estudos. Pode-se assim dizer que a população brasileira era constituída nesse momento de um enorme contingente populacional que não tinha acesso à instrução (SILVA, 2006, p. 85).

A questão dos estudos de Assis Brasil não foi um problema em termos financeiros, pois sua família tinha enriquecido ao longo de muitos anos no Rio Grande do Sul. Mesmo após o falecimento de seu pai, Assis Brasil, bem como seus irmãos, não ficou desprovido.

Dentre os bens registrados no inventário constavam uma fazenda de criação, denominada São Gonçalo, localizada no 2º distrito de São Gabriel, e que também servia de moradia para a família; uma segunda fazenda, de nome São José, situada no mesmo distrito, e de proporções um tanto menores do que a primeira; onze escravos e 3.961 rezes chucras de criar, dentre outros animais. O montante total dos bens avaliados era de 108:848\$880 réis. Não havia dívidas passivas e nem ativas. Assim, quando da morte de Francisco, os Assis Brasil gozavam de posição social bastante estável, proveniente dos recursos obtidos com a criação de gado, a principal atividade econômica da região da campanha (SACCOL, 2013, p. 50).

A administração dos bens de Assis Brasil, bem como de seus irmãos menores de idade, ficou a cargo de sua mãe, Dona Joaquina, que encaminhou pedido para ser a tutora legal de seus filhos, pois “a lei dava à mulher o direito de administrar os bens dos filhos, contanto que ela fosse nomeada tutora pelo juiz de órfãos e um fiador se responsabilizasse pelo patrimônio da família” (MARQUES; MELO, 2001, p. 159). O pedido foi aceito.

Faço saber aos que a presente Provisão verem, que Dona Joaquina Theodora Brasil me representou que sendo casada com Francisco de Assis Brasil, falecera este deixando seis filhos menores, que existem em sua companhia, dos quais queria ser tutora, para o que me requeria Provisão. E visto o que alega e a justificação que apresentou, da qual se prova a sua capacidade, e que vive com honra e decência no estado de viúva, Hei por bem mandar passar a presente, e em virtude da qual entregar seus filhos com suas legítimas e bens para que deles seja deles tutora, em quanto se não casar,

obrigando-se a doutrina-los e alimenta-los de todo o necessário a sua custa, não bastando para isto os rendimentos da legítima, hipotecando bens no valor dos bens móveis dos órfãos, e entrega-los por inteiro sem diminuição alguma do principal aos ditos órfãos, quando se emanciparem, ou pela justiça lhe for mandado (APERS, Inventário de Francisco de Assis Brasil, p. 26).

Deste modo, Joaquina pode administrar os bens de seus filhos menores, entre eles Assis Brasil, oportunizando condições para que eles tivessem uma boa instrução escolar, tanto em São Gabriel, como em Porto Alegre e fora da província, como se verá mais adiante.

Com relação aos escravos que a família possuía, o inventário post-mortem de Francisco de Assis Brasil mostra que ele possuía uma escravaria composta de 11 homens e 3 mulheres. Sabemos das potencialidades dessa fonte para a pesquisa histórica, e também dos limites que a mesma comporta, sendo um retrato da vida patrimonial daqueles sujeitos inventariados. Ou seja, os inventários não demonstram, na maioria dos casos, o dinamismo da composição das fortunas. De qualquer forma, essa escravaria, segundo os estudos recentes sobre a escravidão meridional, seria considerada média. Dos homens, 3 eram menores, com idades de 10, 7 e 4 anos. Assim, teríamos oito cativos adultos, com 37,5% de mulheres, demonstrando algum desequilíbrio sexual, mas que não impediria a composição de núcleos familiares, o que se comprova com a existência de crianças na senzala, evidenciando uma escravaria marcada pela reprodução endógena. Todos os cativos são mencionados como “solteiros”, o que em absoluto não descarta a existência de relações familiares consensuais, os amasiamentos. Duas das três crianças da escravaria eram filhas de mães daquela mesma senzala (Gonçalo, da lavadeira Lorenza; e Timóteo, da mucama Eva), apenas Constantina, a mãe de Manoel, não aparece listada entre os bens semoventes, talvez por ter sido vendida, falecida ou alforriada.

As mulheres foram descritas como trabalhadoras do mundo do trabalho doméstico (cozinheira, lavadeira e mucama), mas certamente estavam também inseridas nos trabalhos de roça e lavoura. Três trabalhadores escravizados têm suas profissões descritas: dois deles campeiros e um cozinheiro. Deveriam ser trabalhadores especializados, sendo os campeiros componente de uma hierarquia laboral de senzala, não à toa os escravizados melhor avaliados da escravaria³⁵.

³⁵ Ver: MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro** (Bagé, c.1820-1870). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2016; FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins Meridionais:**

Tabela nº 1 – Inventário de Francisco de Assis Brasil / ano 1872 – Relação de escravos

Semoventes						
Nome	Origem	Idade	Estado	Mãe	Profissão	Preço
Carlota	Crioula	38 anos	Solteira	Joaquina	Cozinheira	500\$000
Zeferino	Pardo	34 anos	Solteiro	Maria	Cozinheiro	400\$000
Anacleto	Dito Crioulo	32 anos	Solteiro	Maria	Campeiro	900\$000
Amaro	Dito Crioulo	29 anos	Solteiro	Rosa	Campeiro	900\$000
Lorenza	Dito Crioulo	24 anos	Solteira	Luzia	Lavadeira	600\$000
Eva	Dito Crioulo	22 anos	Solteira	Carlota	Mocamba	600\$000
Guilherme	Dito Pardo	20 anos	Solteiro	Castorina	Campeiro	800\$000
Adão	Dito Crioulo	18 anos	Solteiro	Mariana		800\$000
Manoel	Dito Crioulo	10 anos	Solteiro	Constantina		400\$000
Gonçalo	Dito Crioulo	7 anos	Solteiro	Lorenza		300\$000
Timóteo	Dito Crioula	4 anos	Solteiro	Eva		200\$000

Fonte: APERS - Inventário de Francisco de Assis Brasil - Maço 12, Estante 104, Nº 247, São Gabriel, 1872, p. 20-20v e 39v-40.

Durante o século XIX, questões como o nacionalismo e o movimento romântico, com sua busca pela construção das identidades nacionais, coloca o ensino de história como uma das disciplinas a serem ensinadas nas escolas.

O século XIX foi crucial para a institucionalização da educação, tanto no Brasil quanto no resto do mundo ocidental. Naquele momento, se formaram os grandes sistemas de ensino, com a elaboração de um currículo específico de acordo com a idade e constituição do aluno, incentivando também a formação de um sentimento de amor a pátria. Nenhuma nação que lutava por afirmar-se e manter-se unificada em meio a tantas revoltas e movimentos separatistas, poderia prescindir de um sistema educacional para fortalecer sua identidade nacional. Durante todo o período imperial, a história pátria, a geografia e a gramática portuguesa, ao lado da doutrina cristã, fizeram parte da grade curricular da escola primária e secundária, contribuindo para essa finalidade (MOMBELLI, 2015, p. 1).

Em 1870, Assis Brasil é transferido para o Colégio São Gabriel, na sua cidade natal, que era dirigido pelos professores Trajano Gonçalves Medeiros de Oliveira e José Bonifácio de Camargo, ambos capitães reformados do Exército. Durante seu tempo

famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). . Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2007.

como aluno desta instituição acaba se distinguindo pela capacidade intelectual. Tanto é que acaba “ganhando no primeiro ano uma medalha de prata e, no seguinte, uma de ouro” (AITA, 2006, p. 19). Entre os colegas de aula fez amizade com Francisco de Macedo Couto, que se tornaria o primeiro prefeito de Quaraí, em 1891, mas que teve que renunciar por divergências políticas, em 1892. As relações de amizade forjadas por Assis Brasil, desde tenra idade, já iam desenhando um rol de relações que acabariam por se constituir em redes sociais que acabariam por influir decisivamente em muitos momentos de sua vida. Por redes sociais, entende-se o conceito de Michel Bertrand, que diz que “se puede definir entonces a la red social como un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente” (BERTRAND, 2000, p. 74).

Assim sendo, ao estudar as relações que compõem uma rede social, podemos ver quais são os fatores que promovem a aproximação de indivíduos que fazem parte de um determinado campo de atuação, e “lo que se pretende alcanzar es generalmente una identificación de redes parciales en base a las cuales se pueden identificar las lógicas relacionales y de intercambio que transitan a través de la red (BERTRAND, 2000, p. 74).

Mesmo se dedicando aos estudos, Assis Brasil não se afastava da vida rural, característica de um filho de estancieiro da região sul da província. Neste amplo espaço geográfico do pampa, somado as lições de história que enfatizavam o apelo nacionalista, começou a formar-se o amor pela terra, que acabaria por embasar sua construção teórica sobre o devir do Rio Grande do Sul enquanto sociedade.

Os primeiros anos, vividos entre homens simples e o labor campeiro, fizeram com que se formassem os laços de apego à terra, marcados ainda, pela perda da figura paterna, ocorrida no início da adolescência. Do sofrimento precoce, o jovem guardaria a lembrança de um homem próspero e determinado. Imagem severamente fixada, que o motivaria à forçosa passagem para vida adulta (AITA, 2006, p. 19).

Neste ambiente rural e familiar, Assis Brasil toma contato com uma pessoa que iria lhe marcar a infância e lhe transmitir, por via oral, os primeiros relatos sobre a revolução ocorrida em 1835, no Rio Grande do Sul.

É certo que influências políticas de tal natureza já as havia tido, pois crescera ouvindo um velho amigo da família, Cândido Vicente, que frequentava São Gonçalo, onde promovia junto aos meninos relatos das epopeias farroupilhas.

Porém, o humanismo cívico, conheceu-o pelo mestre propagandista (AITA, 2006, p. 20).

A transmissão por via oral de relatos é uma forma de manutenção e transmissão da memória. Segundo Jacques Le Goff, “a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). Priscila Perazzo, seguindo a mesma premissa de Le Goff, diz que “os relatos pessoais são vistos como narrativas dos sujeitos, artífices da própria história”. Assim sendo, “a oralidade consiste na expressão de lembranças desse sujeito que aciona a sua capacidade psíquica de rememorar, propriedade humana de conservar certas informações sobre o passado” (PERAZZO, 2015, p. 122).

Estes relatos fariam parte da sua formação política e não seriam os únicos que ele teria sobre a Revolução Farroupilha, ainda na sua infância. No seu próximo destino, onde seguiria seus estudos, a cidade de Pelotas, lhe proporcionaria conhecer mais um entusiasta do republicanismo e da abolição: o professor Bernardo Taveira Júnior.

Por indicação de seu irmão Antônio, em 1872 Assis Brasil parte rumo a Pelotas auxiliado por um velho conhecido, Cândido Vicente Rodrigues, que era tropeiro e fazia o trajeto entre as duas regiões, conduzindo as tropas de gado da região pampiana para as charqueadas de Pelotas. Lá chegando vai estudar no Colégio São Salvador, coordenado pelo poeta e professor Bernardo Taveira Júnior.

Pelotas era um dos centros mais importantes do Rio Grande do Sul, durante o século XIX. A economia, baseada na produção do charque, fez da cidade um polo de desenvolvimento cultural e social, “contando com renomadas escolas particulares de ensino, biblioteca pública, gabinete de leitura, apreciados espetáculos teatrais, um grande número de jornais em circulação e uma vida social refinada” (AITA, 2006, p. 19-20)³⁶.

³⁶ Sobre Pelotas e a sua economia charqueadora, ver: VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, UFRJ, 2013.

Quando da sua passagem por Pelotas, em 1865, por causa da Guerra do Paraguai³⁷, o Conde d'Eu³⁸, ficou muito impressionado com a prosperidade da cidade, que para ele se igualava com a Europa.

Em certas ruas as residências ricas; noutras as lojas especialmente na rua do Comércio e na rua de São Miguel vê-se uma fila contínua dessas lojas, onde estão expostos estribos, esporas enormes, peitorais e freios, tudo de prata, ostentando esplendor deslumbrante, que iguala, não digo já o da rua do ouro, de Lisboa, mas até o da “Strada Degli Orefici”, de Gênova (D'EU, 1936, p. 213). [Grifos do autor]

Para o genro do Imperador Dom Pedro II, “o rápido desenvolvimento de Pelotas é um fato notável, que não encontra análogo na província”. Tanto que chega a comparar Pelotas com a capital, Porto Alegre, e conclui que a cidade localizada mais ao sul, por sua localização geográfica, era tão melhor que deveria ser a sede da província.

Pelotas deve, certamente, a excepcional prosperidade de que goza, à sua situação numa vasta e fértil planície, à beira de um lindo rio, a quatro horas de navegação do oceano e, ao mesmo tempo, na proximidade das partes da província, que produzem mais gado e da fronteira oriental. Por todas essas vantagens, que esta cidade possui sobre Porto Alegre, e se me afigura a ser para lamentar que não seja ela a capital da província (D'EU, 1936, p. 213-214).

Segundo o Censo de 1872, Pelotas era dividida em quatro freguesias: São Francisco de Paula de Pelotas, Santo Antônio da Boa Vista, Nossa Senhora da Consolação do Boquete e Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. A população total da cidade, somando livres e escravos, somavam um total de 24.503 habitantes. Era o terceiro município mais populoso da província, perdendo apenas para a capital, Porto Alegre (43.998), e Santo Antônio da Patrulha (22.750) (FEE, 1986, p. 81-82).

Bernardo Taveira Júnior chegou a começar o curso de direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, mas por problemas financeiros, não conseguiu concluir o curso, o que fez com que se tornasse um autodidata e passasse a se dedicar ao ensino. Durante sua atuação como professor em Pelotas, deu aulas de português, história, retórica, filosofia, poética e idiomas (alemão, inglês, francês e latim). “Percebe-

³⁷ Conflito que durou de 1864 até 1870, envolvendo de um lado o Paraguai, e de outro lado a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo Companhia das Letras, 2002.

³⁸ Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans (Catelo de Neuilly-sur-Seine, 28/04/1842 – a bordo do navio *Curvello*, 30/08/1922). Membro da família real francesa destronada pela revolução de 1848. Casou com a herdeira do trono brasileiro, Princesa Isabel, em 15/10/1864. Tinha experiência de guerra por ter lutado no Marrocos. Veio para o Rio Grande do Sul, em 1865, em companhia do imperador Dom Pedro II, assistindo a rendição dos paraguaios que haviam invadido a província e foram cercados em Uruguaiana. Comandou o exército brasileiro nos momentos finais da Guerra do Paraguai, obtendo importantes vitórias em Peripebuí e Campo Grande (FLORES, 2008, p. 429).

se, com base na análise de seus planos de aula, o amplo conhecimento que ele possuía acerca de outras disciplinas, tais como: gramática, física, lógica e linguística” (GONÇALVES, 2015, p. 219).

Taveira Júnior foi um dos membros do Parthenon Literário³⁹ e um dos primeiros a trabalhar com a temática do regionalismo sul-rio-grandense. Seu livro *Províncias* faz uma idealização do Rio Grande do Sul, ao fazer “alusão ao período que o escritor permaneceu no interior da Província, em virtude de sua saúde debilitada, narrando o Rio Grande do Sul por meio de seus costumes e tradições” (GONÇALVES, 2015, p. 221). Com relação ao seu trabalho com os hábitos e costumes do gaúcho, sempre se sentiu preterido, pois se julgava o primeiro a trabalhar com tal temática.

Pode-se afirmar que essa obra [*Províncias*] está envolta de algumas polêmicas. A primeira diz respeito à originalidade do tema regional, uma vez que Bernardo reivindica para si a primazia dos versos acerca dos costumes e tradições regionais. Na sua ótica, ele foi o único letrado a retratar o gaúcho, desmerecendo qualquer obra publicada anteriormente por alguém que ele considerava iletrado. Ele assegurava que o livro estava pronto desde 1873 e que começou a escrevê-lo em 1865 – culpou os editores pela demora na publicação. Logo, Bernardo utiliza esse apontamento para justificar suas prerrogativas de pioneiro (GONÇALVES, 2015, p. 222).

Como enfatiza Carla Renata Antunes de Souza Gomes, em trabalho que analisa o processo de representação do indivíduo que vivia na região rural do Rio Grande do Sul, durante o século XIX.

Sabemos que a literatura é um importante formador do imaginário, pelo menos do imaginário dos leitores das obras de ficção, mas também devemos considerar o imaginário que é anterior à elaboração da obra, aquele que age sobre o escritor através de informações variadas, neste caso, sobre os *rio-grandenses* (GOMES, 2009, p. 230). [Grifos do autor]

Guilhermino César, em sua obra sobre a história da literatura no Rio Grande do Sul, diz que a questão da primazia pelo estudo regionalista no século XIX, é difícil de definir.

³⁹ A Sociedade do Parthenon Literário era uma associação de literatos criada em 16/06/1868, em Porto Alegre. Não tinha quadro fixo e nem patronos. Teve entre seus membros José Antônio Caldre Fião, Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira, Carlos von Koseritz, Luciana de Abreu, entre outros. A sociedade organizava saraus, palestras, peças teatrais e editava uma revista que publicava crônicas, contos e poesias. Foi bastante atuante na campanha abolicionista. Encerrou suas atividades em 1893, por causa dos conflitos políticos e a instabilidade dos primeiros anos do regime republicano (FLORES, 2008, p. 562). Ver: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá**: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, 2008; HESSEL, Lothar Francisco (e outros). **O Partenon Literário e sua Obra**. Porto Alegre: FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.

Não se pode, aliás, dizer a quem coube a primazia da iniciativa, tantos são os sinais de uma transformação dirigida para aquilo que seria, com o correr dos anos o chamado regionalismo gaúcho. O que é lícito afirmar é que Taveira Júnior foi de todos os seus contemporâneos o que publicou em primeiro lugar livro homogêneo, uno, todo inspirado no temário crioulo (CÉSAR, 1956, p. 193-194).

O fato é que Taveira Júnior fazia parte de um grupo de intelectuais que procurou construir, através do uso de elementos da cultura popular rural, uma identidade para o sul do Império do Brasil.

Eram todos eles homens pobres, fruto do próprio esforço: Apolinário Porto Alegre, Taveira Júnior, Lobo da Costa, até mesmo o versátil e andejo Múcio Teixeira. Com exclusão do último, viveram na província, onde publicaram seus livros, dela se afastando ocasionalmente. Sua experiência literária resultou de uma intensa observação das peculiaridades nacionais, enquanto a pessoal se alimentou do que possuía de mais típico e original a cultura do pampa. Tudo os prendia ao torrão natal, inspirando-os, subjugando-os, e, de certa forma, cerceando aptidões naturais e limitando-lhes o horizonte artístico (CÉSAR, 1956, p. 191).

Deste modo, independentemente de quem teve a primazia de escrever sobre a figura do gaúcho (José de Alencar⁴⁰ foi muito criticado por Taveira Júnior), o que se tem neste período é uma busca pelas “raízes” da região mais ao sul do Império do Brasil, que não pode ser descontextualizado do romantismo da época. A busca por um tipo ideal que pudesse ser visto como símbolo da identidade regional, a busca por lendas e narrativas que auxiliassem na construção de uma memória sobre a província, encontra relação com o mesmo tipo de trabalho desenvolvido pelos irmãos Grimm nos estados alemães.

Durante o século XIX houve um grande interesse pela cultura popular. Neste período, os Estados Nacionais procuraram reconstruir seu passado, fundamentados nas ideias do movimento romântico, que negava o racionalismo e colocava as emoções como as verdadeiras fontes de construção da nação. Muitos pesquisadores, a exemplo do que Taveira Júnior e outros literatos fizeram no Rio Grande do Sul e no Brasil, buscaram na cultura popular elementos que acabaram servindo para a construção identitária das nações que começavam a se formar no século XIX. Há um antagonismo entre cientificismo e tradição, isso faz com que estes pesquisadores, que baseiam suas pesquisas na pequena tradição, precisem responder uma pergunta: já que temos que

⁴⁰ José Martiniano de Alencar (Fortaleza, 01/03/1829 – Rio de Janeiro, 12/12/1877). Filho de José Martiniano de Alencar e de Ana Josefina de Alencar. Coursou o secundário na cidade de São Paulo, vindo depois a estudar direito na Faculdade do Largo São Francisco, na mesma cidade. Foi deputado eleito pelo Ceará e Ministro da Justiça do Império. Publicou *O Guarani*, em 1857, *Iracema*, em 1865, *O Gaúcho*, em 1870, entre outras obras (FLORES, 2008, p. 31).

procurar o povo, como forma de demonstrar que ele é o vetor da construção da nação, então: quem é o povo? A busca pelo povo baseia-se na ideia de Rousseau, defendida na obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, de que o homem puro é aquele que está mais próximo do estado de natureza, pois a sociedade corrompe o indivíduo. Assim, o homem do campo é visto como ideal a ser perseguido para a construção do discurso identitário (ROUSSEAU, 2013).

A aplicação da idéia de Rousseau pela literatura brasileira, ao nativo nacional, convertendo-o num ser generoso e valente, apesar de selvagem, aliada à necessidade política de construir uma história de origem dotada de grande positividade, apesar de recente, tornou-se possível através de uma visão histórico-literária da natureza brasileira gerada por uma poesia “filha das florestas, educada na velha Europa” (GOMES, 2009, p. 41) [Grifos da autora].

Este tipo de pesquisa procura por um purismo que deve servir de exemplo. Ao executar este trabalho, os literatos do século XIX não se apercebem que há uma diferença entre tradição e legado. Peter Burke, no livro “O que é História Cultural?”, define que tradição é uma criação com o intuito de gerar uma identidade para um determinado grupo. O passado é idealizado, cristalizado num tempo indefinido e mitificado. O legado consiste de manifestações que passam de uma geração para a outra se modificando (adaptando) ao tempo presente (BURKE, 2005, p. 40).

Deste modo, as pesquisas feitas por pessoas como Taveira Júnior acabam tendo pontos positivos e negativos. O positivo é a pesquisa que acaba se tornando fonte para nós historiadores. Por outro lado, ao passarem a memória oral para a forma escrita, eles “engessaram” o conhecimento popular fazendo dele algo estanque. Quando se normatiza aspectos de uma cultura se mata o folclore, pois o conhecimento popular é espontâneo, não sujeito a normas.

Em um ambiente onde o ensino de história era incipiente, estabelecer narrativas que dessem ar de legitimidade ao regionalismo, era essencial para a construção de uma identidade. Bernardo Taveira Júnior, enquanto professor, foi relevante na medida em que lecionou em inúmeros colégios e ensinou diversos alunos que reconheceram seu trabalho (GONÇALVES, 2015, p. 228). E a presença de um professor que transmitisse estas lições para as gerações futuras, como fazia Taveira Júnior, não deixou de ser uma forte influência, reconhecida por Assis Brasil (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 39).

Além de aspectos da cultura sul-rio-grandense, Taveira Júnior também era tradutor. Foi o responsável por fazer uma das primeiras traduções publicada em terras brasileiras das memórias de Giuseppe Garibaldi, escrita por Alexandre Dumas.

No entanto, o decênio de 1860 marcou a vida literária do escritor. Primeiramente, em 1861, ele publicou uma tradução de um livro de Alexandre Dumas, intitulado *Memórias de José Garibaldi*, pela tipografia do jornal *Echo do Sul*, de Rio Grande. Na ocasião, argumentou que o motivo para a publicação da obra era que as pessoas conhecessem a vida de Garibaldi (GONÇALVES, 2015, p. 220).

Assis Brasil possui em sua biblioteca um exemplar das *Memórias de Garibaldi*, publicada em 1861, só que pela tipografia do jornal *O Mercantil*, de Porto Alegre.

Taveira Júnior era um forte defensor do republicanismo e do abolicionismo, ideias que influenciaram muito Assis Brasil.

Bernardo já havia publicado um poema intitulado *Liberdade* na revista literária *Arcádia*, questionando a escravidão. Posteriormente, na década de 1870, publicou diversas séries de crônicas e alguns folhetins indagando acerca da utilização de escravos como mão de obra. Ademais, o escritor foi um dos responsáveis pela publicação do periódico *A Voz do Escravo*, em 1881, que visava dar voz e/ou atuar como mediador daqueles indivíduos que não eram socialmente ouvidos (GONÇALVES, 2015, p. 224).

Ao defender ideias como a república, a abolição da escravatura e idealizar o passado do Rio Grande do Sul, Taveira Júnior se constituía em um vetor de ideias que iriam ser muito mais exploradas pela geração seguinte, da qual Assis Brasil, seu aluno, faria parte de forma destacada. Pois, como aponta Saccol, “nas várias províncias que compunham o território nacional, ideias inovadoras e projetos políticos para a nação eram pensados e propagandeados por indivíduos e grupos que podiam estar ou não conectados entre si” (SACCOL, 2013, p. 34) ⁴¹.

Depois de dois anos estudando em Pelotas, chega o momento de Assis Brasil seguir adiante com seu aprendizado. Com este objetivo, parte rumo a capital da província para estudar em um dos mais renomados estabelecimentos de ensino da época, o Colégio Fernando Ferreira Gomes.

Porto Alegre e o Colégio Fernando Gomes

No momento em que Assis Brasil chega a Porto Alegre, em 1874, a cidade está passando por muitas mudanças, seja em termos culturais, urbanos e sociais. Em 1873 já havia sido criada a Sociedade do Parthenon Literário, que deu início ao loteamento da

⁴¹ Está se fazendo referência a “Geração de 1870”, que será tratada no próximo capítulo.

região onde ficava sua sede, criando o bairro do Partenon – instituição do qual Assis Brasil fará parte como se verá a seguir. Nesta mesma época surgem novos bairros, como Floresta, São João e Teresópolis. A chegada de imigrantes alemães para viver na cidade, criou sociedades esportivas como *Turner Bund*, que depois viraria a SOGIPA, que serviam de ponto de encontro de integrantes da comunidade germânica.

No setor de clubes recreativos, os alemães também tiveram proeminência na época, com a fundação da Sociedade Germânica (*Gesellschaft Germania*), no remoto ano de 1855. Em 1863 nasceria a Sociedade Leopoldina e em 1903 o Club Recreio Juvenil, que, fundidos, resultariam na tradicional *Associação Leopoldina-Juvenil*, também de origem germânica (FRANCO, 2008, p. 64).

Na educação, segundo o relatório do presidente da província, Dr. João Pedro Carvalho de Moraes⁴², para o ano de 1874, houve um aumento no número de cadeiras no ensino primário para 301, sendo 184 do sexo masculino e 117 do sexo feminino. Segundo os dados da secretaria da diretoria geral de instrução pública, a matrícula nas aulas públicas foi de 7.153 alunos – 4.536 do sexo masculino e 2.617 do sexo feminino.

Com relação às aulas particulares, o mesmo relatório aponta que a instrução primária e secundária subiu para 7.159 – tendo na instrução primária 4.099 do sexo masculino e 2.350 do sexo feminino, e no ensino secundário 533 alunos do sexo masculino e 177 do sexo feminino. Ainda segundo o relatório, a comparação dos dados apresentados no ano de 1874, quando comparados com os do ano anterior, mostram um aumento de 1.760 alunos (AHRS, A 7.13, p. 17).

Segundo estes dados, podemos ver que o número de matriculados em escolas particulares correspondia a pouco mais da metade dos alunos matriculados em alguma instituição de ensino no ano de 1874. Com relação às escolas particulares, temos grandes diferenças entre os matriculados no ensino primário e secundário. Analisando somente os meninos, já que estamos vendo qual a situação que Assis Brasil encontrou quando de sua entrada no Colégio Fernando Gomes, temos um total de 4.632 alunos matriculados em nível primário e secundário. Deste total, 88% estão matriculados no ensino primário, deixando apenas 12% no ensino secundário.

⁴² João Pedro de Carvalho de Moraes (Rio de Janeiro, 28/05/1831 – 14/11/1878). Formado em direito pela Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1849. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul de primeiro de dezembro de 1872 até 11 de março de 1875 (FLORES, 2008, p. 402).

Como se pode ver, apesar da diferença entre a presença de alunos no ensino público e privado ser mínima, poucos conseguiam chegar ao secundário, e menos ainda conseguiriam seguir seus estudos em nível superior. Assis Brasil, por possuir uma família que desde seus avós conseguiu crescer financeiramente, pode prover seus estudos fora da sua cidade de nascimento, chegando a um dos mais conceituados estabelecimentos de ensino privado da província na época, o Colégio Fernando Gomes.

Fernando Ferreira Gomes⁴³, fundador da instituição de ensino que leva seu nome, não era filho de nenhum membro da elite tradicional do Rio Grande do Sul. Teve uma infância difícil, por conta do falecimento de seu pai, Vicente Ferreira Gomes, que tinha o apelido de *Carona*, e era partidário dos farroupilhas. Vicente trabalhou na imprensa, sendo o segundo redator do jornal *Diário de Porto Alegre*⁴⁴. Seguiu trabalhando na imprensa fundando o *Constitucional Rio-Grandense*, que circulou de 1828 até 1831, jornal que tinha viés liberal e contava entre seus membros com Pedro José de Almeida, conhecido como Pedro Boticário⁴⁵. Com a tomada da cidade de Porto Alegre, em 21 de setembro de 1835, Vicente é nomeado Chefe de Polícia Interino.

Com a retomada da cidade pelos imperiais, Vicente é levado preso para a *Presiganga*, navio prisão que durante a ocupação de Porto Alegre pelos farroupilhas manteve os imperiais como prisioneiros. Seu estado de saúde piora dentro da prisão e ele é levado primeiramente para o 8º Batalhão de Infantaria, e depois para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Segundo descreve sua bisneta Celia Ribeiro, na biografia que escreveu sobre Fernando Gomes, “Vicente sofria dos rins havia muitos anos, em consequência de uma queda de cavalo” (RIBEIRO, 2007, p. 26). Vicente

⁴³ Fernando Ferreira Gomes (Porto Alegre, 30/05/1830 – Porto Alegre, 28 de/12/1896). Filho de Vicente Ferreira Gomes e Francisca Vélez Gomes. Foi para o Rio de Janeiro, durante a infância, morar com seu padrinho, Francisco Diogo Vélez, mas seu padrinho morreu quando ele tinha treze anos de idade, o que lhe deixou passando por muitas privações. Depois de trabalhar em uma escola de Vassouras, retornou à Porto Alegre para fundar o Colégio Fernando Gomes. Era primo dos irmãos Apolinário, Aquiles e Apeles Porto Alegre. Ver: RIBEIRO, Celia. **Fernando Ribeiro**: um mestre no século XIX. Porto Alegre, L&PM, 2007.

⁴⁴ Periódico criado em primeiro de junho de 1827, contando com o apoio do então presidente da província, Brigadeiro Salvador José Maciel, o jornal foi o primeiro publicado no Rio Grande do Sul. Seu primeiro redator foi João Inácio da Cunha. Encerrou suas atividades em 30 de junho de 1828 (MIRANDA; LEITE, 2008, p. 40).

⁴⁵ Pedro José de Almeida (Porto Alegre, 1799 – Porto Alegre, 08/04/1850). Também conhecido pelos apelidos de Pedro Boticário e Vaca Brava. Foi jornalista, juiz de paz, boticário e advogado. Foi um dos mais exaltados do movimento farroupilha. Dizia que, quando da tomada de Porto Alegre, iria “chutar as cabeças dos portugueses”. Além de escrever no *Constitucional Rio-Grandense*, escreveu no jornal *Idade do Pau*, onde defendeu suas ideias antilusitanas. Foi preso por tropas imperiais no Combate da Ilha do Fanfa, sendo remetido para o Rio de Janeiro, e, posteriormente, para Pernambuco. Retornou ao Rio Grande do Sul após a pacificação (FRANCO, 2010, p. 21).

faleceu com 33 anos de idade, no dia primeiro de junho de 1838. Mesmo tendo tão pouca idade, quando do falecimento de seu pai, não se pode desmerecer que os ideais republicanos que Fernando viria a ser defensor depois de adulto, advinham do seu pai.

Na década de 1850, a Rua da Ponte, atualmente Rua Riachuelo, e a Rua da Igreja, atual Duque de Caxias, eram dois pontos de localização de escolas de particulares. O Colégio Fernando Gomes surge em começos da década de 1860, na Rua da Igreja, número 185 – Fernando Gomes residia logo ao lado no número 183. Assim como Taveira Júnior, também era professor autodidata. Para conseguir alunos, as instituições particulares faziam uso de propaganda em jornais. Neles eram feitas chamadas, principalmente nos meses de novembro e dezembro, quando aconteciam as provas finais e eram feitas as matrículas do ano vindouro. Estes exames tinham sempre acompanhamento de um representante da Instrução Pública, pois mesmo sendo uma instituição particular, havia fiscalização do Estado com relação ao desempenho escolar da instituição⁴⁶.

Mas não era só Assis Brasil, dos filhos do casal Francisco e Joaquina, que conseguiram estudar em boas instituições de ensino da província. Segundo Tassiana Saccol, enquanto Assis Brasil se encontrava estudando em Porto Alegre, seus outros irmãos também seguiam o caminho dos estudos.

No ano de 1875, Joaquim Francisco já cursava o secundário em Porto Alegre, de onde pretendia partir para frequentar “uma das faculdades do Império, a fim de alcançar sua formatura em ciência médica, para a qual tinha caracterizada vocação”, conforme depoimento da mãe. Enquanto isso, Bartholomeu, Paulo e Diogo frequentavam colégios em São Gabriel. Dona Joaquina, inclusive, abandonara temporariamente sua residência na fazenda, pagando aluguel de casa na área urbana do município, a fim de acompanhar os filhos mais novos e viabilizar seus estudos. Portanto, e ainda que a família tivesse boa situação econômica, a educação de alguns de seus membros exigiu uma mobilização conjunta por parte dos demais, tal como exemplifica a opção da mãe em acompanhar os menores durante o período de estudos na cidade, mas também a responsabilidade que recaiu sobre os mais velhos, no que se refere à administração da estância e o bom andamento dos negócios (SACCOL, 2013, p. 52). [Grifos do autor]

Posteriormente, estes irmãos de Assis Brasil também vieram estudar em Porto Alegre. Só que, ao contrário do irmão mais velho, os três estudaram no Instituto Brasileiro, instituição de ensino particular que pertenceu a Apolinário Porto Alegre, como demonstram os recibos de pagamento anexados ao inventário de Francisco de Assis Brasil, pai deles (APERS, Inventário de Francisco de Assis Brasil).

⁴⁶ Como se verá no capítulo seguinte, esta prática de publicização dos exames seletivos das instituições de ensino também acontecia no ensino superior.

No Colégio Fernando Gomes, Assis Brasil encontraria pessoas que seriam muito importantes na sua vida, tanto pessoal, quanto estudantil e mesmo política. Entre estas novas amizades que se transformariam em redes de sociabilidade, se destaca a figura de Júlio Prates de Castilhos. Segundo Carmen Aita, “eram ambos filhos da vasta Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, descendentes de ramificações familiares tradicionalmente povoadoras das terras rio-grandenses, compartilhando inclusive a experiência da perda precoce do pai” (AITA, 2006, p. 20).

Júlio de Castilhos, a exemplo de Assis Brasil, também fazia parte de uma família que possuía muitas posses. Segundo Sérgio da Costa Franco, em sua biografia sobre Castilhos, Júlio “herdou um quinhão não desprezível, avaliado na época em 17:156\$517”. Como forma de enfatizar a importância da soma que ficou com Castilhos após o falecimento do pai, Costa Franco lembra “que 100\$000 eram, então, o vencimento mensal de um funcionário público de alta categoria”. Deste modo,

Com tal patrimônio aos onze anos de idade e mais os recursos maternos, Júlio de Castilhos reunia as condições suficientes para empreender os estudos preparatórios e alcançar um diploma de Bacharel em Direito, objetivo difícil para um rapaz do Rio Grande do Sul, naquela época, quando raras [eram] as escolas secundárias e inexistente o ensino superior na Província (FRANCO, 2013, p. 15).

Assis Brasil contava com o estio de sua mãe para prover seus estudos em Porto Alegre. Conforme consta no inventário de seu pai, sua mãe, Joaquina Theodora Brasil, apresentou recibos das despesas de Assis Brasil quando este estudava em Porto Alegre, no Colégio Fernando Gomes. No recibo nº 8 aparece o pagamento de seis mensalidades do colégio no valor de 20\$000, para cada mês. Ao longo deste período, as despesas de Assis Brasil, somando as parcelas das mensalidades com outros gastos, como a compra de livros, chegou ao total de 549\$500 (APERS, Inventário de Francisco de Assis Brasil). Dinheiro que era enviado ao seu tutor em Porto Alegre, o também são-gabrielense, Gaspar Ferreira Cardoso.

João Daudt Filho, um dos muitos companheiros de estudo de Assis Brasil no Colégio Fernando Gomes, descreve seus tempos de estudante em Porto Alegre e a convivência com os colegas, entre eles seu velho conhecido, Júlio de Castilhos.

Ali encontrei o meu amigo Júlio de Castilhos, já *veterano*. Tinha ele o apelido de *Pato*, segundo uns porque quando banhava o rosto espalhava água por todos os lados, como os patos ao bater as asas saindo da lagoa; segundo outros porque era baixo, esparramado e caminhava gingando (DAUDT FILHO, 1938, p. 73-74). [Grifos do autor]

O conhecimento de apelidos denota uma proximidade e intimidade. Philippe Ariès, ao estudar as relações familiares entre a Idade Média e a Idade Moderna, mostra que o uso de formas diferenciadas de se tratar os filhos pelos pais, correspondia a uma familiaridade que gerava proximidade entre pais e filhos.

O uso mais difundido do diminutivo e do apelido correspondia a uma familiaridade maior, e, sobretudo, a uma necessidade de as pessoas se chamarem de uma forma diferente dos estranhos, de sublinhar por uma espécie de linguagem iniciática a solidariedade dos pais e dos filhos, e a distância que os separava de todos os demais (ARIÈS, 1981, p. 186).

O conhecimento do apelido de Castilhos (*Pato*), por parte dos seus colegas de estudo, não está ligado aos laços familiares, mas a construção de relações de amizade que em ambientes de internato para adolescentes, onde as únicas pessoas com quem conviviam, com exceção dos professores, eram jovens da mesma faixa etária, demonstra um tipo de intimidade. Esta intimidade, que gerava fortes vínculos, em um contexto que poderia se transformar em isolamento, além de impedir que ele vivesse em completo estado de solidão, se constituem em referenciais construtivos das redes de sociabilidade, que seguiram por suas vidas.

Segundo Michelle Perrot, a adolescência, no século XIX, na convivência entre alunos de um mesmo colégio, era dividida entre o isolamento, para estudo e a leitura de livros que não tinham relação com o que era transmitido em sala de aula, e a parceria estabelecida com os colegas. Enquanto as meninas acabavam tendo suas amizades desfeitas logo após o casamento, os meninos mantinham estes laços de amizade para além dos muros da escola.

Os adolescentes imaginam mil formas de conquistar sua privacidade. A leitura de romances, no tempo furtado aos estudos ou à hora de dormir, a poesia, o diário íntimo, o devaneio, enfim constituem formas de apropriação do espaço interior. As amizades desempenham um papel considerável: as amigas do internato muitas vezes se desfazem com o casamento das moças; as camaradagens dos rapazes, consolidadas por todos os tipos de ritos de iniciação, são projetadas em figuras simbólicas como o “Garoto” que Flaubert e seus colegas de Rouen escolheram como herói de aventuras imaginárias, e preservadas ao longo da vida em “turmas” solidárias nos negócios e no poder (PERROT, 1991, p. 166). [Grifos do autor]

Outro importante amigo de Assis Brasil no seu tempo de estudos em Porto Alegre foi Múcio Teixeira⁴⁷. Múcio, por ser de uma família muito rica e influente na

⁴⁷ Múcio Scevola Lopes Teixeira (Porto Alegre, 13/09/1857 – Rio de Janeiro, 08/08/1926). Filho de Manuel Lopes Teixeira e Maria José Sampaio Teixeira. Estudou no Colégio Fernando Gomes e fez parte da Sociedade do Parthenon Literário. Foi cônsul na Venezuela, em 1899, após a Proclamação da República. Era maçom e fundou a loja Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Foi um dos autores mais férteis de sua época, escrevendo ensaios, romances, dramas e biografias (SANTOS, 2005).

província, desde cedo tinha livre transito dentro do grupo que procurava promover uma discussão intelectual relativa à cultura do Rio Grande do Sul – e que viriam a formar a Sociedade do Parthenon Literário. Não foi possível descobrir quando Assis Brasil veio a entrar nesta instituição, mas é possível que ele tenha entrado nela pelas mãos de Múcio Teixeira que era seu colega no Colégio Fernando Gomes. Mas o fato é que como membro dela, Assis Brasil pode ter contato com figuras importantes da intelectualidade sul-rio-grandense, ampliando sua rede de contatos⁴⁸.

Como membro do Parthenon Literário, Assis Brasil fez apenas uma publicação. Uma poesia em homenagem a Argemiro Cicero Galvão, confrade do Parthenon e futuro colega na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, onde, também fará parte do *Clube 20 de setembro*.

Tu és o cedro altivo, assoberbado,
Elevando no espaço os galhos grandes,
Sobre o cerro, nas nuvens mergulhado!
- Eu sou mórbido arbusto sobre os Andes.
- Tu és o cedro altivo, assoberbado! (IHGRGS, Revista do Parthenon
Literário, Abril de 1876, p. 188).

Com relação ao professor Fernando Gomes, Daudt Filho diz que “era a encarnação perfeita de grande educador”. O proprietário do colégio mais bem conceituado de Porto Alegre na segunda metade do século XIX era uma pessoa que transmitia bondade, sem perder o respeito dos alunos. Conseguia ser tolerante e ao mesmo tempo rígido, sendo, na visão de Daudt Filho, o “melhor administrador de qualquer empreendimento com os predicados de comando grande mestre”. Além das características agregadoras, Fernando Gomes era visto como um grande educador.

Além de tudo era profundo conhecedor das disciplinas do seu curso de preparatórios. Na falta ocasional de professor de qualquer matéria, ocupava ele a cadeira e suas lições eram modelares, de clareza e de erudição. Seu método de expor com exemplos concretos e em linguagem facilmente acessível, impressionava fortemente os alunos (DAUDT FILHO, 1936, p. 74).

Fernando Gomes foi responsável pela formação de um grupo de jovens que viriam se destacar nos anos finais do século XIX.

Foi por meio dos seus sábios processos de ensino que ele educou uma notável geração de moços de talento, que depois se revelaram grandes homens úteis à pátria, sobretudo na propaganda da abolição da escravatura. Foram também dos mais ardorosos precursores do advento do regime republicano instituído

⁴⁸ A relação de Assis Brasil, bem como de outros sul-rio-grandenses que estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo e que formaram o *Club 20 de setembro*, com os membros do Parthenon Literário, será mais bem trabalhada no terceiro capítulo.

em 1889. Dentre eles: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, os irmãos Homero e Álvaro Baptista, Ernesto Alves, Barros Cassal, Protásio Alves, Aureliano Barbosa, Alcides Lima, o almirante Máximo Gomes Ferraz e Campos Cartier (DAUDT FILHO, 1936, p. 75).

Dentro do espaço escolar, Fernando Gomes transmitia a seus alunos as ideias do positivismo de Augusto Comte, que haviam chegado ao Rio Grande do Sul na década de 1870. O pensamento laico, fruto desta doutrina, permeou a família Gomes por gerações futuras. Segundo Celia Ribeiro:

Essa influência chegou à família de Fernando Gomes, até a terceira geração. Seus netos, inclusive meu pai, não tinham preocupação com a existência de um ser superior. Eles compareciam socialmente à igreja, com o maior respeito, considerando que a fé é puro sentimento, sem nada a ver com a razão (RIBEIRO, 2007, p. 56).

Neste ambiente, Assis Brasil, que, como veremos mais adiante, não era positivista, expande seus laços de amizade, constituindo novas redes sociais de relacionamento, que muito lhe auxiliariam no futuro, além de impulsionar seus pensamentos sobre temas como a política nacional. Uma das primeiras manifestações dessa geração de estudantes do Colégio Fernando Gomes, foi à publicação intitulada *Aurora Literária*, folheto publicado com autorização do colégio pela Sociedade Fraternidade Escolástica, grêmio dos estudantes da instituição, onde Assis Brasil publicou, no segundo número, um poema dedicado à memória do Conde de Porto Alegre⁴⁹ – posteriormente publicado em seu primeiro livro (como se verá a seguir).

A melhor amostra da percepção política de Assis Brasil neste período em que residiu em Porto Alegre e estudou no Colégio Fernando Gomes é a publicação *Chispas*. Este livro é, nas palavras do autor, “uma parte de minha vida, um pedaço do meu coração de 18 anos”. Trata-se de uma coletânea de poesias escritas por Assis Brasil durante sua adolescência, principalmente o tempo em que passou em Porto Alegre.

Apesar da pouca idade, Assis Brasil nesta obra já demonstra o interesse por temas que seriam mais bem explorados no futuro, como a visão idealizada do passado, o

⁴⁹ Manuel Marques de Sousa. (III) (Rio Grande, 13/06/1805 – Rio de Janeiro, 18/07/1875). Filho de Manoel Marques de Sousa (II) e de Senhorinha Inácia da Silveira. Tomou parte nas lutas contra os castelhanos, como a Guerra da Cisplatina. Ficou do lado imperial durante a Revolução Farroupilha, sendo aprisionado pelos revolucionários, em 07/04/1836, No navio prisão *Presiganga*. Após a retomada de Porto Alegre pelo Ten. Moyses segue para o Rio de Janeiro para tratar enfermidade que contraiu na prisão. Retorna para o Rio Grande do Sul para terminar o tratamento e participar dos anos finais da revolução. Participou da Guerra contra Oribe e Rosas, momento em que recebe o título de Barão de Porto Alegre. Luta na Guerra do Paraguai, recebendo o título de Conde em 11/04/1868. O primeiro monumento em praça pública da capital, inaugurado em 02/02/1885, é em sua homenagem (FLORES, 2008, p. 566-567).

republicanismo, o abolicionismo (citações de Castro Alves como epígrafe de alguns poemas), além de uma visão idílica da mulher – dando-lhe o aspecto de musa.

No poema *Profissão de Fé*, Assis Brasil faz a exaltação da terra, critica a igreja católica e o autoritarismo do Império, fazendo analogias com a Grécia antiga.

Que saudades que eu tenho desse tempo!
Oh! Minha doce infância! Oh! Meu passado!
Passaste... e eu fiquei – na vida perdido –
N'este oceano da vida encampelado! [*sic*]
[...]
Sim! Eu odeio os Tiranos,
Odeio o papa e o rei
Aquele mata a consciência,
Este outro assassina a lei.
Não tinha purpura de sangue
Aquele Mártir exangue
Que foi pregado na cruz;
Os Leônidas, os Horácios,
Os Brutos, os Spartacus
Traziam os ombros nus. (ASSIS BRASIL, 1877, p. 16 e 20).

No poema *A Pátria*, recitado no Teatro São Pedro, no dia 7 de Setembro de 1876, Assis Brasil faz duras críticas à situação política da época. Fazendo menção a figura de Tiradentes⁵⁰ e Líbero Badaró⁵¹, além de fazer referência ao hino nacional da França (*Marselhesa*), que desde a época de sua criação, durante a Revolução Francesa, é visto como símbolo da luta contra tirania, a favor do republicanismo.

Pátria! Eu não venho saudar-te
Venho contigo chorar...
Tu morres a fogo lento,
Tendo tão próximo o mar!
A onde estão, Pátria, os valentes,
Os netos do Tiradentes,
Os filhos de Badaró?
Repara: - a turba de escravos
Insulta os ossos dos bravos
E... crava os lábios no pó!!...
[...]

⁵⁰ Joaquim José da Silva Xavier (Pombal – Rio de Janeiro, 21/04/1792). Filho de Domingos da Silva Santos e de Antônia da Encarnação Xavier. Teve seus primeiros estudos feitos por padres. Prestou praça no Regimento de Dragões, chegando a Alferes. Em Vila Rica conheceu José Alves Maciel, que regressara da Europa com ideias republicanas. Participou de um grupo conspirador que defendia o republicanismo, mas não conseguiram a adesão dos militares, para uma sublevação durante a *derrama*. Tiradentes foi denunciado por delatores que faziam parte do grupo do qual ele fazia parte, como Joaquim Silvério dos Reis. Foi condenado a forca, tendo seu corpo esquartejado e os despojos colocados em locais públicos. Durante a propaganda republicana, de fins do século XIX, teve sua figura usada como mito do republicanismo no Brasil (FLORES, 2008, p. 614-615).

⁵¹ João Batista Líbero Badaró (Gênova, 1798 – São Paulo, 1830). Estudou medicina nas universidades de Pávia e Turim, mudou-se para o Brasil onde se dedicou ao jornalismo, publicando o jornal *O Observador Constitucional*. De ideias liberais, fazia muitas críticas ao governo de Dom Pedro I. Foi atacado por dois homens encapuzados, no dia 20/11/1830, quando deixava a casa de um amigo, vindo a falecer no dia seguinte. Seu falecimento foi atribuído ao imperador (FLORES, 2008, p. 73).

É dia! Pátria, desperta!
Troveje o santo clarim,
Pelas quebradas gigantes,
Pelas coxilhas sem fim!
Por sobre a imensa hecatombe
A *Marselhesa* ribombe,
Por esse campo feral!
Cidadãos: eia! Valetes!
Aos filhos do Tiradentes
Ficou de Bruto o punhal! (ASSIS BRASIL, 1877, p. 26 e 31).

Em 1875, Assis Brasil foi convidado para prestar uma homenagem a Manoel Marques de Sousa, o Conde de Porto Alegre. Mesmo sendo defensor do republicanismo, e entusiasta dos farroupilhas, que foram adversários do Conde, não deixa de escrever um poema muito elogioso.

Ele foi respeitado nas Batalhas,
Saudado pelo sopro das metralhas,
Que vinha cortejar.
E curvam-se as serras altaneiras
E o medonho roncar das Bombardeiras,
Quando o viam passar! (ASSIS BRASIL, 1877, p. 40).

Na poesia *A Revolução*, abre com a seguinte epígrafe “La Sociedad es una guerra permanente entre las ideas y los intereses. Las victorias parciales, las victorias del momento, son todas para los intereses: las victorias definitivas, las victorias totales son todas para las ideas”. Este texto é de autoria de Emilio Castellar, político e intelectual espanhol do século XIX.

Castellar acreditava na existência de uma identidade fisiológica, e de espírito, de raiz latina, que poderia unir os povos dessa mesma origem, sejam eles americanos ou europeus, criando uma identidade hispano-americana que atravessaria as fronteiras nacionais e continentais. Ele estabelece um novo paradigma diante da modernidade do período contemporâneo e o Romantismo que impulsionava a criação de identidades nacionais.

Entendia que os fatores responsáveis pela união de povos tão distintos seriam dois: a república e a democracia. Na sua visão, estas duas percepções políticas transformar-se-iam nos sustentáculos da união entre os povos de origem latina, seja na América, seja na Europa. A difusão destas ideias foi possível graças a uma rede de contatos que ele tinha com a intelectualidade hispânica. A troca de correspondências entre ele e diferentes intelectuais fez com que suas ideias circulassem dentro de um ambiente de intelectuais de língua latina do século XIX – seja na Europa, seja na América.

Como aponta Vitor Peralta Ruiz, Castellar acreditava no *Progreso*, como fórmula para a evolução da sociedade, baseado no republicanismo, na democracia e no liberalismo.

Las premissas fundamentales de la *Fórmula del Progreso* eran, primeiro, que la idea del progreso era el camino constante del hombre hacia la libertad, segundo que el progreso tenía em cada edad una fórmula que tendía a la libertad que la fórmula que fuera más liberal era ma más progresiva y, cuarto, que la fórmula más liberal em siglo XIX era la democracia (RUIZ, 2002, p. 286).

No entanto, segundo Ruiz, Castellar não tinha uma visão positiva do Brasil, pois era um país monarquista e escravista, o que acabava sendo uma influência negativa para as antigas colônias espanholas na América, podendo inviabilizar seu sonho de um pan-hispanismo. Neste caso ele se esquecia de que Cuba, que foi uma colônia espanhola, também era um Estado escravista.

Para Castelar, Brasil es un peligro latente em la inestabilidad del hemisfério, no sólo por conservar la monarquía, sino porque mientras las democracias latinas de América “han abolido en todas sus republicas la esclavitud... (ésta) subsiste a la sombra del único trono que se alza como planta venenosa y letal em el continente de la democrática América (RUIZ, 2002, p. 295).

A obra da qual Assis Brasil faz a referência é a publicação *Discursos Parlamentarios*, publicado em Madrid, em 1871. Castellar foi parlamentar na Espanha, e quando da Primeira República Espanhola (1873-1874), Castelar deixa de lado suas ideias de formação de uma identidade pan-hispânica, para assumir muitos cargos dentro do governo, inclusive o de presidente. Mas o fracasso da tentativa de transformar a Espanha em uma república pela via revolucionária faz com que Castelar repense suas ideias e seus textos, passando a acreditar que a liberdade só será alcançada pelas vias legais, e não por processos revolucionários.

A pergunta que fica é como Assis Brasil teve contato com a obra de Castellar? Há algumas hipóteses. A primeira é de que ele encontrou seus escritos na biblioteca de Fernando Gomes. Sendo um republicano, filho de um participante da Revolução Farroupilha, o professor Gomes poderia contar em sua biblioteca com escritos de Castellar, que poderiam ser lidos por seus alunos. Quando de seu falecimento, seu inventário consta que ele possuía ao falecer “coleção de livros com quatrocentos e dois volumes, muitos deles escolares, com bastante uso e alguns truncados, todos por quatrocentos mil réis” (APERS, Inventário de Fernando Ferreira Gomes, p. 12v.).

A outra possibilidade é que, como informa Ruiz em sua pesquisa sobre o intelectual espanhol, a maioria dos intelectuais do continente americano conhecia suas obras literárias, alguns dos seus discursos parlamentares e alguma coisa como suas ideias sobre a civilização no começo da era cristã. Além disso, ele escreveu em periódicos publicados na América e se correspondia com políticos do continente. A sua participação em jornais e revistas publicados nas antigas colônias, somada a troca de cartas, possibilitava a construção de redes de troca de conhecimentos e ideias.

E ala formulación y difusión de este ideário fueron fundamentales, primero, la red epistolar que Castelar mantuvo con importantes escritores y políticos que le apoyaban y admiraban em América y, em segundo lugar, sus colaboraciones em los más importantes periódicos de dicho continente (RUIZ, 2002, p. 286).

Outro fator que teria feito Catellar cair nas graças dos republicanos brasileiros, seriam suas críticas a Dom Pedro II, por este ter se manifestado contra a implantação da Primeira República na Espanha, entre 1873 e 1874. Não foi encontrada, nas biografias sobre Dom Pedro II elencadas, nenhuma referência do Imperador do Brasil a respeito da política espanhola⁵². Não era de praxe do governante brasileiro, dar opiniões sobre questões políticas de outros países.

Continuando com a análise dos poemas de Assis Brasil, o poema *A Revolução*, termina com versos que dizem que um processo revolucionário, conduzido pelo povo, “aos brados”, pode a tudo destruir, tal qual a história bíblica do dilúvio, mas deixa a arca onde podem se salvar alguns.

O povo é o mar que brame nos leitos infinitos,
As vagas são seus cantos, seus brados, os seus gritos.
A Revolução – dilúvio – arrasa uma nação,
Mas deixa arca grande da grande salvação (ASSIS BRASIL, 1877, p. 37).

Assis Brasil se vale da história bíblica para construir uma narrativa que coloca o processo revolucionário como um depurador do que deve permanecer, e o que deve ser tragado pelas águas. Vemos no jovem Assis Brasil a sanha revolucionária, típica dos republicanos de fins do século XIX e que ansiavam por ver o Brasil transformado em um regime republicano.

Assis Brasil também escreveu sobre o campo, no poema *O Canto do Gaúcho*, proferido em São Gabriel, em 1877, se valendo do romantismo da época, cria uma

⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; CARVALHO, José Murilo de. **Dom Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. BARMAN, RoderickJ. **Imperador Cidadão**. São Paulo: UNESP, 2012.

versão idealizada da região pampeana e da figura do gaúcho, estabelecendo um sentimento de purismo, que acredita que o homem bom é aquele que está mais integrado a natureza – se valendo da construção rousseuniana do bom selvagem -, fazendo deste indivíduo um análogo do cavaleiro errante composto pela literatura romântica europeia que idealizava a Idade Média.

Eu não nasci para o mundo,
Para este mundo cruel.
Só quero cortar os Pampas,
No dorso do meu Corcel.
Este meu pingo galhardo,
Este meu pingo fiel (ASSIS BRASIL, 1877, p. 43).

Pela primeira vez faz menção aos farroupilhas, com o poema *O Canto do Farrapo*. Nele, Assis Brasil narra, sob a perspectiva de um “gaúcho”, sua participação na revolução de 1835, fazendo provocação ao imperador (Quero ver essa tal *Majestade*; Que apareça esse rei tão falado; Quero ver se me pisa no poncho, Sem sair ele mesmo pisado), se colocando em alguns dos principais combates da guerra (Ponche Verde, Porongos, Rio Pardo) e fazendo parceira com os vultos do lado revolucionário (Guedes, Garibaldi, Portinho, Canabarro, Neto).

Termina sua poesia dizendo que as histórias que tem a contar não se limitam as “penas” e aos “prelos”, pois mesmo não sendo um homem de grande fortuna, vive feliz por ter as memórias do seu tempo de revolucionário como seu bem mais precioso.

Pra cantar os meus feitos heroicos,
Minhas glórias que tenho por cá,
Não bastavam as penas dos sábios,
Não chegavam os prelos que há.

E, si tenho essa fama súbita,
Si está história a verdade só diz,
Pra que quero riquezas e ouro,
Si assim levo esta vida feliz? (ASSIS BRASIL, 1877, p. 96).

Neste momento, a literatura sul-rio-grandense, se vale da relação entre o indivíduo do campo e a sua história. Por conta disso, a associação entre o “monarca das coxilhas” e a Revolução Farroupilha é inevitável. Um personagem que se distingue do modelo indianista proposto pelo Império, que deveria ser o símbolo da identidade nacional, ajuda a fortalecer a perspectiva de que nós, rio-grandenses, somos diferentes do resto do país.

Uma das figuras que faz esta associação é Apolinário Porto Alegre. Professor e literato, Apolinário foi um dos primeiros propagandistas da república na segunda

metade do século XIX, no Rio Grande do Sul. Assim como Fernando Gomes, possuía uma escola na capital da província, onde “começou a pregar as suas ideias, tratando principalmente de incuti-las no espírito dos jovens alunos de seu colégio, o extinto **Instituto Brasileiro**”. Em um momento em que os ideais republicanos eram de poucos, “Apolinário Porto Alegre fazia bizarro proselitismo, comemorando solenemente, no seu colégio, as datas culminantes da revolução de 35 e das conquistas da grande revolução francesa” (PORTO ALEGRE, s.d. p. 229) [Grifos do autor]. Como literato, Apolinário não deixa de usar, como seus outros colegas do período, da Revolução Farroupilha como pano de fundo para a composição de seus livros.

Ademais, percebe-se nas palavras de Apolinário a explícita referência à Revolução Farroupilha como fato marcante e constitutivo da identidade regional e, por conseguinte, para a composição da figura dos *campeiros-guerreiros sul-rio-grandenses*. Logo, a memória da Revolução empresta elementos mais que fundamentais para a construção do caráter desse povo evocado pelo autor (GOMES, 2009, p. 304) [Grifos do autor].

Posteriormente esta exaltação da figura do campo, desembocaria na reinterpretção da figura histórica do gaúcho, que se transforma em gentílico do sul-rio-grandense e participe do movimento de 1835. Moacyr Flores aponta que o romance *Os Farrapos*, de Luís Alves de Oliveira Belo, publicado em 1877, marca o começo desta nova perspectiva sobre a figura do gaúcho (FLORES, 2002, p. 151). Assis Brasil, ao usar da figura de “um gaúcho” como narrador de seu poema sobre a Revolução Farroupilha, já está em sintonia com a mudança de perspectiva em relação à figura histórica do gaúcho.

Assis Brasil ainda usa do livro para publicar poemas em homenagem a amigos feitos em Porto Alegre, como Múcio Teixeira e Amaro da Silveira⁵³, que foram retribuídos pelos mesmos, com poesias dedicadas a Assis Brasil. O que denota o estreitamento de laços de amizade que se tornariam redes sociais com as quais ele pode estabelecer trocas de conhecimento e conseguir espaço para difusão de suas ideias.

* * *

Por contar com um bom lastro familiar, em termos de riqueza, Assis Brasil pode estudar em boas instituições de ensino, bem distantes de sua cidade de nascimento.

⁵³ Foi feita pesquisa na publicação MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**: descrição física e histórica. Caxias do Sul, UCS; Herval, Prefeitura Municipal, 1980, publicação que tem um grande estudo genealógico da família Amaro da Silveira, não sendo possível definir a qual membro desta família Assis Brasil dedicou e recebeu um poema.

Estudou no Colégio de Bernardo Taveira Júnior, em Pelotas, e no Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre, ambas as instituições particulares e, principalmente no caso da escola da capital, uma das mais bem conceituadas da província, onde só estudava a elite da época. Nestes ambientes, estabeleceu laços de amizade com professores e colegas que formaram as suas primeiras redes de sociabilidade, que acabariam por se expandir no seu próximo destino.

Sua família, esteio provedor de sua vida estudantil, além da de alguns dos seus irmãos, como Bartolomeu, não pode ser vista como uma das elites que consolidaram as dimensões geográficas do Rio Grande do Sul. Filho de uma família que migrou para a província no início do século XIX, ao chegar aqui, e se estabelecer em Rio Pardo, e fazendo fortuna com o trabalho de comerciante, a família Brasil tem uma origem diferente dos grandes estancieiros, criadores de gado vacum e cavalariço. O fato de seu avô conseguir grande porção de terra em sesmaria, de ter uma tia casada com alguém que tinha título de nobreza, só demonstra que sua família soube se inserir dentro de uma estrutura que já estava pronta desde muito tempo antes de eles se estabelecerem ao sul do trópico de capricórnio. O uso de mão de obra escrava é uma característica do Brasil oitocentista. Toda pessoa com muitas posses tinha escravos, seja para trabalho urbano, ou rural. A família Brasil só se constituiu em senhores de terra, no sentido de grandes latifundiários, que usavam mão de obra escrava, tinham forte influência na política local e laços estreitos com o poder central, após o fim da Revolução Farroupilha.

Partindo rumo à cidade de São Paulo, para estudar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Assis Brasil segue em companhia de alguns dos seus novos amigos (como Júlio de Castilhos), onde, em companhia destes, e de outras novas amizades, ampliará suas redes de relação, possibilitando a concretização de planos no campo da intelectualidade que já vinham se desenhando nos seus primeiros estudos no Rio Grande do Sul.

INTELECTUALIDADE E REPUBLICANISMO

Em meados de 1877, João Daudt Filho chega à cidade do Rio de Janeiro para cursar a Faculdade de Farmácia. Lá chegando, pôde “contemplar em todo o esplendor o panorama grandioso da Bahia de Guanabara, de que tanto ouvira falar, mas cuja beleza ficava acima de toda imaginação” (DAUDT FILHO, 1938, p. 89). Para Daudt Filho, estar na capital do Império do Brasil, uma cidade que tinha muito mais opções culturais e de ampliação das suas redes de sociabilidade do que Porto Alegre, e mais ainda do que sua terra natal, Santa Maria, era uma oportunidade única. Para ele, tanto a faculdade, quanto a estada na capital do país, “estava marcado nas páginas do Grande Livro do Destino”. Assim, ele acreditava ter feito muito bem em “não contrariar esse Livro”, pois através deste destino, Daudt Filho pôde construir uma carreira dentro da área mais propícia era para desenvolver suas “tendências”.

Depois de um tempo na cidade, decidiu aceitar o convite do velho amigo e colega no Colégio Fernando Gomes, Júlio de Castilhos, e visitá-lo em São Paulo. Castilhos morava em uma *república* em companhia de outros sul-rio-grandenses: Assis Brasil⁵⁴, Joaquim Pereira da Costa⁵⁵ e Eduardo Lima⁵⁶, todos estudantes de direito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da capital paulistana.

Aí passei um mês na maior alegria e intimidade com aqueles excelentes companheiros colegas de colégio.

Algum tempo depois o Júlio veio ao Rio em retribuição à visita, hospedando-se comigo. [...]

No regresso de São Paulo, fundamos uma república de estudantes no Morro do Castelo, sendo meus companheiros os estudantes de medicina João Birnfeld, Carlos Wallau e Deoclecio Pereira da Silva, também ex-colegas de colégio (DAUDT FILHO, 1938, p. 90).

Pode-se ver pelo relato de Daudt Filho, que as ligações de amizade feitas nos tempos de estudo em Porto Alegre permaneciam. Mesmo com a distância física, os laços das redes que se estabeleceram durante os anos dividindo as salas de aula do

⁵⁴Com relação a Assis Brasil, Daudt Filho relata que “nessa ocasião entretive-me muitas vezes a apreciar a prodigiosa habilidade de Assis Brasil nos exercícios de tiro. De revólver, à distancia de 15 passos ou mais, metia uma bala pelo gargalo a dentro de uma garrafa. Escrevia a tiros num alvo o nome de qualquer pessoa com bolinhas de pão, por meio de uma espingardinha de pressão matava moscas até em pleno voo” (DAUDT FILHO, 1938, p. 90).

⁵⁵Joaquim Pereira da Costa (Cruz Alta, 1859 – Porto Alegre, 26/06/1928). Estudou direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde participou da fundação do *Clube Acadêmico*, do *Clube Vinte de Setembro* e do jornal *A Evolução*, este na companhia de Júlio de Castilhos e Assis Brasil. Ao retornar ao Rio Grande do Sul, auxiliou na fundação do partido Republicano Rio Grandense (PRR), do qual foi deputado federal e constituinte de 1891 (FRANCO, 2010, p. 70).

⁵⁶Eduardo Fernandes Lima (Itaqui, 1861 – Uruguaiana, 20/12/1920). Filho de Belizário Fernandes de Lima e Marfiza Jardim Fernandes Lima. Cursou direito em São Paulo, onde fez parte de grupos que defendiam o regime republicano (FRANCO, 2001, p. 121).

Colégio Gomes continuavam fortes e, uma vez que estes jovens estavam instalados em duas importantes cidades do país, estas redes só tinham a possibilidade de se ampliar. As *repúblicas*, local de morada de muitos dos estudantes que vinham de outras províncias para estudar no centro do país, se constituíam em espaços de sociabilidade e estreitamento de laços já existentes, além de ampliação dos mesmos com colegas vindos de outros pontos do Brasil.

Silva Jardim⁵⁷ também foi estudante de direito em São Paulo, na mesma época em que os rio-grandenses acima mencionados por lá estiveram estudando. Em suas memórias, ele descreve a vida de estudante em São Paulo e detalha como era a vida em uma *república*.

Nós morávamos à Rua de Santo Amaro, uma rua suja, feia, muito frequentada por caipiras que vinham ao mercado, e habituada por alguns estudantes. Vivíamos em *república*, embora sob o regime monárquico da casa de pensão; era uma espécie de monarquia constitucional, tamanha era a liberdade, no meio da ordem...; opinião que não é minha (JARDIM, 1891, p. 74).

Depois, Silva Jardim segue sua reminiscência lembrando o convívio com os colegas de faculdade, que eram oriundos de outras regiões do território nacional, entre eles os sul-rio-grandenses, como Assis Brasil.

Aí, nessa rua, conheci Magalhães Castro, que me deu provas de amizade, o orador acadêmico, discípulo de Castelar; Afonso Celso Júnior, o poeta das “Telas Sonantes”, poesias que assegurou preferir “tê-las sonantes”; Teófilo Dias, então meu amigo íntimo e mais tarde meu contraparente, o mestre dos moços na poesia acadêmica e brasileira; Assis Brasil, que cultivava a unha do polegar, escrevia os “Libelos a Deus” e preparava-se para redigir a “Evolução”; Júlio de Castilhos, que falava pouco e lia os oradores da Revolução Francesa; Pereira da Costa, que os seguia, com uma maneira de rir, sempre boa, cascadeada; Alcides Lima, pálido e pensativo; Argemiro Galvão, já morto, muito revolucionário, lutando muito para estudar, pouca roupa e algumas dívidas terríveis, e com quem convivi noutra casa; Barros Cassal, boêmio e trabalhador, que se apossara do meu leito enquanto eu estava em férias e com quem fiz conhecimento na manhã seguinte de minha chegada, tendo dormido juntos, por não querer eu deixar o calouro sem cama; o meu correligionário Barros Franco, então muito estroina, que nos ia numa ocasião subitamente deitando a porta abaixo com um murro sob pretexto de abri-la; Homero Baptista, pobre e honrado; Felício dos Santos, estudioso e profundo, e muitos outros. Era nessa rua que nos reuníamos na sociedade “Fraternidade Literária”, a discutir teses que eram [sic] motivo a divagações oratórias ou questões de regimento, que jamais findavam; e aí realizavam-se os “rasgas” na república do Assis Brasil, ágapes de retórica revolucionária

⁵⁷ Antônio da Silva Jardim (Capivari, 18/08/1860 – Itália, 07/01/1891). Participou de sociedades secretas que auxiliavam na fuga de escravos. Escreveu em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, sempre se manifestando contra o regime monárquico e pelo republicanismo. Fazia excursões pelo país fazendo discursos pela causa republicana e contra a possibilidade de a Princesa Isabel ser coroada. Por ser visto como muito exaltado na defesa de suas ideias, ficou de fora das reuniões que tramaram o golpe de 15 de novembro de 1889 (FLORES, 2008, p. 325).

em que cada qual cabia representar um tipo histórico, cabendo-me o de Camille Desmoulins, com o dever de fazer um discurso, ao qual às vezes respondia o copeiro, um moleque prosa, inventando termos...; e que terminavam por uma canção em que se ameaçava rasgar tudo o que fosse possível rasgar, e mesmo o que não fosse possível (JARDIM, 1891, p. 76-77).

As interações, as discussões sobre autores estrangeiros, como Emilio Catelar, faziam parte do mundo em que estes estudantes estavam inseridos na virada da década de 1870 para a de 1880. Tudo isso contribuía para o fortalecimento das amizades e o estreitamento das redes de sociabilidade, que se tornariam o vetor de inserção e participação na vida política e intelectual no Brasil do período.

Como coloca Michelle Perrot, ao estudar a vida social de Paris no século XIX, “os estudantes, muitas vezes demoravam-se nos arcanos do direito e da medicina, formavam uma tribo cuja realidade efetiva é difícil determinar, tão forte são as lendas que a cercam” (PERROT, 1991, p. 293-294). Estes jovens estudantes de direito da faculdade paulistana, faziam parte de um processo que já vinha transformando a vida social e urbana desta cidade.

A oportunidade de estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, propiciou para muitos dos estudantes desta instituição o convívio em espaços de socialização e, graças a isso, a formação de redes de sociabilidade. No espaço acadêmico, nos cafés, nas agremiações literárias, “os alunos foram capazes de vivenciar uma formação mais abrangente, que lhes forneceu o contato com as teorias científicas e as correntes filosóficas evolucionistas” (ANTONIOLLI, 2017, p. 28).

Para Juliano Francesco Antonioli, a relação entre os estudantes, os laços que se consolidavam em redes, que acabavam por propiciar projetos em comum acordo, é o ponto mais relevante.

Nesse sentido, destaco a importância da relação construída entre estudantes republicanos da faculdade imperial, uma vez que a parte fundamental da sua convivência ocorria não só nas atividades propriamente acadêmicas, mas também fora delas, em salões, alojamentos, saraus, debates, na participação de outros clubes e na confecção de periódicos estudantis. Os laços formados entre os alunos sul-rio-grandenses com os estudantes republicanos de São Paulo parece, então, de suma importância. Essa ligação, que se dava dentro e fora da Faculdade de Direito, foram constitutivas da formação política desse grupo reunido nos jornais acadêmicos e nos *Clubs*, e fora fundamental também para a circulação de ideias e amadurecimento dos projetos políticos destes estudantes (ANTONIOLLI, 2017, p. 31).

Para Sérgio da Costa Franco, as pensões e repúblicas de estudantes eram espaços onde a juventude acadêmica da época convivia entre “brincadeiras e literatices”, lia-se

os filósofos e políticos mais citados do momento, enquanto “agitava-se o abolicionismo e a República” (FRANCO, 2013, p. 19).

A Faculdade de Direito de São Paulo surge como uma necessidade por parte do recém-independente estado brasileiro, de formar quadros de governantes e administradores públicos, para o Estado que havia se formado há pouco. Segundo a lei assinada por Dom Pedro I, em 11 de agosto de 1827, criaram-se dois “cursos de ciências jurídicas e sociais”, um na Basílica e Mosteiro de São Bento, em Olinda, Pernambuco, e outro no Convento de São Francisco, na capital da província de São Paulo. O curso teria duração de 5 anos, contendo seis cadeiras, algumas, como Direito Pátrio Civil, começariam no terceiro ano e continuariam no quarto (AHRS, Legislação, 1827, nº 41, p. 5). Posteriormente, a faculdade paulista ficou conhecida como Academia de Direito do Largo de São Francisco. A palavra “Academia” só foi fazer parte do nome oficial da instituição em 7 de novembro de 1831, por força de decreto lei, passando a chamar-se Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo (AHRS, Legislação, 1831, nº 50, p. 209). Em 1854, a faculdade passou a ter o nome de Faculdade de Direito da Cidade de São Paulo, pelo decreto de 28 de abril daquele ano (AHRS, Legislação, 1854, nº 87, parte II, p. 169).

Para Odilon de Matos, “o acontecimento mais importante para a vida da cidade de São Paulo, em toda a primeira metade do século XIX, foi a instalação de sua *Academia de Direito*” (MATOS, 1955, p. 101) [Grifos do autor]. Neste momento, mais do que a instalação de um centro de formação para os jovens que já não precisavam buscar a sua formação superior além-mar, como fazia a elite do período colonial, contava a possibilidade de construção de gerações futuras de formandos em direito em território nacional. A capital paulista se tornou uma *cidade acadêmica*, o que fez com que levas de estudantes vindos das mais diversas regiões do país, para lá confluíssem com o intuito de conseguir uma formação de nível superior, que era, muitas vezes, o intento de suas famílias, que procuravam colocar seus filhos dentro de diferentes estratos da sociedade, sempre com a estratégia de arregimentar boas colocações dentro da estrutura político/social do Império Brasileiro.

Segundo Odilon de Matos, entre 1831 e 1875, o número de estudantes formados bacharéis em direito foi de 1.776. Destes, apenas 20% eram nascidos na província de São Paulo, 33% eram vindos do Rio de Janeiro, ficando 47% para as restantes províncias do Império (MATOS, 1955, p. 102). Matos enfatiza que até a metade do

século XIX São Paulo era uma cidade voltada para a vida acadêmica. Mas na segunda metade do século, este panorama vai mudar.

Se até 1870 continuou a ser uma "cidade acadêmica" ou um "burgo de estudantes", gravitando sua vida em torno da Faculdade de Direito, a partir daquela data a capital paulista como que rompeu as barreiras que a cingiam à colina histórica, pôs-se a expandir de maneira sempre crescente e imprevisível, viu alterar-se seu ritmo de vida, passou a conhecer funções novas, modernizou-se, num caminho rápido e seguro para o espetacular crescimento registrado no século atual (MATOS, 1955, p. 103).

Isto demonstra um ambiente de grandes mudanças estruturais, seja na cidade propriamente dita, seja na sociedade que fazia parte dela. José Murilo de Carvalho, que em sua tese de doutorado estudou a formação da elite política do Brasil Imperial, enfatiza que o período pós Guerra do Paraguai foi de grandes mudanças, principalmente no sentido de uma maior similitude na formação dos membros desta elite.

Na segunda metade do século, sobretudo após 1871, houve mudanças significativas que afetaram a homogeneidade de treinamento e socialização. Profissionais liberais passaram a predominar, cresceu a mobilidade, a carreira foi reduzida. As desigualdades provinciais também se faziam presentes, apesar de toda ênfase na desprovincialização, e não somente por pura competição por prestígio, mas com base em reais divergências de interesses econômicos. Esses pontos são importantes a fim de não exagerar o aspecto de monolitismo da elite a ponto de torná-lo obstáculo em vez de auxílio à compreensão do sistema imperial (CARVALHO, 2010, p. 139).

É neste ambiente que Assis Brasil, junto com Júlio de Castilhos e seus outros colegas universitários rio-grandenses, vão começar a sua vida estudantil de nível superior. Isso numa cidade que começa a se abrir, a perder os ares provincianos e passa a ser um dos principais focos de formação dos filhos das elites das províncias imperiais.

A academia acabava por se constituir em um lugar não apenas de conhecimento, mas de estreitamento de laços entre colegas. Estas relações faziam com que estes jovens angariassem uma respeitabilidade entre os seus pares, bem como na sua terra natal quando eles retornavam. Tassiana Saccol enfatiza a importância que a estada em São Paulo teve para Assis Brasil.

De fato, durante o período em que o jovem [Assis Brasil] estudava na Faculdade de Direito em São Paulo (1878-1882), fizera inúmeros investimentos que colaboraram positivamente para o aumento de seu prestígio político. Ali travou amizade com propagandistas de renome nacional, participou de inúmeros jornais republicanos, publicou de livros de crítica ao regime monarquista e de divulgação do ideal do republicano. Portanto, tanto o seu investimento na imprensa e no mundo das letras quanto o seu trânsito e acesso privilegiado a um circuito de informações fora da província, agregavam-lhe importantes elementos de distinção que colaboravam para que os correligionários de São Gabriel reconhecessem-no como importante liderança (SACCOL, 2013, p. 60).

Mas, para chegar aos bancos do curso de direito em São Paulo, Assis Brasil teve que passar pelo processo seletivo que, além de muito concorrido, era de uma exigência muito grande com relação às provas e a avaliação. Havia três níveis de avaliação para aqueles que conseguiam ser aprovados nos exames seletivos: aprovado com distinção, aprovado plenamente e aprovado. Segundo o prontuário de Assis Brasil como aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, ele começou a fazer os testes para entrar na instituição em 1875. Os exames das matérias exigidos como preparatórios para a admissão e matrícula nos cursos de estudos superiores, eram realizados em Porto Alegre, pela Delegacia Especial da Inspetoria da Instrução Pública Primária e Secundária do Município da Corte. Essa norma seguia o artigo oitavo da lei que criou os cursos superiores no Brasil. No dia 25 de novembro de 1875, ele realizou prova de português, e “obteve nota de aprovado plenamente”. Assis Brasil só voltou a realizar as demais provas no ano seguinte, entre novembro e dezembro. As provas e notas foram as seguintes: prova de filosofia, “obteve nota de aprovado”; prova de geografia, “obteve nota de aprovado plenamente”; prova de aritmética, “obteve nota de aprovado plenamente”; prova de retórica, “obteve nota de aprovado plenamente”; prova de francês, “obteve nota de aprovado”; prova de latim, “obteve a nota de aprovado”; prova de inglês, “obteve nota de aprovado plenamente” (AMFDUSP, Prontuário de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Caixa n.º 69, Anuário n.º 03, processo n.º 1877).

Uma vez aprovado nos exames realizados no Rio Grande do Sul, Assis Brasil, bem como os outros postulantes a vagas em cursos de ensino superior no centro do país, se dirigiam com os comprovantes de aprovação para a instituição de ensino que desejavam entrar, no caso de Assis Brasil, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Uma vez lá, novas provas se realizariam para ingresso na instituição.

No jornal *Correio Paulistano*, do dia 12 de março de 1878, consta o edital de convocação para os exames de geometria, da seleção de ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo. Conforme consta, as inspeções deveriam “começar sempre às 9 horas da manhã” e “as provas orais sucederão as escritas”. As turmas eram organizadas com até 12 “examinados”, “ainda que seja preciso alterar a classificação das listas por não comparecer algum deles a qualquer chamada, pois, em tal caso, será sempre preenchido o número marcado com o que seguir-se imediatamente nas mesmas listas”. As turmas eram organizadas em ordem alfabética, deste modo, Assis Brasil era o

“examinado” de número 60, entre 102, e ficou na 5ª turma, realizando a prova de geometria dia 18 de março, já que cada dia era reservado para uma turma (HBN, *Correio Paulistano*, 12/03/1878, p. 3).

No dia 13 de março, o *Correio Paulistano* informa os dias que as turmas realizarão as provas de história, seguindo os mesmos ditames em termos de horário e provas escritas e orais, conforme expostos no edital do dia anterior. Assis Brasil seguia na 60ª colocação, pela ordem alfabética, e na 5ª turma, realizando seu teste no dia 19 de março (HBN, *Correio Paulistano*, 13/03/1878, p. 3).

Em 4 de abril de 1878, o *Correio Paulistano* traz a “relação dos estudantes aprovados na última série de exames perante a Faculdade de Direito de São Paulo”. Nele, o nome de Assis Brasil aparece na lista dos “aprovados plenamente” da prova de geometria, na posição de número 33, seguindo ordem alfabética entre os que tiveram plena aprovação. Segundo o jornal, na prova de geometria foram reprovados com atestado 8 candidatos, aprovados com distinção 4, plenamente aprovados (onde está Assis Brasil) 49, aprovados 23, não compareceram à prova escrita 14, não haviam se habilitado com exames de aritmética 16, não compareceram à prova oral 2 e retiraram-se 2. Somando um total de 118 alunos inscritos nesta prova.

Com relação à outra prova que Assis Brasil fez, a de história, ele foi “aprovado plenamente”, ficando na posição de número oito, pela ordem alfabética dos que tiveram plena aprovação. Neste exame, os dados fornecidos pelo jornal apontam reprovados com atestado 8, não compareceram à prova escrita 17, não compareceram à prova oral 1, aprovados plenamente 16 e aprovados 42. Chegando a um total de 84 alunos inscritos para realizar a prova de história (BN, *Correio Paulistano*, 04/04/1878, p. 3).

Uma vez aprovado, Assis Brasil precisava realizar sua matrícula. No entanto, para que isso pudesse ocorrer, ele tinha que apresentar cópia de sua certidão de batismo, pois era uma das exigências do artigo oitavo da lei que criou os cursos de nível superior no Brasil. De modo que “os estudantes que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, por que mostrem ter a de quinze anos completos” (AHRS, *Legislação*, 1827, nº 41, p. 6). Conforme está no primeiro capítulo deste trabalho, a data de nascimento de Assis Brasil sempre foi cercada de controvérsia. Em seus documentos sempre constou ter nascido em 1857, no entanto, entre familiares e amigos, o ano de 1858 era lembrado como seu real ano de nascimento. O fato é que sua

mãe fez o seu registro de batismo em 13 de outubro de 1877, no livro primeiro de justificações de batismo de São Gabriel. Este registro feito tanto tempo depois, e justamente neste ano, se deve ao fato de Assis Brasil saber que necessitaria da documentação para fazer sua matrícula na faculdade, como consta de pedido anexado em seu prontuário escolar.

Diz Joaquim Francisco de Assis Brasil para fins convenientes, precisa que se lhe mande passar por certidão o teor do seu assentamento de batismo efetuado no ano de 1860, nesta Freguesia como não possa obter sem o despacho de Vossa Reverendíssima.

Que a Vossa Reverendíssima se digne deferir.

Espera Receber Mercê.

São Gabriel 13 de outubro de 1877.

[Assinado] Joaquim Francisco de Assis Brasil (AMFDUSP, Prontuário de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Caixa n° 69, Anuário n° 03, processo n° 1877).

No mesmo papel do pedido, na margem à esquerda, datado do mesmo dia, consta anotado: “passe do que constar ao suplicante”, assinado pelo Vigário da Comarca de São Gabriel João Peixoto de Miranda Veras. Deste modo, foi feito o seguinte registro pelo Escrivão da Vara Eclesiástica da Comarca de São Gabriel Camillo Xavier de Mello – que foi o mesmo responsável por fazer o registro de batismo de Assis Brasil, conforme vimos no capítulo anterior.

Certifico, em cumprimento do despacho do Reverendíssimo Cônego Vigário da Vara desta Comarca, exarado na petição supra, que revendo o livro primeiro de justificações de batismo desta Freguesia, nele e a folha trinta e três, se acha o assento do teor [...] e sete. E eu Camillo Xavier de Mello, Escrivão da Vara Eclesiástica desta Comarca, a escrevi, conferi e assino (AMFDUSP, Prontuário de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Caixa n° 69, Anuário n° 03, processo n° 1877)⁵⁸.

Uma vez feito isto, Assis Brasil começou a dar entrada com a documentação para efetivar sua matrícula. Conforme seu prontuário escolar, em 30 de março ele entra com o pedido de matrícula “com os documentos juntados para que o mande inscrever”. Entre os documentos está o certificado que diz que “a folha 88 do respectivo Livro 3° consta que o Senhor Joaquim Francisco de Assis Brasil foi plenamente aprovado em História no dia 20 de março de 1878”. Consta no mesmo documento, escrito logo abaixo, que ele pagou a coletoria um mil reis de emolumentos, em 1° de abril daquele

⁵⁸ A íntegra do documento não pode ser transcrita por este se encontrar parcialmente queimado. Isto se deve a um incêndio que atingiu o prédio da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880. O que não invalida o fato de que Assis Brasil teve seu pedido atendido e o escrivão deve ter transcrito o mesmo assento que ele mesmo havia feito pouco tempo antes. Tanto que no registro de batismo, anotado na margem esquerda, está escrito: “Pedida Certidão a 14 de outubro de 1877, [assinado] Mello”. O escrivão registrou que foi feito um pedido de verificação e transcrição do documento um dia depois do pedido feito por Assis Brasil.

ano. No documento seguinte está anotado que “a folha 96 do respectivo Livro em exercício consta que o Senhor Joaquim Francisco de Assisa Brasil foi plenamente aprovado em exame de Geometria no dia 30 de março de 1878”. Também constava o pagamento de um mil réis de emolumentos para a coletoria, na mesma data anteriormente mencionada, também escrito na margem inferior deste documento.

Ao longo de seus anos de estudos na Faculdade de São Paulo, que foram de 1878 até 1882, Assis Brasil pagou a quantia de 51\$200 réis por semestre. A cada início de ano, ele tinha que encaminhar o pedido de matrícula, anexado do comprovante de que havia sido aprovado nas disciplinas do ano anterior.

Certifico que a folha 5 do respectivo Livro 1º consta que o Sr. Joaquim Francisco de Assis Brasil foi plenamente aprovado no Ato que fez das matérias do terceiro Ano.

Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 29 de novembro de 1880.

O Secretário

[assinado] André Dias de Azevedo

Exmo. Sr. Conselheiro Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, tendo sido aprovado no exame que prestou das matérias do terceiro ano, como prova com o documento junto, pede a Vossa Excelência o mande matricular no quarto ano deste Curso.

Espera Receber Mercê.

São Paulo, 3 de março de 1881.

[Assinado] Joaquim Francisco de Assis Brasil (AMFDUSP, Prontuário de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Caixa n° 69, Anuário n° 03, processo n° 1877).

Na margem esquerda deste último documento foi escrito: “Matricule-se, São Paulo, 4 de março de 1881”.

Segundo o inventário do pai de Assis Brasil, em 5 de outubro de 1878, sua mãe Joaquina Theodora apresentou as custas de seu filho Joaquim, como estudante de Direito em São Paulo. Aparecem duas remessas de dinheiro para a capital paulista, uma no valor de 300\$000 e outra de 400\$000 réis (APERS, Inventário de Francisco de Assis, p. 6). Pela data, entende-se que estas despesas já eram por conta das semestralidades que Assis Brasil tinha que pagar e para seu provimento na capital paulistana. Como se verá na tabela a seguir, os valores que Assis Brasil recebeu enviados por sua mãe, equivaliam cada, se somados, o valor de um escravo de vinte anos de idade. Se comparado com os custos das semestralidades, lhe sobrava muito dinheiro para custear sua estada em São Paulo.

Por causa dos estudos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, Assis Brasil requereu sua emancipação para poder usar sua herança para custear seus estudos, em 5 de fevereiro de 1879.

Diz Joaquim Francisco de Assis Brasil, filho legítimo do finado Francisco de Assis Brasil e de sua mulher, Dona Joaquina Theodora Brasil, residente neste termo, que, tendo completado vinte um anos de idade, como prova com documento junto, está, por isso, apto para todos os atos da vida civil [...] por isso, respeitosamente requer a Vossa Senhoria se digne a vê-lo como tal, independente de habilitação ou formal e expressa habilitação, digo – emancipação (APERS, Inventário de Francisco de Assis, p. 81).

Para conseguir sua emancipação, Assis Brasil pede, novamente, cópia de seu registro de batismo. Que é, outra vez, feito pelo Escrivão da Vara de São Gabriel Camillo Xavier de Mello.

Certifico, em virtude do despacho do Reverendíssimo Vigário da Vara interino desta Comarca, exarado na petição supra, que revendo o livro primeiro de justificações de batismo desta freguesia, nele e a folha trinta e três verso, se acha o assento do teor seguinte = Em virtude da sentença do Reverendo Cônego Vigário da Vara desta Comarca, proferida nos autos de justificação de batismo de Joaquim, filho legítimo do finado Francisco de Assis Brasil, e Dona Joaquina Theodora Brasil, a quem esta procedeu por este Juízo seja o assento do teor seguinte = Aos trinta dias de janeiro de mil oitocentos e sessenta, nesta freguesia de São Gabriel, o Reverendo Vigário Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva, já falecido, batizou solenemente e pôs os Santos Óleos, a Joaquim, branco, nascido a vinte e nove de julho de mil oitocentos e cinquenta e sete, filho legítimo de Francisco de Assis Brasil, já falecido, e Dona Joaquina Theodora Brasil; neto pela parte paterna de José de Souza Brasil e Dona Florinda Clara de Oliveira, e pela materna de Joaquim Thomas de Bem Salinas e Dona Joaquina Theodora de Bem Salinas: foram padrinhos, o Vigário Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva e Dona Edwiges Clarinda de Oliveira. E para constar se lavrou o presente termo, que vai assinado pelo Reverendíssimo Vigário da Vara desta Comarca de São Gabriel, aos treze de outubro de mil oitocentos e setenta e sete. Eu Camillo Xavier de Mello, Escrivão da Vara, que o escrevi = Vigário João Peixoto de Miranda e Veras (APERS, Inventário de Francisco de Assis, p. 82-82v.).

O escrivão registrou na margem esquerda do assento de batismo de Assis Brasil, que o documento foi conferido e transcrito por ele, em 4 de fevereiro de 1879 (ADB, Livro 1º de Justificações de Batismo de São Gabriel, p. 33 v.). Em 7 de fevereiro de 1879, o requerimento de Assis Brasil foi aceito, passando a ser considerado maior de idade e responsável pela gerência de seus bens herdados do pai. Conforme o inventário de seu pai, Assis Brasil tinha direito a um montante de 5:852\$801 réis. Seus bens consistiam do seguinte:

Tabela nº 2 – Inventário de Francisco de Assis Brasil / ano 1872 – Bens herdados por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

01 escravo pardo de nome Guilherme, de 20 anos ⁵⁹	800\$000
179 reses xucras de criar	1:026\$000
16 cavalos mansos	192\$000
13 éguas xucras	20\$800
01 potro	8\$000
Parte da Fazenda São Gonçalo	3:806\$001
Total	5:852\$801

Fonte: APERS - Inventário de Francisco de Assis Brasil - Maço 12, Estante 104, Nº 247, São Gabriel, 1872, p. 50-50v.

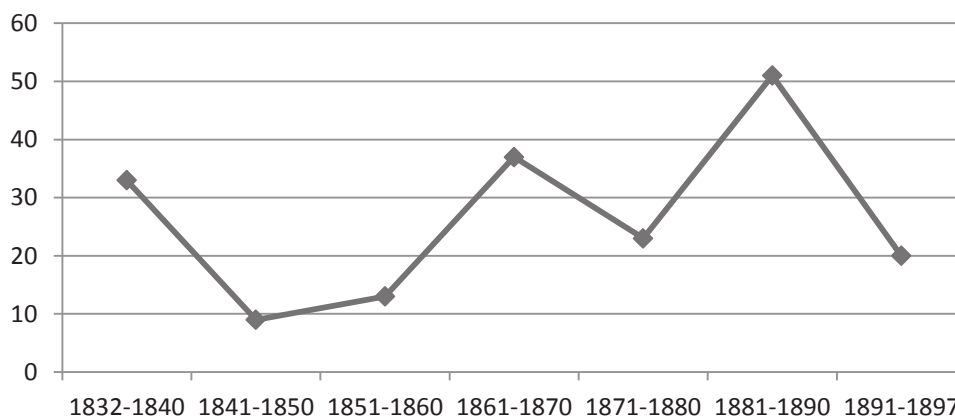
No entanto, acredita-se que seus bens tenham ficado sob a gerência de sua mãe e do irmão mais velho, João, que foi quem ficou responsável por administrar a fazenda, por já ser maior de idade na época do falecimento de Francisco de Assis Brasil. Isso demonstra haver um planejamento familiar com relação às injunções que cada filho deveria desempenhar na idade adulta – enquanto Joaquim, e posteriormente seus irmãos, Bartholomeu e Diogo, foram estudar fora de São Gabriel, em Porto Alegre e depois no centro do país, João ficou com o encargo de manter os negócios da família na sua terra natal. Desta forma, por já ser visto como adulto, Assis Brasil poderia solicitar dinheiro a família sem ela ter que notificar aos responsáveis legais.

A ida de jovens sul-rio-grandense para fazerem seus estudos de direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, é marcada com a formatura, em 1832, dos primeiros quatro rio-grandenses formados naquela instituição. Segundo Sérgio da Costa Franco, “a influência exercida pela Academia de Direito de São Paulo na formação das elites culturais e políticas do Rio Grande do Sul, durante o século 19 e princípios do século 20, parece matéria fora de discussões” (FRANCO, 2001, p. 108). Costa Franco fez o levantamento de todos os formandos em Direito na faculdade paulista, oriundos da província de São Pedro, durante o século XIX:

⁵⁹ No inventario post-mortem do pai de Assis Brasil, no dia 6 de outubro de 1876, Joaquina Theodora informa “constar-se ter suicidado o escravo Guilherme, do filho da suplicante, o menor Joaquim, em um dos últimos dias de outubro de 1875”. Não se sabe o motivo de ter levado quase um ano entre o suicídio do escravo e o comunicado do mesmo pela mãe de Assis Brasil, o fato é que, quando do ocorrido, foi realizado exame de corpo de delito ou “exame cadavérico” e se constatou que o *pardo* Guilherme havia se degolado “com um pedaço de faca no xadrez do quartel da seção policial desta cidade, no dia trinta de outubro de mil oitocentos e setenta e cinco” (APERS, Inventário de Francisco de Assis, p. 9-10).

Gráfico n° 1 - Rio-Grandenses formados pela Faculdade de Direito de São Paulo durante o século XIX.

Fonte: FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX in: **Revista Justiça & História**. Porto Alegre: CEMJUG, p. 107-129,



Como se pode ver pelo gráfico acima, o número de estudantes vindos do Rio Grande do Sul na Faculdade de Direito de São Paulo, variou muito ao longo do século XIX. Nota-se que em períodos em que a província esteve envolvida em conflitos, houve um decréscimo em relação ao número de formandos. Já, a partir da década de 1870, temos um grande pico no número de formandos – justamente o período em que Assis Brasil estava estudando por lá.

Jonas Vargas e Tassiana Saccol, em artigo que analisa a relação entre pais conservadores e filhos republicanos no Rio Grande do Sul, enfatizam a ideia de que em períodos em que a província de São Pedro esteve em guerra, seja interna ou externa, houve uma diminuição da quantidade de formandos sul-rio-grandenses na Faculdade de Direito de São Paulo. Estes períodos seriam a Revolução Farroupilha (1835-1845), a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852)⁶⁰ e a Guerra do Paraguai (1865-1870)⁶¹. Para

⁶⁰ Guerra contra Oribe e Rosa foi um conflito armado que envolveu o Brasil, Uruguai e Argentina. O ditador argentino Juan Manoel Rosas, em conjunto com o caudilho Manuel Oribe, tentou dominar Montevidéu. O Brasil enviou o Exército Libertador, liderado por Caxias, que conseguiu o apoio de províncias argentinas insatisfeitas com Rosas. Após a vitória brasileira na batalha de Monte Caseros, Rosas deixa a argentina rumo a Londres (FLORES, 2008, p. 285-286).

⁶¹ Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul. De um lado havia a Tríplice Aliança de Brasil, Uruguai e Argentina, contra o Paraguai, do ditador Solano López. O fato de o Brasil ter sido atacado pelo Paraguai gerou forte sentimento de indignação sobre a população brasileira. No entanto, com o longo decurso do conflito, a guerra foi se tornando impopular tanto entre a população brasileira, como entre aqueles que combatiam (FLORES, 2008, p. 288-291). Ver: DORATIOTO, Fernando. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

eles, “estes três ciclos de queda demonstram que as guerras provocaram significativa crise política e econômica e acabaram alterando o projeto de muitas famílias, reduzindo as possibilidades de manterem um filho estudando fora da Província, algo muito custoso” (SACCOL; VARGAS, 2010, p. 237).

No entanto, ao explicarem o motivo que fez com que, a partir da década de 1890 houvesse um decréscimo no número de formandos, usaram o argumento de que os pais rio-grandenses começaram a ver a Faculdade de Direito de São Paulo como fonte geradora de “ideias perigosas”, que acabavam influenciando os filhos dos bem aquinhoados do Rio Grande do Sul.

Nossa hipótese é que um dos motivos pelo qual os rio-grandenses diminuíram o envio de filhos para São Paulo se deu exatamente pela explosão do movimento republicano. As primeiras manifestações de Castilhos e Assis Brasil, a fundação do PRR e a defesa de ideias perigosas, como a abolição da escravidão, por exemplo, deve ter incomodado muitos estancieiros monarquistas e charqueadores fiéis à Coroa. A academia paulista estava se tornando um espaço antimonárquico e é provável que pais de famílias da elite proprietária não quisessem ver seus filhos convertidos a “tais” doutrinas (SACCOL; VARGAS, 2010, p. 237).

O que os autores não percebem é que as ideias republicanas e federalistas já estavam sendo discutidas e disseminadas dentro da província (seja em instituições culturais, como a Sociedade do Parthenon Literário, seja em escolas, como o Colégio Fernando Gomes – onde Assis Brasil e outros fundadores do PRR estudaram). Conforme Sérgio da Costa Franco, os ideais republicanos e federalistas não sumiram da província após o fim do conflito⁶².

As ideias republicanas, desde a Insurreição Farroupilha de 1835, nunca haviam abandonado inteiramente o Rio Grande do Sul. Conservava um ou outro dos antigos Farrapos o desprezo recôndito pelas instituições da Monarquia e seus baronatos de comédia. Entretanto, as tradições libertárias legadas pela Revolução Farroupilha já haviam sido, em 1860, o combustível mítico para a fundação do partido Liberal, e este, praticamente, capitalizara em seu favor a simpatia dos veteranos de 35 (FRANCO, 2013, p. 30).

Além disso, se a premissa seguida pelos autores, de que sempre que a província de São Pedro esteve envolvida em conflitos o número de estudantes em São Paulo diminuía, com o final da década de 1880, e início da de 1890, o Brasil e sua região mais meridional, são marcados por forte instabilidade política, fruto da Proclamação da

⁶² O lugar da memória da Revolução Farroupilha, suas diferentes interpretações, será mais bem trabalhado adiante.

República, que levaria a disputas políticas de toda ordem, tanto no centro do país, como a Revolta da Armada⁶³, como no Rio Grande do Sul, com a Revolução Federalista⁶⁴.

Vê-se que durante o século XIX, as famílias mais abastadas do Rio Grande do Sul, enviaram os seus filhos para estudar no centro do Império, preferencialmente no curso de direito da Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo. Como salienta Carlos Reverbel, “poucos eram os estancieiros, mesmo entre os bem aquinhoados, que podiam sustentar mais de um filho naqueles longínquos centros acadêmicos” (REVERBEL, 1990, p. 9-10)⁶⁵.

A chegada de Assis Brasil, bem como de seus outros conterrâneos, em um local que vinha se tornando um centro não apenas de estudo de nível superior, mas um local que propiciava o debate, o encontro de ideias, a possibilidade de ampliação das redes de sociabilidade que poderiam trazer não apenas novas ligações de amizade, mas propiciar o incremento e circulação das visões de mundo entendidas pelos jovens estudantes que ingressavam na Faculdade de Direito de São Paulo, fazia deste espaço um vetor de formação de uma intelectualidade que passou a questionar a situação política/social do Brasil no período pós Guerra do Paraguai. Este agrupamento de ideias e ideais, ficará marcado pela historiografia como Geração de 1870.

Geração 1870

O final da Guerra do Paraguai marca o auge e o começo do declínio do império brasileiro. Se com a vitória no conflito armado, Dom Pedro II viu seu prestígio junto à população crescer, temas que haviam sido colocados de lado, em função do conflito, tiveram que ser retomados. Questões como a escravidão/abolição, além de outras reformas políticas e sociais, não podiam esperar mais tempo por uma solução.

⁶³ Revolta da Armada foi uma rebelião organizada por unidades da Marinha do Brasil contra os dois primeiros governos republicanos, por conta de incompatibilidades com as premissas adotadas pelos dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (FLORES, 2008, p.57-58).

⁶⁴ Revolução Federalista (1893-1895). Movimento insurrecional no Rio Grande do Sul, com articulações com a Revolta da Armada, que opôs partidários do presidente do Rio Grande do Sul Júlio de Castilhos, apelidados de pica-paus, contra os federalistas, comandados de Gaspar Silveira Martins e chamados de maragatos (FLORES, 2008, p. 236-239).

⁶⁵ Segundo Saccol, dois irmãos de Assis Brasil, Bartholomeu e Diogo, também foram estudar em São Paulo. E, assim como o irmão mais velho, passaram a ser “integrantes de uma rede de letrados, da qual faziam parte indivíduos de renome nacional e que tinha como finalidade, através da solidariedade prestada no sentido de fazer circular os escritos de uns e outros, fortalecer a propaganda republicana, através da conquista de novos adeptos e simpatizantes à causa” (SACCOL, 2013, p. 33).

Algumas destas propostas, porém, já vinham sendo discutidas há algum tempo por setores do Partido Liberal, principalmente, em função dos discursos de advertência de Nabuco de Araújo. Na sessão do Senado, de 12 de julho de 1870, após a queda do Gabinete do visconde de Itaboraí e da nomeação do marques de São Vicente (José Antônio Pimenta Bueno, 1803-1878), ele defendeu a necessidade urgente de reformas para salvar a própria monarquia. Nabuco de Araújo conclamou o imperador a reconciliar-se com a “democracia”, tomando a “iniciativa e a frente das reformas liberais”, para salvar “vosso trono e país” (NEVES; MACHADO, 1999, p.393).

O Brasil precisava de reformas. E a mais difícil seria com relação ao elemento servil: a escravidão. José Murilo de Carvalho, em biografia sobre o imperador Dom Pedro II, aponta como esta questão se tornou uma das principais pautas das discussões no período seguinte ao fim do conflito com o Paraguai.

Uma das heranças da guerra foi à inauguração de nova fase na luta abolicionista. A escravidão, como definiu José Bonifácio, era um cancro que roía as entranhas da sociedade brasileira. A imagem era apropriada. A escravidão, além de sustentar a produção agrícola e os serviços urbanos, perpassava a vida social de alto a baixo. Não havia no Brasil território livre de escravidão, como havia nos Estados Unidos. Norte e Sul, Leste e Oeste, cidade e campo, eram escravistas. E, como escreveu Joaquim Nabuco, a escravidão não tinha preconceito de cor. Até mesmo libertos costumavam possuir escravos, e houve casos de escravos donos de escravos. Testemunho da força da escravidão é o fato de que nenhuma das muitas revoltas regenciais propôs sua abolição geral. Quando os malês se rebelaram em 1835, buscavam a liberdade apenas para os irmãos de fé muçulmana (CARVALHO, 2007, p. 130).

Com o fim da guerra, Dom Pedro II, que durante todo o conflito sempre se fazia trajar com algum uniforme militar, seja do corpo de Voluntários da Pátria, ou de almirante, como após a vitória na batalha naval do Riachuelo, passou a usar aquele que seria seu traje mais popular: o jaquetão preto. A aparência física do monarca havia mudado muito com o decorrer do conflito armado, dizia-se que a guerra fez com que a barba do imperador ficasse branca. Fato é que o desleixo de sua alteza real com seu modo de se apresentar acabava demonstrando o estado das coisas com relação à situação de seu reinado. Um monarca é feito para representar. Ele é um dos símbolos, se não o maior símbolo de um país que tem como regime de governo a monarquia. A maneira como Dom Pedro II se mostrava era um indicativo de que as coisas não estavam bem na única monarquia do continente americano.

Ao descuidar da sua imagem, d. Pedro deixava mais evidentes as fragilidades reais da monarquia, até então vinculada à estabilidade do Estado. Com efeito, não só o “teatro da política” enfraquecia-se; o período era também adverso, e as contradições do Império sobressaíam. Na verdade, as relações entre o Império e a agricultura de exportação nunca foram questionadas. Era ela que gerava 70% das rendas – via impostos de exportação e importação –, o que resultava em um claro compromisso. No entanto, em tal contexto, a política oscilante adotada pelo Estado com relação à abolição provocava tensões no setor agrário (SCHWARCZ, 1998, p. 415).

Segundo Jonas Vargas, este período marca o início de uma mudança no perfil da elite política nacional.

Os anos que se seguiram ao término da Guerra do Paraguai (1864-1870) foram de significativa crise política e econômica. A insatisfação das elites de todas as províncias para com o centralismo do sistema administrativo e tributário deu espaço às crescentes manifestações republicanas e, posteriormente, abolicionistas, que cada vez mais reuniam adeptos, contribuindo para abalar as estruturas da monarquia. Os anseios federalistas eram sentidos pelo governo central e em decorrência disto, o próprio rosto da elite política imperial foi tomando novas formas (VARGAS, 2007, p. 12).

É dentro deste contexto político que vai surgir uma geração que passou a propor soluções para a situação em que o Brasil estava. Independentemente de idade, ideais, origens regionais ou sociais, esta geração vai fazer a contestação do *status quo* no qual o Brasil havia se inserido, propondo soluções, cada qual a sua maneira, propiciando um debate que tinha como motivação o esgotamento do modelo político de matriz saquarema que vinha ditando a política nacional há muito tempo. Esta geração será conhecida como *Geração de 1870*.

Muitos trabalhos foram realizados nas últimas décadas tratando da Geração de 1870, vendo neste conjunto de pessoas que se propunham a apontar um caminho, diante da crise que se instalou no Brasil da segunda metade do século XIX, possibilidades de construção de um novo modelo de estado, nação e, conseqüentemente, de cidadão. Carmen Aita, em sua tese de doutorado, onde procura fazer uma nova interpretação para o pensamento político de Assis Brasil, “construindo sua inserção na história das ideias políticas brasileiras”, através da relação entre seus ideais políticos republicanos e liberais, dentro da obra de sua autoria *Democracia Representativa e Governo Republicano Presidencial*, já apontava a importância da Geração de 1870 e a inserção dos rio-grandenses dentro deste grupo, especialmente Assis Brasil. Ela dá destaque ao cientificismo que moldava as ideias expostas em jornais e palestras, levando este grupo a formar o Partido Republicano Rio-Grandense, quando do seu retorno ao sul do país.

Parece essencial levar em conta ainda a crítica exacerbada que a geração de 1870 iria dirigir às instituições liberais. Tendo como base teórica o cientificismo neo-pombalino, calcado na experiência inglesa, portanto refundado a partir de arraigada tradição cultural, reacendem-se as paixões políticas, rompendo uma nova investida no parlamento e nos comícios públicos. Reaparece então a luta pelo princípio federativo, retomado com vigor no manifesto republicano de 70, pela abolição da escravatura e, de maneira geral, pelas ideias liberais. O fenômeno traduziu-se no meio acadêmico invocando Darwin, Comte, Renan e Taine, através de uma diversidade de jornais e panfletos de toda a ordem. Em meio às agitações novas, antigas e irrealizadas reivindicações são retomadas na medida em que o ponto de referência do novo ciclo parece ter sido a crise governamental de

68. Desta experiência fulgurante apareceria, através dos elementos mais descontentes, o Partido Republicano (AITA, 2006, p. 81).

Outro autor a tratar da Geração de 1870 foi Luiz Alberto Grijó, em sua tese de doutorado, em que estuda a formação de uma elite política em torno da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Para chegar neste grupo, que seria o sucessor da Geração de 1870, a qual ele chama de “Geração de 1907”, Grijó dedica uma parte de seu trabalho a explicar como surgiu a geração anterior. Para ele, a geração de Assis Brasil e Júlio de Castilhos, enquanto estudava na Faculdade, em São Paulo, começou a formar aquilo que seria um dos núcleos de crítica ao *status quo* do regime imperial, motivando a criação de um partido político.

Foi neste ambiente de efervescência cultural e de constantes conflitos, justamente no período de implantação da reforma Leôncio de Carvalho e das reações a ela, que passaram por São Paulo aqueles que se tornariam as principais lideranças político-partidárias rio-grandenses do final do século XIX e início do XX. Essa geração, marcada por estas disputas e por este tipo de ambiente e que se poria a frente do movimento republicano no Rio Grande do Sul (GRIJÓ, 2005, p. 136).

Tassiana Saccol na sua dissertação de mestrado em que se vale da figura de Assis Brasil para estudar “a propaganda republicana no Rio Grande do Sul, tratando-a como parte de uma configuração social e política mais ampla, que envolvia desde a micropolítica, protagonizada por eleitores, clubes e facções locais, até as experiências partilhadas e a circulação de ideias com alguns dos membros da Geração de 1870”, diz que a trajetória de Assis Brasil:

[...] sinalizava para uma série de relações mantidas com membros da propaganda republicana de outras províncias, em sua maioria membros da geração de 1870, contato ainda pouco explorado nas pesquisas anteriores, mas capaz de inserir a propaganda republicana desenvolvida no Rio Grande num panorama nacional, de oposição ao sistema vigente (SACCOL, 2013, p. 193).

Mais recentemente temos a tese de Juliano Francesco Antonioli, que estuda esta “geração de letrados brasileiros a partir da década de 1870”, vendo como a crise do estado monárquico fez com que ideias como o republicanismo florescessem aliadas a conceitos filosóficos progressistas, “por um grupo de estudantes republicanos da Faculdade de Direito de São Paulo”. Este trabalho também se insere nos estudos das “ideias novas” mobilizadas como instrumento de contestação ao modelo político de matriz saquarema. Sendo assim, ele usa um dos membros deste movimento, Joaquim Francisco de Assis Brasil, como guia da sua análise.

Havia, portanto, um conflito de projetos políticos acerca da melhor forma de governo que cabia ao Brasil (republicana ou monárquica), no qual Assis Brasil e seus colegas procuraram demonstrar a superioridade da república como solução para o Império em crise (ANTONIOLLI, 2017, p. 115).

Deste modo, Antonioli afirma que a Geração de 1870 não era um bloco monolítico, mas se dividia em diferentes correntes que procuravam pensar soluções para as contradições do Brasil da segunda metade do século XIX.

Divididos entre as alternativas do progresso e do atraso, entre acelerar e resistir ao ritmo veloz das transformações, cada um dos grupos heterogêneos encarava o debate político em termos que aludiam a formas de atuar em relação ao tempo. Nesse sentido, o conceito de progresso foi instrumento político fundamental de todos os atores envolvidos na crise iniciada em 1870. Para os acadêmicos de Direito de São Paulo, era o ideal ao qual procuravam adequar o país por meio da implantação de um regime republicano capaz de remover o obstáculo representado pela monarquia no desenvolvimento brasileiro (ANTONIOLLI, 2017, p. 207).

Outro trabalho, ainda mais recente, é o de Carina Martiny. Sua tese de doutorado faz um estudo da trajetória de Júlio de Castilhos, tentando entender como “se tornou uma liderança política”, vendo como ele “buscou pelas várias condições e fatores interdependentes que, em um contexto específico, marcado pela mudança de regime político no país, proporcionaram que ele se tornasse o mais influente dos republicanos no Rio Grande do Sul e com certa projeção nacional” (MARTINY, 2018, p. 18-19). Se valendo do conceito de “geração” usado por Grijó, Martiny explica quem eram os membros deste movimento.

Eram intelectuais que militaram política e partidariamente na crise do Império, produzindo escritos, influenciados por correntes de pensamento estrangeiras (liberalismo, positivismo, spencerismo, entre outras), com o intento de explicar a realidade brasileira. [...] essa geração se caracterizou, em sua ação, pela intervenção política. Produção intelectual e ação política eram lados de uma mesma moeda. Tratava-se, segundo a autora [Angela Alonso], de uma geração alijada de participação na esfera institucional do Império, que tomou emprestadas teorias estrangeiras capazes de subsidiar suas críticas à instituição imperial (MARTINY, 2018, p. 110).

O que se vê ao ler os trabalhos destes últimos autores (MARTINY, 2018; ANTONIOLLI, 2017; SACCOL, 2013) é o uso, como base para o desenvolvimento de suas impressões sobre o que é a Geração de 1870, da tese de doutorado de Angela Alonso, *Ideias em Movimento*.

Angela Alonso procurou fazer uma abordagem com relação à Geração de 1870, desviando-se de uma historiografia já tradicional, que trabalhava sob duas perspectivas: que via este grupo baseado nas ligações dos membros desta geração, enquanto autores de obras, com as temáticas universais; ou uma historiografia que buscava explicação

pela origem social dos participantes desta plêiade. Para Alonso, não se pode separar a ação intelectual da política. Deste modo, ela trabalha com a ideia de “experiência compartilhada”, para mostrar como havia toda uma teia de redes de sociabilidade que possibilitavam o intercâmbio de conhecimentos entre os diferentes grupos que compunham a Geração de 1870. Sua análise visa ver as “formas de pensar” que “estão imersas em práticas e redes sociais”, relacionando os discursos produzidos pelos membros desta geração com as suas relações sociais, o que “significa explodir a distinção entre textos e práticas, teoria e escritos de circunstância, e privilegiar a tensão entre a obra e a experiência social de seus autores” (ALONSO, 2002, p. 38).

Ao propor um prolongamento do debate iniciado por Roberto Schwarz, em *As Ideias Fora de Lugar*⁶⁶, Angela Alonso vai analisar as críticas feitas pelos membros da Geração de 1870 com relação às contradições do estado brasileiro escravocrata, considerando a influência de toda uma gama de ideias que chegavam ao Brasil. Ela, ao contrário de Schwarz, que fez uma análise interna das obras produzidas por membros desta geração, olhou a dinâmica política da sociedade brasileira da época, tentando entender quem eram as pessoas que estavam usando estas ideias importadas para pensar um novo modelo político e social para o Brasil.

Para Angela Alonso, não havia uma distinção entre campo intelectual e campo político, não havendo uma vida intelectual autônoma no Brasil do século XIX. Então, todos que estavam escrevendo, seja em periódicos ou publicando livros, também participavam do debate público. As leituras de textos de autores espanhóis, ingleses, franceses, não eram apenas tentativas de construir teorias, mas formas de conseguir construir argumentos que sustentassem suas críticas e perspectivas futuras para a nação. Era um movimento político reformista, muito mais do que apenas intelectual, ou só político.

O movimento “intelectual” contemporâneo à crise do Império não é nem um movimento “de ideias”, nem é formado por “intelectuais”. Embora o processo seja percebido pelos agentes como o de filosofias tomando mentes, são os agentes sociais que selecionam e utilizam teorias explicativas. Argumentos e conceitos de teorias estrangeiras não foram adotados aleatoriamente, sofriam um processo de triagem: havia um critério *político* de seleção. Os agentes elegeram um conjunto de teorias e noções por razões

⁶⁶ Livro em que o autor procura compreender, analisando os romancistas oitocentistas brasileiros, a visão destes com relação a sociedade brasileira, num panorama intelectual que apresentava contradições por adaptar ideias liberais a uma realidade escravocrata, socialmente atrasada e no qual os favores eram usados como forma de conquista de posições sociais. Ver: SCHWARZ, Roberto. **As Ideias Fora do Lugar**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2014.

práticas: estavam em busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam e para desvendar linhas mais eficazes de ação (ALONSO, 2002, p. 39) [Grifos da autora].

Neste ponto, Angela Alonso propõe um conceito que será fundamental para a melhor compreensão do uso que Assis Brasil, bem como de seus colegas de faculdade e membros da Geração de 1870, fez dos textos de autores estrangeiros, que é o conceito de “repertório”. Por este conceito, entende-se um leque de opções intelectuais disponíveis num determinado tempo e espaço. Os “repertórios” funcionam como “caixas de ferramentas”, onde “os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação”. Para Alonso, “foi dessa maneira que o movimento intelectual da geração 1870 se relacionou com as teorias estrangeiras contemporâneas” (ALONSO, 2002, p. 39-40). Sendo assim, o repertório adquirido pelos membros desta geração serviu como instrumento na formulação de suas ideias para o Brasil.

O repertório político-intelectual europeu auxiliou o movimento da geração 1870 a exprimir de maneira sistemática e organizada suas críticas aos modos de pensar e de agir da elite imperial. Suas obras tomavam partido no debate político. Tinham, pois um caráter deliberado de intervenção política (ALONSO, 2002, p. 40).

Outro aspecto importante trazido por Angela Alonso é o enquadramento da Geração de 1870 como um “movimento social”, que criou uma “estrutura de oportunidades políticas”. Pra ela, “movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social”. Na modernidade, os movimentos sociais assumem formas de ação coletiva, que emergem do “enfraquecimento” das tradicionais formas de busca por reivindicações por demandas políticas e/ou sociais. O surgimento de um movimento social depende da “estrutura de relações de poder, que é específica e histórica”. Uma vez abrindo espaço para disputas e contestações, pode-se ver quem são os oponentes, aqueles que compartilham os mesmos ideais, gerando novas formas de ação (ALONSO, 2002, p. 41).

A base de argumentação de Alonso, para construir o seu conceito de movimento social, e enquadrá-lo na Geração de 1870, é do sociólogo norte-americano Sidney Tarrow. Ele acredita que o confronto político e social é que cria o movimento social, pois seu surgimento só é possível quando as pessoas se juntam, aglutinando forças para fazer frente “às elites, autoridades e opositores”. Para ele, o surgimento do Estado Moderno está ligado ao aparecimento dos movimentos sociais - este momento histórico criou um maior distanciamento entre as reais perspectivas para as sociedades e aquilo

que os senhores do poder pensavam para o Estado. Assim sendo, Tarrow entende que “o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios”. Sidney Tarrow enfatiza que o surgimento de redes de sociabilidade acaba por sustentar o confronto político, pois “as sequências de confronto político baseadas em redes de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (TARROW, 2009, p. 18).

Mas o que faz realmente um movimento social? Para Tarrow, “eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas” (TARROW, 2009, p. 19). No caso da Geração de 1870, seria a formação de grupos que tem a mesma linhagem de pensamento, produzem jornais, fazem palestras, escrevem livros, se agrupam para estender suas perspectivas e assim poder ter mais vias de divulgação de suas ideias, e, conseqüentemente, de pressão sobre o *status quo*.

Era através da mobilização e coordenação que este movimento social fazia-se perceber na sociedade nacional da segunda metade do século XIX. Sua tática de atuação se baseava em dois pilares: “redes sociais prévias”, que eram constituídas por grupos que foram estreitando seus laços ao longo dos anos posteriores a 1870; e “a partilha de um mesmo repertório político-intelectual”, que dava uma identidade para o grupo, pois compartilhavam da mesma premissa em termos de visão das possibilidades de resolução dos problemas nacionais (ALONSO, 2002, p. 276).

Para Angela Alonso, a Geração de 1870 podia ser dividida em três grupos, cada grupo subdividido em dois agrupamentos:

Primeiro temos as “dissidências liberais”, que se dividem em “liberais republicanos”, que sempre negociavam com o regime, demandavam mais cargos dentro do governo e espaço político – tendo como exemplo Saldanha Marinho⁶⁷; e os “novos liberais”, que eram vinculados a famílias tradicionais que estavam passando por um momento de marginalização política e decadência econômica, mas conseguiram cursar a

⁶⁷ Joaquim Saldanha Marinho (Olinda, 04/05/1816 – Rio de Janeiro, 28/05/1895). Foi promotor na província do Ceará. Foi editor do jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, em 1860. Exerceu o cargo de presidente das províncias Minas Gerais e São Paulo. Assinou o Manifesto Republicano de 1870. Durante a Questão Religiosa, defendeu a maçonaria e a monarquia. Publicou *A Igreja e o Estado* (FLORES, 2008, p. 373).

faculdade de direito de Pernambuco, pois tinham sua origem no nordeste – seu exemplo é Joaquim Nabuco⁶⁸.

Em segundo temos as “associações positivistas nas faculdades imperiais”, que se dividem em dois núcleos, um na Corte e outro nas faculdades de Pernambuco e São Paulo, formadas por alunos dos cursos superiores do fim da década de 1880, que não conseguiam ascender socialmente e, por isso, não viam motivos para manter as instituições imperiais – pode-se citar Teixeira Mendes⁶⁹, como um exemplo.

Por fim, temos os “regionais politicamente marginalizados”, que se separam entre “federalistas científicos paulistas”, grupo composto de profissionais liberais da província de São Paulo, que eram vinculados à economia do café – um membro deste grupo era Campos Sales⁷⁰; a segunda parte seria a dos “federalistas positivistas gaúchos”, ao contrário dos paulistas e mesmo dos “novos liberais”, que por estarem mais próximos do centro do país tinham ares mais cosmopolitas, sua principal característica era o federalismo científico de matriz positivista, ou seja, de comprovação teórica de seus pressupostos, independentemente de seguirem as premissas de Comte⁷¹, ou não, tendo grande interação com o grupo paulistano, por conta de uma consolidação unitária em torno de demandas próprias das suas províncias de origem – é neste grupo que Angela Alonso encaixa Joaquim Francisco de Assis Brasil (ALONSO, 2002, p. 97-159).

⁶⁸ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 19/08/1849 – Washington, 17/01/1910). Filho do senador José Tomás Nabuco de Araújo, formou-se na Faculdade de Direito de Recife. Foi adido à Legação imperial em Washington e Londres, deputado por Pernambuco, participante da campanha abolicionista, fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Nomeou a comissão que deu o parecer à Lei Áurea. Publicou *O Abolicionista, Um Estadista no Império, Minha Formação* (FLORES, 2008, p. 411).

⁶⁹ Raimundo Teixeira Mendes (Caxias, 05/01/1855 – Rio de Janeiro, 28/06/1927). Estudou engenharia na antiga Escola Central e em Paris, onde participou da fundação do primeiro templo da Religião da Humanidade, criada por Augusto Comte, de quem seguia as ideias positivistas. Participou, ao lado de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, da campanha republicana. Publicou *Culto Positivista no Brasil* (FLORES, 2008, p. 384).

⁷⁰ Manuel Ferraz de Campos Sales (Campinas, 13/02/1841 – Santos, 28/06/1913). Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, foi deputado provincial pelo Partido Liberal de São Paulo. Em 1872 passou a fazer parte do partido Republicano Paulista, sendo eleito vereador, deputado provincial e deputado geral pelo partido. Com a Proclamação da República, foi Ministro da Justiça do governo provisório e senador para a assembléia constituinte de 1891. Chegou a presidência da república, exercendo o cargo de 1898 a 1902. Publicou *Da Propaganda a Presidência* (FLORES, 2008, p. 525).

⁷¹ Auguste Comte (Montpellier, 19/01/1798 – Paris, 05/09/1857). Criou o curso de Filosofia Positiva, publicado em seis volumes a partir de 1830. Após conhecer Clotilde de Vaux, e ser rejeitado por ela, idealizou-a tornando-a a imagem da nova religião que fundará, a Religião da Humanidade (FLORES, 2008, p. 170).

Antes de seguir com a Geração de 1870, precisamos definir bem o que foi este modelo saquarema, ao qual ela se antagonizava. Segundo Moacyr Flores, saquarema foi o “apelido dado aos conservadores em 1842, depois da derrota dos liberais em S. Paulo e Minas Gerais”. Ainda segundo Flores, a origem do nome vem da lagoa da Saquarema, local onde ficava a fazenda de Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que servia de local de encontro dos conservadores (FLORES, 2008, p. 539).

Ilmar Rohloff de Mattos estuda o que seria “o tempo saquarema”, através do instrumental gramsciano. Para ele, os saquaremas entendiam que era necessário fazer a formação do povo brasileiro – construir a nação – evitando qualquer resquício de barbarismo ou de algo que pudesse passar um ar de incivilidade no nascente estado brasileiro. Deste modo, o Brasil se inscreveria, ao lado das nações mais prósperas do mundo, como as europeias e a norte americana, em exemplo de estado e nação para o mundo.

O modelo saquarema é uma tentativa de impor um modelo civilizacional para o Brasil. Mattos usa como exemplo da construção deste modelo nacional o “laboratório fluminense”, que seria o uso da instrução pública, no caso estudado por ele o da capital do país, o Rio de Janeiro, como campo de experimento do uso da razão e da ciência como formas de promover e construir a nova identidade nacional, inserindo ela ao lado das grandes potências mundiais do período.

Ora, a íntima relação entre a política de Instrução Pública e a construção do Estado imperial era uma faceta da constituição da classe senhorial, dos mecanismos que ela procurava forjar e pôr em movimento de modo a levar a cabo uma expansão necessária. Assim, e tendo em consideração uma trajetória na qual [...] abandonavam-se “as ideias errôneas de um falso liberalismo”, a *formação do povo* consistia, em primeiro lugar, tanto em distinguir cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos quando resgatá-los da barbárie. Mas não deveria deter-se aí: o abandono a que se procedia era também a retomada dos princípios diferenciadores e hierarquizantes presentes na sociedade, de modo a evidenciar para cada um o papel que se lhe reservava em função da posição que ocupava (MATTOS, 1987, p.274) [Grifos do autor]

Assim sendo, instruir e educar a massa que poderia ser útil para o estado, e fazer com que este tivesse uma melhor perspectiva por parte dos Estados mais “civilizados”, se constituía no objetivo primeiro do modelo saquarema de política nacional. Deste modo, “instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá a fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a

sociedade civil, assim como aqueles que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional” (MATTOS, 1987, p. 265).

Ilmar Matos, para explicar a relação do imperador e do estamento criado pelo modelo saquarema, diz que a relação da Corte com o seu entorno é feita de “círculos concêntricos”.

Em sua ação com o Partido, a Coroa promove associações e difunde uma civilização. Ela se apresenta por meio da figura do Imperador – homem culto e ilustrado, de cuja formação se cuidara com esmero -, mas não se resume a ele. Ela deve conter, e efetivamente contém, diversificados elementos, agrupados em segmentos, os quais, neste Império que tem o seu território reificado por aqueles que dominam e dirigem, parecem estar dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço. E, sem dúvida, da confluência desses elementos e segmentos, propiciada pela ação saquarema, resultam a força da Coroa e o prestígio do imperador (MATTOS, 1987, p. 180).

Por conta disso, Angela Alonso aponta que ocorre uma marginalização dos grupos que estão fora deste “círculo concêntrico”. Assim sendo, esta marginalização pode ser sentida na relação com postos políticos, empregos, negócios, etc. Para Alonso, teria sido este estado de isolamento político que propiciou que agrupamentos com características tão distintas, se congregassem em uníssono contra o modelo saquarema.

Todos amargavam a mesma insatisfação com o regime fechado, que não se modernizava, com a falta ou de perspectiva de carreira ou de espaço para empreender projetos econômicos próprios. Foi o veto ao mundo político do Império que pôs do mesmo lado membros de grupos sociais ascendentes e decadentes, cafeicultores de São Paulo, estancieros gaúchos e mesmo a nova geração de uma das alas da elite imperial Sua unidade era política: anti-saquarema (ALONSO, 2002, p. 161).

Segundo a análise de Angela Alonso, o modelo saquarema não se limita a questão educacional. Ele tinha como base de sustentação um tripé composto de um “catolicismo hierárquico, o indianismo romântico e o liberalismo político” (ALONSO, 2002, p. 162). O fato de ser um projeto de Estado que se dividia em diferentes campos da sociedade brasileira, fez com que as críticas da Geração de 1870 acontecessem em diferentes vias e de diferentes formas, construindo um antagonismo que acabou fomentando uma identidade para cada um dos grupos que fizeram a crítica da política saquarema.

O uso de “rótulos”, como “científicos”, “aboliconistas”, “novos liberais”, fazia com que estes pequenos agrupamentos passassem a ter uma identidade que lhes dava um sentimento de pertencimento a um grupo, através da formação de uma identidade

que se antagonizava com o estamento do qual todos os grupos críticos se antagonizavam, mas também gerava uma diferenciação dentro desta massa crítica.

O grupo do qual Assis Brasil estava inserido, “federalista positivista gaúcho”, se caracterizava por ser composto por pessoas oriundas de uma província que é vista como marginal às aspirações da Corte⁷². A insatisfação na província de São Pedro era contra os muitos anos de predomínio dos liberais no comando da região, o que fez com que houvesse um descontentamento não apenas contra o partido conservador, mas contra aquele que seria seu opositor clássico, os liberais, por parte de uma elite estancieira “economicamente estacionária”, segundo Alonso.

O grupo de Assis Brasil é tratado por Angela Alonso como menos cosmopolita do que os grupos que tinham suas bases em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, pois estes dois locais foram “seu máximo de distância” a que chegaram em termos de viagem, enquanto os membros de outros grupos já tinham viajado para o exterior muitas vezes. Não nos parece que seja o caso de taxar os sul-rio-grandenses de forma tão pejorativa. Se havia uma distância geográfica grande entre o Rio Grande do Sul e o centro do país, o mesmo não havia com relação às capitais do Uruguai, Montevidéu, e Argentina, Buenos Aires. O contato dos homens de fronteira ao longo de anos produziu intercâmbios culturais, através da formação de zonas de alteridade, que possibilitaram o compartilhamento de ideias e conhecimentos ao longo de anos. Mesmo diante dos antagonismos, fruto das constantes guerras contra os castelhanos, houve espaço para a formação de laços de compadrio que instigavam as trocas de experiências. A proximidade com duas cidades portuárias tão grandes, fez com que fosse muito mais fácil conseguir bens culturais, como livros, revistas e jornais, nas capitais platinas.

Outro aspecto a se ressaltar do grupo é a interação pessoal entre seus membros. Como vimos no primeiro capítulo, Assis Brasil e Júlio de Castilhos se conheceram quando estudaram no Colégio Fernando Gomes, e desde então se tornaram grandes amigos, bem como outros que por lá passaram e seguiram para estudar na Faculdade de São Paulo.

⁷² Já vimos no capítulo anterior, que o Rio Grande do Sul, por sua localização geográfica, fronteiro aos estados do Rio da Prata, tinha uma importância estratégica para o Império na manutenção e, se possível, ampliação da fronteira. Cabia as elites locais manter a fronteira intacta e receber em troca todo tipo de préstimo do poder central (MIRANDA, 2009).

Para Alonso, Júlio de Castilhos era “a liderança política do grupo”, responsável por agenciar as relações internas do grupo, bem como a interação com outros agrupamentos que faziam a crítica do modelo saquarema, e por conta disso era aquele que tinha as posições mais exaltadas dentro do grupo. Assis Brasil era “o mentor da plataforma e principal doutrinador do grupo”. Carina Martiny coloca que Júlio de Castilhos era muito mais um propagandista dos ideais republicanos do que um intelectual, ou seja, ele não tinha o papel de ser, dentro do grupo dos “federalistas cientificistas gaúchos”, aquele que pensasse as concepções doutrinárias que deveriam nortear o movimento – este papel cabia a Assis Brasil.

Castilhos foi um desses jovens membros da “geração de 1870”. Vivenciou o período de crise e contestação da Monarquia e se inseriu no grupo de vozes contestatórias. Lia obras de autores estrangeiros, especialmente do francês August Comte, e explorava essas ideias em suas críticas ao regime monárquico. Diferentemente de outros jovens dessa geração – como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Joaquim Nabuco e Silva Jardim – Castilhos não escreveu obras. Ainda assim, propagandeou a República e o abolicionismo através de jornais, primeiro no meio acadêmico, depois, na província natal. Sua intervenção era essencialmente política, muito mais do que intelectual (MARTINY, 2018, p. 110).

Segundo Angela Alonso, a plataforma do grupo era totalmente voltada para a política.

A plataforma do grupo gaúcho era predominantemente política: a República Federativa. Seu diagnóstico da crise imperial apontava a incapacidade do sistema político em processar demandas dos que, como eles, estavam de fora das instituições políticas centrais. O repertório da política científica e, em particular do positivismo, ajudou a formular o problema como anomia a ser superada por uma nova forma “evolutiva” (ALONSO, 2002, p. 158).

É neste contexto de crítica a política saquarema, buscando fazer um processo de doutrinação das mentes em prol do seu projeto político de matriz republicano federalista cientificista, que Assis Brasil, em conjunto com Júlio de Castilhos e Joaquim Pereira da Costa, vai criar um jornal que se pretendia a via para a difusão de suas ideias junto ao maior número possível de leitores, ou ouvintes. O título já é um indicativo da mentalidade cientificista dos três: *A Evolução*.

A Evolução

Um dos melhores espaços para a difusão de ideias era através da criação de jornais,⁷³ os quais poderiam fazer circular suas concepções de forma mais rápida,

⁷³ Além dos jornais, havia a participação em clubes por parte dos sul-rio-grandenses, como o *Clube Republicano Acadêmico* e o *Clube Vinte de setembro*. Esses espaços, além de serem locais de difusão de

atingindo um maior número de pessoas. Mesmo em uma sociedade majoritariamente analfabeta, a leitura oral, seja em cafés, bares, ou em casa, na companhia da família, amigos, ou agregados, fazia com que as ideias contidas em jornais, tivessem um alcance muito maior.

A prática da “leitura compartilhada” dá vazão a duas vias que interligam as pessoas: ler e escutar. Isto faz com que haja uma maior perspectiva de possibilidades de trocas de experiências, bem como o tomar conhecimento de pessoas que tem a mesma visão de mundo que outrem. Carla Renata Gomes, ao estudar os periódicos que foram produzidos no Rio Grande do Sul no século XIX, destaca este ponto.

Sobretudo, é importante ponderar que a invasão da cena pública pelos periódicos intensifica o intercâmbio de práticas letradas entre rio-grandenses, contribuindo para o letramento dos jovens e criando um hábito de leitura/escuta e escrita/conversa; afinal, até os analfabetos acabavam sabendo das opiniões políticas que povoavam as páginas impressas. E já que é no cerne de uma sociedade que cultiva a oralidade que a escrita vem angariar seu público, faz-se necessário que essa escrita panfletária torne-se acessível para uma maioria de ouvintes, mesmo sendo poucos os que leem (GOMES, 2012, p. 85).

Roger Chartier diz que a leitura coletiva é uma prática que vem de muito tempo.

A questão é de importância, pois não revela somente a distante estranheza de práticas por longo tempo comuns, mas também os agenciamentos específicos de textos compostos para os usos que não são os de seus leitores de hoje. Assim, nos séculos XVI e XVII, e ainda hoje muitas vezes, a leitura implícita do texto, literário ou não, é construída como uma oralização, e seu leitor como um leitor que lê em voz alta e se dirige a um público de ouvintes. Destinada tanto para o ouvido quanto para o olho, a obra conta com formas e procedimentos capazes de submeter o escrito às exigências próprias do desempenho oral (CHARTIER, 1991, p. 181-182).

Chartier mostra como novas práticas de leitura conviveram com formas que vem desde o medievo, gerando uma nova perspectiva com relação às formas de conhecimento adquiridas pelos indivíduos que viveram durante a modernidade. Ler para si, ler em voz alta (para si ou para os outros), ajuda no estabelecimento de novos modelos comportamentais, e culturais, que são formas como os homens da época interagiam entre si e com o conhecimento a sua volta.

Mas isso não significou que ao longo da Idade Moderna houvesse, em toda parte, um aumento do número de pessoas que leem. Para Chartier este processo de aumento e diversificação das práticas de leitura não foi um processo linear e evolutivo. O campo ainda se constituía em um entrave a chegada do conhecimento escrito. Isso

doutrinas políticas, também eram espaços onde podiam ser reforçadas e ampliadas as redes de sociabilidade dos membros dos clubes. O *Clube Vinte de Setembro* será trabalhado no terceiro capítulo.

acaba por gerar um desenvolvimento desigual por conta de uma “leitura desigual”. O desenvolvimento da alfabetização no campo diverge do da cidade. A construção de todo um arcabouço teórico metodológico que Chartier se vale para mostrar como conviveram na mesma época conhecimentos que eram passados de forma escrita e de forma oral, através da leitura de textos em voz alta, nos permite ver como a difusão de conhecimentos não encontrava fronteiras dentro da modernidade.

O desenvolvimento (desigual) da alfabetização o mostra de várias maneiras. Saber ler é primeiramente a condição obrigatória para o surgimento de novas práticas constitutivas da intimidade individual. A relação pessoal com o texto lido ou escrito libera das antigas mediações, subtrai aos controles do grupo, autoriza o recolhimento. Com isso, a conquista da leitura solitária possibilitou as novas devoções que modificam radicalmente as relações do homem com a divindade. Entretanto, saber ler e escrever permite também novos modos de relação com os outros e os poderes (CHARTIER, 2009, p. 119).

Chartier aponta que a leitura se constitui numa forma de liberdade. Pois a difusão do que está escrito suscita novos tipos de sociabilidades, novas formas de relação entre pessoas de uma mesma sociedade, ou de sociedades diferentes. A possibilidade de ler faz com que o indivíduo seja livre de amarras interpretativas do texto – ele não precisa mais de um tradutor (ou interprete) para o que está escrito. Isso cria a possibilidade de ressignificação de sua própria consciência social e identitária.

Sua difusão [da leitura] suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apoia na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e dirigir a sociedade. Da maior ou menor familiaridade com a escrita depende, pois, uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estreitamente o indivíduo a sua comunidade, que o imergem num coletivo próximo, que o tornam dependente de mediadores obrigatórios, intérpretes e leitores da Palavra divina ou das determinações do soberano (CHARTIER, 2009, p. 119).

Em estudo sobre a produção de panfletos no período pré-independência, José Murilo de Carvalho, Lúcia Maria Bastos Pereira Neves e Marcello Basile, apontam a importância destes como “instrumentos eficazes de promoção do debate e, mais ainda, da ampliação de seu alcance, graças à prática da leitura coletiva em voz alta”. Com isto, evidenciava-se “a possibilidade de intervenção do indivíduo comum na condução dos destinos coletivos” (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012, p. 9).

Por mais que não se possa quantificar o alcance que este tipo de prática possa ter tido ao longo do século XIX no Brasil, não se pode negar que fosse de uso corriqueiro, nos mais diversos estamentos da sociedade nacional, sempre que tivesse alguém letrado

e um grupo analfabeto que desejasse saber o que se passava na esfera política, cultural e social do país, a leitura coletiva acontecia.

Para Carla Renata Gomes, a academia de direito de São Paulo, na segunda metade do século XIX, reuniu jovens que produziram muitos periódicos, criando um ambiente propício ao fomento de troca de novas ideias, bem como sua circulação através destes. O ambiente acadêmico produziu romancistas, poetas e críticos literários, além de bacharéis, e os periódicos tornaram-se o lugar privilegiado para o exercício de suas ideias (GOMES, 2012, p. 96).

Angela Alonso entende que a imprensa foi o primeiro palanque, pois foi “nesse espaço público incipiente, cerceado, que o movimento intelectual da geração 1870 se expressou” (ALONSO, 2002, p. 277). Mesmo com o alto custo de fazer um jornal, muitos buscavam, através da conjugação de forças, fruto do uso de suas redes, colocar em circulação periódicos em que pudessem ter um meio de maior alcance para a difusão de suas ideias junto a população. Um destes jornais foi *A Evolução*, criado por Assis Brasil, em companhia de Júlio de Castilhos e Joaquim Pereira da Costa.

Segundo Carmen Aita, o jornal *A Evolução* se destinava a “defender a Democracia; propagar a República e a Federação; estudar as questões literárias e buscar a sua harmonia com a modernidade artística; valorizar a Educação como fonte de riqueza das comunidades e ‘consagrar-se com ardor’ ao serviço da Justiça” (AITA, 2006, p. 33). Um total de dez edições foram publicadas, entre 15 de abril de 1879 até 30 de setembro do mesmo ano, de forma quinzenal – a exceção do último número, que foi publicado quarenta e cinco dias depois do penúltimo número, que havia sido lançado em 15 de agosto de 1879⁷⁴. No editorial da primeira edição do jornal, expressa-se aquela que seria a matriz cientificista que nortearia a publicação: a conjugação do mundo físico e moral.

Existe latente no seio da natureza uma lei que impele fatalmente para diante os mundos físico e moral;
O mundo físico pelas contínuas transformações da matéria tendendo sempre para o mais perfeito;
O mundo moral pelo desdobramento persistente dos espíritos, operando na aquisição de ideias e verdades cada vez mais largas.
A parte o que há de fatal neste movimento indefinido, a livre indagação, apoiada no critério seguro da razão e da experiência, descobre verdades, classifica-as, expõe-nas, dirigindo, animando, metodizando o progresso.

⁷⁴ Cada edição tinha oito páginas, sendo a paginação numerada sequencialmente, da primeira até a última edição, de um a oitenta, sem cortes ou recomeços.

Girando sob o influxo desta grande lei, na estreita esfera da fragilidade de suas forças, a evolução fara dela no caminho do jornalismo, o seu bordão de viagem;
Derramará os princípios da Democracia pura, como supremo ideal das sociedades atuais;
Compreenderá as questões literárias na altura da civilização;
Consagrar-se-á, enfim, com ardor ao serviço de eterna justiça.
Grande tarefa, para a qual conta unicamente com a sua boa vontade e com a benevolência dos contemporâneos (HBN, A Evolução, nº 1, 15/04/1879, p. 1).

Ao longo dos dez números do jornal *A Evolução*, Assis Brasil escreveu sete poesias, que versavam sobre temas como república, liberdade e revolução; seis artigos, nos quais abordou temas como progresso igual à revolução, *historia magistra vitae*, crise política, democracia constitucional, educação, república versus monarquia; além disso, ele escreveu resenhas críticas de livros e periódicos⁷⁵.

O primeiro texto de Assis Brasil n' *A Evolução* foi uma resenha sobre o jornal *O Constitucional*, onde aproveita o espaço para, assim como seus colegas de publicação, usar da premissa de que um novo momento estava por emergir no Brasil.

Na sua opinião [do jornal *O Constitucional*], todos caminham – imperador, ministros e câmara dos deputados – para os *abismos* da revolução.
O Constitucional afirma uma verdade: os liberais como os conservadores, como todos os governos que tiverem o funesto intento de deter a torrente das liberdades, caminham para a revolução; não naturalmente, dirigindo-se para ela, mas caminham recuando, de costas, arrastados, levados na onda irresistível que tentam reprimir em seu curso fatal (HBN, A Evolução, nº 1, 15/04/1879, p. 2).

Além de resenhar publicações de jornais, sintetizando o que publicavam e as ideias que os influenciavam, Assis Brasil também faz análises de livros publicados por amigos, como a obra *Gente do Mosteiro*, de autoria de Silva Jardim. No começo da resenha, Assis Brasil tece os mais profundos elogios ao colega de estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, dizendo tratar-se de “um moço que tem muito talento e muito pouco dinheiro”, que por este motivo é “estudioso, trabalhador, persistente e honrado”. Os elogios seguem dizendo que “o seu mérito real se há de impor a todos” (HBN, A Evolução, nº 1, 15/04/1879, p.6). No entanto, a seguir, quando Assis Brasil começa a falar da obra, mesmo tendo sido no início só elogios ao amigo, ele não deixa que os laços sejam empecilho para uma análise crítica da publicação, colocando que o autor está no caminho certo, demonstrando um amadurecimento de sua escrita.

⁷⁵ O presente trabalho pretende fazer uma análise dos textos escritos por Assis Brasil que possam ser relacionados com a publicação do livro *História da República Rio-Grandense*, por ser o foco do estudo ver suas ideias e tipo de escrita. Além disso, se dará atenção a publicações que ajudaram na construção da imagem, junto aos membros do seu grupo, como um intelectual que tinha muita familiaridade com as normas cultas da língua portuguesa.

É deste defeito, de não apanhar perfeitamente o todo, que nasce para o autor outro defeito fatal: demora-se extraordinariamente na análise de certos pontos, gastando palavras, com prejuízos de outros, fazendo, assim, manquejar a obra, por falta de equilíbrio.

Entretanto, estas faltas, que mais claramente se revelam nas suas obras anteriores, na *Gente do Mosteiro* são raras. Provas de que o autor tem progredido e dá esperanças.

O crítico tem de ser um sábio, principalmente em matéria de arte, para poder com segurança apontar os erros, mostrar as suas causas e os seus remédios: e S. Jardim, que é muito moço, não tem nem pode ter metade dessa sabedoria.

O crítico deve ter um padrão, um sistema, uma escola a cuja luz afira o mérito, não para condenar o que não for de tal escola, mas para que tenha ordem e método no trabalho e coerência nas ideias e opiniões; e este sistema não possui Jardim, e parece que nem trata disso, por que é a única coisa em que ainda não fez progresso.

Por todas estas razões, e por outras ainda, a *Evolução* não lhe dará, por ora, o nome de crítico, a ele que é, entretanto, um feliz principiante (HBN, A *Evolução*, nº 1, 15/04/1879, p. 7).

É interessante notar que Assis Brasil, no papel de crítico, se coloca como alguém mais sábio que Silva Jardim, “que é muito moço”, sendo que ele, como vimos pela história que cerca seu registro de batismo, é apenas dois anos mais velho do que o autor que ele resenhava.

Assis Brasil escreveu uma resenha crítica, com o título de *A Propósito de uma Estreia*, para uma obra de Afonso Celso Júnior. Nela, o então estudante de direito faz um preâmbulo sobre a influência que “os progressos e os triunfos das ciências positivas” tem tido sobre o modo de vida e toda a “atividade humana”. A participação de elementos científicos na sociedade do século XIX é um sinal de aperfeiçoamento das artes. Para ele, “a origem das novas escolas literárias, nascidas ontem e já hoje triunfantes, não tem outra explicação” (HBN, A *Evolução*, nº 6, 30/06/1879, p. 50). Escultura, pintura, poesia, romance, enfim, todas as formas de manifestação artística sofriam um impacto advindo das novas descobertas científicas e pelo pensamento racional.

Dentre as formas de arte, Assis Brasil dá uma especial atenção para o drama, que é “estritamente ligado ao romance pelo seu caráter íntimo”. Se valendo de pensadores do seu tempo e do passado, ele tentava explicar o motivo pelo qual o drama só pode ser legitimamente interpretado no tempo presente, no tempo da “arte moderna”:

A lógica dos fatos subordinada à lógica das sensações, como diz Émile Zola;
A ação subordinada à psicologia, como diz Eugène Véron;
A tragédia, a epopeia clássica, vasados nos moldes de Aristóteles, eram justamente o contrário disto, ainda que, na concepção de Sófocles e principalmente na de Eurípides, a psicologia fosse já tendo lugar no desdobramento da tragédia grega.

A escola romântica aproxima-se um pouco mais da verdade, por este lado, mas para cair em absurdos maiores.
Só a arte moderna bem compreendeu e definiu o drama (HBN, A Evolução, nº 7, 15/07/1879, p. 51).

Mais uma vez, Assis Brasil, bem como seus companheiros de redação, usa da premissa de que os tempos modernos vieram para superar as velhas narrativas. A conceituação de *moderno*, para ele e seus colegas, era de que o presente superou o ontem. Para Assis Brasil, o drama moderno, que surge em sintonia com o progresso e a ciência, tem que ter características próprias.

O drama moderno dever ser uma tela desdobrada diante dos olhos do espectador. Para isso torna-se necessária uma profundíssima observação. O fio dos acontecimentos se deve ir desenrolando naturalmente, os fatos sucedendo-se sem precipitação e sem demora. Os personagens necessitam de uma exatíssima fidelidade de observação. Entre estes e a ação deve existir uma perfeita solidariedade. Eles devem ser tomados vivos no seio da sociedade, com todos os seus vícios, tendências e costumes, para que, agindo naturalmente, naturalmente cheguem a um desfecho lógico, não previsto, mas considerado possível e talvez suspeitado. Em uma palavra, o drama moderno precisa ser sincero (HBN, A Evolução, nº 7, 15/07/1879, p. 51).

Encerra seu texto dizendo que o povo apático, que não tem gana de lutar por si, o que se pode esperar dele?

Na verdade, um povo acostumado a ouvir, sem réplica, as imposições do despotismo disfarçado; um povo que não tem o entusiasmo da liberdade, porque nunca a conquistou; que não sabe o que seja ser independente, porque nunca sacrificou-se pela independência; um povo habituado a nada fazer por suas mãos, a tudo receber como presente do alto, sem o sentimento da própria dignidade; um povo nestas condições – o que autoriza a esperar-se de si?
Os fatos que respondam (HBN, A Evolução, nº 7, 15/07/1879, p. 53).

Uma das características de Assis Brasil como crítico literário é a sua capacidade de propor correções para as obras analisadas. Algumas vezes essas correções são de ordem estética, como na resenha da obra *Pequenos Ensaios*, de Brasil Silvano, em que faz correções “a educação artística do autor”, dizendo que o “poeta moderno, seja de que escola for, precisa de uma linguagem também moderna, mais alevantada e mais expressiva do que a dos velhos cantores das teogonias”. Conclui sua impressão dizendo ser “lamentável engano de muitos o pensar que ninguém pode ser *Correto* não sendo *clássico*” (HBN, A Evolução, nº 8, 30/07/1879, p. 60) [Grifos do original]. Assis Brasil segue sua análise apontando falhas na métrica poética de Brasil Silvano.

Os versos de Brasil Silvano, principalmente os *alexandrinos*, são em geral muito incorretos ainda. Os seus versos *soltos* entremeados arbitrariamente de agudos e graves, fazem no ouvido uma orquestra desagradável, a que se ajunta [*sic*] uma descuidosa aproximação de sons, que parece produzir a rítma. Mas onde mais atrasado está o poeta é nos alexandrinos. Exemplo:

Oh vós, mortais, que os Césares insultam

Lembrai-vos deste exemplo que séculos os sepultam.

E assim há outros. (HBN, A Evolução, nº 8, 30/07/1879, p. 61).

Na resenha de Assis Brasil para o livro de Afonso Celso Júnior⁷⁶, *Telas Sonantes*, ele faz correções à escrita do autor.

As *Telas Sonantes* não estão isentas de alguns pequenos descuidos, intoleráveis em que já tem um nome na literatura, mas desculpáveis à vista da volubilidade do folgazão espírito do autor, que nada o deixa fazer meditado e pensado.

A metrificação nem sempre é perfeita. Exemplo:

Era uma antítese atroz!... Não mais sossego amigo!

Nem sempre há grande propriedade de termos. Exemplo:

Quero ruir pó os velhos edificios.

*Da convulsiva tosse o flácido estalido
Soava sem cessar. Disséreis o rangido
Da porta do sepulcro aberta a pouco e pouco
Ou do abutre da morte o grito arfado e rouco.*

Nem sempre a gramática, a sintaxe são perfeitamente observadas. Exemplo:

*Hoje, à lei de dupla ausência,
Sem cessar lembrando estou,
Não só tu, flor de inocência,
Mas minha alma que ficou.*

Quero ruir os velhos edificios.

Nem sempre há também grande originalidade nas imagens e na forma de revesti-las. Exemplo:

*O aplauso arrebentara franco.
Numa doida explosão frenética de palmas.*

Estes descuidos são, todavia, como é de supor, raríssimos, e quase obumbrados pelas belezas, que não são poucas (HBN, A Evolução, nº 8, 30/07/1879, p. 62) [Grifos do original].

Em resenha para o livro *Primeiros Sonhos*, de Raymundo Correa⁷⁷, Assis Brasil volta a fazer correções na métrica poética, mesmo considerando o trabalho como digno de mérito entre os “que têm saído este ano da academia de São Paulo”. No entanto, diz que o autor comete “um erro de prosódia”, que “fá-lo cometer outro de metro”, que

⁷⁶ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (Ouro Preto, 31/03/1860 – Rio de Janeiro, 11/07/1938). Filho do Visconde de Ouro Preto e de Francisca de Paula Martins de Toledo. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880, defendendo a tese “Direito e Revolução”, pois, ao contrário do pai era republicano na juventude, mudando para o lado monárquico na vida adulta. Foi presidente perpétuo do IHGB e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (BLACKKE, 1883, p. 12-13).

⁷⁷ Raymundo da Mota de Azevedo Correia (São Luís, 13/05/1859 – Paris, 13/09/1911). Filho de José da Mota de Azevedo Correia e Maria Clara Vieira da Mota de Azevedo. Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, em 1882. Foi juiz no Rio de Janeiro e Minas Gerais. É conhecido pela publicação de poesias de cunho parnasiano, formando ao lado de Alberto de Oliveira e Olavo Bilac a “tríade parnasiana”. É um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (SEQUEIRA, 1942).

seria “quando diz: ‘Eis o meu livro – pálido *simulacro*’” (HBN, A Evolução, nº 9, 15/08/1879, p. 72)-

Assis Brasil era o único dos três organizadores de *A Evolução*, que demonstra ter características de profundo conhecedor das regras gramaticais, bem como das normas da poesia, que ele tanto gostava de escrever. Este traço de sua atividade intelectual, o forte domínio das normas cultas da língua portuguesa, talvez explique por que ele vai ser o responsável do grupo, por fazer a construção de um instrumental teórico-político, bem como de escrever a narrativa histórica da Revolução Farroupilha, através de livros. Este pedantismo por parte de Assis auxiliava na sua afirmação como um intelectual em um panorama ainda culturalmente rústico, no Brasil.

Uma das principais colaborações de Assis Brasil ao longo das dez edições de *A Evolução*, se deu através de poemas. Como vimos anteriormente, seu primeiro livro, *Chispas*, era uma coletânea de poesias onde já se podia ver a verve de poeta exprimida em linhas que exaltavam os valores republicanos e a liberdade. Sua primeira poesia, publicada na edição número um do jornal, chamada de *Fragmento*, faz exaltação da figura da República, enquanto musa inspiradora.

Musa da Liberdade, oh Musa do Porvir,
Vivandeira fatal dos tempos que hão de vir,
Mulher severa e meiga, imaculada e triste.
Da tristeza senil que só no justo existe,
- Crepúsculo na frente e n'alma Rosicler –
Hipérbole do bem, impávida mulher,
Oh bússola da Luz, estrela americana,
Mulher cheia de paz, mulher republicana! (HBN, A Evolução, nº 1, 15/04/1879, p. 4)

Para Assis Brasil, a liberdade é uma conquista, fruto de disputa contra o poder central. Este tema é retomado na poesia *Canção*, onde trabalha com o tema da liberdade, que está por ser conquistada com luta.

Rasga-se o véu nos pórticos da Glória;
Rebenta a luz da rota catarata;
Vacila o trono sobre a terra ingrata;
Rola a tirania no areal da História.
Avante! Avante! Aí vem a madrugada!
Vamos rompendo a noite, o véu escuro,
Até irmos cair, brandindo a espada,
No seio Futuro (HBN, A Evolução, nº 3, 15/05/1879, p. 21).

No poema *A Luz dos Evangelhos*, Assis Brasil usa da narrativa de um andarilho que parece perder a fé, mas se da conta de que somente após vencer suas velhas crenças

conseguirá ver a luz – metáfora para a superação da teologia e da metafísica, e chegada ao progresso.

Perdida a crença, então, nos lívidos Messias:
De todos os Corões, todos os livros santos,
- Sem pena e sem temor, sem místicos espantos,
Sem o septo morno as gargalhadas frias.

Da sua crença morta e dos princípios velhos,
O mendigo há de erguer no seu caminho escuro
Da fogueira o clarão que mostre-lhe o Futuro.
E o mundo será grande – *à luz* dos Evangelhos (HBN, A Evolução, nº 8, 30/07/1879, p. 61).

Mesmo na poesia, era possível se valer dela como recurso de divulgação e exaltação dos ideais cientificistas defendidos pelo grupo sul-rio-grandense.

A poesia *A uma Igreja Edificada em 1789* faz uma analogia entre o destino dos revolucionários franceses de 1789 e aqueles que estão no Inferno de Dante Alighieri. Ele faz referência ao canto terceiro do Inferno, quando Dante e Virgílio chegam às portas das trevas e estão escritas palavras terríveis.

*Queste parole di core oscuro
Vidio scritte al sommo d'una porta;
... il senso lor m'è duro!* (Dante)⁷⁸.

Na estúpida mudez do horror que não se move.
- Rasgado escuro e fundo acima dos portais –
Ostenta burilado um negro 89,
- A data em que nasceste, oh ninho de chacais.

Contraste singular que o espírito comove!
Enquanto lá na França, os hinos triunfais,
Rola a onda de luz que os óbices remove,
- Aqui se borra o céu de torres funerais.

Oh monstro, enquanto lá, por entre sombras densas,
A Ideia, a Liberdade iam subindo imensas,
Derramando no espaço, um turbilhão de sóis.

- Aqui montavas tu a forja onde fundias
A barra a cujo peso horrífico fazias
O cérebro espirrar do crâneo dos Heróis (HBN, A Evolução, nº 9, 15/08/1879, p. 68).

Aqui vemos o uso “dos Heróis”, como mártires de suas causas, e que foram colocados no inferno por não terem sido compreendidos em sua época. O herói é aquele que é detentor de arquétipos universais (coragem, honra, bondade), sendo assim reconhecido por qualquer cultura, em qualquer tempo histórico. O herói é aquele que coloca a causa acima de qualquer coisa, principalmente acima de si mesmo. Pois, como

⁷⁸ Tradução: “Estas palavras, em letreiro escuro, Eu vi escrito no topo de uma porta. ...seu significado é doloroso para mim”.

coloca Catroga, os grande homens “embora para os caracterizar como os indivíduos que, melhor do que os seus contemporâneos, e mesmo sem o pleno controle sobre os efeitos das suas ações, souberam explicitar e pôr em prática as necessidades objetivas do espírito do tempo (*Zeitgeist*)” (CATROGA, 2006, p. 25).

Nos artigos, Assis Brasil passou por muitas temáticas, entre elas a ideia de *historia magistra vitae*. Por este conceito, entende-se que a história seria a guardiã da sabedoria acumulada pelos exemplos do passado, servindo de guia para a conduta dos indivíduos e sociedades no tempo presente, evitando, desta maneira, a repetição de erros e incentivando a reprodução do sucesso. Desta maneira, a História (enquanto ciência) torna-se uma dimensão que não consegue escapar do seu devir, fazendo com que todos os atos da sociedade e dos indivíduos possam ter perspectivas futuras que nada mais são do que desdobramentos de um processo do tempo.

Reinhart Koselleck diz que a *historia magistra vitae* “orientou, ao longo dos séculos, a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto, ou até mesmo a sua produção”. Mas o conceito de *historia magistra vitae* não foi sempre o mesmo, pois desde o tempo do tribuno romano Cícero (que cunhou o emprego da expressão), até os tempos do cientificismo do século XIX, o conceito passou por mudanças. Na época de Cícero, o sentido da História era como auxílio da oratória, “a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência” (KOSELLECK, 2006, p. 43). No século XVIII, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, citado por Pereira da Costa⁷⁹, surge com uma ideia de filosofia da história, uma evolução da história, pois as bases do conhecimento humano mudam de uma geração para outra, não havendo verdades eternas. A História contém todas as ideias formuladas por gerações anteriores, que determinam o pensamento no tempo presente, fazendo com que a verdade, enquanto valor, só possa ser entendida dentro de um determinado tempo e lugar. Já no século XIX há uma percepção de que tudo pode ser comprovado pela História, basta ao intelectual saber ler os sinais que são emitidos por ela, para, conseqüentemente, saber apontar o caminho que deve ser seguido.

⁷⁹ Pereira da Costa, no artigo *Povos e Governos (a verdade do futuro)*, cita Hegel como forma de mostrar que a filosofia da história poderia apontar os rumos dos tempos futuros: *O brado da liberdade lançado pelas primeiras gerações ecoa ainda em torno de nós e ecoará eternamente no seio da humanidade, se é que Hegel disse uma verdade: “A história universal é a história da liberdade”* (HBN, A Evolução, nº 6, 30/06/1879, p. 44).

Kant foi o primeiro a prever esse sistema moderno da experiência histórica, ao dotar as repetições das tentativas revolucionárias de um objetivo final temporalmente indefinido, mas com certeza finito. Segundo ele, a "instrução adquirida pela repetida experimentação" de princípios falhos aperfeiçoa os caminhos da revolução. Desde então, os ensinamentos históricos entram novamente na vida política — se bem que pela porta dos fundos dos programas de ação legitimados pela filosofia da história. Citem-se aqui os primeiros mestres da aplicação revolucionária: Mazzini, Marx ou Proudhon. As categorias da aceleração e do retardamento, evidentes desde a Revolução Francesa, modificam, em ritmo variável, as relações entre passado e futuro, conforme o partido ou ponto de vista político. Aqui reside o caráter comum entre o progresso e o historicismo (KOSELLECK, 2006, p. 59).

Fernando Catroga, em artigo publicado pela Revista de História da PUCRS, procura fazer uma análise epistemológica da construção de determinados conceitos relativos ao saber histórico, vindo desde a construção da ideia de *historia magistra vitae*, passando pelo cientificismo do século XIX e sua percepção de que se o homem dominasse as leis naturais e físicas seria capaz de determinar o futuro das sociedades. Para ele, a *historia magistral vitae* se pretende “uma coleção de exemplos pedagógicos”.

Catroga aponta a compreensão dos mecanismos que norteiam as premissas da história, entendendo ela enquanto ciência positiva, que objetiva fazer com que o homem possa prever o que virá, dando-lhe a possibilidade de modificar o futuro. Segundo ele, “a história começava a ser valorizada como o resultado da vitória da liberdade contra o ‘ordenamento mecânico’ da natureza, e o homem a ser visto como um ser racional, livre e eminentemente prático” (CATROGA, 2006, p. 17). As necessidades do presente demandavam a construção de teorias (meios) para justificar práticas dos agentes do tempo presente (fins).

Bem vistas às coisas, mesmo quando o elo entre os antecedentes e consequentes se restringia ao causalismo material e eficiente (como sucedia, em boa parte, no discurso historiográfico), não se pode esquecer que, dada a índole retrospectiva e universalista das filosofias da história – elas liam o passado a partir de ideias, valores e interesses do presente –, todos aqueles eram transformados em meios, tendo em vista a realização de um fim. Neste contexto, indivíduos e povos concretos mais não seriam que instrumentos de que a lógica da história se servia para depois os aniquilar, secundarizar e ultrapassar. Dir-se-ia que elas punham *o efeito como causa de suas causas*, ilação que permite concluir que os seus intuídos de previsibilidade constituíam, em última análise, uma espécie de “previsão ao contrário” (CATROGA, 2006, p. 20) [Grifos do autor]-

A partir do conceito de *historia magistral vitae*, podemos também entender outro conceito muito usado pelos “federalistas científicos”, o progresso. Norberto Bobbio diz que diversos filósofos, desde Immanuel Kant, de diferentes formas, responderam positivamente a questão: estaria a humanidade em progresso constante,

rumo ao melhor? No entanto ele pondera que este conceito está pensando na realidade europeia. Desta maneira, “civilizações não europeias eram consideradas estacionárias, ou porque jamais haviam despertado ou porque tinham estado adormecidas durante séculos”. Deste pensamento eurocêntrico, surge a ideia de que as luzes da Europa devem guiar os povos incultos para a civilidade (BOBBIO, 1997, p. 158-159).

A concepção de que a história é progressiva, bem como a “interpretação da história como movimento rumo à liberdade”, são valores europeus, que acabam por contribuir para a “formação da consciência europeia como consciência do primado da Europa sobre as outras partes do mundo” (BOOBIO, 1997, p. 160). Existe uma ambivalência entre progresso-imobilismo, liberdade-despotismo, que produz a matriz do pensamento europeu do século XIX, que influencia os membros da Geração de 1870, principalmente os federalistas científicos, grupo do qual Assis Brasil fazia parte.

No artigo *Os últimos serão os primeiros*, Assis Brasil defende a ideia de processo evolutivo da sociedade, pois “todos os acontecimentos históricos são anéis da mesma corrente, à qual se virão juntar novos acontecimentos, como novos elos” (HBN, A Evolução, nº 2, 30/04/1879, p. 9). Para conseguir chegar a um modelo melhor de sociedade, é necessário batalhar por isso, sendo assim, a luta da humanidade, ao longo do tempo, tem sido por libertar-se.

A sua aspiração, em todos os tempos e em todas as circunstâncias, tem sido esta única: *libertar-se*. Libertar-se da contingência da matéria retardando e procurando evitar a morte; libertar-se do tédio da vida, da dúvida pungente, da desesperança apática e mortificante, pela fé no sobrenatural, pela crença na vida futura; libertar-se da autoridade, pela revolução e pelas conflagrações sangrentas; libertar-se do tempo, do número e do espaço pelo misticismo teogônico, ou pelo niilismo panteísta (se estes dois termos se podem combinar); libertar-se sempre, libertar-se: eis a suprema luta.

Luta, muitas vezes, quase sempre, inconsciente, mas incontestável (HBN, A Evolução, nº 2, 30/04/1879, p. 9)-

A seguir, Assis Brasil se vale do recurso da *historia magistral vitae*, para dizer que, durante processos históricos, grandes homens foram os responsáveis por apontar o caminho que deveria ser seguido. Ele começa com a saída do povo hebreu do Egito, graças à atuação de Moisés, chegando ao pensador francês Auguste Comte, que possibilitou, através da ciência positiva, que o homem pudesse superar o estágio metafísico.

Há ainda aqui um fato importantíssimo a registrar: toda a ideia nova, toda a nova doutrina que se apresenta com caráter universal, trazida pela força das circunstâncias, em dada época triunfa necessariamente.

Moisés não pisa a terra prometida, mas o Decálogo e Pentateuco são a inspiração de um povo inteiro durante mais de dez séculos;
Buda deixa-se morrer asceticamente nos ramos de uma árvore, mas o Oriente rejeita os livros dos vedas e o Budismo ganha incontestável preponderância sobre os sacerdotes bramânicos;
Cristo morre pregado a uma cruz, mas a Fé e a Esperança e a Caridade, estas três armas brancas do mais sublime dos combates, dirigem os destinos de grande parte do mundo;
Atila morre embriagado e louco, mas os restos do seu broquel, dos estilhaços da lança de Alarico, de Radagasio e de todos aqueles homens ferozes e carniceiros, forma-se o cadinho, onde mais tarde se vão fundir as nacionalidades modernas;
Maomé interrompe os seus gigantescos planos, surpreendido pela morte, mas o povo muçulmano arroja-se contra o mundo, brandindo a espada da conquista, e, depois das cenas de sangue, inaugura as cenas de paz nos califados de Córdoba e Bagdá;
Lutero sucumbe antes das discussões do Concílio de Trento, mas a consciência humana fica batendo palmas de alegria, rotos, enfim, os laços da escravidão e o escândalo da corte romana;
A Revolução Francesa é desprestigiada pelo brilho falso da espada conquistadoras do bandido Napoleão, mas a liberdade vence, e, extravasando no solo da França, derrama-se pelo mundo inteiro;
Augusto Comte, finalmente, que não foi nem reformador teológico, nem conquistador, nem inovador de religião, mas que foi tudo isso ao mesmo tempo, ainda ontem morria desgraçadamente, mas venceu, contudo, porque arrancou o homem aos jogos pueris da metafísica e apresentou-o em face de si mesmo, no mundo positivo da verdade (HBN, A Evolução, nº 2, 30/04/1879, p. 10).

Nesta parte vemos aquilo que Catroga chama de “teoria do Grande Homem”, sendo “ele ser cada vez mais particularizado como um mero revelador do carácter específico do seu povo, do seu tempo, e, para algumas correntes que foram ganhando força, da sua raça”. Assim, este “Grande Homem” é o responsável por dar orientação para a sequência da sociedade, mesmo que tenha que pagar com a morte por ter pensado de maneira diferente do senso comum de sua época.

Assim sendo, a situação do “grande homem” era paradoxal: como *mediador*, ele atualizava os mais avançados – mesmo que, até ele e para ele estivessem escondidos – imperativos da história, mas estes acabavam por ultrapassá-lo, dada a índole objetiva, universal, coletiva e futurante [*sic*] do devir. Devido ao seu papel mediador, ele não sabia – como mostravam os casos de César e de Napoleão, invocados por Hegel – que os efeitos da sua própria *praxis* também o estavam a cegar, obscuridade que, para ser alumiada, exigia, como paga, um destino trágico para a sua aventura épica no grande teatro do mundo. Daí, a infelicidade do remate da sua existência: ou morrem novos, ou são assassinados, ou são presos, ou são incompreendidos. *A epicidade do momento de apogeu mais não é do que o primeiro ato da decadência futura* (CATROGA, 2006, p. 27) [Grifos do autor].

Dentro da sua lógica evolutiva, Assis Brasil aponta que os sinais de mudança vão sendo sentidos ao longo do tempo, pois o espaçamento entre as crises vai, paulatinamente, diminuindo, até chegar uma grande crise que só seria solucionada com a transmutação social em uma nova ordem.

Para não ir mais longe, a *Evolução* vai encarar esses mesmos fatos que aí ficaram expostos.

O que neles chama primeiro a atenção é a diferença de datas.

Dos primeiros ensaios de reforma religiosa e social, sem falar de [código de] *Manu* e na longa série de religiões orientais – das duas reformas mais significativas de Moisés e Buda, decorrem – termo médio – até Cristo – 14 séculos;

A contar de Cristo e das correrias de Atila e de Maomé até a reforma de Lutero, há – termo médio – 12 séculos;

Entre Lutero e a Revolução Francesa contam-se 3 séculos;

Entre a Revolução Francesa e os progressos majestosos dos nossos tempos, que parecem destinados a assistir a grande liquidação social – medeia menos de um século.

Não vem fora de proposito a eloquência consoladora destes algarismos.

É digna sem duvida de notar-se a aceleração prodigiosa com que os grandes acontecimentos históricos se produzem.

É que, a mediada que as sociedades se vão desprendendo do elemento do passado, se vão tornando também mais aptas para receber o Progresso (HBN, *A Evolução*, nº 2, 30/04/1879, p. 10).

Muitos pensadores do século XIX, como Castelar, de quem Assis Brasil faz menção desde os tempos de estudante do Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre, acreditavam que a humanidade caminhava para uma sociedade idealizada em suas premissas científicas. Se Proudhon acreditava que a crise levaria a sociedade rumo a uma forma de organização anarquista, através da extinção do Estado, Marx acreditava que a superação da crise seria através da assimilação dos meios de produção pelos proletários, e o uso da máquina estatal em proveito destes, até a chegada da sociedade sem classes. O século XIX é marcado por um forte pensamento progressista, cada um a sua maneira, acreditando piamente num devir para as populações daquela época.

Mas para compreender estes momentos de crise, que precedem o novo, é necessário ter certo conhecimento. Mas este conhecimento só acontece através da “doutrinação”, pois ela é a responsável por fazer com que “toda a ciência, todas as deduções unicamente dos dados seguros da experiência, da observação” possam ser compreendidos por todos. Somente pelo arrebatamento das mentes (doutrinação) será possível fazer a mudança política no país. Mas para arrebatar a mente é necessário embasamento teórico, pois “só a filosofia, a análise calma e serena, poderá, pois, arregimentar os desiludidos – porque estes também são filósofos – os pensadores – porque estes são mais filósofos ainda – e organizar o luminoso exército” (HBN, *A Evolução*, nº 4, 30/05/1879, p. 27-28). Para ele, a crise não é a normalidade, muito menos a transição. Segundo Assis Brasil, citando Proudhon, às vezes há retornos.

A transição, nas sociedades, prenuncia-se sempre por um grande abalo, que faz aparente ou realmente retroceder.

A história superabunda nestes grandes exemplos.

Como o homem que tem de saltar um precipício aberto, medindo a distância que lhe separa as arestas, verga-se para traz, sobre si mesmo, a fim de obter mais firme tensão em seus nervos, assim também a sociedade, nas vésperas de um grande passo para o progresso, recua por momentos, detém-se à beira do abismo, e salta por ele depois, coberta de triunfo e coberta de glória.

A história tem seus retrocessos. Seus *retours*, dizia Proudhon (HBN, A Evolução, nº 4, 30/05/1879, p. 28).

Por isso, para evitar o retrocesso, fruto da reação daqueles que não querem o progresso, Assis Brasil defende a “Revolução”, mesmo sabendo que ela pode derramar sangue.

A *Evolução* espera demonstrar, no seu próximo número, que esse trabalho só se poderá traduzir na Revolução.

No seu entender, a Revolução não é mais do que o resultado lógico e natural da elaboração evolutiva, salvo quando as sociedades forem sabias bastante para conjugar o mal, abrindo livremente as válvulas ao progresso.

Entretanto, o que, desde já, ninguém poderá negar é que, para lavar as misérias do presente, vários prenúncios fazem crer que, nos laboratórios do futuro, se está preparando um grande banho de sangue (HBN, A Evolução, nº 4, 30/05/1879, p. 28)

Este tipo de pensamento crítico de Assis Brasil, bem como dos intelectuais mencionados por ele, é fruto das contradições da sociedade do século XIX, que se por um lado avançava em termos tecnológicos, gerando grande acúmulo de capital nas mãos de poucos, contrastava com uma baixa condição de vida de outras pessoas. Para solucionar este dilema, Assis Brasil, em artigo publicado no quinto número de *A Evolução*, diz que o caminho é a revolução, mas há dois tipos desta: uma que “deixa-se levar na onda dos acontecimentos, naturalmente, obedecendo às leis da história, transigindo com o progresso, e isto se pode dar, quando forças estranhas não lhe travam o passo”, uma “revolução pacífica”, ou “evolução”; e outra que “rompendo bruscamente as muralhas que a separam da verdade, arrojando ao pó os tropeços erguidos pela insensatez, passando adiante por cima dos cadáveres e do sangue dos irmãos, e isto se dá, quando não há da parte das sociedades a bastante sabedoria para preparar o curso do progresso, ou quando, acima das forças coletivas o erro ou o servilismo eleva as forças individuais”, a “Revolução propriamente dita” (HBN, A Evolução, nº 5, 15/06/1879, p. 33). Em sua opinião, “apelar para o primeiro, apelar para a chamada revolução pacífica, seria uma irrisão, no estado atual das coisas”. Encerra o artigo citando Comte para dizer que a humanidade está sujeita as crises.

Há um Eu coletivo, um Eu sociológico, assim como há um Eu individual, psicológico. A Humanidade é um indivíduo grande, disse Augusto Comte. E não podia deixar de ser assim, porque a Humanidade é a soma dos indivíduos, e a soma é da natureza das parcelas.

Pois este grande indivíduo, assim como o pequeno, está sujeito a enfermidades, está sujeito a crises (HBN, A Evolução, nº 5, 15/06/1879, p. 34).

Para Assis Brasil o regime monárquico-constitucional, que é o regime vigente no Brasil da época, é uma “ficção”. Ele “é a águia protetora debaixo de cujas asas se aninham as sociedades, os povos, as nações que não se fundam em sua própria natureza, que não vem da verdade”. Diante da falta de lógica, apela-se para a metafísica, em falta de relativo, agarra-se ao absoluto, em falta de realidade, usa-se da ficção.

A ficção está no fundamento, está nos meios, está nos fins das monarquias constitucionais representativas, como de todas as monstruosidades sociológicas.

Esta verdade, que a indagação filosófica, que a inflexibilidade da lógica, que a argumentação no terreno dos princípios – aí deixaram claramente demonstradas, não se torna menos evidente a quem, descendo ao terreno da prática, mais de perto compulsar e verificar os fatos.

Este país é um exemplo vivo de tais monstruosidades (HBN, A Evolução, nº 6, 30/06/1879, p. 42).

Como seus colegas de publicação, Assis Brasil se mostra preocupado com a educação, que a seu ver é a grande chave para o progresso do povo. Para ele existem duas formas de educação que devem trabalhar conjugadas: “a que se adquire pelo alfabeto e a que vem do sentimento da dignidade cívica”. Para que se forme uma sociedade melhor “não basta que o indivíduo saiba ler; é necessário que aprenda também a conhecer o seu lugar na comunhão e que tenha disso legítimo e nobre orgulho”. Somente com a educação formal e cívica será possível alcançar a liberdade.

Uma e outra são condições imprescindíveis da liberdade; possui-las é direito incontestável do cidadão; fornece-las incontestável obrigação do estado. A monarquia, porém, a monarquia brasileira especialmente, é incapaz de desempenhar esta missão.

A escola há de sempre vegetar nela, rudimentaria [*sic*], minguada, sem o mínimo fruto benéfico, considerada com questão de última ordem, quando é a primeira nos países livres (HBN, A Evolução, nº 9, 15/08/1879, p. 65-66).

Em sua opinião, Assis Brasil coloca a culpa pela péssima educação do Estado brasileiro, nos altos impostos e nos privilégios da corte. Mesmo assim, “não é raro ouvir-se da boca de um ministro ou de um senador – que o estado precário das finanças não comporta mais largo desenvolvimento da instrução”. A solução seria o regime republicano.

A república, como compreende e deseja a *Evolução*, não pagará o luxo e as extravagâncias do sangue azul; não alimentará com imensos rios de dinheiro a ociosidade de milhares de cidadãos, a quem agora entrega-se uma carabina, tirando-se lhes a enxada dos braços; não sustentará a ociosidade clerical, comprando missas e *te-déuns* irrisórios; a república será enfim – e esta é a índole salutar – um governo econômico e sério.

As rendas do país serão então empregadas principalmente na instrução do povo.

O ensino primário obrigatório, grande princípio impossível na monarquia atual, em poucos anos extinguirá os analfabetos

Por outro lado, o caráter cívico espontaneamente aparecerá; porque o povo será chamado a tomar o seu próprio governo.

Desde o chefe do estado até o último funcionário, todos participarão da sua vontade soberana.

Não haverá então o Deus caído das nuvens de cetro em punho, esse primeiro elemento de imoralidade da monarquia (HBN, A Evolução, nº 9, 15/08/1879, p. 66).

Para Assis Brasil, bem como seus colegas de movimento, o povo brasileiro estava amorfo, tolhido em suas liberdades, desprovido de suas reais possibilidades por conta de um regime retrogrado. Mas fica uma questão: quem era o povo para eles? O jornal *A República*, periódico que além de ter tido Júlio de Castilhos como redator, e no qual Assis Brasil chegou a colaborar, nos dá um indício. No dia 15 de julho de 1880, Castilhos publicou um texto onde ele diz que existe uma “profunda e radical separação que vai operando entre o povo brasileiro e a monarquia”. Deste modo, “o verdadeiro povo, o povo real, o povo da ação, o que pensa, o que se agita e atua na sociedade, esse vai se movendo em sentido bem diferente do rumo que segue a monarquia brasileira” (HBN, A República, 15/07/1880, p. 1). Para Castilhos, o “verdadeiro povo” era aquele que não estava submetido ao julgo da monarquia, era aquele que já tinha sido educado (doutrinado), o “verdadeiro povo” eram os republicanos, como ele e Assis Brasil. Pode-se pensar nas palavras de Castilhos como integrantes das mesmas premissas de Assis Brasil, por conta do conceito de Angela Alonso de “repertório político-intelectual”, que caracterizava cada um dos grupos que procurou fazer a crítica do modelo saquarema.

Vemos um jovem, recém-entrado na casa dos vinte anos, portanto ainda em formação do seu ideário político, se valendo de todo tipo de repertório (conjugando Castelar com Proudhon, usando da *historia magistral vitae*), para instrumentalizar sua fala. Neste sentido, não se pode dizer que Assis Brasil fosse positivista por citar o filósofo francês Auguste Comte⁸⁰, ou fosse anarquista por citar o também francês, ideólogo do anarquismo, Pierre-Joseph Proudhon. O que se vê é o uso do “repertório político-intelectual” como “ferramenta” para “expressar de maneira sistemática e

⁸⁰ Após romper com Castilhos, em 1891, Assis Brasil publica o texto *Aos Meus Conciudadãos*, onde coloca que “apesar de tudo, eu direi que não sou positivista”. Mais a frente ele explica sua relação com as ideias de Comte: “De tudo quanto tenho podido aprender do método do filósofo francês, meu espírito sente-se inclinado a adotá-lo, e realmente não é outro o que eu procuro aplicar na solução das questões, mas daí a ser discípulo sistemático da escola vai grande distância” (ASSIS BRASIL, 1989, p. 244).

organizada suas críticas aos modos de pensar e de agir da elite imperial” (ALONSO, 2002, p. 40).

Participando da vida acadêmica e política de forma intensa, Assis Brasil vai, agora, ampliar as possibilidades de alcance de suas ideias: com sua retórica oral e com uma plataforma escrita muito mais ampla do que as páginas de um jornal, os livros.

A Oratória

No dia 2 de julho de 1880, o jornal *A República*, traz a notícia de que o *Clube Republicano Acadêmico*, no salão dos Girondinos, recebeu o orador Joaquim Francisco de Assis Brasil para efetuar a conferência da tese *Oportunismo e Revolução*⁸¹. Segundo a publicação, a fala do conferencista foi “metódica, prática, séria, profunda, conscienciosa”, sendo a “manifestação mais completa do talento notório do Sr. Assis Brasil”. O texto encerra fazendo um apelo para que “os repetidos aplausos que lhe dispensaram os ouvintes, encontrem eco nas inteligências, fazendo vingar em convicção a semente de propaganda tão habilmente lançada” (HBN, *A República*, 02/07/1880, p. 3).

Na sua palestra, Assis Brasil vai colocar a culpa dos males da sociedade nacional no regime monárquico. Nele se pode ver algumas ideias que serão mais bem explicitadas na sua obra doutrinária *A República Federal*, publicada um ano mais tarde, bem como alguns aspectos já trabalhados por ele em *A Evolução*, junto de seus “dois valentes companheiros, na redação daquele periódico, os senhores Pereira da Costa e Júlio de Castilhos, especialmente por este último, cujas ideias se concentrarão aqui em muitos lugares” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 35).

Para Assis Brasil, se há uma ideia, há uma doutrina, que vai se transformar em uma verdade absoluta na consciência das pessoas, que consciente, ou inconscientemente, vai pendendo para o regime republicano, que é o único possível para a verdadeira democracia, que é o regime da liberdade.

A “soberania nacional” ou “soberania do povo” se sobrepõem a tudo, pois “não há nada conhecido acima do homem; e, portanto, todos são iguais e livres” (ASSIS

⁸¹ A conferência foi publicada: ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Oportunismo e a Revolução**. São Paulo: Typographia A. L. Garraux & Comp., 1880. Para a análise que será feita aqui, se fará uso da transcrição que está em BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: uma antologia. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 33-55, 2011.

BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 38). E esta soberania produz o único regime em que o indivíduo pode ter sua plena liberdade, a república. Para Assis Brasil, “a república é a única forma racional de governo, a única forma digna de nobreza humana” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 39). Só que para chegar à soberania popular será preciso, primeiramente uma “soberania da razão”, pois “o povo, essencialmente fraco e ignorante, não compete à soberania, que os verdadeiros diretores da sociedade são aqueles que a razão, localizada nos capazes, para este fim determinar”. Desta maneira “triunfou a causa republicana” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 38).

Pode-se ver no discurso de Assis Brasil o uso da teoria de Jean Jacques Rousseau de “soberania popular” e “vontade geral”, expressa no livro *O Contrato Social*. A “soberania popular” seria a tese de que a exclusividade do poder soberano reside na coletividade, formada por indivíduos livres, de comum acordo, que decidem criar uma sociedade ao se colocarem sem restrições de qualquer ordem sob a autoridade da “vontade geral” criada por eles mesmos. A “vontade geral” não é a vontade de todos, nem a vontade da maioria, ela é aquilo que a lei determina.

A Soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade geral não se representa: ela é a mesma ou é outra, não há meio-termo. Os deputados do povo, portanto, não são nem podem ser seus representantes, são apenas comissários; nada podem concluir definitivamente. Toda lei que o Povo em pessoa não ratificou é nula, não é uma lei (ROUSSEAU, 2007, p. 107).

A tese de Rousseau é de que ao formar uma sociedade, o contrato social, que deve definir a sua forma de organização, estabeleça um “vontade geral”, que será o ponto de união dentro desta sociedade, pois a “vontade geral” deve ser a lei que vai regê-la. A cidadania é exercida na participação da constituição da “vontade geral”, sendo o povo igual ao cidadão. Mas para participar da construção da “vontade geral”, é preciso ter conhecimentos que o grosso da população não tem, ficando o encargo para um grupo ilustrado que pode exercer a “soberania da razão”. Logo, como colocado anteriormente, o povo são os republicanos. Eles é que vão definir o pacto social – sempre lembrando que quem não faz parte é excluído socialmente.

O que Rousseau impõe é a ideia de que o povo é *um*, que, como indivíduo, ele tem *uma* vontade. Essa concepção não é, em absoluto, evidente. Pode-se também, como o fizeram outros pensadores, ver no povo uma multidão desordenada de indivíduos em conflito, ou um conjunto dividido por brechas de opinião e de interesse. Insistindo mais do que qualquer outro no fato de que o povo seria essencialmente um poderia tornar-se tal, definindo-o como sujeito provido de vontade, Rousseau, sem dúvida, contribuiu para tornar

intelectualmente possível e aceitável a operação decisiva que realiza a Revolução [Francesa]: instalar os que exprimem a vontade do povo no lugar anteriormente ocupado pelo rei (MANIN, 1989, p. 877).

Assis Brasil critica seus adversários que tentam caluniá-lo dizendo que suas ideias se devem ao fato de que “são imitadores inconscientes dos Estados Unidos, da própria França”, mas ele coloca que seus antagonistas, os monarquistas, “não sabem olhar para si, não sabem ver que eles são os verdadeiros imitadores” de um regime tipicamente europeu (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 39).

Como Assis Brasil considera a república “o mais legítimo governo, a mais legítima forma política, a única forma científica, digna da nossa pátria, como de toda a humanidade” ele vê o republicanismo como oportuno. Sendo assim, o *oportunismo* é a tentativa de negar aquilo que a ciência e as leis naturais indicam que deve ser o verdadeiro devir das sociedades, o regime republicano, pois “os monarquistas combatem a oportunidade da república *dizendo que ela não é oportuna!*” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 40) [Grifos do autor].

Assis Brasil vai elencar seis motivos que os monarquistas usam para justificar o motivo pelo qual a república não pode ser implantada no Brasil, fazendo, logo a seguir as devidas respostas a cada uma das posições monarquistas.

A primeira razão da incompatibilidade de se estabelecer o regime republicano no Brasil, é que ele “exige, como governo sábio que é, instrução bastante da parte de seus membros – e o nosso povo não tem instrução” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 40). A isso, Assis Brasil responde que o motivo da baixa instrução do povo brasileiro é que o Estado monárquico gasta muito mal o que arrecada. As receitas do país, que a seu ver é muito rico, são comprometidas com “todas as extravagâncias imagináveis”, menos em atender a necessidade mais urgente de um povo que é a instrução. Essa situação não pode mudar com o atual sistema de governo “porque todas essas despesas são imprescindíveis na monarquia”. Essas despesas “imprescindíveis” são os gastos com a família real. Se valendo de matéria publicada no jornal *A República*, Assis Brasil diz que a família de Dom Pedro II tem “esbanjado” a quantia de 234 mil contos de réis, quantia que seria suficiente para construir escolas pelo “exagerado preço de dez contos de reis cada uma”. Por conta disso, conclui que “a causa principal, a causa, que pode-se dizer a única, do nosso atraso em matéria de

instrução popular é a própria monarquia” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 42).

O segundo ponto dos monarquistas contra a implantação do regime republicano no Brasil é que não há opinião pública no país, tendo em vista que a república é o governo da opinião. Para Assis Brasil, a ausência de opinião se deve por conta de uma “ditadura monárquica”, que tira a liberdade do povo. Se valendo da história nacional, ele diz que houve momentos em que o povo tentou se levantar contra esta “ditadura”, o que evidenciava uma “consciência nacional”. Ele cita o dia 7 de abril de 1831, como um exemplo de glória, pois a soberania popular colocou o primeiro imperador sob seus pés. Após, esta ânsia por autonomia foi estancado no coração da população, a monarquia foi “narcotizando”, “corrompendo”, “anulando a consciência nacional até que chegamos a este estado desesperador”. Portanto,

[...] como quereis que tenha opinião um povo a quem se arrancam os mais invioláveis direitos; um povo que está privado do direito do sufrágio, do direito de eleger o seu primeiro representante; que está sujeito a ver sua representação enxotada vergonhosamente por uma vontade estranha à sua; um povo que tem sobre o dorso, perpetuamente, como um fantasma, a garra do fisco arrancando-lhe avidamente o fruto do trabalho honrado? (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 43).

A terceira crítica dos monarquistas é com relação ao fato de que não haveria cidadãos ilustres para comandar o regime republicano. Assis Brasil diz, de forma determinista, que o meio social inibe o surgimento de grandes homens que poderiam fazer o Brasil seguir um rumo republicano virtuoso. Valendo-se da *historia magistral vitae*, ele diz que antes do processo revolucionário francês de 1789, havia poucos que bradavam pela liberdade. No entanto, após a deflagração do movimento, muitos vieram se somar a causa da liberdade. Se assim foi na França, no Brasil também poderia sê-lo. Faltam as condições ideais para que os grandes homens surjam e peguem o estandarte republicano e o levem para a proa. O meio atual “os amesquinha e sufoca”. Para que eles despertem, é preciso abalar o trono, abater a monarquia, para que, logo em seguida, vê-los “surgir do coração do povo, dignos filhos desta soberba terra brasileira” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 44).

Os partícipes da monarquia dizem, e esta seria a quarta crítica, que um povo ignorante acaba por degenerar em um Estado anárquico, que cria uma reação que destrói a pátria. As elites brasileiras sempre pensaram o Brasil como um Estado civilizado, diferente de seus vizinhos castelhanos, que, após o início de seus processos de

independência, passaram por toda sorte de golpes e contragolpes, comandados por caudilhos. O receio de que acontecesse um *haitianismo* no Brasil, sempre mobilizou a elite nacional contra possíveis levantes populares. Para Assis Brasil, se valendo mais uma vez de seu repertório cientificista, a anarquia não é natural, por isso não se sustenta por muito tempo. Como aponta a história, “após o rompimento, a lei tende de novo a adquirir o seu império, tudo se restabelece, entra no movimento normal, e a quadra da perturbação não fica sendo mais do que um momento na perpetuidade dos tempos” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 45). O seu receio é com relação à reação. Ele cita, mais uma vez, a Revolução Francesa para mostrar como a chegada de Napoleão, “este grande déspota”, ao trono fez com que se anulassem as garantias que o povo francês “tinha conquistado pelo preço do próprio sangue”. Mas, mesmo a mais cruel das reações não deixa de ser temporária, pois o progresso é inevitável, e, assim como Bonaparte caiu, outros reacionários cairão. Conclui dizendo que no Brasil “a anarquia e a reação são impossíveis”, mas mesmo que viessem a acontecer, Assis Brasil já demonstrou que elas “extinguir-se-iam imediatamente”, porque não há “obstáculo para impedir que nós caminhemos para a liberdade” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 47).

A quinta consideração dos avessos a república, é semelhante a anterior, pois diz que o exemplo dos antigos vice-reinos de Espanha na América serve como referencial de como não é bom tentar estabelecer um regime republicano, pois ele pode acabar se degenerando. Assis Brasil diz que, na verdade, os exemplos dos nossos vizinhos são positivos. Primeiro porque estes Estados conseguiram se estabelecer, tendo uma educação da população muito inferior a que o Brasil tinha no momento, “o que prova que para nós muito mais fácil seria assentá-la hoje”; em segundo, ele diz que a causa das guerras internas e disputas pelo poder, são fruto da “natureza do gênio espanhol”, que não soube refreá-lo; e, em terceiro lugar, a superioridade do regime republicano é “tão clara”, “que os pseudo-oportunistas deviam recuar diante do exemplo”. A Argentina e o Uruguai tem uma instrução pública muito superior à brasileira, tem uma grande malha ferroviária, impostos baixos por causa do tamanho do Estado que é pequeno em termos de máquina estatal. Rebate possíveis argumentos raciais dizendo que a “nossa raça”, que foi modificada pelos “agentes físicos, intelectuais, climatéricos e industriais”, tem sua origem em Portugal, e não na Espanha, que tem outra formação; em segundo por conta dos hábitos e costumes diferentes, frutos de suas respectivas origens; assim

sendo, Assis Brasil conclui que se raça e costumes não tem valor por que falar deles? Mas se têm, então como podem usar países com condições tão diferentes do Brasil, “quando não há paridade alguma?” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 48).

Por último, Assis Brasil contesta a ideia de que se deve ser grato à monarquia, por ser um regime que dá liberdade plena. Segundo ele, não a liberdade na monarquia brasileira. Como vimos nos seus textos publicados em *A Evolução*, a liberdade é uma conquista, que conduz a um regime pleno de escolhas: religiosa, científica, etc. Assis Brasil coloca que “falar contra a existência de Deus é um crime”, questionar “a imortalidade da alma é um crime”, “falar contra a Carta Constitucional é um crime”. Ele pondera que alguém poderia argumentar que ninguém é preso por conta disso, mas aponta que o fato de que ninguém vai preso só demonstra que o Estado “é fraco, que é inepto, que não tem força para fazer valer a lei, que não é digno de respeito, que não é digno desta grande terra” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 48).

Para que o regime da liberdade chegue, Assis Brasil aponta que dois entraves precisam ser superados: o senado e o poder moderador⁸². O senado, por sua condição de vitalício, será sempre “um inimigo perpétuo, uma perpétua muralha de encontro a qual se irá despedaçar toda a tentativa de reforma pacífica radical”; o poder moderador, por ser poder exercido privadamente pelo monarca, jamais permitiria que a república triunfa-se, pois isto corresponderia, por parte de Dom Pedro II, a “buscar o próprio suicídio, a menos que não seja inepto, resistirá sempre à república, armado da lei” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 51). A solução, Assis Brasil aponta: a revolução.

Cidadãos, ainda que a revolução fosse tão bárbara, tão feroz, como a pintam os inimigos, ela não deixaria por isso de ser o último recurso, o recurso extremo daqueles que se desesperam da justiça estabelecida; nem há injustiça toda a vez que se trata de firmar a própria justiça. Acusam-nos de querermos a guerra é contrária à democracia. Sim! Queremos a guerra, mas a guerra que extingue a guerra, a guerra que consolida a paz (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 53).

⁸² Poder Moderador foi criado pelo Conde Stanislas de Clermont-Tonnerre (1747-1792) e por Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830), como chave de toda organização política do Estado. A constituição brasileira de 1824 adotou-o, com funções de dissolver a câmara dos deputados, nomear senadores, nomear e demitir ministros, entre outras prerrogativas exclusivas do imperador (FLORES, 2008, p. 466).

Para ele, a revolução é uma manifestação, seja como “doutrina social”, que é o que ele, e seus companheiros, vem fazendo com jornais, clubes, palestra e livros; ou a resolução do problema pelo “fato”.

Assis Brasil encerra sua fala usando, como fez n’*A Evolução*, uma citação do Canto III, do Inferno de Dante, para dizer, referindo-se ao parlamento brasileiro, um trecho do que está escrito no portal das trevas: *Per me si va tra la perduta gente*⁸³. Dizendo que, quando “cair a máscara do rosto desses representantes falsários, que iludem a vontade popular e mentem à própria consciência” (ASSIS BRASIL *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2011, p. 55).

No dia 6 de setembro de 1880, o jornal *A República*, publica resenha da conferência de Assis Brasil, agora já publicada, em que diz que *Oportunismo e Revolução*, é uma “síntese concisa, metódica, vigorosa e científica, revelando um espírito profundamente prático e observador”, onde Assis Brasil “aniquila, por efeito de uma lógica peremptória e herculeamente máscula, as objeções capitais que se erguem atualmente contra a oportunidade da forma republicana” (HBN, *A República*, 06/09/1880, p. 4). A seguir, o autor elenca os seis pontos que Assis Brasil refutou com relação à impossibilidade de o Brasil se tornar uma república, bem como todas as suas ponderações em contrário. Conclui, com relação à solução proposta por Assis Brasil para a crise que o país vive, que a revolução é a melhor forma de se chegar ao regime republicano, dizendo que “a ideia de revolução não nos deve atemorizar. Seu fim é nobre”.

Quando do seu retorno para a terra natal, junto com os demais estudantes rio-grandenses que estavam estudando na Faculdade de Direito de São Paulo, haverá uma intensificação da propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos vai usar do jornal *A Federação*⁸⁴ como veículo de difusão de suas ideias, já que sua gagueira o impedia de ser um grande orador, por melhor que fossem seus textos. Enquanto Assis Brasil vai conseguir ser o primeiro representante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) eleito para a Assembléia Provincial, onde vai travar fortes debates com aquele que era visto como o principal tribuno da política rio-grandense da época, Gaspar Silveira Martins.

⁸³ Tradução: “Por mim vai-se a gente condenada”.

⁸⁴ A Federação foi um jornal doutrinário, fundado pelo PRR, em 1884. Teve entre seus colaboradores Venâncio Aires, Pedro Moacyr, Lindolfo Collor. Encerrou suas atividades em 1937 (FRANCO, 2010, p. 86).

Como foi visto, o cientificismo é o grande traço de diferenciação entre o grupo de Assis Brasil e as demais correntes de contestação à política saquarema. O uso de uma estratégia que investia nas suas atividades político-intelectuais, como clubes e publicações, foram as responsáveis por dar visibilidade para as ideias deste grupo, bem como de outros. Porém, tanto gaúchos, como paulistas, foram “bem mais profícuos que os demais grupos na produção de obras de interpretação do Brasil” (ALONSO, 2002, p. 222).

Assis Brasil, segundo Cristina Buarque de Hollanda, foi membro de uma “geração que elaborou e experimentou um dos desenhos possíveis do novo regime”. Neste momento, em que o campo intelectual não está plenamente definido, havendo uma ligação entre os homens de letras e a atuação política (ALONSO, 2002, p. 30; GRIJÓ, 2005, p. 67; VARGAS, 2007, p.250), conjugar os conhecimentos acadêmicos com a luta política é um dos trunfos de Assis Brasil, enquanto membro desta geração.

A partir de uma perspectiva sobretudo normativa, Assis Brasil descreve homens e mundos desejáveis – e também os caminhos para alcançá-los – diante dos impasses e equívocos da política. Típico personagem de um tempo que precede a delimitação do campo intelectual como coisa distinta do universo prático da política, Assis Brasil conjuga um e outro. Sua reflexão sobre a cena pública é essencialmente orientada pelo desejo de intervenção sobre ela (BUARQUE DE HOLLANA, 2011, p. 12).

A imprensa, os clubes, as conferências, todos estes meios de divulgação de ideias, foram usados por Assis Brasil como meio para fazer a propaganda de seus ideais, visando à doutrinação de novas mentes para conseguir seu intento: seguir a linha do progresso civilizacional, o fim do regime monárquico e a implantação da república no Brasil.

Além disso, Assis Brasil conseguiu construir uma reputação como pensador político, sendo reconhecido por seus pares de geração como alguém que sabia sintetizar os *repertórios* usados naquela época pela Geração de 1870. O fato de ele ser requisitado para falar em público⁸⁵, só referenda a visão do grupo sobre ele, pois Assis Brasil demonstrava talentos políticos e intelectuais para formatar agendas coletivas de ação, tanto do que queriam os membros de seu grupo, como dos que se opunham. Como coloca Paulo Brossard, Assis Brasil, durante seu tempo de estudos em São Paulo, demonstra uma vocação política mais ligada à construção de ideias, pois “nele

⁸⁵ Como se verá no próximo capítulo, Assis Brasil era o orador do *Clube Vinte de Setembro*.

predominava o doutrinador” (BROSSARD, 1989, p. 109). Um bom exemplo deste reconhecimento e prestígio foi a sua eleição à presidência do *Clube Republicano Acadêmico*, em 1881 (HBN, Correio Paulistano, 30/03/1881, p. 2).

Mas, por mais que estes meios atingissem de uma vez só grandes públicos, carecia ao jovem propagandista, um meio onde pudesse melhor exprimir suas ideias. Um suporte mais amplo que as páginas de jornal e que se prolongasse no tempo. Algo como um livro. Em 1881, Assis Brasil publica *República Federal*, obra que teve, entre seu lançamento e o ano de 1889, seis reedições, e onde amplia suas ideias até aqui desenvolvidas n’*A Evolução* e em suas palestras, como *Oportunismo e a Revolução*, para dizer que seu objetivo é “mostrar a superioridade da república federal sobre a monarquia, no Brasil” (ASSIS BRASIL, 1881, p. 15).

No entanto, faltava a Assis Brasil, e ao seu grupo, uma publicação que lhes dessem mais do que um *ethos*. Algo que desse ao seu grupo um sentimento de pertencimento a sua terra natal, que mostra-se que eles, enquanto movimento tinham respaldo na sua própria *historia magistra vitae*, que já houve, antes deles, quem tentou trazer o progresso para a região mais meridional do Brasil, mas foi impedido pela força da reação. Faltava a publicação que Assis Brasil tinha ficado de escrever para ser lançada em 1881, mas só veio a publico em 1882. Faltava a *História da República Rio-Grandense*.

O LIVRO E A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO

No dia 28 de maio de 1881, Apolinário Porto Alegre recebeu correspondência de Júlio de Castilhos, remetida de São Paulo, onde este estava cursando direito na Faculdade de São Paulo. Na missiva, Castilhos tomava “a liberdade de solicitar” a atenção de Apolinário “para as linhas que vão seguir”, pois, “quebrando o hábito criminosamente inveterado no país – de deixar passar em silêncio indiferentes as grandes datas da nossa história, - nós, os rio grandenses atualmente residentes nesta capital deliberamos comemorar, o 46º aniversário da Revolução de 35”. Mas, para que a celebração de tal data fosse digna, os organizadores de tal evento resolveram publicar um livro que versasse sobre a Revolução Farroupilha. O objetivo do livro era trabalhar um tema “cujo assunto será em breve notícia histórica do Rio Grande do Sul desde a constituição do Império até os tempos contemporâneos, compreendendo a narração sintética de todos os seus progressos nas várias fases que tem atravessado”. Para escrever um livro de tamanha importância, Castilhos informa que ele e seus colegas precisavam de “bases seguras e diretoras, como documentos, dados, informações, etc.”, sendo por isso que vem escrever ao importante professor rio-grandense.

Junto à carta, Castilhos envia uma “circular”, onde, além dos pedidos, vão “enumerados minuciosamente todos os objetos sobre que devem versar tais documentos e informações”. Através da Circular, Apolinário “ficará perfeitamente inteirado do objeto do pedido”, bem como das disposições que tal obra pretende abordar (IHGRGS, Arquivo Particular Apolinário Porto Alegre, APA 056) [Grifos do original].

Castilhos, sabendo que Apolinário sempre foi um grande pesquisador sobre a Revolução Farroupilha, além de um grande propagandista da república, coloca que “o distinto correligionário não se recusará a auxiliar-nos o mais que lhe for possível, fornecendo-nos para aquele fim tudo que puder obter, principalmente sobre os sucessos da Revolução de 35”. Assim sendo, Júlio de Castilhos, por conhecer Apolinário e sua produção, principalmente na Revista do Parthenon Literário, toma a liberdade de apontar alguns documentos que ele poderia enviar para a confecção do livro.

Tomo a liberdade de lembrar que na Biblioteca ou na coleção da “Revista” do Parthenon há, segundo estou informado, muitos e preciosos documentos sobre o mesmo movimento revolucionário. Se não for possível enviar-nos o original, ainda mesmo com a condição de prontamente devolver, rogo-lhe o especial obséquio de enviar-nos, ao menos, a cópia (IHGRGS, Apolinário Porto Alegre, APA 056).

A procura por Apolinário Porto Alegre, por parte de Júlio de Castilhos, justifica-se por saberem que ele era um dos mais dedicados estudiosos sobre o processo revolucionário de 1835. Somente com a ajuda do professor Porto Alegre, Castilhos e seu grupo poderiam contradizer as informações do ex-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tristão de Alencar Araripe, que havia publicado estudo sobre a guerra, primeiro na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e depois, separadamente⁸⁶.

Enfim, não me consta que haja na nossa província quem conheça mais a história da mesma do que o senhor. Ninguém, portanto, mais do que o senhor pode auxiliar-nos na patriótica tarefa que todos nós nos impusemos levar a efeito, e que, em caso de ser bem cumprida, poderá trazer ótimas consequências, pelo duplo fim que leva em vista: rememorar a Revolução de 35, restabelecendo ao mesmo tempo a verdade dos seus sucessos que tão adulterados têm sido (como acaba de sê-lo em uma Memória do Conselheiro Alencar de Araripe – escritor palaciano) e alevantar mais, se é possível, o Rio Grande no conceito do país.

Contamos com seu apoio e, portanto, com a sua indispensável coadjuvação (IHGRGS, Apolinário Porto Alegre, APA 056) [Grifos do original].

Segue a integra da “circular”, datada de 20 de maio do mesmo ano.

Ilmo. Sr.

A província do Rio Grande do Sul – afirmam-no os sucessos contemporâneos – ocupa uma saliente posição na vanguarda brasileira. Isto deve-o ela, não só aos progressos efetuados triunfante e ininterruptamente, ao seu músculo e nunca denodado civismo, ao seu invencível sentimento de autonomia e de liberdade, como tenha aos fecundos recursos naturais superabundam no seu seio.

No alevantado intuito de tornar, aos olhos do país, conhecidos de um modo mais saliente essas duas fontes da potente vitalidade que ostenta a heroica província, - os rio-grandenses, que cursam atualmente a Faculdade de Direito de São Paulo, aludiram publicar, no dia 20 de setembro próximo, um volume, organizado debaixo do seguinte plano:

Primeira seção: - Espírito do livro e apreciação do valor sociológico da Revolução de 1835;

Segunda seção: - Descrição geográfica da província; seu estado social, político e econômico;

Terceira seção: - Notícia histórica da província até o ano de 1835;

Quarta seção: - Notícia histórica da revolução de 1835 a 1845;

Quinta seção: - traços biográficos dos mais notáveis chefes da revolução e alguns documentos referentes à mesma.

Para o fim de converter em realidade tão útil e patriótico empreendimento, a comissão abaixo designada, apelando, cheia de confiança, para os altos sentimentos patrióticos de Vossa Senhoria solicita o seu muito valioso concurso, que Vossa Senhoria se dignará de prestar enviando, registros pelo

⁸⁶ O trabalho de Tristão de Alencar Araripe sobre a Revolução Farroupilha foi primeiramente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo a parte narrativa do trabalho sido publicada na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 43, Parte 2, p. 115-364, 1880. A parte que contém a documentação está na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 45, Parte 2, p. 35-236, 1882; Tomo 46, Parte 2, p. 165-564, 1883; Tomo 47, Parte 2, p. 47-238, 1884. A publicação da obra, em separado e sem os documentos está em: ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil no Rio Grande do Sul**: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

correio, a qualquer dos abaixo-assinados: documentos, dados, notícias ou informações, que puder obter por seu próprio intermédio ou por intermédio de outrem; sobre geografia, mineralogia, agricultura, indústria, colonização, comércio, exportação e importação, finanças, bancos, estradas de ferro, telégrafos, navegação e estatística; sobre instalação primária, secundária e superior; sobre belas artes; sobre a origem de partidos políticos e suas várias fases até hoje; sobre sucessos históricos e vida de homens ilustres; finalmente, sobre qualquer dos assuntos compreendidos nas seções acima descritos, não importando mesmo que os dados que Vossa Senhoria puder fornecer versem sobre simples detalhes ou particularidades.

A comissão se compromete, e os seus membros individualmente, a devolver com a maior prontidão e segurança possíveis quaisquer documentos que lhe sejam enviados por Vossa Senhoria, se tal condição impuser Vossa Senhoria. A comissão confia resolutamente na boa vontade de Vossa Senhoria que não se recusará por certo a prestar os auxílios solicitados, os quais são condição indispensável à execução do plano acima exposto.

Por seus auxílios a comissão antecipadamente envia a Vossa Senhoria os mais vivos e cordiais agradecimentos.

De resto, fora supérfluo encarecer a alta importância da tarefa que se impuseram os rio-grandenses, assim, como a significação social que pode encerrar tão eminente e patriótico cometimento em bem do prestígio e da preponderância do Rio Grande do Sul (IHGRGS, Apolinário Porto Alegre, APA 056).

O documento termina com o nome da comissão organizadora dos festejos e da publicação: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Alcides Lima, Eduardo Lima, Homero Batista⁸⁷ e Antônio Mercado⁸⁸.

Nota-se, pelo plano traçado pela comissão, que a publicação se dividiria em cinco seções, abordando o “valor sociológico da Revolução de 1835”; a descrição da geografia do Rio Grande do Sul, bem como “seu estado social, político e econômico”; a “notícia histórica” da província até o ano de 1835; a “notícia histórica” dos nos da revolução, 1835 a 1845; encerrado com perfis biográficos dos chefes da revolta, bem como a transcrição de documentos referentes ao fato⁸⁹.

⁸⁷ Homero Batista (São Borja, 30/01/1860 – Rio de Janeiro, 14/10/1924). Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Foi deputado federal e Ministro da Fazenda do governo de Epitácio Pessoa. Presidiu a Liga da Defesa Nacional, que era uma associação cívico-cultural. Participou do Parthenon Literário e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Publicou *Tiradentes e a República, A Revolução e o Estado do Rio Grande do Sul e Revoluções Brasileiras de 1817 e 1835* (FLORES, 2008, p. 91).

⁸⁸ Antônio Maria Honorato Mercado (São Gabriel, 22/12/1853 – São Paulo, 21/12/1937). Bacharelou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, em 1884. Radicou-se na capital paulista onde atuou na propaganda republicana e, após a Proclamação da República, foi o 1º Secretário do Governo Provisório de São Paulo (SPALDING, 1952, p. 87-88).

⁸⁹ Estes dados são importantes para uma comparação entre o que era pretendido pelos jovens republicanos, e o que foi entregue por Assis Brasil.

No dia 14 de agosto de 1881, Apolinário Porto Alegre recebeu carta de Manoel Lourenço do Nascimento⁹⁰, comentando que recebeu pedido de documentos sobre a Revolução Farroupilha, por parte dos estudantes sul-rio-grandenses, que estavam estudando em São Paulo, e de Alencar de Araripe.

Alguns estudantes que frequentam a academia de São Paulo, endereçaram-me uma circular pedindo os apontamentos que podem obter para a história da revolução rio-grandense, cujo primeiro volume pretendem publicar no dia 20 de setembro próximo.

No intuito de prestar-me a exigência de nossos patrícios, escrevi o que me ocorria sobre os primeiros passos para a revolta, até o ataque no Passo do Rosário, em que o chefe Afonso Corte Real foi derrotado e preso.

Logo após um outro estudante com quem tenho relações amistosas, pede-me informações sobre a fuga de Bento Gonçalves da fortaleza da Bahia, sobre a segunda defecção de Bento Gonçalves e Onofre Pires, sobre a morte de Antônio Paulo da Fontoura e finalmente os nomes dos membros à assembléia constituinte.

Na medida de minhas forças escrevi, respeitando os ditames da verdade. Meu genro Sere [sic] Navarro, lendo que me havia ditado à memória relativa e fatos ocorridos, a perto de 40 anos, pediu-me disso cópia para enviar ao conselheiro Alencar Araripe, que também está no empenho de por em relevo os fatos mais importantes da Revolução Rio-Grandense, isto a despeito de falta das datas, imperdoável lacuna na narração que fiz.

Feita a remessa a este e aos estudantes, merecia a honra de sua carta de 2 do corrente, a que respondo, remetendo o que, como disse, já foi enviado a outros.

Faço votos ao céu para que não seja improfícua a lembrança de Vossa Senhoria, ao dirigir-se a quem não reúna predicados para tão lato comedimento.

Também foi cópia da carta que escrevi a Eduardo Lima, que acompanhou a narração a que me tenho referido (IHGRGS, Apolinário Porto Alegre, APA 064).

Vemos Castilhos e seus colegas de estudo em São Paulo, acionando suas redes de sociabilidade para conseguir os meios para elaborar um livro que se pretendia sua entrada na discussão a cerca da Revolução Farroupilha.

Como se pode ver, havia um interesse muito grande sobre a Revolução Farroupilha no começo da década de 1880, fazendo com que pessoas de diferentes correntes ideológicas procurassem por fontes sobre o fato, junto a estudiosos do período, caso de Apolinário Porto Alegre, e veteranos do conflito, como Manoel Lourenço. Como aponta Juliano Antonioli (2017, p. 44), estes estudantes escreveram “cartas para todos aqueles que consideram poder colaborar com documentos e informações sobre a província”.

⁹⁰ Manoel Lourenço da Silva Filho (Rio Pardo, 1811 – Pelotas, 28/08/1893). Foi secretário de David Canabarro durante a Revolução Farroupilha (MARCHETTI, 2011, p. 76). Atuou como coletor de impostos da República Rio-Grandense, em Alegrete (CV 6047).

Em 28 de setembro de 1881, Apolinário Porto Alegre recebeu correspondência de Júlio de Castilhos agradecendo o envio dos documentos pedidos para execução do livro, mas informou que a publicação teve que ser adiada, pois demandava mais tempo para estudar todo o conteúdo que lhes havia sido remetido.

Recebi, com a sua apreciada de 21 de agosto, alguns documentos relativos à revolução do Rio Grande, que são verdadeiramente preciosos e que muito valor acrescentarão [*sic*] ao nosso projetado livro. Agradeço-lhe vivamente a pronta satisfação que deu ao meu pedido; agradeço-lhe por mim e por meus companheiros.

Terei o cuidado de devolver – dentre os papéis que me enviou – os que devem ser devolvidos, tais como os números da “Revista do Parthenon”.

Aproveito a ocasião para comunicar-lhe que a publicação do nosso projetado livro sobre a revolução foi adiada para 20 de setembro de 82. Fomos movidos a tomar essa deliberação pelo desejo de torna-lo mais exato e mais completo. Temos muitos documentos preciosos, dos quais, entretanto, não nos poderíamos utilizar, se a publicação do livro se tivesse de efetuar dentro do prazo que primeiramente havia sido marcado (AHRS, Coleção Pedro Corrêa do Lago, Doc. 9412).

Após o fim da guerra, a memória da revolução farroupilha esteve entre uma “memória subterrânea” e a possibilidade de uma “identidade regional pejorativa” - a primeira manteve a memória viva e a segunda precisava ser reconstruída pelos literatos que vieram depois.

Os anos que se seguiram à revolta foram marcados por dois movimentos no discurso político: o silêncio e a suspeita. O primeiro produziu uma memória subterrânea, acompanhada de expressões de arrependimento e justificativas. O segundo, um estado de alerta acompanhado de constantes reprimendas ao que começava a constituir-se como uma identidade regional pejorativa, ao que se acrescentava a própria suspeita levantada pela evidenciação das diferenças geográficas e sociais da província em relação ao restante do Império (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 52).

Se por um lado havia a tentativa por parte de veteranos do conflito em manter vivos os motivos que levaram ao processo revolucionário, como Domingos José de Almeida, que cria o jornal *O Brado do Sul*, que funcionou de 1858 a 1861, publicando uma série de artigos sobre a revolução; havia quem achasse que os tempos de beligerância foram ruins para a Província de São Pedro, e que tal evento devia ser esquecido, conforme o decreto imperial reservado de 18 de dezembro de 1844, conforme a proclamação do Barão de Caxias, feita após o fim da guerra.

É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que por mais de nove anos devastou esta bela província está terminada.

Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco, e já obedecem ao legítimo governo do Império Brasileiro.

Sua Majestade o Imperador ordenou por decreto de 18 de dezembro de 1844 o esquecimento do passado e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente nem

por outra qualquer maneira inquietados, pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânime deliberação do Monarca brasileiro há de ser religiosamente cumprida. Eu o prometo sob minha palavra de honra.

Uma só vontade nos una Rio-grandenses, maldição eterna a quem se recordar das nossas dissensões. União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa (CV 3847).

Mesmo com isso, havia aqueles que achavam que os tempos de luta não deveriam ser esquecidos, mas lembrados como um fato negativo na história da província, como Caldre Fião e suas publicações: *A Divina Pastora*, de 1847, e *O Corsário*, de 1852 – os dois primeiros romances publicados no Rio Grande do Sul. Ambas as obras mostram “grande reprovação” quanto aos anos de luta. Para Caldre Fião havia uma forma certa, e outra errada, de retratar os dez anos de luta.

Ou seja, haveria uma forma adequada e uma forma inadequada de representar os personagens e os eventos da Revolução que foi estabelecida por certa tradição interpretativa, a qual selecionou uma maneira referencial que contemplava a memória, que deveria ser conservada e transmitida ao futuro, qual seja, a da conduta correta a ser adotada diante de um acontecimento como esse, desde Almênio, o tenente republicano d’*A Divina Pastora*, que revê sua opção e retorna às tropas imperiais; do arrependido Felipe, d’*O Corsário*, que alerta os filhos para os perigos das ideias revolucionárias; dos biografados d’*O Guayba*, o desembargador Fernandes Pinheiro, que atuou nas articulações políticas para a retomada da capital, aos legalistas, mas, sobretudo do veterano Menna Barreto, de irrepreensível conduta militar. E ainda pelo quadro dramático e desolador, descrito por José Bernardino, das crueldades cometidas durante a guerra. Tal era o conjunto sancionado para ser lembrado e cultuado (GOMES, 2012, p. 275).

Dentro desta disputa, entre uma identidade que não rejeita os anos de luta, fazendo a propaganda de seus ideais, e a tentativa de esquecimento, ou formação de uma “identidade pejorativa”, que os jovens republicanos procuravam montar uma identidade para a província de São Pedro. Procurando construir um capital simbólico que legitimasse sua entrada nesta contenta, os membros do grupo que Angela Alonso denominou de “federalistas positivistas gaúchos”, por melhores que estivessem integrados as suas redes de sociabilidade no centro do país, integrando grupos que já existiam de muitos anos antes de sua chegada à capital paulista (como o Clube Republicano Acadêmico, instituição da qual Assis Brasil foi presidente), nunca descuidaram da sua ligação com a terra natal, para onde sabiam que iriam voltar. Na ânsia de exaltar o passado, e rememorar os feitos da revolução que lhes dava identidade, resolveram promover a criação de uma associação que fornecesse os laços com a província distante e, ao mesmo tempo, legitimasse seu discurso republicano, mostrando-os como herdeiros de ideias que vinham de outros tempos. Assim era formado o *Clube Vinte de Setembro*.

Clube Vinte de Setembro

Não foi possível estabelecer uma data exata para a fundação do clube⁹¹. Fato é que a instituição surge durante a estada de Assis Brasil em São Paulo para estudar na Faculdade de Direito. As primeiras manifestações sobre a sociedade surgem no ano de 1881, em que Assis Brasil e seus colegas pretendem publicar um livro sobre a história da Revolução Farroupilha. É de se destacar que quando Júlio de Castilhos escreve para Apolinário Porto Alegre, pedindo documentos para a escrita do livro, não é explicitado em nenhum momento que ele, bem como os outros membros da comissão, faziam parte de uma instituição denominada *Clube Vinte de Setembro*.

A motivação para a criação de um grupo com este nome, que evoca a data de início da Revolução Farroupilha, parece ter sido a publicação de Tristão de Alencar Araripe sobre os tempos da revolta. A possibilidade de ver a memória de um fato que tinha tanta significância para a história da província sendo escrito por alguém de fora, ligado ao poder central, partidário da política saquarema, deve ter inquietado os jovens estudantes sul-rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo.

A memória de Araripe acerca da Revolução Farroupilha também tivera repercussão entre os jovens republicanos da Faculdade de Direito de São Paulo. Não parece ser por acaso, que, no mesmo ano da publicação em livro do trabalho de Araripe, na Faculdade de Direito de São Paulo, os estudantes rio-grandenses fundassem o *Club Vinte de Setembro* que, como a escolha do nome evidencia, reivindicava filiação ao passado farroupilha, evento central para a vida política, intelectual e cultural do Rio Grande do Sul. O *Club* tinha entre seus objetivos comemorar a Revolução Farroupilha, fazer propaganda republicana e divulgar a valorosa província sul-rio-grandense para o Brasil. A fundação do *Club* marca o momento em que a memória farroupilha é apropriada pelos jovens republicanos, nesse que é um longo processo de construção, atualização e disputa em torno da “herança” da Guerra dos Farrapos. Em sua atuação, o *Club* destacou-se pela publicação de livros comemorativos do aniversário da Revolução de 1835, além de um manifesto de autoria de Bento Gonçalves (líder dos farrapos e presidente da República Rio-grandense), e um discurso do presidente efetivo do *Club* (Alcides Lima) durante sessão solene (ANTONIOLLI, 2017, p. 43).

Eles, que se proclamavam republicanos, viram que aquele que poderia ser seu marco histórico, formador da identidade política do grupo, fora sujeitado a uma “memória pejorativa”, e isso motivou-os a formar uma entidade que promovesse a memória da revolução de 1835, dentro das suas perspectivas. “O que está em jogo,

⁹¹ Segundo Liane Martins: “Em 1879, os estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo fundaram o Club 20 de Setembro, com o objetivo de divulgar seus ideais republicanos” (MARTINS, 2005, p. 408-409). No entanto, não foi possível averiguar a veracidade desta data. Seguindo a premissa de Juliano Antonioli, o ano de 1881 parece ser o mais indicado, por ser o momento em que pode-se ver a presença do grupo com publicações e a busca por documentos para a escrita do livro sobre a história da Revolução Farroupilha (ANTONIOLLI, 2017, p. 43).

como se procura ressaltar aqui, é a adoção de novos parâmetros de leitura do real e do passado, e uma disputa pela memória do evento considerado como o precursor do republicanismo rio-grandense” (ANTONIOLLI, 2017, p. 51).

Segundo Paul Ricoeur, na construção da identidade, uma das formas é a “diferenciação com outrem”, onde o outro, o diferente, é visto como um adversário. Entendendo o *Clube Vinte de Setembro* como um movimento social, que faz parte da “Geração de 1870”, Sidney Tarrow diz que há momentos que a solidariedade comum fomenta a identidade coletiva, pois seus participantes tem um interesse comum, que ao mobilizar um senso comum cria a identidade. “Mas os líderes só podem criar um movimento social quando liberam os mais profundos sentimentos de solidariedade ou identidade” (TARROW, 2009, p. 22-23). Desta maneira, se estabelece a dicotomia “nós contra eles”, que fomenta a identidade.

O enquadramento interpretativo não se relaciona apenas a generalização dos descontentamentos, mas define o “nós” e “eles” na estrutura de conflito de um movimento. Utilizando identidades coletivas e moldando novas, os desafiantes estabelecem os limites de seus adeptos futuros e definem seus inimigos através de atributos e maldades reais ou imaginários. Fazem isso através do conteúdo de suas mensagens ideológicas e, da mesma forma, através das imagens que projetam de seus inimigos e aliados. Isto significa prestar atenção aos “trajes” que os atores coletivos portam à medida que entram em cena e também aos enquadramentos culturais de suas reivindicações (TARROW, 2009, p. 41) [Grifos do autor].

Para Juliano Antonioli, a partir do Manifesto Republicano de 1870, somado a crise política que se seguiu no Brasil, após este ano, o republicanismo radicalizou-se de uma maneira que para os que acreditavam nesta forma de governo como saída para os tempos difíceis que o país enfrentava, os que acreditavam no regime monárquico, sejam conservadores ou liberais, passaram a ser vistos como adversários. Demarcando claramente a fronteira entre o nós (republicanos) e o eles (monarquistas).

Com o Manifesto surgia aquela que seria uma característica constante da propaganda desenvolvida por um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo que se identificava com a causa: a república construída na contraposição à monarquia constitucional. Nesse sentido, o “nós” que se agrupava sob alcunha de republicanos constituía uma “unidade de ação política” na medida que demarcava suas fronteiras, das quais estavam excluídos os monarquistas, sejam eles conservadores ou liberais (ANTONIOLLI, 2017, p. 57).

Como colocado por Antonioli, na sua atuação de propaganda dos feitos da República Rio-Grandense, o *Clube Vinte de Setembro* organizou publicações em forma de livro. Uma destas obras foi o *Manifesto do Presidente da República em nome de seus Constituintes*, obra que traz a transcrição do manifesto de Bento Gonçalves da Silva,

feito em 29 de Agosto de 1838, onde expõe os motivos da revolução. Nele, Bento Gonçalves diz que o poder central abusava da província de São Pedro, fazendo dela uma “estalagem do Império”⁹².

No texto de abertura da publicação, datada de 29 de agosto de 1881, exatamente 43 anos depois da publicização do manifesto de Bento Gonçalves e chamado *À Província do Rio Grande do Sul*, os membros do *Clube Vinte de Setembro* se dirigem “à Província do Rio Grande do Sul”, dizendo que o exemplar dava início a uma “série de trabalhos com a qual pretendemos prestar homenagem a nossa terra natal”. Seu objetivo é fazer com que a geração atual tome conhecimento do manifesto, que “faz honra ao tão adulterado passado da terra rio-grandense” – numa clara referência a obra de Araripe.

Publicando, divulgando este antigo documento, sentimos, além da satisfação de um ato espontâneo de justiça, a do cumprimento de um dever honroso: em primeiro lugar, porque contribuiremos para fazer desvanecerem-se indignas imputações com que se tem pretendido nodoar a nossa brilhante história; depois, porque sendo a revolução operada pela quase unanimidade da província, tendo saído espontaneamente da sua índole e aspirações, da sua natureza íntima, nós – filhos seus – nos cobriríamos do mesmo baldão [sic] com que a quiséssemos manchar; finalmente, porque, dadas as necessárias diferenças entre àquela e a nossa época, justificamos, aceitamos, glorificamos o pensamento político dos revolucionários de 1835. Trabalhamos também pelas condições indispensáveis ao bem da pátria, e essas condições só nos parecem legítimas no seio da ordem democrática (CLUBE VINTE DE SETEMBRO, 1881, p. IV).

O grupo se coloca como “republicanos”, afirmando isto de forma franca dirigida a seus “patrícios”. Colocam-se como indivíduos que não cometem “exaltações imprudentes”, tem tolerância com os outros, mas são intolerantes no campo das ideias. Por conta disso, reivindicam o passado “glorioso” que alguns caluniam e outros se envergonham, para levantá-lo e reabilitá-lo.

Defendem de forma veemente que “a ninguém é lícito abandonar crenças mais adiantadas por mais atrasadas”, ou seja, não se pode negar o progresso que leva para uma condição de estado republicano. Mesmo diante de uma afirmação tão forte, deixam espaço para uma certa dose de humildade, ao disserem que não pretende se dizer os

⁹² Proclamação de Bento Gonçalves da Silva, de 29 de agosto de 1838, diz: “Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do Império. Agressor ou agredido o governo nos fazia sempre marchar à sua frente: disparávamos o primeiro tiro de canhão e éramos os últimos a recebê-lo. Longe do perigo dormiam em profunda paz as mais Províncias, enquanto nossas mulheres, nossos filhos e nossos bens, presa do inimigo, ou nos eram arrebatados ou mortos e muitas vezes trucidados cruelmente. Sobre povo algum da terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento; transformou-se o Rio Grande numa estalagem do Império!” (CV 8599). Ver: FLORES, Moacyr. **Manifesto Republicano de 1838**. Porto Alegre: Edigal, 2019.

donos da verdade, mas que por conta de seu conhecimento, fruto da observação e experiência, sabem que o melhor caminho para a sociedade é a república.

Não nos queremos proclamar possuidores infalíveis da verdade, nem afirmar que um dia não possamos reconhecer o nosso erro, si em erro estamos; o nosso principio baseia-se em que a observação e a experiência nos têm ensinado que por toda parte a maioria, para não dizer – a unanimidade dos que abandonam crenças adiantadas por atrasadas, - procedem movidos por desprezíveis interesses pessoais. Assim o principio fica de pé, e as consequências dele nos sujeitamos em todas as circunstâncias da vida, preferindo, quando por ventura as atuais condições se abalarem, o isolamento honrado à deserção, em regra, vergonhosa e sempre nociva à moralidade (CLUBE VINTE DE SETEMBRO, 1881, p. V-VI).

O texto encerra desculpando-se com a Província do Rio Grande do Sul, pelas explicações de cunho pessoal, motivadas pelas tentativas de desmoralização de seus ideais, que acabaram por fazer com que o grupo promovesse a presente publicação. Por fim, espera que a obra seja aceita como a “primeira prova do nosso grande amor e aguarde o modesto, o débil esforço da nossa dedicação pela sua grandeza e prosperidade” (CLUBE VINTE DE SETEMBRO, 1881, p. VI).

O livro editado pelo *Clube 20 de Setembro* foi fruto de uma comissão cujos nomes são os mesmo que assinam a circular dirigida a Apolinário Porto Alegre: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Alcides Lima, Eduardo Lima e Homero Batista e Antônio Mercado. “A comissão julga encetar assim modestamente a longa série de mais brilhantes serviços que os estudantes rio-grandenses que constituem o *Clube Vinte de Setembro* esperam prestar ao seu estremecido e glorioso berço” (SILVA, 1881, p. 32).

Se antes os debates de Assis Brasil, Júlio de Castilhos e demais estudantes sul-rio-grandenses estavam focados em temas mais abrangentes (devir republicano nacional) e de compreensão nacional (abolição), a publicação do *Manifesto do Presidente da República em nome de seus Constituintes*, volta seu olhar totalmente para a Província de São Pedro. Houve um grande impacto por parte da publicação de Tristão de Araripe nos jovens estudantes oriundos da região mais meridional do Brasil, que estavam estudando em São Paulo. É como se um sentimento de ressentimento se apossasse deles querendo a vendeta pela derrota que os revolucionários de 1835 haviam sofrido do Império, do qual Araripe era um dos representantes.

O ódio recalado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo. Daí, hoje em dia a facilidade com a qual indivíduos se reagrupam para gritar sua agressividade e inventar signos festivos que expressem seu desejo de vingança: apedrejar os

símbolos do inimigo, queimar personagens representados em effgies etc. (ANSART, 2004, p. 22).

Na parte final do livro, é novamente enfatizada a relevância do manifesto de Bento Gonçalves, pois “bem que conhecido de muitos, ele é ainda ignorado pela maior parte”. A manifestação do presidente da finada República Rio-Grandense explica as motivações da separação da província do Império do Brasil, sendo dever de todo nativo da região “conhecer esses sucessos, para julga-los com imparcialidade” – o que denota a preocupação com o reflexo que o texto de Araripe poderia ter no Rio Grande do Sul. Para Assis Brasil e seus colegas, a possibilidade de ver a narrativa sobre a Revolução Farroupilha se constituir em uma “memória pejorativa” da província lhes causava profunda preocupação. Para evitar isso, era necessário investir fortemente em propaganda positiva da revolução, exaltar os vultos da revolta, promover toda uma série de atos que a mitificasse.

Como forma de fazer a mitificação da Revolução Farroupilha, o *Clube Vinte de Setembro* decide fazer uma festa celebrando os 46 anos de início do processo revolucionário. Para isso, os membros do grupo contribuem pecuniariamente para conseguir fundos para que a celebração aconteça. Segundo recibo de número 24, encontrado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em nome de Júlio de Castilhos, este pagou a quantia de 10\$000 réis, pelas duas primeiras “prestações para aquela comemoração”, no dia 1º de julho de 1881. O recibo é assinado pelo tesoureiro Antônio Mercado (AHRS, Coleção Pedro Corrêa do Lago, Doc. 9411).

O nome do evento é *Comemoração 20 de Setembro de 1835*. O uso de efemérides, enquanto forma de marcar a memória de um evento, se constitui em importante fonte de ritualística que acaba por reforçar os vínculos da data rememorada com a comunidade que a promove. Este tipo de evento, a celebração de um fato do passado da região de origem dos estudantes rio-grandense, da Faculdade de Direito de São Paulo, no entender de Pierre Nora, não deixa de ser um “lugar de memória”.

Memória e a história são construções, enquanto a primeira está ligada a vida, aquilo que foi protagonizado pelos agentes de um determinado fato, a história é uma tentativa de reconstrução do passado, sempre restrita e parcial – restrita porque é feita com base em um corpus documental selecionado previamente pelo pesquisador, que não tem como abarcar toda a soma de documentos possíveis sobre um determinado objeto;

parcial porque é a percepção deste historiador sobre o objeto (o mesmo objeto e documentos na mão de outro pesquisador produziram resultados diferentes).

Para Pierre Nora, o estudo sobre os “lugares de memória” está na junção entre a história e a memória. A necessidade do lugar de memória está no receio de que a memória espontânea deixe de existir. O lugar de memória reforça a memória espontânea não permitindo seu esvanecimento. Assim sendo, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”. “A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993, p. 12-13).

Para Karen Macknow Lisboa, ao estudar as celebrações de aniversário da Universidade Federal de São Paulo, dando ênfase para “os aniversários de dez e vinte anos, o jubileu de prata, os trinta e os quarenta anos, o jubileu de ouro, os sessenta e os setenta anos”, diz que as comemorações se constituem em parte importante da vida social, seja no âmbito privado ou público. No entanto, seguindo os princípios de Nora, aquilo que nós consideramos como natural em termos de tempo, nada mais é do que uma determinação induzida a nos fazer crer que tal momento é mais marcante do que outros.

Ou seja, as comemorações são fenômenos das sociedades contemporâneas laicizadas, em que as grandes datas históricas tomaram o lugar das datas cristãs. Os aniversários redondos, os jubileus de prata, de ouro, de diamante, os “cem anos” etc., testemunham uma íntima relação entre a passagem do tempo cronológico e o consenso de que essas datas sejam festejadas com maior ênfase (LISBOA, 2008, p. 36).

Mesmo não sendo uma “data redonda”, possivelmente motivada pela urgência de se fazer promover toda sorte de “lugares de memória” para a Revolução Farroupilha, que estava sendo depreciada, se tornado uma “memória pejorativa”, por conta da publicação de Tristão de Alencar Araripe, os estudantes sul-rio-grandenses resolveram promover uma cerimônia que destacasse a sua percepção dos anos de luta entre o Rio Grande do Sul e o Império do Brasil.

Para dar início as festividades, foi feito um discurso pelo então presidente da instituição, Alcides Lima – que seria publicado pelo *Clube* no mesmo ano. Na sua fala, Lima diz que a celebração “é de fraternidade e de república”, sendo comemorada “a concórdia e a liberdade”. Sua fala concilia tempos de paz com a possibilidade de um tempo de republicanismo, que no entender do cientificismo que movia este grupo, seria a época mais próspera que estava por vir ao futuro da nação.

Além de confraternizar, a motivação real da festa era a exaltação da história da terra de origem de seus membros, a revolução que ocorreu entre 1835 e 1845, que no seu entender era um movimento que estava à frente de seu tempo, pois lutou por questões que os republicanos da década de 1880 também enfrentavam, como a abolição do elemento servil⁹³.

É também esta festa, concidadãos, uma evocação histórica. Ressurge diante de nós, neste instante, para receber a nossa admiração, a nossa apoteose e a nossa estima, uma geração audaz, que nos tempos de tirania, firmou a liberdade; nos tempos das desigualdades arbitrarias, proclamou e realizou a igualdade legítima; que em face do espírito escravocrata da época, emancipou e protegeu desinteressadamente os seus escravos; que em face das violências cometidas pelos prepostos imperiais, unificou os espíritos num grande protesto, que ainda hoje é um exemplo consolador; que, enfim, em face dos erros, das incertezas e das flutuações do jovem Império Brasileiro, fundou o Estado Republicano de Piratini (LIMA, 1881, p. 5-6).

Aqui se vê o primeiro ponto de construção positiva da República Rio-Grandense – sua motivação abolicionista. Não fazia parte do projeto de constituição da república, fazer com que os escravos fossem alforriados – José Mariano de Mattos chegou a apresentar um projeto neste sentido durante a assembleia constituinte, mas sua ideia foi rejeitada (MARQUES, 2013, p. 51). O que havia era a promessa por parte dos revolucionários de conceder alforria para aqueles que lutassem contra os imperiais.

Na construção da memória, algumas coisas precisam ser esquecidas, ou ressignificadas. Para isso é necessário “enquadrar a memória”, dar limites, pôr ordem naquilo que está em desordem. Mas isso não é uma construção arbitrária, mas o estabelecimento daquilo que não tem legitimidade e daquilo que tem.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 9-10).

Mas este tipo de trabalho não pode ser visto como uma mera falsificação do passado, mas compreendido como a tentativa de construção de um discurso que só vai se legitimar através da coerência na manutenção deste discurso, que é feito por profissionais do enquadramento da memória.

⁹³ Sobre a questão da participação do negro na Revolução Farroupilha, ver: CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão** - Rio Grande de São Pedro, 1835-1850. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2013; LEITMAN, Spencer L. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979; FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre: EST, 2010.

Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. [...] Esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o "subjetivo" e o "objetivo", entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais (POLLAK, 1989, p. 10) [Grifos do autor]

Assis Brasil pode ser visto como um destes profissionais, uma vez que vai ser o responsável por escrever um livro que pretende demonstrar o devir republicano da Província de São Pedro.

Alcides Lima segue seu discurso dizendo que o “protesto” que teve início em 20 de setembro de 1835, é hoje “uma lição de história”. Esta lição serve para lembrar que muitas das demandas dos tempos dos revolucionários seguem sem solução, mesmo tendo passado tantos anos. Entre as reivindicações daquele tempo, Lima diz a possibilidade de um Estado republicano, “independente e autônomo”, tal qual a República Rio-Grandense, é a que mais segue sendo buscada nos seus dias.

Para manter acesa a luta pelo republicanismo, é importante “recordar e honrar esses tempos de nobre civismo e de abnegações audazes” da República Rio-Grandense. Sendo assim, “é um dever de nós outros republicanos que trabalhamos pela República, impelidos unicamente pela força das ideias, que germinam neste país, desde a formação da nossa nacionalidade” (LIMA, 1881, p. 7).

Em seguida, Alcides Lima critica os memorialistas que tentam desqualificar a revolução, chegando a taxar o povo da região de egoísta por ter se deixado levar pela força natural das transformações sociais, impulsionados pelos ideais revolucionários franceses, que encontraram terreno fértil no continente americano. Para explicar de forma científica seu ponto de vista, recorre a conceitos de determinismo social para explicar o motivo pelo qual o republicanismo foi mais frutífero na região mais ao sul do Império, bem como esta região ficou tanto tempo aceitando o jugo do poder monárquico.

No Rio Grande do Sul as condições naturais e espontâneas das populações favoreciam de um modo espantoso o desenvolvimento e a propagação do impulso republicano. Por isso ele encontrou no espírito daquele tempo, por intermédio das repúblicas platinas e de sugestões naturais, uma adesão fervorosa e um culto quase religioso.

Quando se consideram as predisposições quer da constituição geológica do país, da distribuição proporcional da fertilidade do terreno, da diversidade e abundância dos produtos, capazes por si de alimentarem um grande povo e enriquece-lo pela exportação; quer se considerem as predisposições dos instintos, dos costumes, dos sentimentos e das convergências intelectuais dos habitantes, custa-se a encontrar uma justificação razoável, justificação que

corresponda a uma realidade normal e científica para basear a sujeição daquela província a uma forma de governo tão antagônico as suas necessidades vitais.

Em falta de uma justificação natural que satisfaça o espírito discriminador da época atual, apresenta-se um fenômeno anormal e perturbador e inerente ao organismo político do Império, que explica sem legitimar a sujeição forçada daquele povo republicano a um governo monárquico. Esse fenômeno, a que nos referimos, é a funesta centralização imperial, que em momento dado fez-se sentir em toda parte onde o espírito da ampla liberdade é poderoso e pertinaz. Essa centralização irracional é o braço de ferro das sociedades atrasadas (LIMA, 1881, p. 7-9).

No seu entender, a pressão do poder central não se limita a administração pública, mas atinge a “consciência individual” dos povos, impedindo seus impulsos morais, lhes impossibilitando o discernimento entre o certo e o errado, dominando a dignidade, pela corrupção dos homens. Por conta disso, a memória republicana caiu em esquecimento. Para evitar o esquecimento dos “momentos de glória” vividos pela província, Lima e seus companheiros se projetam para retomar o estandarte do republicanismo, que outrora havia sido empunhado pelos farroupilhas, se colocando como seus legítimos herdeiros.

É hoje a primeira vez, que depois de vencida a República de Piratini, se congregam rio-grandenses para comemorá-la. Este fato significa que as tradições são de novo retomadas, e que nós rejeitamos como incapazes as ideias dominantes para glorificarmos as aspirações passadas. *Aceitamos a causa dos vencidos como bandeira de futuras vitórias* (LIMA, 1881, p. 11) [Grifos nossos].

No seu entender, a violência dos tempos de revolução se justifica por conta dos anos de espoliação do Império, e antes da metrópole portuguesa, para com a região. Tal violência ia contra as tendências “naturais” do povo rio-grandense, que para ele sempre pendeu para o republicanismo. Apelando para um misto de cientificismo, que entende a república como último estágio de um processo evolutivo, com o ressentimento, no sentido do acúmulo de rancores com relação à posição que a Província de São Pedro era tratada pelo poder central, Alcides Lima conduz para a martirização dos revoltosos de 1835, tendo sido com esta “geração que se concretizaram os elementos da revolta, elementos que se foram acumulando desde épocas remotas, e que finalmente produziram a crise de 35”.

Mas era uma geração que ainda não estava pronta para enfrentar a tirania do Império. Faltava-lhe o embasamento científico que Alcides Lima, Assis Brasil, Júlio de Castilhos e os outros membros do *Clube Vinte de Setembro* possuíam.

Essa população foi vencida porque infelizmente, a revolta não havia precedido o preparo científico, o desbravar o terreno social e político pela educação deduzida da ciência, único meio de edificar monumentos duradouros. Se os instintos da população e os seus sentimentos espontâneos reclamavam o regime da liberdade ampla como uma necessidade urgente, faltava, entretanto, a direção dessas inclinações naturais o modo ciente e refletivo de produzir. A previsão científica não pode esclarecer os homens desse tempo; e em falta de previsão, nos momentos de perigos, quando as forças individuais estavam exaustas, a república viu-se assaltada de todos os lados, e a única deliberação que teve a tomar foi a de cair (LIMA, 1881, p. 12-13).

Ainda que no entendimento de Alcides Lima, a República Rio-Grandense estivesse sem base científica, ela era um fato que demonstrava a tendência republicana do povo da região. Prova disso seria a organização de um Estado, com toda a sua estrutura, mesmo tendo que combater um inimigo tão forte, chegando a promover uma Assembléia Constituinte.

No meio da guerra constante a República conseguiu fazer eleições de deputados constituintes, reunir a Assembléia Constituinte, decretar a constituição republicana, eleger o Presidente da República, organizar o ministério, o poder judiciário e policial, a instrução pública, o exército; legislar sobre casos especiais da guerra presente, mandar enviados a países estrangeiros, libertar parte do território catarinense do julgo imperial, proceder à arrecadação de impostos; decretar as cores da sua bandeira, adotar o hino republicano, sustentar finalmente com o Império por espaço de quase dez anos uma guerra cheia de heroísmos, onde a espontaneidade e a exuberância do valor individual eram tão fortes como a espontaneidade da ideia e dos sentimentos republicanos.

A carta constitucional não chegou a ser decretada, pois o presidente Bento Gonçalves da Silva colocou todo tipo de impeditivo, chegando a usar da força do exército, para impedir as deliberações dos constituintes. Tal posição de Bento Gonçalves gerou um acirramento de ânimos que acabou com a morte do deputado constituinte Paulino da Fontoura⁹⁴.

Antes de abrir a sessão comemorativa, Alcides Lima convoca os presentes a fazerem todos os esforços “para que um dia a vencida República de Piratini⁹⁵ venha a

⁹⁴ Antônio Paulo da Fontoura (Rio Pardo, 1800 – Alegrete, 13/02/1843). Filho do Brigadeiro Antônio Pinto da Fontoura. Foi líder da dissidência contra Bento Gonçalves, que não queria abrir mão de seus poderes discricionais, fruto do estado de guerra. Foi atacado na frente de sua casa por homens encapuzados. Enquanto agonizava de tétano, a banda do exército tocava músicas festivas na frente da casa. Bento Gonçalves foi acusado de ser o mandante do crime, o que o levou a um duelo com seu primo Onofre Pires, que ferido acabou falecendo em 3 de março de 1843 (FLORES, 2008, p. 251; LAYTANO, 1979, p. 264).

⁹⁵ O uso do termo “República de Piratini” para chamar a República Rio-Grandense, não deve ser visto como um erro de Alcides Lima, por não ser a forma como os revolucionários se referiam ao Estado que haviam proclamado. Parece mais o uso de um epíteto depreciativo, usado por Tristão de Alencar Araripe na sua obra, como forma de mostrar que a república se limitou a região do pampa (dando uma ideia de republiqueta de inspiração platina), ressignificado de forma positiva pelo grupo de Assis Brasil.

ser a precursora da República Rio-Grandense, incorporada à vasta Confederação Republicana do Brasil”.

O jornal *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, noticiou a comemoração do aniversário da Revolução Farroupilha, por parte do *Clube Vinte de Setembro*, no dia seguinte. O periódico publicou telegrama da diretoria do grupo (formada por Alcides Lima, presidente, Álvaro Chaves, secretário, Homero Batista, tesoureiro, e Assis Brasil, orador), endereçada a Amaro da Silveira (que havia sido colega de Assis Brasil no Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre, e recebido um poema deste em sua homenagem, como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho), onde informam a celebração e “saúdam os seus distintos patrícios e correligionários das academias dessa capital e os abraçam fraternamente”. A nota do jornal termina com a saudação de Amaro da Silveira, dizendo-se “certo dos sentimentos que despertará nos corações rio-grandenses” tal evento promovido pelo *Clube* de seus colegas de classe dos tempos de capital rio-grandense (BN, *Gazeta da Tarde*, 21/09/1881, p. 1).

O *Clube Vinte de Setembro* seguiu com suas atividades mesmo após o retorno ao Rio Grande do Sul de seus membros fundadores, entre eles Assis Brasil. No dia 19 de novembro de 1885, o jornal *Correio Paulistano* publicou nota informando que a associação publicou “uma folha especial em homenagem ao esforçado democrata Venâncio Aires⁹⁶” (BN, *Correio Paulistano*, 19/11/1885, p. 2). Bartholomeu de Assis Brasil, irmão de Joaquim Francisco, quando foi estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, publicou *Apelo a Província do Rio Grande do Sul*, publicado pelo *Vinte de Setembro*, por ocasião do aniversário de 51 anos da Revolução Farroupilha, em 1886.

Ao retornar para sua terra natal, Assis Brasil encontraria um cenário de disputa sobre a memória da Revolução Farroupilha. Entre “uma memória subterrânea” e uma “memória pejorativa”, Assis Brasil vai trazer na bagagem uma publicação de sua autoria, que vai entrar na disputa desta memória, reivindicando-a para o seu grupo. Mas, antes de ver esta obra, é necessário compreender como a província de São Pedro vinha lidando com o seu passado – entre o pejorativo e o subterrâneo.

⁹⁶ Venâncio Aires de Oliveira (Itapetininga, 22/12/1844 – Santo Ângelo, 18/10/1885). Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, em 1868. Participou da Convenção de Itu e é um dos fundadores do Partido Republicano. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, indo morar em Cruz Alta, onde foi vereador. Participou da criação do jornal *A Federação*, órgão do PRR, do qual era membro (FLORES, 2008, p. 26).

Entre a Memória e o Esquecimento

O ano de 1855 marca a primeira tentativa de criação de uma instituição, no Rio Grande do Sul, que se preocupasse com as questões culturais da província. Nesta ocasião, um grupo representativo dentro da província se reuniu no palácio do governo com a intenção de criar uma associação que seguisse as diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Chegou-se a eleger uma direção, cuja presidência coube ao então presidente da província Cansansão de Sinimbu (que já era sócio do IHGB desde 1840), sendo a vice-presidência de Manoel Marques de Sousa, Barão de Porto Alegre. Faziam parte deste grupo, Machado Ourique, que foi eleito secretário do Instituto e o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, médico atuante em Porto Alegre. No entanto, a experiência não foi frutífera, pois o “falecimento repentino de Machado Ourique, aliado ao afastamento de Sinimbu da presidência da Província, acabaram por decretar o fim da primeira tentativa” (BOEIRA, 2009, p. 32-33).

Em 1860, nova tentativa é feita, sendo fundado o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), que “é um importante indício dos interesses culturais, quiçá políticos, que animavam os homens de letras no Rio Grande” (GOMES, 2009, p. 181). O IHGPSP conciliava, entre seus membros, figuras que haviam lutado de lados opostos durante a Revolução Farroupilha. Se por um lado havia a presença de figuras como Manoel Marques de Sousa (que foi o presidente da instituição), João da Silva Tavares⁹⁷ e Manoel Luís Osório⁹⁸, do outro lado havia a presença, ainda que na forma de correspondentes, e dessa forma alijados das decisões da instituição, próceres do movimento farroupilha como David Canabarro⁹⁹, Francisco de

⁹⁷ João da Silva Tavares (Herval, 16/03/1790 - Bagé, 28/03/1872). 1º Barão e Visconde de Cerro Alegre. Mesmo sendo compadre de Bento Gonçalves, preferiu lutar do lado da legalidade. Foi derrotado no combate do Seival, por Antônio de Sousa Neto, fato que antecedeu a proclamação da República Rio-Grandense. Obteve grande vitória para os imperiais no combate do Arroio Grande (FLORES, 2008, p. 576).

⁹⁸ Manoel Luís Osório (Conceição do Arroio, hoje Osório, 10/05/1808 – Rio de Janeiro, 04/10/1879). Filho de Manoel Luís da Silva Borges. Sentou praça em 1823, participando do sítio de Montevideu. Defendeu os legalistas durante a Revolução Farroupilha. Participou da Guerra contra Oribe e Rosas e a Guerra do Paraguai. Era chefe do Partido Liberal do Rio Grande do Sul (FLORES, 2008, p. 429-430).

⁹⁹ David José Martins Canabarro (Taquarí, 22/08/1796 – Santana do Livramento, 12/04/1867). Participou da Campanha da Cisplatina de 1811-1812. Lutou contra o caudilho José Artigas, entre 1816-1821. Participou da Guerra da Cisplatina, entre 1825-1828. Participou da Revolução Farroupilha, participando da tomada de Laguna. Na noite de 14 de novembro de 1844, desarmou a infantaria negra no acampamento rebelde em Porongos, o que facilitou o ataque das tropas legalistas comandadas por Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, quando já era tratada a paz com o Império, que exigia a entrega dos negros que haviam combatido do lado dos farroupilhas (FLORES, 2008, p. 126).

Sá Brito¹⁰⁰ e Antônio Vicente da Fontoura¹⁰¹. Vemos que esta ambivalência já demonstra as contradições dentro do IHGPSP na tentativa de construir uma narrativa para a história do Rio Grande do Sul, integrada a construção nacional feita pelo IHGB, segundo a política saquarema.

Segundo Alexandre Lazzari, a conjuntura em que surge o IHGB, em 1838, é baseada na crença de que o regime monárquico corria risco, fruto das revoltas do período regencial que aconteceram de norte a sul do país. As elites dirigentes do centro do Império acreditavam que era necessário fortalecer a figura do imperador, que ainda era um menino, como forma de garantia da unidade nacional. Houve neste período uma série de reformas centralizadoras que restabeleceu “o Conselho de Estado, as assembleias províncias perderam poderes e os presidentes de província, bem como os funcionários da justiça e da polícia, passaram a ser nomeados pelo governo central” (LAZZARI, 2004, p. 27).

Assim sendo, o objetivo do IHGB era construir uma narrativa histórica que desse uma unidade para a o Estado brasileiro, criando a nação. Era necessário criar uma noção de “tempo linear que unia o presente ao passado colonial constituía uma estratégia que legitimava a coroa imperial (e o círculo político mais próximo a ela) como continuadora da ação civilizadora no continente, em oposição a uma suposta anarquia e barbárie das repúblicas vizinhas” (LAZZARI, 2004, p. 27). Dessa maneira, o IHGB ficaria com a

¹⁰⁰ Francisco de Sá Brito (Porto Alegre, 18/06/1808 – Alegrete, 14/07/1875). Casado com Dona Carlota de Souza Cambraia. Formado em direito pela Faculdade de São Paulo, em 1832. Foi juiz de direito e vereador em Porto Alegre. Fundou e redigiu o jornal *O Continentino*, periódico republicano. Não tomou parte na Revolução de 1835 no seu início, mas, em 1843, ocupou o cargo de Ministro da Justiça da República Rio-Grandense (FLORES, 2008, p. 105). Teve sua *Memória da Guerra dos Farrapos*, publicada após sua morte, em 1950. Ver: BRITO, Francisco de Sá. **Memória da Revolução Farroupilha** – Edição Fac-similar. Porto Alegre: Corag, 1985.

¹⁰¹ Antônio Vicente da Fontoura (Rio Pardo, 08/06/1807 – Cachoeira do Sul, 20/10/1860). Filho do agrimensor Eusébio Manoel Antônio e Vicência Cândida da Fontoura. Era casado com Clarinda Porto, irmão de José Gomes Portinho. Em Cachoeira do Sul foi vereador, procurador fiscal da câmara e capitão da Guarda Nacional. Combate do lado dos revolucionários, em 1835, chegando ao posto de major. Exerceu os cargos de Ministro da Fazenda e Justiça, entrando em atrito com Domingos José de Almeida, vindo a formar o partido da minoria dentro da República Rio-Grandense, se antagonizando com Bento Gonçalves da Silva. Participou das negociações de paz com Caxias, indo ao Rio de Janeiro definir os valores das indenizações a serem pagas aos participantes do conflito. Por sua atuação nas negociações, recebeu a Ordem de Cristo. Foi chefe do Partido Liberal em Cachoeira. Foi assassinado pelo preto liberto Manoel Pequeno, durante disputa eleitoral (FLORES, 2008, p. 251-252). Teve sua correspondência, do período da revolução, publicada após sua morte pela Revista do IHGRGS, nº 54 e 55, II e III trimestre de 1934. Posteriormente FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**. Caxias do Sul: EDUSC; Porto Alegre: Sulina; Martins, 1984. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. **A Morte do Comendador**: eleições, crimes políticos e honra (Antônio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2016; RIGHI, Rosicler Maria Fagundes. **Esfaqueamento no Púlpito**: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do XIX (1845-1865). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2009.

incumbência de trabalhar a relação “da corte com o conjunto do território, estabelecer uma política centralizadora e unificadora dos esforços dos homens de letras do país, conferindo o sentido e a unidade que uma verdadeira história nacional necessitava” (LAZZARI, 2004, p. 32).

Dentro deste contexto, a criação de uma instituição que pensasse a história regional do Rio Grande do Sul, região que há pouco tempo esteve em luta contra o poder central, poderia ser visto como uma ameaça à ideia de construção de uma unidade do modelo saquarema, seguido pelo IHGB. O militarismo do sul do Brasil, bem como sua proximidade com a região do Rio da Prata, fazia com que a corte tivesse uma percepção do Rio Grande do Sul como um lugar atrasado e pouco desenvolvido intelectualmente. Para Carla Gomes, descentralizar a produção do conhecimento histórico poderia ser uma ameaça ao modelo saquarema. Pois, ter o controle “sobre a escrita da história regional, num momento de formação das estratégias de consolidação do estado nacional brasileiro, poderia representar, sim, uma ameaça, principalmente numa Província que produzia tantas lideranças militares para o Império” (GOMES, 2012, p. 156-157).

A incerteza com relação aos reais propósitos do IHGPSP, fez com que o IHGB demorasse muito para reconhecer a instituição sul-rio-grandense, que era a primeira associação de porte regional, protelando a deliberação sobre o pedido de reconhecimento da filial regional. Este reconhecimento só foi possível por conta do auxílio de um filho da província que vivia na corte e fazia parte o IHGB, Pereira Coruja¹⁰².

Na sessão que se deu em 31 de maio de 1861, para reforçar ainda mais a nova solicitação do IHGPSP, Pereira Coruja ofereceu ao Instituto nacional o primeiro e o segundo números da *Revista Trimensal do IHGPSP*. E foi somente na 3ª sessão ordinária ocorrida no mês de junho de 1861, quase um ano após o primeiro requerimento enviado pelo IHGPSP, que o IHGB, através de sua Comissão de Estatutos, aprovou novos regulamentos que versavam sobre sociedades filiais e concedeu filiação ao Instituto rio-grandense por unanimidade. Era uma confirmação não só do entendimento de que era útil ao IHGB contar com braços locais, argumento que [Caetano Alves de Sousa] Filgueiras já esboçara enquanto relator, mas também uma

¹⁰² Antônio Alves Pereira Coruja (Porto Alegre, 31/08/1806 – Rio de Janeiro, 04/08/1889). Filho de Pedro José Alves Sousa Guimarães e Felícia Maria da Silva. Ganhou o apelido de Coruja quando ainda era aluno de primeiras letras, agregando-o ao nome. Estudou no Rio de Janeiro, especializando-se no ensino mútuo, método Lancaster, sendo o primeiro a abrir uma aula no Rio Grande do Sul dentro desta metodologia de ensino. Participou da Revolução Farroupilha do lado dos revolucionários. Foi preso e remetido para o Rio de Janeiro, onde estabeleceu residência. Publicou *Coleção de Vocábulos e Frase Usados na Província de São Pedro*, em 1852, *História do Brasil*, em 1857, entre outras obras. Morreu na miséria, vivendo em casa de estudantes (FLORES, 2008, p. 183).

reafirmação dos ditos do artigo 2º do capítulo 1º dos estatutos originais do IHGB, cujas palavras apontavam justamente para a necessidade de ramificação do IHGB nas províncias do Império. Finalmente, o IHGB reconhecia de forma oficial que havia vantagens na filiação pretendida e suspendia quaisquer indícios de que haveria contradições entre a ação prática do IHGB e os estatutos que defendia. Aceito o IHGPSP a partir daquele ano de 1861, cessava o mal-estar gerado em relação ao Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, se regulavam os assuntos relativos a pedidos de filiação na “alta magistratura” exercida pelo Instituto nacional (BOEIRA, 2013, p. 111-112).

O IHGPSP pretendia se reconciliar com a unidade, deixar de ser o filho pródigo e encampar a construção da “grande pátria-mãe brasileira que tanto se esforçava na empreitada da narração de uma história coesa do Império, objetivando auxiliar na criação de uma identidade nacional brasileira” (BOEIRA, 2009, p. 17). O IHGPSP se agrega ao modelo saquarema de construção da unidade nacional, calcado no romantismo do século XIX, fazendo com que a ponta mais extrema do Império do Brasil seja a primeira a trabalhar a construção de uma identidade regional que não se antagonizasse ao Estado nacional.

Fazia-se necessário, dessa maneira, mostrar ao país quem eram essas valorosas figuras defensoras das fronteiras meridionais do Império. Foi assim que o Instituto regional, buscando inspiração no próprio IHGB, teve a idéia de publicar em sua revista biografias de homens ilustres. Na associação matriz, a publicação de biografias dos notáveis do Império, além de contribuir para a gênese de uma galeria de heróis, tão cara a um Estado nacional em formação, era uma maneira de fornecer às gerações futuras os exemplos de grandeza moral e heroica provenientes do passado, o que permitiria à história cumprir seu papel pragmático, pois, no IHGB, a história era mestra da vida (BOEIRA, 2009, p. 18-19).

Num primeiro olhar, o que vemos é uma contradição, pois a província mais militarizada do Império, aquela que desde sua formação viveu constantes lutas (internas e externas), era a primeira a propor a construção de uma memória, através das letras, para sua história. A necessidade de narrar seus fatos, de deixar de lado o passado de luta contra o Brasil, de mostrar que o Rio Grande do Sul é parte da nacionalidade, que a região, desde os tempos do período colonial, lutou para permanecer dentro da unidade nacional, foi o fermento desta primeira tentativa de construção da identidade regional sul-rio-grandense.

Para Luciana Boeira, o reconhecimento do IHGPSP pelo IHGB representava não apenas dar visibilidade à província, mas garantir que o Rio Grande do Sul, teria registrado os feitos de sua história como parte integrante na formação territorial e do tipo nacional que almejava o modelo saquarema.

Para os rio-grandenses do IHGPSP, a intenção de preservar a memória dos grandes homens da Província envolvia a defesa de uma postura do homem sulino como um soldado guardião de uma nação que sempre levou em conta seus sacrifícios. Para o IHGB, a manutenção do papel de divulgador e compilador dessa história sulina, era uma das estratégias encontradas para preservar a pacificação de uma região problemática. Além disso, a disputa pelo passado rio-grandense representada, aqui, pela maneira de tratar a história do Rio Grande do Sul através de matérias publicadas nessas duas revistas, também serve como reforço à hipótese de que, na luta pela escrita da história sul-rio-grandense, estava escondida uma batalha espinhosa: aquela que envolvia a necessidade de afirmação e construção de uma identidade nacional versus a reafirmação de uma identidade própria local (BOEIRA, 2013, p. 113).

Competia a intelectualidade pós-revolução de 1835, ordenar um novo paradigma e dar sentido a uma sociedade que ficou dividida, marcada por silêncios que não apagaram os ressentimentos gerados pelo conflito.

Mas, mesmo conseguindo o reconhecimento por parte da intelectualidade do centro do país, ainda havia dentro da província uma mentalidade de que o Rio Grande do Sul não tinha seus esforços reconhecidos pela corte, que a província carecia de mais autonomia para poder gerir melhor as suas coisas, que a representação política na câmara dos deputados era ínfima, e que isso precisava ser registrado na narrativa histórica da região, ou seja, que os habitantes da região pagaram um alto quinhão para se manter junto ao Brasil, uma retomada da ideia da “estalagem do Império”. As reminiscências da Revolução Farroupilha seguiam vivas dentro da província.

Segundo Carla Gomes, há uma *sequencia de gerações*¹⁰³, na escrita do Rio Grande do Sul, que começa com Antônio Alvares Pereira Coruja, segue com José Antônio do Vale Caldre Fião e chega a Apolinário Porto Alegre. Cada um destes escreveu sobre aspectos da cultura e história sul-rio-grandense, às vezes focando na Revolução Farroupilha, dentro da sua perspectiva geracional. Se por um lado nenhum deles pegou em armas durante o conflito, cada um deles, a seu modo, é visto como o ícone de uma geração que procurou interpretar a situação vivida na Província de São Pedro, através das letras. A primeira geração tem alguns homens de armas como

¹⁰³ Segundo Paul Ricoeur, se valendo de conceitos do filósofo alemão Wilhelm Dilthey, fazem parte da mesma geração, “contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas mudanças”. Deste modo, “essa pertença compõe um todo em que se combinam uma *bagagem* e uma *orientação* comum”. Reacomodada “no tempo, essa combinação entre influências recebidas e influências exercidas explica o que faz a especificidade do conceito ‘sequência’ de gerações” (RICOEUR, 1997, p. 189) [Grifos do autor].

Domingos José de Almeida, José Pinheiro de Ulhoa Cintra¹⁰⁴, Francisco de Sá Brito, Antônio Vicente da Fontoura, que não chegaram a publicar em vida nenhum de seus textos que focam na Revolução Farroupilha. Assim sendo, esta geração é marcada por uma tentativa de manutenção da memória no pós-guerra – espécie de segundo turno da disputa; a segunda geração não pegou em armas, mas vivenciou as tensões políticas dos embates entre legalistas e republicanos, caracterizando-se por ser uma geração que começa a produzir uma escrita dentro de periódicos e livros, com objetivo de promover um debate intelectual, não necessariamente apenas político, com foco em fazer a história do Rio Grande do Sul relevante dentro da tentativa de construção da nacionalidade brasileira; a terceira geração é herdeira direta da segunda, por ocupar espaços de atuação (periódicos e sociedades), que se constituem no campo de atuação destes letrados, tendo a bagagem (vivências) da primeira e os espaços de construção e divulgação da memória construída pela segunda. A Sociedade do Parthenon Literário será o grande campo de atuação dos intelectuais da terceira geração (GOMES, 2012, p. 232-236).

O Parthenon Literário pretendeu ser uma representação suprapartidária, com relação às propostas políticas vindas do centro do país. Através da criação de uma Revista, que com pequenas interrupções circularia entre 1869 e 1879, a instituição procurou fazer a discussão de temas que fossem de relevância para a sociedade da época (como o abolicionismo e a posição da mulher na sociedade da época). No entanto, em seu princípio, havia certa linha de “continuidade com o IHGPSP, privilegiando o compromisso com a construção do estado monárquico” (LAZZARI, 2004, p. 69). O Parthenon buscava mostrar que a província de São Pedro não era mero espaço geográfico ocupado por indivíduos bárbaros, envolvidos em lutas sangrentas contra os estrangeiros, ou entre si. A Sociedade almejava mostrar que, mesmo com um passado de lutas, podiam “florescer as ideias e a civilização a par do inato sentimento patriótico” (LAZZARI, 2004, p. 87).

Não seria uma tarefa simples, pois o Parthenon queria mostrar que era possível fazer uma literatura de qualidade em uma região rústica como o Rio Grande do Sul – os membros da instituição tinham a noção de que disso dependia o sucesso da construção identitária do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁴ José Pinheiro de Ulhoa Cintra. Natural de Minas Gerais, foi alferes do 1º corpo de artilharia. Ao aderir a revolução de 1835, foi elevado a Coronel. Atua como Ministro da Justiça e Estrangeiro da República Rio-Grandense. Foi enviado extraordinário da república aos países vizinhos (MARCHETTI, 2011, p. 68).

Paulatinamente, a Revolução Farroupilha começa a ser trabalhada em artigos, biografias e documentos transcritos, pela Revista do Parthenon. Segundo Luciana Boeira, houve um “investimento no homem rio-grandense e em seu heroísmo como marca distintiva”, como construção identitária, fazendo deste ser característico da região, um modelo de virtude que serviu em nome do Brasil para manter a região dentro da unidade territorial. O que havia por parte dos membros do Parthenon era uma utilização da Revolução Farroupilha como forma de “construção de uma tradição heroica para o rio-grandense”, e não uma ameaça separatista (BOEIRA, 2009, p. 99).

Neste caso vemos a utilização da memória como forma de agrupar os sentimentos de unidade regional, colocando as diferenças no plano das queixas e não num simples antagonismo de nós contra eles. É uma formulação mais complexa, pois não nega as rugas do passado, mas se pretende parte da União que, no seu entendimento, não lhe retribuía da devida forma. Assim, as reivindicações do passado retornam a pauta do tempo presente dos patrimonistas, como cobrança pela postura de obediência da província para com a corte, esperando ter seus préstimos reconhecidos.

Porém, de longe parecia uma ameaça à segurança nacional. Ao contrário, a utilização da contenda farrapa era mais uma forma de se queixar e de mostrar um exemplo do passado onde o rio-grandense foi deixado de lado pela política governamental. Todavia, a paz foi selada e a amizade “restituída entre lágrimas” (BOEIRA, 2009, p. 100) [Grifos da autora].

Diante da pouca participação do Estado na instrução pública, os membros do Parthenon se achavam no dever de instruir a população. A iniciativa particular seria a única forma de construção de uma educação formal dentro da província. O Parthenon toma para “si a tarefa da educação popular, convictos de seu próprio papel como promotores da civilização e da consciência nacional” (LAZZARI, 2004, p. 157).

Mesmo tendo começado sua atuação com o intuito de colaborar com a construção nacional, dentro do modelo saquarema, o Parthenon Literário vai começar a ruptura com este sistema. Mais do que criar um grupo que tinha mero interesse em literatura, pautas como abolicionismo, emancipação feminina, educação dos trabalhadores, começaram a dominar as reuniões do grupo e se transferiram para as páginas da revista da associação.

Aquela República das Letras porto-alegrense foi idealizada para ser um espaço autônomo de atuação dos cidadãos em nome de reformas sociais e educacionais para as quais acreditava-se que o Estado, o clero e os interesses econômicos não desejavam ou não tinham competência para fazer. A causa do desenvolvimento e independência da literatura funcionava, portanto, como

uma palavra de ordem aglutinadora e um anteparo contra a interferência de outras instituições que regulavam a vida social, como os partidos em luta pelo controle da administração provincial, a atividade mercantil e a Igreja Católica (LAZZARI, 2004, p. 163).

Dentro do Parthenon Literário, uma figura ocuparia destaque neste projeto: Apolinário Porto Alegre. O professor e proprietário do Instituto Brasileiro, uma das escolas mais prestigiadas da época, pretendia mostrar aos seus contemporâneos que mesmo vivendo em uma região distante dos grandes centros culturais, era possível fazer uma literatura de grande nível, se valendo da cultura local que, no caso do Rio Grande do Sul, era muito rica em fatos heroicos e costumes. Apolinário define “o seu próprio papel como o do intelectual patriota que estuda com profundidade a linguagem e os costumes populares para traduzi-los em uma literatura original, o grande marco distintivo entre as nações civilizadas” (LAZZARI, 2004, p. 124). Seguindo o modelo romântico, Apolinário acaba por tentar elevar as letras da província, difundindo valores pátrios, associando a paisagem com o tipo humano da região (ideia de sublime), fazendo uma literatura em que as ideias e ideais são originais do Rio Grande, e não fruto de ligações com outros. Vendo “as peculiaridades políticas como virtudes autóctones, nascidas dos sentimentos que a paisagem e os costumes do campo inspirariam nos homens” (LAZZARI, 2004, p. 146) ¹⁰⁵.

Mas a Sociedade do Parthenon Literário sente a crise política e social do Império do Brasil. Seu discurso de dez anos atrás não encontrou eco na sociedade e sua crença na solução dos problemas nacionais pela via educacional, através de uma elite ilustrada, formada por eles mesmos, ficou no campo das ideias. Diante do quadro de incertezas, a revista da instituição, nos seus anos finais, passa a tratar mais de questões políticas do que literárias. Neste instante, que precede a chegada dos jovens que foram estudar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, vê-se que “a luta pública parecia transferir-se da arena das letras para a dos partidos definitivamente” (LAZZARI, 2004, p. 172).

A conjuntura política que precede a chegada do grupo de Assis Brasil, vindo de São Paulo, é, na visão de Alexandre Lazzari, marcada pelo aumento da violência política e social, fruto do alto número de desocupados e o começo do cercamento dos campos. O domínio do Partido Liberal, comandado por Gaspar Silveira Martins, “se

¹⁰⁵ Estas suas ideias, como veremos a seguir, entrariam em choque com aquilo que poderíamos chamar de, dentro da ideia de *sequencia de gerações*, a quarta geração: a dos republicanos cientificistas vindos da Faculdade de São Paulo.

fazia acompanhar de confrontos e assassinatos políticos, ao mesmo tempo que construía as condições para selar um novo compromisso da elite dos grandes proprietários de terras da fronteira com o Estado imperial, frustrando liberais mais radicais e republicanos” (LAZZARI, 2004, p. 171). Dentro deste contexto, Assis Brasil e seus colegas bacharéis chegam ao Rio Grande do Sul com “novas ideias, marcadas por um republicanismo de cunho positivista, o que contrariava o ideário romântico sob o qual gravitava o republicanismo partenonista” (BOEIRA, 2009, p. 125).

Como a disputa não se limitava mais ao campo intelectual, a memória da Revolução Farroupilha começou a ser reconstruída por grupos políticos, como o Partido Liberal, que passou a se ver como herdeiro político dos ideais farroupilhas por conta de sua política liberal – conseguiu a adesão ao partido do veterano da revolução, o general David Canabarro.

Mesmo já havendo o Clube Republicano, fundado por Apolinário Porto Alegre, em 1878, que tinha o objetivo de desenvolver uma campanha democrática e republicana pela imprensa, somente com a chegada dos estudantes vindos de São Paulo, a partir de 1881, é que o movimento republicano toma força. Segundo Eloisa Capovilla Ramos, “os recém-chegados filiaram-se ao clube de Porto Alegre, que, já no final desse mesmo ano (1881) chamou uma convenção regional para fevereiro de 1882, da qual sairá o Partido Republicano Rio-Grandense, fundado a 23 de fevereiro” (RAMOS, 1990, p. 72).

Por terem tido contato com toda uma gama de influências teóricas estrangeiras, os republicanos vindos de São Paulo, se consideravam os verdadeiros representantes do republicanismo local, pois eles tinham, fruto da ciência positiva, o conhecimento do *real* devir regional e nacional. As ideias desse grupo entram em choque com as de Apolinário Porto Alegre, que passou de figura admirável e amiga, para entrave ao projeto político dos bacharéis em direito. Para Apolinário, e seus companheiros de propaganda republicana anterior à chegada do grupo liderado por Júlio de Castilhos,

[...] estavam em jogo não somente os princípios democráticos e liberais que diziam defender, mas também o respeito e o reconhecimento do lugar de prestígio que esperavam ocupar por sua antiguidade na pregação republicana. A insistência dos novatos em desconsiderar tudo que se tinha feito até então, tanto quanto sua convicção a respeito da superioridade das ideias positivistas, desconcertava os antigos militantes (LAZZARI, 2004, p. 229).

Para Apolinário, a identidade rio-grandense sempre esteve associada à identidade nacional, em alguns momentos como parte do todo, às vezes resumido em si mesmo, traduzindo o todo pela parte. Desta maneira, havia um “pertencimento à nação brasileira”, sendo para ele essa relação “inquestionável, apesar da superioridade racial e moral que sempre reservou aos rio-grandenses” (LAZZARI, 2004, p. 274).

Além da contradição política entre o modelo republicano defendido por Apolinário, federalista e liberal, contra o modelo de Castilhos, centralizador e ditatorial, temos a perspectiva de uma divergência no campo da construção identitária sul-rio-grandense, que nada mais é do que as tensões do campo político refletidas na construção intelectual dos dois tipos distintos de pensamento. Durante o congresso do Partido Republicano, em Santa Maria, o único que defendeu as ideias de Apolinário Porto Alegre, contra uma possível separação do Rio Grande do Sul da unidade nacional e as ideias positivistas, foi Assis Brasil – o que já demonstrava uma divisão dentro do núcleo dos bacharéis. Mais tarde, em sua obra compilada e publicada postumamente por Lothar Hessel, *Popularium Sul-rio-grandense*, Apolinário escreveria sua impressão sobre a influência das ideias estrangeiras no Brasil – numa clara crítica aos republicanos cientificistas.

Da Europa devemos aceitar o método, mas não todas as teorias e conclusões a que ele pode dar origem, conforme os autores.

Nem sempre a verdade é o apanágio dos cultores da ciência, posto que o método seja positivo. A maioria dos brasileiros aceitam, sem mais verificação, o que de lá nos vem, como aceitam as modas, nem sempre de acordo com o clima geral do país.

A isto nunca nos sujeitamos, nem nos sujeitaremos (PORTO ALEGRE, 2004, p. 282).

Mas se dentro da esfera intelectual, a Revolução Farroupilha era fortemente disputada e revista diante das premissas dos grupos que a reivindicavam, como ela era percebida pela população comum? Como o indivíduo que não fazia parte desta contenta político/intelectual se sentia com relação aos tempos da revolução? Eles estariam mais para o esquecimento do que passou, ou os ressentimentos do passado podiam ser percebidos além das linhas dos textos produzidos pelos diferentes grupos que procuravam se colocar como herdeiros dos ideais farroupilhas? Quem nos dá uma pista é o naturalista norte americano Herbert H. Smith.

Herbert Smith era um estudioso da fauna e da flora dos países sul-americanos, tendo realizando viagens exploratórias pelo continente desde 1870, quando esteve pela primeira vez no Brasil, como parte da Expedição Morgan, somado a mais seis

estudantes da Cornell University, sob a chefia do professor Charles Frederick Hartt. Ao todo, Smith fez mais quatro viagens pelo Brasil (1873, 1877, 1878 e 1881). Nesta última, ele havia fechado contrato com o Museu Nacional para a aquisição de espécies para compor a coleção de história natural da instituição. Nesta viagem ele vai passar por Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Paraguai e a província do Mato Grosso, num total de seis anos de viagem. Durante sua estada no Rio Grande do Sul, Smith exalta os imigrantes que vieram povoar o sul do Brasil, principalmente os alemães, pois era gente que tinha vindo para a região com o intuito de progredir e conseguia isto com o fruto do seu trabalho. Os alemães já tinham conquistado espaço em diferentes ramos da sociedade, havendo “advogados alemães, médicos alemães, professores alemães, padres alemães”, que rapidamente se adaptaram “a sua nova vida e que sentem verdadeiro interesse e orgulho por sua pátria adotiva” (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 77-78).

Herbert Smith demonstra na sua viagem um interesse por uma análise mais antropológica dos indivíduos que compõem a sociedade sul-rio-grandense, as contradições da província entre os tipos culturais e sociais, que a formam. Vendo como estas características acabam por definir fronteiras de alteridade que demonstram que se por um lado há “algumas famílias educadas”, por outro há uma “grande massa de gente pobre e sem educação, que, entretanto, não é destituída de inteligência nativa” (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 146).

É através do seu olhar sobre o sujeito comum, sobre os hábitos e costumes da sociedade, do folclore, que Smith pode perceber as diferenças dentro da sociedade rio-grandense e ver que havia pensamentos distintos sobre a revolução de 1835.

Empregando as palavras em sua acepção sociológica e não política, os lavradores da mata são conservadores; os gaúchos do campo são liberais, com pendor acusado para o radicalismo. No caso de alguma convulsão política, o Norte da província, o elemento estrangeiro em especial, provavelmente receberia a senha do Rio de Janeiro, aderindo à monarquia ou a qualquer governo estável que se formasse; a região Sul do Jacuí, embora quase exclusivamente ocupada por brasileiros natos, aproveitaria o ensejo para a revolução de qualquer forma, tornando à república, que ainda e sempre é memorada com orgulho, - se unindo-se aos platinos, se de maneira diversa, é o que dependeria do impulso do momento. O resultado em qualquer caso seria o mesmo; são hoje livres até a ilegalidade; uma revolução aumentaria a licença, mas nada a liberdade (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 135).

Este pensamento com relação à revolução fica mais claro quando Smith chega à cidade de Piratini, antiga capital da República Rio-Grandense. Lá ele vê que a memória dos tempos de revolução ainda estava bem viva entre a população local.

Piratini é um povoado de bom tamanho, belamente situado numa pequena chapada, abrigada por coxilhas mais altas ao Sul e a Oeste. Vistas à distância, as casas brancas de telhas vermelhas são admiravelmente pitorescas. Costeiam uma linha de eucaliptos, que algumas pessoas empreendedoras introduziram, e no meio do povoado vêm-se as torres meio arruinadas da igreja antiga. Esta igreja e outros edifícios do lugar são de grande interesse histórico, pois Piratini durante muitos anos foi a capital dos revolucionários rio-grandenses, a sede de sua legislatura republicana, e nominalmente pelo menos, de seu presidente. Histórica e politicamente a revolução está morta, mas vive ainda na memória do povo. É curioso notar o tom de orgulho e desafio com que alguns velhos falam de coisas que sucederam “no tempo da República” ou “na independência”. A revolução pode ter sido insensata; mas o simples nome da liberdade exerce atração admirável sobre esta gente, e as surpresas e retiradas rápidas, as longas cavalgadas pelas coxilhas, e as escaramuças [sic] ruidosas satisfaziam, mais do que tudo, o seu amor selvático de aventuras. Em toda a zona da serra, nunca encontrei uma pessoa que não se orgulhasse da República Rio-Grandense, morta como está (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 196-197) [Grifos do autor].

Seguindo seu relato sobre Piratini, Smith diz que na falta de documentos sobre a revolução, o pesquisador não se deve imiscuir de dar relevância para os relatos dos que viveram os fatos, pois o conhecimento popular só pode ser aprendido com o contato direto com o povo.

Visitei a secretaria da câmara municipal, mas não creio que se encontrem ali muitos papéis de interesse histórico; muitos foram destruídos depois da rebelião, e outros têm sido tirados. Sem dúvida, muitos fatos importantes relativos à república poderiam ser respingados de papéis particulares e das lembranças dos velhos. Infelizmente, os historiadores brasileiros julgam que o interesse real da história se concentra no domínio dos documentos, que apenas chronicam [sic] os acontecimentos do modo mais seco, e esquecem que a verdadeira vida do povo só com o povo pode apreender (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 198).

Como colocam Paulo Roberto Staudt Moreira e Maria Cristina Bohn Martins, organizadores da obra de Smith, não há uma rejeição do norte-americano para com “as pesquisas em documentos manuscritos ou impressos, oficiais principalmente”, mas uma recusa em ver que a construção do conhecimento fique apenas limitada a um tipo de fonte. Assim, o contado com a “cultura popular e os seus registros de oralidade”, dentro de uma premissa romântica, de busca pelas reais manifestações do povo, pode ser vista como a mais fidedigna e legítima construção científica, pois foi direto a fonte mais pura na visão de pesquisadores como Herbert Smith (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 40).

Ainda que o relato seja feito por um norte-americano, que vem de um país onde os valores liberais e republicanos são a base de fundação daquele Estado, não se pode desconsiderar sua narrativa como algo simplesmente parcial. Ao procurar pelo elemento popular na sua viagem, no seu relato não há menção nenhuma a um contato com a intelectualidade do Rio Grande da época, vemos alguém que transita fora da cultura letrada e busca se aproximar dos nativos mais simples, alguém que por mais que demonstre preconceito contra este nativo¹⁰⁶, ele não deixa de ultrapassar a fronteira que separa o mundo da ciência e o mundo popular. Ainda que com ressalvas, Herbert Smith pratica a alteridade.

É uma memória subterrânea que se resguarda, não fazendo nada mais do que esperar o momento certo de vir à tona.

Este exemplo mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto)crítica do passado. Ele remete igualmente aos riscos inerentes a essa revisão, na medida em que os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior. Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas (POLLAK, 1989, p. 5).

O que nós temos, entre os diferentes grupos que procuram construir uma identidade para o Rio Grande do Sul, é uma disputa pela memória do passado do sul-rio-grandense, que sai do campo intelectual e chega ao político, onde a Revolução Farroupilha é o fato de maior importância. Trata-se, no entender de Nayara Lamb uma disputa pela *cultura histórica*¹⁰⁷ da região.

Segundo Lamb, baseada na premissa de Fernando Sanchez Marcos, *cultura histórica* só existe graças à *cultura política*, que procura institucionalizar os aspectos culturais dando-lhes um reconhecimento por parte do Estado – neste caso seria uma *meta-cultura política*, uma vez que os grupos que disputam o controle do Estado não

¹⁰⁶ Em passagem pela região das ilhas do Guaíba, Smith descreve a pobreza da povoação e diz esperar que eles morram, pois diferente dos imigrantes de origem italiana e alemã, que tinham postura de desbravadores e procuravam prosperar, a morte é o único serviço que esta pobre gente pode “prestar ao país”, sendo “lei inexorável do progresso” que já “determinou sua extinção” (MOREIRA; MARTINS *apud* SMITH, 2013, p. 90).

¹⁰⁷ Carla Renata Gomes também usa o conceito de *Cultura História*, tal qual Nayara Lamb, mas não cita nenhuma das referências teóricas que ela usa para conceitualizar o termo. Ainda assim, o entendimento das duas sobre *Cultura Histórica* é o mesmo: um conjunto de características que dão uma identidade a um determinado grupo, ou local, delimitada por intelectuais que escrevem sobre fatos que acabam por se constituírem em referencial mnemônico (GOMES, 2012). No caso do estudo de ambas, intelectuais que pensaram a identidade do Rio Grande do Sul e que trabalharam com a temática da Revolução Farroupilha na construção da *cultura histórica* da região.

procuram desconstruir esta cultura, mas apropriar-se dela, legitimando a cultural local e fazendo dela um símbolo de identidade.

Podemos concluir então que a cultura histórica é um sistema de representações que permitem que uma sociedade, e os indivíduos que a compõem, relacionem o passado e o presente numa perspectiva coletiva de futuro, e que fornece valores definidos e definidores de um determinado espaço-tempo que se somam à forma como esses indivíduos enxergam a si mesmos, e logo, como constroem sua *identidade* (LAMB, 2012, p. 35) [Grifos da autora].

Jacques Le Goff coloca que a *cultura histórica* é a relação que uma sociedade tem, “na sua psicologia coletiva”, com o seu passado. Sua “concepção não está muito afastada daquilo a que os anglo-saxônicos chamam *historical mindedness*”. Le Goff admite que pensar a *cultura histórica* como um *Zeitgeist*, pode ser um erro em termos de análise de períodos históricos. Ao conjugar a *cultura histórica* com a mentalidade coletiva, Le Goff propõe que se investigue a postura que é dominante dentro de uma determinada sociedade com relação ao seu passado, através dos “sentimentos da opinião pública”. Para fazer isto, o historiador deve procurar fontes que “são testemunhas do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado”. Assim, pode-se ver se há respaldo entre a opinião pública e aquilo que é concebido pela *intelligentsia* da época – se é uma imposição ou uma real manifestação da sociedade. Para ver se há ligação, Le Goff propõem que se analise o fato por três vias: as diferentes concepções de tempo desta sociedade, a relação entre a oralidade e os testemunhos escritos e os vínculos entre história e mito (LE GOFF, 2003, p. 47-48).

Dentro desta metodologia, podemos ver, pelos diferentes grupos envolvidos na disputa pela memória da revolução, que o tempo histórico para eles era o mesmo, o período que vai de 1835 a 1845, a época da revolução. Todos eles tinham a percepção de que o fato não poderia ser simplesmente apagado da memória, e da história da região. O que varia é a sua percepção de que o tempo da revolução foi de luta cruenta contra um estado centralizado, que usava a Província de São Pedro como uma “estalagem”, ou um evento que reivindicava a importância da zona sul do Império, como anteparo na luta contra o elemento estrangeiro, castelhano, fazendo a manutenção da fronteira e fazendo deste território um área pertencente a nacionalidade brasileira.

Se só nos ativéssemos aos testemunhos dos literatos, não teríamos uma dimensão de como a população comum via a revolução. Se por um lado havia toda uma publicização de textos sobre a Revolução Farroupilha (biografias de participantes,

transcrição de documentos, artigos, etc.) a narrativa de Herbert H. Smith nos demonstra que havia, pelo menos em parte da população, uma memória positiva com relação aos tempos de guerra contra o poder central. A permanência da memória dos tempos de revolta contra o Império não era só uma coisa de literatos que procuravam construir a identidade regional sem encontrar respaldo na sociedade. Por mais que o decreto de 18 de dezembro de 1844 pedisse o esquecimento do que passou, o fato não foi esquecido, mas estava silenciado, numa memória subterrânea. O silêncio é a forma como os vencidos têm de contemporizar diante dos vencedores. Não provocar, não reivindicar, não relembrar, deixar como está, não significa o esquecimento do que passou, mas a iniciativa por parte dos que silenciam de se resguardar e assim se preservar e salvaguardar a sua memória. Pois, como coloca Pollak, “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação” (POLLAK, 1989, p. 13).

A memória subterrânea vem de grupos minoritários que lutam contra uma concepção globalizante da sociedade que exclui a sua memória. Assis Brasil e seus companheiros eram um grupo minoritário que buscava esta memória como forma de legitimar sua postura antagonizante ao modelo saquarema. Se valendo, como disse Marc Ferro, da “instrumentalização do ressentimento”, a memória é retomada como contenda entre os republicanos e o Império, pois “o ressentimento [...] está na origem das reivindicações e contestações inesperadas” (POLLAK, 1989, p. 7).

Se a Revolução Farroupilha foi alçada a mito por parte dos republicanos, na sua tentativa de instrumentalizar o seu discurso de luta contra o Império, ele não foi feito de forma a impor uma mitologia que glorificasse os tempos de luta sem encontrar respaldo em pelo menos parte da população do Rio Grande do Sul. Se, como vimos no início, o mito necessita de um rito para se manter, a proposta dos membros do *Clube Vinte de Setembro* de festejar o aniversário de 46 anos da revolução com festa e publicações, demonstra que há um forte vínculo entre o mito e a história da região. Quando lembramos que Assis Brasil cresceu tendo a sua volta pessoas que participaram do fato, que tiveram ligações com importantes agentes do processo revolucionário, agentes estes que acabaram passando a condição de vultos a serem rememorados e exaltados por ele, bem como a ligação com os intelectuais da província que começaram os estudos sobre a revolução, temos a interação de Assis Brasil, com redes de sociabilidade que, segundo

Pollak, são responsáveis por fazer circular a memória subterrânea, a par da sociedade e seu modelo oficial.

Opondo-se a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 8).

Assis Brasil, e os outros membros de sua geração, solidificam o mito, criando o rito que ele precisa para viver e se espalhar pelas mentes dos que ainda não conhecem sua narrativa. Uma vez incorporado à sociedade por meio de todo tipo de ritualística, o mito se torna parte do todo, da coletividade, não se pode mais viver sem ele, pois a vida sem ele significaria a ausência de identidade, de um lugar de origem comum a todos.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na *moda retro*, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem (LE GOFF, 2003, p. 466) [Grifos do autor].

Sabendo que havia todo um campo de possibilidades de construção da sua identidade ligada a revolução de 1835, Assis Brasil e seus colegas republicanos entram na disputa no campo intelectual com aquilo que consideravam a melhor tradução da real história dos fatos que se passaram na Província de São Pedro ao tempo da Revolução, um livro.

O Livro

Em abril de 1881, Assis Brasil publica *A República Federal*, obra de cunho propagandista republicano, onde defende a ideia de progresso como indutor do desenvolvimento das sociedades. Assis Brasil manifesta no livro sua crença na “evolução das ideias e das sociedades”, que levariam o homem do século XIX para um tempo de desenvolvimento científico mais evoluído do que aquele vivido no momento. Tal qual a maioria dos pensadores da época, que dividiam suas teorias evolutivas em três estágios, Assis Brasil divide o processo evolutivo em *monarquia absolutista*, período em que é necessário um governo forte e centralizado para a formação e consolidação do Estado; a *monarquia constitucional*, a seu ver, é um engodo, um regime de sofismas (o rei reina, mas não governa), seria um período de transição para o

último estágio do processo evolutivo; e a *república*, a melhor e mais evoluída forma de governo, pois se baseia na ordem e no progresso, forças motoras das sociedades (ASSIS BRASIL, 1881).

Para publicar esta obra, Assis Brasil se valeu da sua rede de sociabilidades, acionando a figura de Capistrano de Abreu¹⁰⁸. Assis Brasil e Capistrano se conheceram por intermédio de Valentim Magalhães, natural do Rio de Janeiro, futuro membro da Academia Brasileira de Letras, que escreveu n’*A Evolução* e estudou na Faculdade de Direito de São Paulo.

Enquanto cuidava dos trabalhos na gráfica Leuzinger, no Rio de Janeiro, mesma gráfica responsável por todas as primeiras publicações do *Clube Vinte de Setembro*, Capistrano escreve para Assis Brasil informando que o livro de Tristão de Alencar Araripe seria publicado até o final do mês de abril de 1881. Informa também que chegou a conversar com o ex-presidente da Província de São Pedro, que disse saber que sua publicação iria desagradar os rio-grandenses.

Tenho que lhe dar uma notícia: o livro do Araripe sobre a Guerra dos Farrapos está pronto até o fim do mês. Quero ver se consigo que você seja a primeira pessoa de São Paulo que o leia. Deve ter 250 páginas de texto, e 500 aproximadamente de documentos e peças justificativas. Os documentos só sairão mais tarde.

Disse-me ele ontem, no bonde, que sabe que os rio-grandenses não hão de gostar muito do seu livro; mas que não se preocupa com isto, porque, no meio de reclamações interessadas, hão de vir clamores justos e talvez documentos curiosos, que tragam a luz e a verdade, único fim que, na qualidade de membro do Instituto, teve ele em vista (ABREU *apud* RODRIGUES, 1977, 79).

Como foi dito anteriormente, a publicação de Araripe causou grande furor junto à juventude rio-grandense que estudava em São Paulo. Diante do fato de ver o passado da sua terra natal ser apropriado por um agente da política saquarema, que produzia uma publicação que se encaixava dentro da proposta de fazer uma “identidade regional

¹⁰⁸ João Capistrano Honório de Abreu (Maranguape, 23/10/1853 – Rio de Janeiro, 13/08/1927). Filho de Jerônimo Honório de Abreu e Antônia Vieira de Abreu. Foi professor no Colégio Dom Pedro II, em substituição a Gonçalves Dias. Tornou-se membro do IHGB, em 1887. É considerado o “Patrono do Ensino de História do Brasil”. Publicou: *Capítulos de História Colonial*, 1907, *Resumos Históricos*, 1909 (FLORES, 2008, p. 13-14). Foi muito amigo de Assis Brasil e de sua família. Sua morte foi muito sentida pela família de Assis Brasil, como demonstra o relato de sua filha Cecília de Assis Brasil: “Soube pela dona Faustina que o nosso velho amigo Capistrano de Abreu faleceu há alguns dias. Lembrei-me da última vez que ele esteve em Pedras Altas. Perguntei-lhe na despedida: ‘E agora, quando vota?’ E ele: ‘A gente também precisa morrer, menina’. Temos aqui [Uruguai] e em Pedras Altas muitos livros dados por ele. E as lindas redes que presenteou à mamãe emigraram conosco. As únicas lições de português que tive foram dadas por ele e pelo Papai. Adeus! Sentimos muito”(ASSIS BRASIL, Cecília *apud* REVERBEL, 1983, p. 151-152).

pejorativa” para o Rio Grande do Sul, surge o *Clube Vinte de Setembro*, “aceitando a causa dos derrotados como bandeira de futuras vitórias”.

Para fazer frente à publicação de Araripe, a instituição procurou por toda sorte de documentos junto a veteranos da época da revolução e intelectuais da Província do Rio Grande do Sul. O incumbido da tarefa foi Assis Brasil. Como se pode ver, Assis Brasil era, entre seus companheiros sul-rio-grandenses, o que tinha mais conhecimento em termos de escrita. A sua capacidade como orador, tendo sido chamado muitas vezes para palestrar, reforçava a imagem de um indivíduo que possuía, dentro do movimento social que fazia parte, a maior capacidade argumentativa, bem como o domínio das normas cultas da escrita, para ser o encarregado de efetuar a tarefa de redigir um livro que fosse a “verdadeira” visão dos fatos que provocaram e se desenvolveram durante a Revolução Farroupilha.

A intenção do grupo era publicar o livro no ano de 1881, mas o tempo exíguo, e a grande quantidade de fontes que conseguiram, fruto das correspondências enviadas, fez com que sua publicação fosse postergada para o ano seguinte, como deixa clara esta nota colocada no final da publicação *Manifesto do Presidente da República em nome de seus Constituintes*, organizada pelo Clube.

A comissão de estudantes rio-grandense da Academia de São Paulo, incumbida de solenizar o aniversário da revolução de 1835, com a publicação de um livro relativo à província, resolveu adiar essa publicação para o próximo ano de 1882.

Não foi falta de trabalho, de esforços de todo gênero o que levou a comissão a proceder assim; foi o grande desejo de melhor atingir o alvo que visava. A imprevista demora no recebimento de documentos e várias fontes de informação solicitados a diversos cidadãos rio-grandense; a importância e quantidade dos que ao mesmo tempo lhe foram remetidos; a absoluta impossibilidade de aproveitá-los todos dignamente em limitado espaço de tempo, em um mês; ainda a impossibilidade de dar a obra neste mesmo ano depois do dia 20 de setembro, aniversário da revolução, porque esse trabalho tornar-se-ia incompatível com os cuidados escolásticos, na quadra em que eles são mais urgentes; tais foram os principais motivos que levaram a comissão a sacrificar o desejo de publicar já o seu trabalho à satisfação de dá-lo mais completo e mais útil.

A grande parte de trabalho já feito será correta, aperfeiçoada, completada, e a comissão desvanecese em poder para consciencioso do grande amor da jovem e patriótica geração que hoje surge para a vida pública.

Neste sentido lhe é indispensável, e ela permite-se a liberdade de ainda uma vez apelar para todos, reiterando o pedido da circular de maio. Qualquer contribuição relativa à história, a natureza física lhe será de inestimável valor. Assim enriquecer-se-ão os preciosos documentos que em grande cópia já lhe tem vindo.

Como atestado do seu profundo reconhecimento. A comissão entende dever citar os nomes dos que prontamente atenderam ao seu pedido com valiosos auxílios, e louva-os e recomenda-os aos aplausos da província. São os Srs.: dr. Antônio Soares, Apolinário Porto Alegre, Augusto Uflacker, tenente-

coronel Cunha Mattos, coronel Diniz Dias, dr. Demétrio Ribeiro, Jorge Reis, tenente-coronel Joaquim Antônio Vasques, general José Gomes Portinho, engenheiro Max.[imiliano] Beschoren, Manoel Brandão Júnior, tenente-coronel Manoel Lourenço do Nascimento, Simplicio Jaques, capitão Timóteo de Faria Correia, dr. Venâncio Aires, e assim também as câmaras municipais de Alegrete, de Piratini e do Rio Pardo.

Os documentos recebidos pela comissão habilitam-na a dizer muita coisa que ainda não foi dita, principalmente sobre a história da República Rio-Grandense; todavia o seu trabalho apresentar-se-á apenas por fim prestar homenagem à gloriosa Província do Rio Grande e levar débil contribuição ao edifício da sua futura grandeza (ADVERTÊNCIA *apud* Silva, 1881, p. 29-31).

Para escrever e publicar o livro, Assis Brasil vai contar, mais uma vez, com a ajuda de Capistrano de Abreu. Em seu diário, no dia 15 de janeiro de 1916, escrevendo sobre a chegada a sua residência em Pedras Altas do amigo Capistrano, escreve que ele foi uma das pessoas com quem mais aprendeu, sendo um “homem de grande valor intelectual e moral”. Além disso, “foi sendo seu hóspede no Rio [de Janeiro], em 1882, que escrevi a *História da República Rio-Grandense*” (ASSIS BRASIL *apud* BROSSARD, 1989, p. 138).

Mesmo procurando ser um contraponto ao texto de Alencar Araripe, Assis Brasil escreve no prefácio do livro que aprendeu muito com a obra do monarquista, “porque é uma verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos”. Apesar das diferenças de visão sobre o fato, Assis Brasil admite que aprendeu com o livro do membro do IHGB “mais do que em parte alguma, além de ter nele bebido a inspiração de escrever o meu” (ASSIS BRASIL, 1982, p. IX).

Ainda no prefácio, Assis Brasil informa que a presente obra é um trabalho preparatório, pois pretende seguir trabalhando com o tema e, futuramente, revê-la e ampliá-la. Diante disso, solicita que quem ler o livro e tiver correções e observações ao texto, lhe escreva, pois tais apartes podem ser muito uteis na melhoria da publicação.

A primeira parte da obra trabalha com as causas que levaram ao conflito. Para justificar a motivação dos revolucionários, Assis Brasil constrói um conceito de que o Rio Grande do Sul é uma região geograficamente diferente de qualquer outra do Brasil, sendo tal característica propicia a formação de um tipo diferente de indivíduo. “O solo de nenhuma das outras províncias brasileiras pode ser equiparado ao do Rio Grande, cuja natureza e conformação o tornam, relativamente ao resto do país, o que se pode chamar – um mundo a parte” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 4).

Como forma de comprovar sua ideia, Assis Brasil se vale do seu “repertório”, como conceitualizado por Angela Alonso, mencionando estudos do geógrafo escocês Archibald Geike, que em estudos feitos na Europa acusou fatos que podem ser comparados com a geologia da região mais meridional do Brasil, no sentido de que a região que fica entre Alegrete e Rosário revela ser uma área “completamente despida de matas e apenas coberta de relva”, somada a impressionante singularidade de linhas paralelas e horizontais que todos os serros apresentam. Em sua opinião, embasado em Geike, a ação da água deve ter sido a responsável pela formação daquelas paralelas em tempos muito distantes. Conforme colocado na introdução, nas margens do livro que foi usado para este trabalho, Assis Brasil fazia anotações com caneta, visando correções para uma futura edição revista de sua obra. Nesta parte, ele anota que deve estudar a diferença entre as águas de cima da serra (puríssimas) e as de baixo (salobras). Questiona-se se não teria havido a presença do mar naquela região, o que deixou as terras salgadas.

Depois de descrever o relevo e a flora do Rio Grande do Sul, Assis Brasil diz que se a região sul do Império tem uma geografia tão diversa do resto do país, e sendo o homem fruto do seu meio, conceito de determinismo geográfico, o meio seria uma das causas da revolução de 1835.

A seguir ele passa a trabalhar com a influência dos tipos sociais que compuseram a região. Ao falar da presença do negro na província, Assis Brasil diz que a dificuldade de acesso à região, por conta do pouco tempo em que o porto de Rio Grande ficava navegável, de novembro a março, fez com que o infame comércio não tivesse grandes vantagens. Sendo assim, mesmo já contando com a presença de negros na região, seu número era ínfimo e não produziu influência decisiva na formação da população da região.

Com relação aos índios, Assis Brasil a considera ainda menor. Mesmo sendo um elemento que já povoava a região muito antes da chegada do “homem branco”, as constantes guerras da região, os deslocamentos desta população, fizeram com que eles não penetrassem na formação da sociedade rio-grandense. No seu entender, a presença do nativo, “pelo menos em 1835, época do pronunciamento revolucionário, a mescla desse fator era ainda inapreciável” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 19).

Assis Brasil contesta as ideias presentes nos *Anais da Capitania de São Pedro*, de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro¹⁰⁹, que atribui importante influência na formação populacional da região a presença de degredados. Para contestá-lo, usa as *Memórias Econômico Políticas Sobre a Administração Pública do Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves¹¹⁰, que informa que no tempo em que esteve no Rio Grande, 17 anos, não se lembra de mais do que dois degredados tendo entrado na região. As críticas de Assis Brasil a obra de Fernandes Pinheiro devem ser pelo fato de ele ter sido um dos mais importantes políticos do princípio do Império, e contrário aos farroupilhas. O que vemos é a tentativa, por parte de Assis Brasil, de construir uma visão edulcorada do povo sul-rio-grandense, sem negros, índios, degredados.

Ao não dar a devida relevância que o negro e o índio merecem na formação do Rio Grande do Sul, Assis Brasil esta buscando a formação de um tipo social puro, desprovido de mestiçagem com outros elementos.

Em resumo, a população rio-grandense – e cumpre notar que me refiro a que influi para o movimento de 1835 – é produto imediato destes fatores principais: açoriano e português, paulista e mineiro, espanhol; o elemento africano e o autóctone exercerão ação quase nula (ASSIS BRASIL, 1982, p. 20-21).

No seu entendimento, essa soma de influências gerou um tipo totalmente adaptado às condições da província, sejam elas geográficas ou climáticas, um “soldado excelente”, pois consegue resistir bem às hostilidades da natureza da região. A alimentação deste indivíduo, a base de carne, é “abundante e absolutamente isenta de princípios nocivos à saúde”. O rio-grandense é um comedor nato de carne, sendo o churrasco seu alimento preferencial.

O gado vacum é tão abundante, existe espalhado por toda a província com tão grande prodigalidade – que é indistintamente do rico e do pobre este ótimo alimento. A carne sangrenta é devorada como melhor dos apetites; um pedaço dela lançado descuidosamente [*sic*] sobre o fogo e apenas tostado –

¹⁰⁹ José Feliciano Fernandes Pinheiro (Santos, 09/05/1774 – Porto Alegre, 06/07/1847). Filho do comerciante e coronel de milícias José Fernandes Martins e Teresa de Jesus Pinheiro. Coursou direito na Universidade de Coimbra. Ao retornar ao Brasil foi nomeado para ser o procurador da Coroa na Junta da Real Fazenda, em Porto Alegre. Foi escolhido deputado às Cortes Reais em Lisboa, em 1822. Com a independência do Brasil, foi nomeado o primeiro presidente da província do Rio Grande do Sul. Participou da criação da colônia de São Leopoldo, que recebeu imigrantes de origem alemã, vindo a receber o título de Visconde de São Leopoldo. Foi o responsável pela criação dos primeiros cursos de ensino superior no Brasil. Primeiro presidente do IHGB (FLORES, 2008, p. 461).

¹¹⁰ Antônio José Gonçalves Chaves (Vila Verde do Ouro, 1781 – Montevidéu, 29/07/1837). Começou a trabalhar no Brasil como caixeiro, em 1805. Em 1828, integrou o primeiro Conselho-Geral do Rio Grande do Sul. Foi vereador da primeira legislatura da câmara de Pelotas, em 1832. Foi deputado da primeira assembleia provincial, em 1835, pelo partido que depôs o presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga (FLORES, 2008, p. 148).

eis o genuíno *churrasco*, esse típico manjar do gaúcho (ASSIS BRASIL, 1982, p. 26) [Grifos do autor].

Se valendo de seu repertório científicista, Assis Brasil vai dizer que a ciência moderna trabalha com o estudo da alimentação como fator sociológico. Citando o médico e filósofo francês do princípio do movimento iluminista, Julien Offray de La Mettrie, Assis Brasil diz que uma boa refeição exerce um poder enorme sobre os homens, sendo os ingleses caracterizados por “seu habito de comer carne sangrenta”. Para reforçar sua afirmação, Assis Brasil cita *História da Literatura Inglesa*, de Hippolyte Taine, historiador francês, e *História da Civilização na Inglaterra*, do historiador britânico Henry Thomas Buckle, que também tem a mesma opinião com relação ao consumo de carne por parte dos britânicos. Vemos Assis Brasil tentando traçar um paralelo ao colocar os sul-rio-grandenses como seres que tinham a mesma dieta alimentícia dos homens da principal potência mundial da época. Denotando um princípio aguerrido e conquistador para os formadores da região mais ao sul do Brasil.

Tanto é assim, que ao fazer uma comparação entre o rio-grandense e o paulista, Assis Brasil diz que o “caipira”, que se alimenta de feijão, farinha de milho e café, tem “um aspecto valetudinário, tez baça, olhar frouxo e amortecido, é curvo, amarelo, desdentado”. Já o habitante do Rio Grande do Sul, “é robusto, corado e musculoso, tem olhar irrequieto e penetrante, os dentes alvos e fortes, reta a espinha dorsal, o colo solidamente plantado sobre largos ombros atléticos”¹¹¹. Nesta página, Assis Brasil anota na margem que antigamente os morféticos (leprosos) eram mortos, impedindo a transmissão da doença, bem como as febres paludosas não existiam devido à natureza arenosa das margens dos rios (ASSIS BRASIL, 1982, p. 28). Conceitos higienistas, de que o habitante do Rio Grande do Sul era até mesmo desprovido de determinadas enfermidades, também fizeram parte da construção do tipo idealizado por Assis Brasil.

Já com relação aos espanhóis, Assis Brasil vai dizer que existem semelhanças entre eles e os rio-grandenses, fruto dos laços parentais ocasionados por casamentos entre famílias portuguesas e castelhanas, e a imitação dos costumes. Mas no seu entendimento as diferenças são maiores.

Sendo assim, o que temos como indutor do processo revolucionário de 1835 é um tipo único, fruto de seu meio, que não se misturou com outras *raças*, não tinha

¹¹¹ Além de anotações nas margens, em alguns momentos, Assis Brasil riscava algumas palavras do texto. Como neste caso.

nenhum tipo de doença que lhe comprometesse fisicamente, com uma dieta rica em carne, que lhe fazia um tipo potencialmente apto para a luta.

Foi dessa ocorrência de circunstâncias, resumidamente expostas - influência do clima, da natureza e aspecto do solo e da sua conseqüente capacidade produtora, aspectos físicos da população original, alimentação, indústria, contágio com a *raça* vizinha - que germinou e cresceu este tipo distintivo que é o rio-grandense, esse tipo vigoroso e sólido que só por si bastava para explicar o estranho ímpeto da sua revolução (ASSIS BRASIL, 1982, p. 33).

A seguir, Assis Brasil parte para a diferenciação do Rio Grande do Sul com o Brasil. Para ele existe um antagonismo entre a índole do rio-grandense e o modelo político brasileiro, que é o monárquico. Além disso, não há qualquer grau de semelhança entre a província e os outros membros do Estado imperial. A tentativa de diferenciação ajuda na construção da identidade (diferenciação com outrem), além de reforçar aquele que é um dos motes da obra, a defesa do federalismo.

Prova disso é que, na próxima passagem, Assis Brasil vai se queixar do tratamento que o governo central sempre teve com a região (retoma a ideia da “estalagem do Império”), que abusava da província com impostos e lutando contra os castelhanos. Coloca que a perda da Cisplatina como culpa da inaptidão do Marques de Barbacena¹¹², que foi nomeado para ser o comandante das tropas que lutaram contra os castelhanos, na batalha do Passo do Rosário (Ituzaingó)¹¹³. “O revés foi para esses bravos veteranos, defensores da pátria, uma dor imensa que não feriu somente o patriotismo, mas também o indomável orgulho antigo” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 41).

No seu entender, um povo que vive em uma região que tem um clima, vegetação, relevo e formação social diferente, não pode seguir as mesmas leis que um

¹¹² Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta (Arraial de São Sebastião, 19/09/1772 – Rio de Janeiro, 13/06/1842). Filho de Gregório Caldeira Brant e Branca de Almeida Lara. Com 14 anos foi viver no palácio do vice-rei, frequentando o Colégio dos Nobres e depois a Academia Real de Marinha. Ingressou no exército no posto de major do estado-maior, como ajudante-de-ordem do governador de Angola. Recebeu a Ordem de Cristo por lutar contra os franceses em Angola. Após a independência do Brasil foi deputado constituinte. Em 1824 recebeu o título de Marques de Barbacena, com grandeza. Foi escolhido como comandante das operações de guerra contra a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Após a batalha do Passo do Rosário, foi enviado de volta à corte. Seguiu para Portugal acompanhando a princesa Dona Maria da Glória, futura rainha de Portugal (FLORES, 2008, p. 300).

¹¹³ Batalha do Passo do Rosário (Ituzaingó). Foi uma batalha ocorrida dia 20 de fevereiro de 1827, por conta da guerra entre a República das Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil, por conta da então província Cisplatina que pertencia ao Brasil. De um lado as tropas castelhanas comandadas por Carlos Maria Alvear, e as brasileiras pelo Marques de Barbacena. Depois de horas de combate, os dois exércitos se retiraram do campo de batalha (FLORES, 2008, p. 517-519).

estado que tem características completamente diferentes da sua. Os governantes tem que seguir leis baseadas nos princípios do povo local, de acordo com a índole local, esta é à base do princípio federativo. Diante disto, que no seu entender caracteriza a ausência de liberdade, o princípio de autodeterminação de cada povo, “os desgostos, os ressentimentos, os ódios fermentavam”, levando a província, bem como todo o país, a se colocar contra o centralismo do governo.

Segundo Assis Brasil, o período que seguiu ao dia 7 de abril de 1831, quando Dom Pedro I abdicou em favor de seu filho Pedro II, foi seguido de forte reação contra as tentativas de implementação de políticas liberais no Brasil. Uma destas práticas foi a criação da Sociedade Militar, entidade política e de auxílio mútuo, criada em 1833, no Rio de Janeiro, pelo Partido Restaurador, que pretendia restaurar o poder do imperador Dom Pedro I. Apesar das tentativas de reação, as ideias liberais acabam frutificando – como a criação das assembleias provinciais, numa clara tentativa de descentralizar o poder.

Quando Bento Gonçalves vai até a corte para responder a acusação de contrabando na fronteira com o Estado Oriental, além de ser inocentado, ele tem uma reunião com o Padre Diogo Feijó, onde é exposta a ideia de federalizar o Brasil. Bento Gonçalves indica para o cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul o seu conterrâneo Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Como colocado acima, havia toda uma maquinação, por parte dos liberais, de fazer do Brasil um estado em que cada província tivesse autonomia para decidir melhor as suas condições políticas e econômicas. Desta maneira, esta narrativa encontra eco na pauta proposta pela geração de Assis Brasil, que acreditava que somente um regime republicano federalista seria a saída para a crise política que o país enfrentava no período pós 1870.

No entanto, uma vez empossado no cargo de presidente da província, Braga vai entrar em colisão com os grupos políticos e econômicos que o levaram aquela posição. O primeiro choque é, quando da abertura da sessão legislativa da província, a denúncia que Rodrigues Braga faz, dizendo que havia um plano para separar o Rio Grande do restante da unidade nacional. O segundo foi à tentativa de colocar um imposto “de 10\$

réis por légua quadrada de terreno, que exacerbou a maioria da província, composta de criadores de gado” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 74) ¹¹⁴.

Este clima de insatisfação levou ao início da revolta, em 20 de setembro de 1835, quando se soube que havia tropas acampadas nos altos da Azenha, sendo mandada uma guarda, por ordem do presidente Braga e comandada pelo Visconde de Camamu¹¹⁵, para averiguar quem eram aqueles que estavam alojados fora dos muros da cidade. Chegando a guarnição imperial perto da ponte sobre o arroio, deu-se um tiroteio que vitimou o redator do jornal monarquista *Mestre Barbeiro*¹¹⁶, Antônio José da Silva Monteiro, que tinha o apelido de *Prosódia*.

Para justificar a revolução, Assis Brasil se vale do *Método Taine*, desenvolvido por Hippolyte Taine, cuja obra ele menciona, que consiste de uma análise histórica baseada em três fatores: o meio ambiente, a raça originária deste meio e os fatores ocasionados pela relação do indivíduo com este meio, sendo um determinismo, a ideia de que todo acontecimento pode ser explicado pela relação de causalidade.

Para Juliano Antonioli, em *História da República Rio-Grandense*, o cientificismo de Assis Brasil é o ponto chave de seu trabalho, mais do que os documentos. Ele analisa a obra sobre a perspectiva de uma *operação historiográfica*, dentro do conceito de Michel de Certeau, mas numa retomada de Paul Ricoeur, que elenca três fases do procedimento metodológico em uma pesquisa histórica: a busca por

¹¹⁴ No final do livro, estão dois manifestos de Bento Gonçalves. O primeiro, datado de 25 de setembro de 1835, diz: “Chegou à época da instalação da nossa assembléia provincial, e a fala do presidente arrancou a máscara com que cobria uma política hipócrita e rasteira: a calúnia mais atroz foi proferida em seu seio com altives e ousadia, e a província tremeu por sua tranquilidade, e existência ouvindo a voz de sua primeira autoridade revelar-lhe uma conspiração, cujo fim era desmembrá-la da grande família brasileira, e acusar como autores de tão nefando projeto aos mais conspícuos defensores das liberdades pátrias, aqueles que em todos os tempos valorosamente expuseram suas vidas, e verterão seu sangue em defesa da integridade do Império”. Mais adiante, Bento diz: “Não contente o partido retrógrado de apresentar em seus imundos periódicos aos nossos honrados e industriais camponeses como sepultados nas trevas da mais crassa ignorância, como ineptos para defender seus interesses políticos, e apelida-los bárbaros, pobretões e proletários, projetou sobrecarrega-los com um novo e oneroso imposto de dez mil réis anual sobre cada légua quadrada, imposto contrário aos princípios de economia política, imposto injusto e cruel, porque recaí sobre o capital e não sobre o produto; injusto e cruel finalmente, porque pesa com desigualdade em razão da maior ou menor fertilidade dos nossos campos” (SILVA, *apud* ASSIS BRASIL, 1982, p. 202-204). Este documento conta com exemplar no AHRs (CV 8592).

¹¹⁵ José Egídio Gordilho de Barbuda (Ilha da Madeira, 1808 – Rio de Janeiro, 1867). Serviu no Rio de Janeiro e na Bahia. Participou da campanha da Cisplatina. Comandou a patrulha que foi detida e derrotada na ponte da Azenha, em 20 de setembro de 1835, fato considerado o início da Revolução Farroupilha. Após este fato, rumou com o presidente Fernandes Braga para Rio Grande (FLORES, 2008, p. 82).

¹¹⁶ O *Mestre Barbeiro* foi um semanário de pequenas dimensões (16 cm x 11 cm), publicado em Porto Alegre, a partir de 31 de janeiro de 1835. Fazia forte oposição com os periódicos liberais *Recompilador Liberal* e *Echo Porto-Alegrense* (MIRANDA; LEITE, 2008, p. 75).

documentação em arquivo, a construção dos modelos explicativos, possíveis de serem submetidos à verificação, e a fase escrita, em que o pesquisador coloca no papel a sua percepção dos fatos. Segundo Ricoeur, “a representação historiada é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência do passado” (RICOEUR, 2007, p. 294).

O uso combinado dessas reflexões complementares sobre a produção do conhecimento histórico me permitiram pensar as variações dos procedimentos explicativos que as teorias do movimento engendram, e de que maneira elas estão presentes no trabalho historiográfico de Assis Brasil. Em seu livro de história a garantia do controle da verdade parece se deslocar. Ela não estaria mais assentada unicamente no documento, [...], mas, principalmente, no caráter científico com o qual se produziria o conhecimento histórico. Haveria, portanto, um deslocamento dos critérios de produção da verdade que não dependiam mais apenas do documento, mas buscavam ancoragem também na teoria científica (ANTONIOLLI, 2017, p. 19).

Na sua argumentação sobre os motivos que levaram os sul-rio-grandenses a lutarem contra o Império, os documentos são meros indutores do que Assis Brasil quer provar. Sua intenção é elaborar um discurso em que a realidade é construída a partir da ideia, e não que a ideia é construída a partir da realidade. Como apontado por Tassiana Saccol, é “a utilização de um passado histórico como estratégia de propaganda política” (SACCOL, 2011, p. 2).

Segundo Saccol, o objetivo de Assis Brasil era demonstrar que conceitos como “federalismo” e “república” eram naturais ao Rio Grande do Sul, legitimando o ideário dos futuros membros do PRR, como herdeiros dos farroupilhas. “Ressignificados como mitos ou heróis, estes personagens pareciam, aos olhos dos republicanos, uma forte inspiração bem como fonte de legitimação à sua propaganda política” (SACCOL, 2011, p. 7). Sendo assim a causa dos farrapos seria a mesma dos republicanos da geração de Assis Brasil: a república e o federalismo. A reescrita do passado é usada como forma de justificar as lutas do tempo presente de Assis Brasil.

A propaganda republicana realizada por Assis Brasil e seus colegas na Academia de Direito de São Paulo não abriu mão de lançar os olhos para o passado nacional, reinterpretando eventos e resignificando personagens que lhes ofereciam profundidade histórica para a causa pela qual combatiam. O livro acerca da Revolução de 1835 na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nesse sentido, é um exemplo mais bem acabado desse processo de reescrita da história com vistas a estabelecer um *télos* republicano para a formação do país (ANTONIOLLI, 2017, p. 132).

Mesmo sendo uma publicação que tem por objetivo estreitar os laços entre o passado e o presente do republicanismo no Rio Grande do Sul, Assis Brasil demonstra

preocupação com alguns fatos que, no seu entender ainda careciam de um melhor esclarecimento.

Um destes fatos foi o assassinato de Vicente Ferrer¹¹⁷. Logo após a tomada de Porto Alegre, uma tropa comandada por Manoel Vieira da Rocha¹¹⁸, conhecido pelo epíteto de *Cabo Rocha*, seguiu em direção à estância de Vicente para prendê-lo, por ter se negado a fazer parte da revolução. Lá chegando, Ferrer não demonstrou resistência, mas acabou sendo assassinado mesmo assim. No seu livro, Assis Brasil coloca que depois de matarem Ferrer, seu filho Diogo, que era menor, também foi morto. Mesmo procurando fazer um texto de exaltação dos farroupilhas, Assis Brasil classifica o ato como “covardia”, mas exime de culpa o *Cabo Rocha*, que não estaria presente no momento do ato.

Sua incerteza quanto ao que se sucedeu transparece em correspondência de Capistrano de Abreu, quando este discutia com Assis Brasil o preço e distribuição de *História da República Rio-Grandense*, em 19 de setembro de 1882 – ou seja, o livro já estava pronto. Segundo Capistrano, Vicente Ferrer “não foi simplesmente assassinado, mas esquartejado, salgado, embarricado e enviado à família” (ABREU *apud* RODRIGUES, 1977, p. 81). Em outra correspondência de Capistrano, de 28 de setembro de 1882, ele diz que iria conversar com o major Fausto¹¹⁹, para conseguir mais informações sobre o assassinato de Ferrer, tendo o major já lhe dito que era fato conhecido na província o que se passou com Vicente Ferrer. No PS da carta, Capistrano diz que estava conversando com Antônio Alves Pereira Coruja, que contou que Ferrer teve suas orelhas cortadas e que elas ficaram em posse de Manoel Marques Pereira Lima, conhecido como *Marques Alfaiate*¹²⁰.

¹¹⁷ Vicente Ferrer da Silva Freire era natural da Bahia, casado com Rafaela Pinto Bandeira. Após denúncia de que realizava reuniões com monarquistas em sua casa, determinou o governo revolucionário uma escolta comandada por Manoel Vieira da Rocha, o *Cabo Rocha*, para prendê-lo. Acabou assassinado (FLORES, 1973, p. 48).

¹¹⁸ Manoel Vieira da Rocha comandou as sentinelas que lutaram contra as forças do Visconde de Camamu, em 19 de setembro de 1835, dando início à Revolução Farroupilha. Após a tomada de Porto Alegre, *Cabo Rocha* saiu saqueando e violentando as famílias que residiam no arrabalde da cidade, exibindo um colar de orelhas daqueles que matou. Durante o combate da ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, acabou morrendo afogado (FLORES, 2008, p. 515).

¹¹⁹ Augusto Fausto de Sousa (Rio de Janeiro, 12/01/1835 – Rio de Janeiro, 20/12/1890). Filho de Francisco de Sousa Fausto e Francisca de Sousa Fausto. Bacharel em ciências físicas e matemáticas, mas dedicou-se ao estudo da história militar brasileira. Foi presidente da província de Santa Catarina (PIAZZA, 1985, p. 540).

¹²⁰ Não foi possível localizar nenhuma informação sobre este indivíduo. Pode ser que Coruja esteja se referindo a Manoel Vieira da Rocha, o *Cabo Rocha*, por conta do uso do colar de orelhas.

Ainda que tenha demonstrado choque com o que se passou com Vicente Ferrer, Assis Brasil coloca os crimes praticados pelos revolucionários como justificáveis diante do estado de guerra em que se encontrava a província - como quando Lima e Silva¹²¹ manda fuzilar a Albano de Oliveira Bueno¹²², por ser residente no Estado Oriental e trazer mercenários para lutar ao lado do Império, “pagos a dois patações por dia, com o dinheiro do próprio povo cujo sangue vinha derramar” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 135). Já os atos praticados por legalistas, como Juca Ourives, são vistos por ele como “bárbaros”.

Outra dúvida de Assis Brasil é sobre quem comandou a reação imperial que retomou a cidade de Porto Alegre. No livro, ele coloca Manoel Marques de Sousa como o mentor da reconquista, mesmo estando preso. Mas anota na margem da página: “Estudar melhor a questão se foi na verdade Marques, ou o brigadeiro Fontoura, ou o sargento Soledade quem traçou o plano da restauração” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 144). Em correspondência de Capistrano de Abreu, de 19 de setembro de 1882, ele informa Assis Brasil que conversou sobre este tema com o Major Fausto de Sousa.

Disse-me ele que, na restauração de Porto Alegre, Manuel Marques não passou de instrumento. Quem organizou todo o plano e tomou todas as medidas foi o Marechal ou Tenente-General Francisco de Chagas Santos. Disse-me ele que os documentos comprobatórios desta asserção estão no Arquivo Público, e foram consultados e são utilizados em uma biografia do mesmo Chagas que brevemente será publicada (ABREU *apud* RODRIGUES, 1977, p. 81).

Na correspondência de 28 de setembro de 1882, Capistrano diz a Assis Brasil que vai escrever para o Major Fausto pedindo mais informações sobre a participação de Chagas¹²³. Mas avisa Assis Brasil que o conhecimento do Major não é fruto de uma

¹²¹ João Manoel de Lima e Silva (Rio de Janeiro, 02/02/1805 – São Luiz Gonzaga, 29/08/1837). Filho do brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva e Joana Maria da Fonseca. Por se opor a formação da Sociedade Militar, em 1833, foi desterrado para Porto Alegre. Em sua casa fundou um Gabinete de Leitura, onde funcionou a loja maçônica *Filantropia e Liberdade*, frequentada pelos farroupilhas, onde era editado o jornal *O Continentino*. No início da revolução de 1835 foi nomeado Comandante das Armas. Foi o primeiro general da República Rio-Grandense. Em 1837 foi feito prisioneiro pelo índio Roque, que o assassinou. Foi transformado no primeiro mártir da revolução (FLORES, 2008, p. 553-554).

¹²² Albano de Oliveira Bueno era compadre de Bento Gonçalves, mas permaneceu fiel ao Império. Ao começar a revolução de 1835 ficou encarregado das forças legais em Pelotas. Foi preso após ter ido auxiliar ao major Manoel Marques de Souza, no Passo dos Negros, em 7 de abril de 1836. Ao ser levado preso para Porto Alegre, foi assassinado com um tiro na nuca, mesmo sem ter esboçado tentativa de fuga (FLORES, 1973, p. 50).

¹²³ Francisco das Chagas Santos (Rio de Janeiro, 17/09/1763 – Rio de Janeiro, 12/10/1840). Filho de Antônio Manoel dos Santos. Estudou em Lisboa, onde foi nomeado oficial de infantaria. Lutou contra o caudilho José Gervásio Artigas, em 1817. Recebeu o título de Barão do Cerro Largo. Comandava a guarnição de Porto Alegre quando começou a Revolução Farroupilha (FLORES, 2008, p. 534).

memória da revolução, e sim “resultado de estudos e documentos” (ABREU *apud* RODRIGUES, 1977, p. 82).

Segundo o relatório ao Consul da Sardenha, feito por Antônio de Freitas Barreto de Queirós¹²⁴, que consta do livro de Moacyr Flores, *Notas para a História da Revolução Farroupilha*, quem comandou a retomada de Porto Alegre foi o Tenente Henrique Guilherme Mosye, que na noite de 15 de junho de 1836, liderando um pequeno grupo ocupou a prisão e soltou os prisioneiros legalistas. Ao amanhecer, os legalistas tomaram a cidade e Mosye entregou o comando ao seus superiores (QUEIRÓS *apud* FLORES, 1973, p. 26-27).

Para Assis Brasil, a causa da proclamação da República Rio-Grandense, feita por Antônio de Souza Neto, no dia 11 de setembro de 1836, as margens do arroio Seival, depois de ter derrotado no dia anterior as forças de Silva Tavares, foi fruto dos desgostos dos revolucionários com a postura do governo central, que os via como bandidos, chegando a usar estrangeiros para lutar contra brasileiros – neste momento Assis Brasil esquece a colaboração que estrangeiros, como Garibaldi¹²⁵, tiveram na revolução.

Como colocado anteriormente, os membros da comissão que endereçou circular solicitando documentos sobre a memória, disseram que a publicação seria dividida em cinco seções: espírito do livro e apreciação do valor sociológico da Revolução de 1835, descrição geográfica da província; seu estado social, político e econômico, notícia histórica da província até o ano de 1835, notícia histórica da revolução de 1835 a 1845 e, por fim, traços biográficos dos mais notáveis chefes da revolução e alguns documentos referentes à mesma. O que se pode constatar é que o livro de Assis Brasil

¹²⁴ Antônio de Freitas Barreto Queirós (Porto, 29/10/1800 – Porto Alegre, 19/07/1876). Filho de Antônio de Freitas Barreto Queirós e Maria Angélica Conceição. Quando do começo da Revolução Farroupilha, trabalhava como guarda-livros na casa comercial de João Ferreira de Assis, vice-cônsul da Sardenha, em Porto Alegre. Por ordem de seu patrão anotou os acontecimentos do início da revolução, com o intuito de servirem para a composição de um futuro relatório a ser enviado ao consulado, no Rio de Janeiro. Viveu na capital rio-grandense com Maria José da Silva (FLORES, 1973, p. 57).

¹²⁵ José Maria Garibaldi (Nice, 04/07/1807 - Caprera, 02/06/1882). Revolucionário italiano que conheceu Bento Gonçalves, quando este esteve preso no Rio de Janeiro. Recebeu carta de curso da República Rio-Grandense e dinheiro para se deslocar de Montevidéu para o Rio Grande do Sul das mãos de seu patrício Luigi Rossetti (CV 8032). Participou da tomada de Laguna, onde conheceu Anita. Colocou a população local contra os republicanos após saquear a região e molestar o Padre Francisco Vilela de Araújo. Saiu da Revolução com a incumbência de entregar uma “tropa de mil reses de saladeiro” para Frutuoso Riveira, como pagamento dos farroupilhas pela compra de armas (CV 1598). Fato que não foi feito, e que passou para a posteridade como se Garibaldi tivesse recebido esse gado como presente pela sua participação na revolta. Instalado em Montevidéu, encaminhou pedido de perdão ao Imperador Dom Pedro II, pela sua participação no levante separatista (FLORES, 2008, p. 268).

não entregou todos os objetivos. Ficou faltando o que se sucedeu após a organização do corpo governamental, em Alegrete, em 1836, quando Bento Gonçalves é escolhido presidente da República Rio-Grandense, mesmo estando preso, após o combate da ilha do Fanfa (o livro termina neste momento); e os perfis biográficos dos principais vultos da revolução – como dito acima, dois manifestos de Bento Gonçalves foram colocados nos apêndices do livro, configurando a publicação de documentos. Na folha de rosto da edição, consta que é o volume um e uma edição preparatória - Assis Brasil considerava continuar suas pesquisas sobre a farroupilha, como demonstra o seu interesse por um melhor esclarecimento de alguns fatos que ainda seguiam nebulosos no seu entender, mas nunca chegou a fazer isto.

Já com relação à circulação e divulgação da publicação, alguns documentos nos dão um indício. A correspondência de Capistrano de Abreu, responsável por encaminhar a impressão do livro junto à gráfica Leuzinger, no Rio de Janeiro, consta que ao escrever para Assis Brasil, em 19 de setembro de 1882, informa que acabava de chegar da gráfica com 10 exemplares de *História da República Rio-Grandense*, para serem “distribuídos aos jornais”. Já havia entregado um exemplar para o *Globo*, iria entregar um para a *Gazeta da Tarde*, distribuindo os demais no dia seguinte. Ainda informou que deixou um exemplar na Livraria Faro e Lino, que fica na Rua do Ouvidor, para ser exposto, no dia seguinte é que seria colocado à venda.

Na edição do dia 20 de setembro de 1882, o jornal *Gazeta da Tarde* traz nota informando que o “*Clube Vinte de Setembro* acaba de publicar o primeiro volume da *História da República Rio-Grandense*, do distinto acadêmico Assis Brasil”. A nota informa que o livro “faz parte de uma série empreendida por aquela associação com o fim de comemorar a data gloriosa que lhe serve de bandeira”. Como Capistrano havia deixado o livro na redação do jornal no dia anterior, não houve tempo para a leitura completa da obra, mas ainda assim, pela rápida leitura que foi feita, “cumpre-nos afirmar que o autor de *República Federal* consolida nessa tentativa histórica a sua reputação de pensador”. Deste modo, Assis Brasil consegue o reconhecimento como importante intelectual da nova geração, na imprensa da capital nacional, sendo este “o maior elogio que lhe podemos tecer em face da sua certidão de idade” (BN, *Gazeta da Tarde*, 20/09/1882, p. 1).

Com relação ao valor cobrado pela obra, Capistrano de Abreu, que ficou encarregado de fazer a distribuição do livro no Rio de Janeiro, informa, na mesma carta de 19 de setembro de 1882, como tratou desta questão junto à gráfica e os livreiros.

No Faro acharam barato o preço de 2\$, que, antes de receber sua carta, eu tinha marcado. É, de fato; porém Leuzinger me disse que o volume sai a 500. Entretanto estou pensando em pô-lo a 2.200, porque tem que se dar a comissão de 20% e é melhor que pague-a o público do que você ou o Clube. Penso que o livro será bem vendido, não só porque foram muito apreciados os extratos que deu a Gazeta, como porque o preço torna-o muito acessível. Se esta hipótese realizar-se, resolvi, e peço que aprove a resolução, levar mais alguns exemplares do Leuzinger. Se suceder, porém, o contrário, pois tudo é possível neste inverossímil Rio de Janeiro, é melhor, passado certo tempo, levantar o preço (ABREU *apud* RODRIGUES, 1977, p. 81).

Na correspondência de 28 de setembro de 1882, Capistrano informa Assis Brasil que deixou apenas 50 volumes de *História da República Rio-Grandense* para venda, “não porque não se possa vender mais, porém porque há muita gente que não compra obra de mais de um volume, sem que esteja completa” (ABREU *apud* RODRIGUES, 1977, p. 82).

A circulação do livro de Assis Brasil no Rio Grande do Sul pode ser percebida por uma carta de seu amigo e seu futuro cunhado¹²⁶ Júlio de Castilhos, para Theodoro Ribas, datada de 10 de agosto de 1883, quando os jovens estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo já haviam retornado para a província, em que tratam da organização dos clubes republicanos pelo interior do Rio Grande do Sul. Nela, Castilhos diz que não lhe pode enviar um exemplar da “História da República, porque aqui não há à venda” (CASTILHOS *apud* SANTOS, 2013, p. 49).

Esta perspectiva parece ter mudado, pois no ano seguinte, na edição de 20 de setembro, na primeira página do jornal *A Federação*, órgão do PRR, Castilhos escreve texto em que aponta que a luta pelo republicanismo “não carece hoje da capacidade

¹²⁶ Em 20 de setembro de 1885 Joaquim Francisco de Assis Brasil contraiu núpcias com Maria Cecília de Castilhos, em Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos, tendo como testemunhas Júlio de Castilhos e Bernardo de Oliveira Pinto (ADSM, Livro I de Júlio de Castilhos, pág. 11). O fato de o casamento ter se celebrado no dia de aniversário da Revolução Farroupilha pode levar a crer que a data do casamento foi escolhida para coincidir com a efeméride quer marca o início da revolta. Mas, na verdade, olhando a correspondência de Castilhos para Assis Brasil, vê-se que Assis Brasil queria casar com Cecília em 29 de julho, mas Castilhos pondera que “o prazo que fizeste é muito curto, nem será suficiente para Cecília aprontar o que precisa”. Sendo assim, o casamento foi adiado para 29 de agosto, segundo Castilhos, por ser desejo de sua mãe que a cerimônia acontecesse na Fazenda da Reserva, de propriedade da família Castilhos, e Cecília ainda não estar “preparada para casar-se; tudo lhe falta no que diz respeito a enxoval, etc.” (Castilhos *apud* MARTINS, 2013, p. 187-191, 198-200). Possivelmente, novos contratemplos fizeram com que o casamento fosse adiado novamente, ficando para setembro, realizando-se no mesmo dia de início da Revolução Farroupilha.

militar de um Bento Gonçalves, do ardor belicoso de um Neto”. As armas para lutar seriam outras.

São outras as condições morais do nosso tempo, outro – o campo de batalha, *outras – as armas de combate*. Os lutadores de hoje combatemos pelo mesmo ideal, servindo-nos da palavra, do jornal e do *livro*. Uma convicção ardente que a palavra produz – é uma vitória [Grifos nossos].

E segue apontando que as batalhas são outras:

São outras tantas batalhas ganhas, com proveito e com honra, livros como *República Federal* e a *História da República Rio-Grandense* de Assis Brasil, ou como a *História Popular do Rio Grande* de Alcides Lima. Continuemos a dignificar assim a sagrada memória dos nossos predecessores, que mais crescem aos olhos da Pátria à medida que avançam os tempos e a justiça da História vai consumando a obra da reabilitação (HBN, A Federação, 20/09/1884, p. 1).

Fato é que o livro de Assis Brasil sobre a Revolução Farroupilha é usado como narrativa que instrumentaliza o seu discurso republicano, colocando ele e seus companheiros como legítimos herdeiros dos ideais defendidos em 1835, por parte da província contra o Império. O uso de arquétipos, construídos cientificamente, como aponta Grijó, auxilia na construção da narrativa que pretende mostrar que o povo rio-grandense era formado por uma “raça” que não apenas se diferenciava do restante do Brasil, mas tinha consciência do seu devir republicano.

[...] o acento militante se coloca na sua interpretação, que sublinha o caráter específico do Rio Grande do Sul, tanto físico como humano, e a organização federativa como “naturais” – para ele trata-se de um “povo” forjado pela história como “independente”, “guerreiro”, “autossuficiente”, “vigoroso” e “orgulhoso”. Ou seja, ao constatar “cientificamente” as “verdades naturais” sobre o povo, clima, atividades, etc. da província, fundamentalmente elaborando uma “essência” ou “natureza” sobre o caráter de seus conterrâneos, finda por emprestar uma legitimidade científica às características que “descobre” e descreve (GRIJÓ, 2010, p. 33).

Para Antonioli, o livro de Assis Brasil não é apenas uma obra comemorativa do aniversário da Revolução Farroupilha, mas deve ser vista sobre três perspectivas: com a intervenção de um letrado no debate da história nacional, no qual a revolução de 1835 entra pelas mãos de um membro do IHGB, Tristão de Alencar Araripe; como vetor da doutrinação política, de viés republicano, em que o livro se propõe a demonstrar como o Rio Grande do Sul tem uma “gênese histórica da índole republicana e federativa”, mostrando como o centralismo do poder monárquico é ruim, ou seja, o uso político do passado como ferramenta retórica no tempo presente; o uso de repertório estrangeiro na construção metodológica e teórica sobre o conflito, procurando demonstrar cientificamente que a república é a etapa final de um processo que levaria a sociedade

para um estágio mais desenvolvido. “Foi também a partir dessa apropriação que Assis Brasil, junto com a Geração de 1870, interpretou a crise da monarquia e projetou as alternativas para o futuro brasileiro” (ANTONIOLLI, 2017, p. 48-49).

Faltou a Antonioli elencar que a memória da revolução também foi fonte de disputa dentro da Província de São Pedro, por grupos que se colocavam ao lado da política saquarema de construção da identidade nacional baseada no tripé romântico, liberal e católico, contra grupos que procuravam retomar o ideal farroupilha para reivindicar uma melhor posição do Rio Grande do Sul no cenário nacional. Assis Brasil e seus companheiros travaram um debate tanto no nível nacional, como em nível regional, pela hegemonia da narrativa sobre a revolta, fazendo dela um instrumento de formação de sua identidade política, que, posteriormente, quando da Proclamação da República, seguiria a premissa de Bourdieu de “universalização do particular”, fazendo com que os interesses particulares do seu grupo se tornem os mesmo de todos. Mas para fazer isto, são necessários profissionais, que construam a narrativa, pois comunidades imaginárias são produtos de uma construção – e Assis Brasil é um destes construtores.

Os profissionais do universal são virtuosos na arte de universalizar seus interesses particulares: produzem ao mesmo tempo o universal e as estratégias de universalização, isto é, a arte de imitar o universal e de fazer passar por universais seus interesses particulares (BOURDIEU, 2014, p. 446).

Assis Brasil seguiria sendo um grande estudioso das questões nacionais e do Rio Grande do Sul. Sendo um intelectual num momento em que ainda não havia uma divisória entre o campo acadêmico e político (ALONSO, 2002, GRIJÓ, 2005), Assis Brasil vai transitar entre os dois propondo possibilidades para o Brasil. Para conseguir aumentar seu capital intelectual, que lhe propicia-se base para a formulação de suas teorias, ele vai construir uma biblioteca que se tornará a grande fonte de estudos das suas futuras publicações.

A Biblioteca do Castelo

Após retornar ao Brasil, depois de anos trabalhando em consulados brasileiros em Portugal, Argentina e os Estados Unidos, Assis Brasil decide construir uma moradia na região de Cacimbinhas, onde pudesse se dedicar à criação de animais vacum, cavalares e ovinos, de raças que não havia no Rio Grande, e abrigar sua família. Mas a sede da sua granja, não seria uma simples casa, seria um castelo, todo construído em pedra.

[...] o Castelo, erguido todo em granito róseo, desde os alicerces até a última ameia, com todas as janelas e portas exteriores de aço, e sem utilizar um único tijolo, um único prego, nem uma cunha de madeira. Tudo granito, cimento e aço. Esta casa, sua morada familiar, media 30 metros de frente e 15 a 20 metros de fundo, chegando a alcançar, na torre de vigia, 20 metros de altura. Com 33 peças, um andar subterrâneo e 3 torres, a nova residência da família Assis Brasil homenageava a [segunda] esposa [Dona Lydia Pereira Felício de São Mamede] descendente da nobreza lusitana, justo motivo para inspiração no estilo de castelo medieval português, em ponto pequeno (AITA, 2006, p.104).

Nele, Assis Brasil abrigaria uma biblioteca formada por 20 mil livros. Ele começou a formar esta biblioteca ainda no seu tempo de estudante, seja em Porto Alegre, mas principalmente durante sua estada em São Paulo, para estudar na Faculdade de Direito. Segundo o inventário de sua primeira esposa, Maria Cecília, que faleceu em 1895, estando Assis Brasil trabalhando como cônsul em Portugal, consta a presença de “150 volumes (livros) de obras diversas” (APERS, Inventário de Maria Cecília de Assis Brasil, pág. 9).

Assis Brasil constituiu o advogado Graciano Alves de Azambuja para ser seu representante no inventário, por se encontrar como Ministro do Brasil em Washington, nos Estados Unidos, por ocasião da avaliação dos bens de sua primeira esposa. Segundo a avaliação feita: “Cento e cinquenta volumes de livros de obras diversas; a oito mil reis cada um deles; e, todos pela quantia de um conto e duzentos mil reis. 1:200\$000” (APERS, Inventário de Maria Cecília de Assis Brasil, pág. 15). O inventário não especifica, mas diante dos bens inventariados, é possível que os livros estivessem em Vila Rica, por ser onde a inventariada tinha propriedade com casa. Além disso, quando do falecimento de sua mãe, Assis Brasil constituiu seu irmão mais velho, João, e o advogado Manoel Pinto da Costa Brandão Júnior como seus procuradores para tratar da partilha dos bens, e dá como endereço a Fazenda da Reserva, em Vila Rica (APERS, Inventário de Joaquina Theodora de Assis Brasil, p. 13).

Segundo Roger Chartier, as bibliotecas são, na sua origem, lugares de memória e ostentação social. Chartier se pergunta se quem tem muitos livros realmente lê-los? Isso é algo difícil de mensurar, pois só através de análise específica de acervos e de dados pessoais do proprietário (diários, correspondência, etc.) é possível avaliar se a biblioteca era fonte de consulta de seu dono, ou mero adorno estético. Os inventários podem ser importantes fontes para descobrir quais eram os interesses literários de uma pessoa, qual a dimensão de suas bibliotecas, mesmo que eles não demonstrem quais obras foram lidas e quais não.

Responder a tais perguntas pressupõe o manejo de documentos imperfeitos, omissos, muitas vezes criticados: os inventários, geralmente elaborados após falecimentos, que estimam e descrevem (pelo menos em parte) os bens de um indivíduo, os livros que eram seus. A fonte não é infalível, longe disso: em nada implica que os livros possuídos foram lidos ou mesmo comprados pelo falecido; ignora os impressos sem valor que podiam constituir suas leituras mais frequentes; omite os livros, preciosos ou perigosos, subtraídos à sucessão antes do inventário. Assim, não podemos exigir-lhe mais que indicações muito globais sobre a presença do livro numa determinada sociedade e, ainda mais que no caso das porcentagens de assinaturas, devemos ser prudentes ao comparar os dados observados em locais diferentes, pois podem afetá-los a diversidade das práticas notariais e a composição variável das populações, em cada uma das situações históricas, nas quais são inventariados os bens de um morto (CHARTIER, 2009, p.129).

As bibliotecas são locais em que o intelectual pode se esquecer do tempo, deixar os problemas do lado de fora da porta e focar apenas na sua construção erudita.

Essa tensão entre a dupla vontade de subtrair-se à "multidão" e de manter o domínio sobre o mundo remete, sem dúvida, à absoluta liberdade que o comércio dos livros permite, portanto ao total domínio que o indivíduo pode ter de si mesmo, sem coações nem controles... As horas passadas na biblioteca asseguram, com efeito, o duplo afastamento constitutivo da própria noção de privatização na era moderna: afastamento com relação ao público, ao civil, aos negócios que são os da cidade e do Estado; afastamento com relação à família, à casa, às sociabilidades que são as da intimidade doméstica. Ali o indivíduo é dono de seu tempo, de seu ócio ou de seu estudo (CHARTIER, 2009, p. 137-138).

Neste momento a biblioteca se transforma em gabinete de leitura, local de trabalho, concentração, espaço destinado à elaboração de novos conceitos sobre o mundo e sobre a sociedade em que o dono da biblioteca vive.

Ela não é mais — ou nem sempre — local de ostentação social, destinado ao encontro mundano ou à "exibição", para retomar a palavra de Pascal, mas torna-se o local onde as pessoas entesouram "o que têm de mais precioso", livros úteis ou raros, naturalmente, porém, sobretudo a si mesmas. O livro de propriedade pessoal e o local onde é guardado e consultado constituem, assim, objeto de atenções particulares, de uma multiplicidade de gestos (CHARTIER, 2009, p. 139).

Segundo Giselle Venâncio, que estudou o acervo particular de Oliveira Vianna, com o intuito de ver, através dos vestígios deixados por sua formação, quais eram suas relações pessoais, que tipos de relações ele possuía, como estas relações formaram diferentes tipos de redes de sociabilidade, que o auxiliaram a conseguir publicar seus escritos, adquirir livros para a sua biblioteca, além de legar aos seus amigos mais próximos a preservação de sua memória, constata que os livros colecionados nos permitem ver quais os assuntos que mais instigavam o proprietário da biblioteca, suas temáticas preferidas, pois “a compra e a guarda de livros marca uma forma, um estilo de vida, revelando uma faceta importante do trabalho intelectual” (VENÂNCIO, 2003, p, 157).

Os livros de uma biblioteca, em relação ao seu proprietário, nos “contam um pouco de sua história de leitor, possibilitando entrever o seu posicionamento diante do sistema de referências intelectuais de seu tempo” (VENÂNCIO, 2003, p. 159). Assim como Roger Chartier, Giselle Venâncio também enfatiza a importância da aquisição de livros, a formação de um espaço como um gabinete de leitura, como local de trabalho do intelectual.

Colecionar livros era uma etapa importante na formação de um intelectual. Possuir um gabinete de leitura, estantes cobertas de livros, uma quantidade de raridades ou de livros pertencentes aos cânones literários nacionais ou estrangeiros, simbolizavam para os seus pares sua importância intelectual. Considerando-se que o tamanho das bibliotecas era frequentemente associado ao refinamento intelectual de seus proprietários, possuir um grande acervo de livros significava ser visto e respeitado como um intelectual erudito, além de ser, evidentemente, um registro de suas atividades intelectuais (VENÂNCIO, 2003, p. 161).

Grande parte de sua biblioteca foi adquirida por Assis Brasil, ao final do século XIX, em um leilão, em Portugal, cuja propriedade original era do primeiro Conde de Linhares, ministro de D. João VI. Nela podem-se encontrar obras raríssimas, como elenca Paulo Brossard, além de apontamentos feitos por Assis Brasil dentro delas.

Lá estava sua biblioteca, companheira de muitas horas de estudo e meditação. Livros lidos e relidos, muitos deles anotados. Em encadernações originais, edições raras. **Erasmus**, em edição de 1522, **Sêneca**, **Ariosto**, saídos dos prelos do século XVI. Em edição original a famosa “Enciclopédia” de **Diderot** e **D’Alembert**, que subvertera o mundo a partir do século XVIII (BROSSARD, 1989, p. 305) [Grifos do autor].

Como colocado na introdução, em janeiro de 1970, os professores Lothar Hessel, Gabriel Pereira Borges Fortes e Moacyr Flores, todos eles membros do Cipel, estiveram no Castelo de Pedras Altas, sendo “fidalgamente acolhidos e hospedados pela Exma. Sra. Viúva D. Lydia de Assis Brasil e por suas duas filhas, D. Joaquina e D. Lydia”, os professores “mereceram de parte dessas ilustres damas, não só o acesso à biblioteca central, como ainda no opulento acervo que se conserva na base da torre do castelo”. Segundo Lothar Hessel, na apresentação do levantamento, o objetivo do grupo era fazer um levantamento das obras da biblioteca que versassem, de alguma maneira (tema, autor, etc.), sobre o Rio Grande do Sul.

Os pesquisadores ativeram-se somente ao levantamento de obras e autores sul-rio-grandenses, num trabalho de vários dias, que compreendeu a tomada de mais de 400 anotações e de centenas de apanhados fotográficos, de documentos ou páginas de livros raros, por isso, todavia, deixaram de verificar na biblioteca do castelo, a existência de obras de cultura geral de extraordinária valia como, por exemplo, a “l’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers”, publicada em Paris, de 1751 a 1766.

O material trazido de Pedras Altas, foi confiado ao encarregado do fichário bibliográfico do CIPEL, o qual o ordenou, dele fazendo este desprezioso trabalho que agora tem o prazer de entregar aos amantes das coisas do Rio Grande do Sul. Esses amigos da cultura sul-rio-grandense figura como primus inter pares o grupo formado por D. Lydia e suas dignas filhas, a quem o autor dedica respeitosamente o trabalho (HESSEL, 1977, p. 20).

É com base neste material, que se pretende fazer uma análise de quais obras e temas relativos ao Rio Grande do Sul, Assis Brasil tinha mais interesse. Apesar de o professor Lothar Hessel ter falado em “mais de 400 anotações”, o levantamento conta com 357 publicações. Para fazer este estudo, algumas publicações serão deixadas de lado, por terem sido publicadas após a morte de Assis Brasil, em 24 de dezembro de 1938¹²⁷. O interesse está em quais obras Assis Brasil poderia ter lido e influído da sua formação intelectual.

O livro mais antigo do acervo é *Coleção de Observações Gramaticais Sobre a Língua “Bunda” ou Angolense*, de autoria do Frei Bernardo Maria de Carnecatim, primeira edição publicado em 1805, em Lisboa, pela Imprensa Régia. No ano do falecimento de Assis Brasil, 1938, constam seis livros, dois de poesia: *Farrapiada*, de autoria de Aurélio Porto, *Alvoradas*, de Nestor Pithan; um de política: *Nova Política no Brasil*, de Getúlio Vargas; um de história: *Decênio Farroupilha em São Gabriel*, de Celso M. Schroeder; uma memória: *Memórias*, de seu colega de Colégio Fernando Gomes, João Daudt Filho, em segunda edição; e uma conferência: *Biblioteca Rio-Grandense*, de Edgard B. Fontoura. As obras de João Daudt, Getúlio Vargas e Aurélio Porto foram editadas no Rio de Janeiro, enquanto as outras em Porto Alegre, a exceção da conferencia de Edgard Fontoura, editada em Rio Grande. A obra de Celso Schroeder é uma separata da Revista do IHGRGS, de número 71.

Com relação às temáticas encontradas, os três temas que mais aparecem na biblioteca são: em primeiro, história, como 48 livros (13%), o segundo, são livros de poesia, com 38 exemplares (10%); finalizando, aparecem empatados biografias e política, com 22 exemplares de cada temática (6% para cada uma). O que se pode ver pelos temas, que mais exemplares constam na biblioteca de Assis Brasil, é que ao longo

¹²⁷ Um exemplo: PELLANDA, Ernesto. **A. J. Renner**: um capitão da industrial. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1ª Edição, 1944. O fato de haver alguns livros adquiridos após o falecimento de Assis Brasil demonstra que seus herdeiros não viam a biblioteca como estática, mas que ela necessitava de constante renovação. Pois, como escreveu Cecília de Assis Brasil em seu diário: “Não se entra lá [na biblioteca] sem aprender ou ver alguma coisa nova” (ASSIS BRASIL, Cecília *apud* REVERBEL, 1983, p. 19). O número de livros com data posterior ao falecimento de Assis Brasil é pequeno, 18 no total. Obras que não tem data foram mantidas entre as que serão analisadas. Os dados foram agrupados da seguinte maneira: nome da obra, temática, nome do autor, edição, ano, número de páginas, editora, cidade e anotações relevantes sobre os livros.

de sua vida, os seus interesses permaneceram os mesmos. Enquanto intelectual que também fazia parte do processo político, desde o tempo da propaganda republicana, até seus últimos anos de vida em que foi Ministro da Agricultura do governo provisório de Getúlio Vargas e embaixador na Argentina, Assis Brasil continuou tendo os mesmos interesses de seus primeiros passos dentro desta dupla esfera. Se por um lado seguia preservando alguns livros que foram importantes na construção de sua obra sobre a Revolução Farroupilha (como os *Anais da Província de São Pedro*, do Visconde de São Leopoldo, em primeira edição, editada em Paris, pela tipografia de Casimir, em 1839), chegando a publicações de pouco antes de sua morte, como a mencionada acima de Celso Schroeder, ou *Res Avita*, de Alfredo Varela, de 1935. As poesias que sempre foram a outra temática a que Assis Brasil se dedicou desde a juventude, quando publicou *Chispas*, contam com obras como a primeira e segunda edições (1866 e 1892), de *Colombo*, de Manoel de Araújo Porto Alegre, chegando até a primeira edição de *Antônio Chimango*, publicado em 1915, sem editora, de autoria seu confrade de primeiros anos de PRR, Ramiro Barcellos, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal. Esta obra, por ser um ataque satírico contra a figura do então presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, adquiriu, dentro da família Assis Brasil, um tipo de conhecimento comum, possível de ser percebido pelo diário de sua filha, Cecília de Assis Brasil, que sempre se referia a Borges como “o Chimango”. No dia 15 de janeiro de 1923, pressentindo que a revolta contra a eleição de Borges de Medeiros estaria por começar, Cecília escreve “pela primeira vez conversou-se hoje, na mesa, sobre a provável revolta do povo, quando o Chimango tomar posse, *málgré tout*” (ASSIS BRASIL, Cecília *apud* REVERBEL, 1982, p. 53).

Com relação aos autores, o que mais tem obras na biblioteca é Alfredo Ferreira Rodrigues, com 10 exemplares (3%), trabalhando com biografias e história como temáticas; o segundo que mais tem livros é o dono do acervo, o próprio Assis Brasil, com 7 livros (2%), trabalhando com temáticas variadas, como política, conferência¹²⁸ e agricultura. Com 6 exemplares (1% para cada) aparecem Antônio Batista Pereira, que só publicou conferências, Fernando Luís Osório, que publicou duas biografias, dois livros de história, um discurso e um romance, e Homero Prates que só publicou poesias. Seguindo a lógica das temáticas, os autores mais presentes na biblioteca trabalham com

¹²⁸ As conferências são discursos, falas, palestras, publicadas. Mesmo que a maioria verse sobre questões políticas, os autores do levantamento bibliográfico da Biblioteca do Castelo de Pedras Altas parecem ter preferido fazer esta diferenciação em relação às obras políticas que não são fruto de oratória.

os temas que mais interessavam a Assis Brasil – se entendermos as conferências de Antônio Batista como de cunho político, e as biografias como livros de história, dentro desta análise dos autores mais presentes na biblioteca, podemos ver que o conhecimento sobre o passado e as práticas da política, sejam elas de forma teórica, ou através de discursos, eram os temas que mais chamavam a atenção de Assis Brasil, deixando a poesia como uma espécie de via indireta, onde ele poderia tanto trabalhar com temas políticos, de forma paralela, como fazia deste a juventude.

A cidade que mais publicou obras encontradas na biblioteca de Assis Brasil foi Porto Alegre, com 131 exemplares (36%), a cidade do Rio de Janeiro é a segunda com maior número de publicações, 84 livros (23%); em terceiro temos a cidade de Pelotas, com 31 obras (8%), e em quarto Rio Grande, com 24 publicações (6%).

A capital do Rio Grande do Sul ser a mais bem colocada é de se entender por ser onde se concentram algumas das principais gráficas e editoras, fruto da grande circulação de dinheiro, fruto do comércio e do funcionalismo público, que gira em torno da cidade. O Rio de Janeiro, então capital nacional, ampliava o leque de possibilidades em termos de editoras e gráficas, é só lembrar que os livros de Assis Brasil, *A República Federal* e *História da República Rio-Grandense*, foram publicados na capital imperial, com auxílio de Capistrano de Abreu. Os contatos, fruto das redes de sociabilidade, permitiam que, assim como aconteceu com Assis Brasil, alguém bem relacionado conseguisse publicar suas obras com maior facilidade nestes grandes centros.

As cidades de Pelotas e Rio Grande mostram que sua localização junto ao mar, com uma vida portuária, bem com a circulação de capital, fruto das charqueadas e do porto, fez com que houvesse nestas localidades gráficas e editoras, que promoviam a publicação de obras de escritores locais, como os de Fernando Luís Osório, *O Espírito das Armas: nossas guerras, fatos e depoimentos*, editado em Pelotas, em 1919, contando com ilustrações, Alcides de Freitas Cruz, *Vida de Rafael Pinto Bandeira*, publicado em Rio Grande, em 1903, pela Livraria Americana; ou estrangeiros, como as *Memórias de Garibaldi*, de Alexandre Dumas. Nas cidades estrangeiras, o destaque é Paris, com 8 publicações (2%), com obras de autores franceses, como *Aperçu d'un Voyage dans l'Intérieur du Brésil*, de autoria de Auguste de Saint-Hilaire, publicado em 1823, e ofertado pelo Barão do Rio Grande à Assis Brasil, com anotações do mesmo; e publicações de autores nacionais como o próprio Assis Brasil com *Cultura dos Campos*,

segunda edição de 1905, e *O Gaúcho*, de José de Alencar, sem data, impresso pela tipografia *Garneir*.

Com relação às editoras, destaca-se a Livraria do Globo com 52 publicações (14%), depois a Livraria Americana, com 29 livros (8%) e em terceiro temos a Imprensa Nacional, com 16 obras (4%). A Livraria do Globo foi uma das principais editoras nacionais, tendo em seus quadros de escritores e tradutores, figuras como Érico Veríssimo e Mário Quintana. Praticamente qualquer um que tentasse publicar um livro no Rio Grande do Sul, a partir de meados do século XX, teria sua obra publicada pela Livraria. A Livraria Americana foi um importante centro de publicação e vendas de livros entre o final do século XIX e início do XX. Tinha sua sede em Pelotas, com filiais em Porto Alegre e Rio Grande, o que explica algumas obras, como *Esgotos da Cidade de Pelotas*, de autoria de G. Monyan, aparecer como tendo as três cidades como local de publicação. A Imprensa Nacional, com sede no Rio de Janeiro, é um órgão do governo brasileiro, que tem sua origem quando da vinda da família real portuguesa, em 1808, que decretou a criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, para publicação de atos do governo. Entre as obras presentes na biblioteca de Assis Brasil, publicadas pela Imprensa Nacional, pode-se destacar o livro de história *O Brasil em Face do Prata*, de Gustavo Barroso, editado em 1930.

Sua biblioteca se constitui em importante fonte de preservação da memória sobre a produção literária com foco no Rio Grande do Sul. Através dela é possível traçar diferentes perspectivas com relação às letras que focalizam a região mais ao sul do Brasil. Além dos livros, como escreveu Lothar Hessel, o grupo também catalogou alguns documentos, como um álbum com recortes sobre Assis Brasil, feito durante seu tempo em Portugal, contendo diferentes textos publicados sobre Assis Brasil. Além disso, há a presença de livros sobre literatura (*Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto, em primeira edição, de 1912), discursos (*Homenagem Cívica a Júlio de Castilhos* e *Homenagem Cívica a Pinheiro Machado*, ambos de autoria de Carlos Panafiel), compilação de documentos históricos (*Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la Plata*, de Pedro de Angelis, em segunda edição de 1910, editada em Buenos Aires) e documentos (*Regulamento dos Paradeiros*, feito pelo governo da República Rio-Grandense, em 1838, e editado em Piratini, e *A Pacificação do Rio Grande do Sul*, assinada por Assis Brasil, no Castelo de Pedras Altas, em 1923, encerrando a Revolução de 1923).

Assis Brasil soube como usar suas redes de sociabilidade para construir e publicar seu livro sobre a farroupilha. Ao formar um grupo, junto com seus colegas de aula da Faculdade de Direito de São Paulo, Assis Brasil entra na disputa pelo controle da memória sobre aquele que é o fato histórico mais estudado da historiografia sul-rio-grandense. Ao se antagonizar com o conselheiro imperial Tristão de Alencar Araripe, que havia feito uma publicação que desagradara profundamente a Assis Brasil e seus companheiros, ao ponto de eles decidirem criar uma instituição, o *Clube Vinte de Setembro*, com o intuito impedir que a memória dos tempos de guerra entre 1835 e 1845 se transformasse em uma “identidade pejorativa” para a província, mostrando como aqueles tempos serviram para mostrar que a região tinha na sua gênese um devir republicano, estabelecendo uma ponte entre o passado e o presente do Rio Grande do Sul, fazendo do passado mais presente do que o presente.

A relevância da obra está no novo tipo de abordagem proposto por Assis Brasil, baseada no cientificismo do século XIX, entrando no debate nacional e regional, mostrando que o Rio Grande do Sul era uma região que tinha um passado de lutas contra o autoritarismo do governo central. A narrativa produzida por Assis Brasil, por mais que se destinasse a sua terra natal, e de seus companheiros de propaganda republicana, atingiu outros propagandistas do “regime da liberdade”, como eles diziam. Silva Jardim, o mais exaltado dos republicanos do tempo da propaganda, e colega de faculdade dos republicanos rio-grandenses, em palestra realizada no dia 7 de abril de 1888, no Club Republicano de São Paulo, intitulada *Salvação da Pátria* (a data da palestra foi escolhida por ser o dia da abdicação de Dom Pedro I), fala sobre as revoltas do período da Regência, como a Sabinada e a Balaiada, e, por fim, a Revolução Farroupilha.

Sobretudo, porém, rebenta, no Rio Grande do Sul, em 1835, a revolução que devia levar a República de Piratini. O manifesto de Bento Gonçalves acende por uma dezena de anos cheios de bravura o entusiasmo pela liberdade. No combate da ilha do Fanfa o valente caudilho é preso e enviado para um forte na Bahia, mas foge, reassumindo a Presidência da República; e os generais do Império são derrotados. David Canabarro anexa Santa Catarina à nova pátria; e a anistia imperial de 40 em nada aproveita à legalidade. É inútil a proclamação do presidente, são inúteis meios brandos ou violentos: a revolução seguia sua marcha, e a República tinha constituído governo organizado repartições, criado finanças, arregimentado exércitos, contraído alianças e ganho vitórias. Mais uma vez o pensamento republicano foi dominado, e a monarquia conseguiu a tranquilidade com a anexação da república de Piratini ao Império, pelo cansaço que a luta civil trazia a

vencedores e vencidos. Esse pensamento caminhava porém noutras províncias ao lado da revolução rio-grandense, de modo a produzir dois movimentos simultâneos em 1842, no sul, e um terceiro, 1848, no norte, onde cinzas dos confederados do Equador estavam a pedir vingança (JARDIM, 1978, p. 105-106).

Para Silva Jardim, Assis Brasil representava, junto com seus conterrâneos oriundos da Faculdade de Direito de São Paulo, as vozes de contestação à hegemonia de Silveira Martins, no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, a propaganda tinha tido no Dr. Venâncio Aires um iniciador, infelizmente pouco acompanhado. O ruidoso tribuno Silveira Martins confundia prática da caudilhagem e o abandono de si próprio com a noção de partido e de republicanismo, impedindo assim o desenvolvimento da nossa idéia e das virtudes republicanas. Foi depois da Academia de São Paulo saíram os Srs. Assis Brasil, Júlio de Castilhos e outros bravos moços, que ali constitui-se o Partido Republicano, a ponto de fazer deputados provinciais, e manter um excelente órgão de doutrina republicana e partidária, *A Federação*, sob a direção ativa de Júlio de Castilhos, o conselho do Dr. Demétrio Ribeiro, e o eficaz auxílio de Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Barros casal e outros (JARDIM, 1978, p. 440-441).

Assis Brasil sempre teve interesse pelas letras, seja a leitura, seja a escrita. Como um intelectual que procurou pensar possibilidades para o país, ele precisava de ferramentas para elaborar seu arcabouço teórico-metodológico, além de fontes, que lhe auxiliassem no ofício de pensador das causas dos problemas políticos e sociais da nacionalidade.

Ao formar uma biblioteca que hoje é um dos mais importantes referenciais da memória sobre a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, Assis Brasil fez um investimento em si e na formação dos seus. Basta ver pelo diário de sua filha Cecília de Assis Brasil, que estava sempre indo até a biblioteca para pegar algum exemplar, seja estrangeiro ou nacional, para lhe fazer companhia durante seus intervalos nas lides com os animais da granja do castelo. A ênfase em se estudar quais obras que fazem parte da biblioteca, e que tem algum tipo de relação com o Rio Grande do Sul, possibilitou ver que, ao longo do tempo, os temas preferidos por Assis Brasil seguiram sendo os mesmos dos tempos de estudante. A ênfase em história, política e poesia, unificava-o com o que de novo havia em termos de produção dentro destas linhas, como, pensando nas obras mais antigas, anteriores até ao seu nascimento, havia todo um interesse por publicações que lhe provinham base sobre a história, a política e a literatura regional. Servindo como ferramentas para o seu “repertório”, dentro do conceito de Angela Alonso, na elaboração de textos que tiveram grande importância na história da região mais meridional do Brasil, como a *História da República Rio-Grandense*.

CONCLUSÃO

No dia 20 de julho de 1934, Joaquim Francisco de Assis Brasil escreve carta para Eduardo Duarte, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição da qual Assis Brasil fazia parte, pedindo que o então secretário publicasse, no próximo número da Revista do IHGRGS, um protesto de sua autoria. Conforme a carta, “a leitura do incluso protesto dispensa outras explicações”. Assis Brasil informa que o mesmo protesto também foi enviado para publicação nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*. Termina a missiva dizendo que a diferença de data da carta para o protesto, “escrito desde 1º do corrente, foi devida a esperar em algumas informações pedidas para o Rio [de Janeiro]” (IHGRGS, Correspondência Passiva, 1934-1935). Segue a íntegra do protesto:

PROTESTO

Foi-me mandada do Rio de Janeiro uma brochura, de 262 páginas, em cujo rosto se lê – *Assis Brasil – A Guerra dos Farrapos – (História da República Rio-Grandense)* Adersen Editores, sem data.

Reconheci logo este impresso uma falsificação evidente do meu livro publicado em 1882, quando estudante na Escola de São Paulo – *História da República Rio-Grandense, por Assis Brasil, Volume I, (Edição Preparatória) Rio de Janeiro*, tip. de G. Leuzinger & Filhos, rua do Ouvidor, 31, MDCCCLXXXII.

Os dizeres deste frontispício encerravam dupla promessa, da qual nunca me julguei desobrigado: rever, refletir, refundir esse primeiro volume *provisório*, a fim de o tornar definitivo, e continuar em volumes subsequentes a narração incompleta nela, que apenas abrangia uma quarta parte dos acontecimentos a historiografar.

Escrevendo longe do Rio Grande, sobre escassos documentos, em tempo limitadíssimo, persuadi-me, apesar de tão tenra idade, de que só poderia produzir obra imperfeita e precária. Era, porém, questão de brio desempenhar o mandato dos meus discípulos republicanos rio-grandenses de apresentar o trabalho em dia certo, para a comemoração do 47º aniversário da nossa revolução. Procurei então, compensar as inevitáveis deficiências da narração histórica com certo espírito de concepção sintética, que fizesse ressaltar a significação política dos acontecimentos e evocasse nos corações contemporâneos intenso sentimento de simpatia e admiração que estava persuadido, então como hoje, ser merecedora a epopeia de 20 de setembro. Esse objetivo foi atingido em maior extensão do que eu esperava. O pequeno volume foi realmente lido e absorvido com avidez, dentro e fora do Rio Grande. Cooperou em boa parte da mocidade intelectual para o progresso da mentalidade republicano-federalista, que então se formalizava. Nunca publiquei coisa alguma da correspondência encomiástica – numerosa e em muitos casos procedente das fontes mais honrosas – que recebi sobre a *História da República Rio-Grandense*. Não foram poucas as manifestações de leitores que se declararam reconciliados com a ação dos farrapos, depois de esclarecidos e edificados pela leitura do opúsculo. O honesto orgulho do autor combinava-se, pois, intimamente com as preocupações do propagandista para manter vivo o projeto de escrever o que faltava da obra e refletir o que já havia sido publicado.

Ao deixar São Paulo, fui logo empolgado pelas absorventes atividades da Propaganda. A breve trecho, mesmo antes da queda do Império, vieram responsabilidades de funções públicas e as mil vicissitudes de uma vida

cívica das mais conturbadas. Nunca pude consagrar-me à conclusão da minha obra predileta, nas condições de normalidade que ela requer. Nunca, porém, deixei de pensar nela com religioso carinho, reunindo documentos e depoimentos e interpretando-os ao influxo da serena e contínua meditação, sempre esperançoso de que o *momento simpático* se me deparasse de cumprir esse voto obsidiante, feito de mim para mim, mas nem por isso menos imperioso. Há anos, divisei no centenário de 35 a oportunidade melhor – a última certamente! – para aliviar o espírito da permanente angústia que nele se implantara. Comecei a dispor as coisas para dar a 20 de setembro de 1935 a edição definitiva da *História da República Rio-Grandense*.

É nestas circunstâncias que aparece a abusiva falsificação do meu trabalho. A contemplação do exemplar que me mandaram fez-me mais que indignação; fez-me nojo. Tanto nojo, que nem pude examinar mais que as primeiras páginas e as últimas do volume. Foi o que bastou para avaliar o crime do falsificador. Mudou a verbiagem do rosto do livro. Suprimiu o prólogo, interessante como elemento bibliográfico. Do introito ou proêmio, de sabor épico, calculado para dar à obra certo cunho de poema e prosa, o falsificador fez uma espécie de prefácio vulgar, em página separada, cortando ainda um parágrafo essencial, tanto sob o ponto de vista retórico e estético como sob o da unidade do discurso. Por fim, na página final, roubou o último parágrafo, essencialíssimo, porque nele se declarava suspensa a narração e se prometia continuá-la em sucessivos volumes. Isto, combinado com a falta de data e de indicação alguma por onde se verificasse que o volume era reimpresso, mostra o torpe intento, mercantil do falsificar.

Amigos e procuradores meus, no Rio [de Janeiro], já devem ter tomado providências legais a fim de que não continue a distribuição pública deste indecente plágio. Não tenho coração para levar o criminoso à expiação exaustiva que a lei permitiria. Contento-me com impedir a circulação da cousa [*sic*] roubada e deturpada, e venho depositar o meu protesto nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que me conferiu a eminente categoria de seu sócio de número e está obrigado a zelar pela pureza das coisas incluídas na órbita da sua natural influência e finalidade.

Pedras Altas, 1º de julho de 1934.

[Assinado] Joaquim Francisco de Assis Brasil (IHGRGS, Correspondência Passiva, 1934-1935).

Assis Brasil sempre teve um carinho muito especial para com o seu livro sobre a Revolução Farroupilha. A possibilidade de ver sua obra sendo publicada sem sua autorização, sendo descaracterizada, lhe causou profunda revolta. Assis Brasil tinha em mente o plano de um dia fazer uma nova edição de seu livro, como fica evidente pela edição que serviu de base para este trabalho, que era uma edição fac-similar do exemplar que pertenceu a ele, contendo nas suas margens diversas anotações feitas ao longo de sua vida, procurando imperfeições e pontos a serem mais bem trabalhados quando o tempo lhe possibilitasse organizar uma nova edição.

Fazendo parte de uma família que vivenciou as dificuldades do movimento revolucionário de 1835, só que do lado imperial, Assis Brasil, desde criança, conviveu com histórias contadas por pessoas próximas, como o seu padrinho, o padre Joaquim Ribeiro de Andrade e Silva, além do amigo da família Cândido Vicente Rodrigues. A

presença de relatos sobre os fatos que levaram à revolução, sempre permeou a memória não só do jovem Assis Brasil, como de toda a província de São Pedro.

Por ser filho de uma família que conseguiu prosperar financeiramente, através do comércio, Assis Brasil, bem como dois de seus irmãos (Bartholomeu e Diogo), conseguiu estudar em boas escolas do Rio Grande do Sul. Depois de estudar em São Gabriel, Assis Brasil segue para Pelotas, para estudar no colégio de Bernardo Taveira Júnior, importante intelectual rio-grandense, um dos primeiros a trabalhar com a temática do regionalismo, além de grande entusiasta da Revolução Farroupilha. Lá, o entusiasmo com as ideias republicanas começa a fazer parte da vida de Assis Brasil. Após este período, segue para Porto Alegre, onde estuda num dos mais bem conceituados colégios da província, o Colégio Fernando Gomes. Ali, começa a delinear as suas redes de sociabilidade, que seriam muito importantes na sua vida estudantil, intelectual e política. Entre as amizades que faz em Porto Alegre, destaca-se a com Júlio de Castilhos, de quem viria a se tornar cunhado, quando do seu casamento com a irmã de Castilhos, Maria Cecília.

A família de Assis Brasil é parte de uma elite que se diferencia daquilo que poderíamos chamar de elite formadora da província. Não se inseria dentro do aparato político militar que delineou as fronteiras do Brasil combatendo contra os castelhanos, tendo sua adesão à política real, seja portuguesa ou brasileira, recompensada com terras, títulos de nobreza e patentes militares. Trata-se de uma elite que tem sua origem mais tardia, se consolidando a partir de espaços surgidos dentro das possibilidades que a região oferecia ao desenvolvimento – Rio Pardo, cidade onde se estabelece o avô de Assis Brasil quando chega, é um importante centro, pois é rota de passagem tanto para quem seguia para a região oeste, como quem vinha do sul em direção ao norte.

A prosperidade financeira da família possibilitou que estratégias de encaminhamento dos filhos em diferentes posições da sociedade, pudessem ser pensadas. Se coube ao filho mais velho João, em auxílio a sua mãe, tocar a fazenda e demais questões de seu pai após o falecimento deste, Assis Brasil pode seguir estudando e buscando ter uma boa formação que lhe desse algo além do capital financeiro que a família já possuía.

Depois de estudar em Porto Alegre, Assis Brasil parte para São Paulo, com a finalidade de estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, onde vai ampliar ainda mais

a sua rede de sociabilidade, interagindo com pessoas tanto de sua geração, que terão importante papel nos desdobramentos políticos que o país teria nos anos seguintes (como Silva Jardim), quanto pessoas mais velhas, que muito lhe auxiliariam (como Capistrano de Abreu).

A estada em São Paulo não serviu só para a construção de uma rede de relações sociais que lhe possibilitou a ampliação de seus conhecimentos, bem como conseguir espaços para pudesse fazer a divulgação de suas ideias, ou para conseguir um diploma de curso superior, o que era para poucos, constituindo-se de importante capital social. A estada na capital paulista possibilitou que através das redes e da sua posição de estudante da mais importante instituição de ensino superior do país, Assis Brasil desse início a construção da sua imagem como intelectual dotado de forte *repertório*, que pelo conhecimento científico conseguia ver os problemas que o Império enfrentava, apontando soluções para a crise que se instalara após a Guerra do Paraguai, sendo um dos principais contestadores do modelo político saquarema.

Assis Brasil fez parte da chamada *Geração de 1870*, um grupo de pessoas, de diferentes idades, diferentes correntes políticas, diferentes origens regionais e sociais, que fez a contestação da política imperial vigente durante o segundo reinado, conhecido como modelo saquarema, que não conseguia mais responder as demandas da sociedade brasileira que se aproximava do século XX. Questões como a abolição da escravatura, foram proteladas por muito tempo pela monarquia, fazendo com que a necessidade premente de uma resolução para esta questão se tornasse latente, acirrando as posições em favor e em contrário.

Ao propor que a saída para a crise seria a implantação de um regime republicano, Assis Brasil, junto com seus colegas de causa, acusa o regime monárquico de ser um empecilho ao progresso, que é o desenvolvimento natural das sociedades. Para ele, o republicanismo é o estágio final de um processo evolutivo, sendo o regime monárquico constitucional um engodo que tenta disfarçar o autoritarismo do rei, quando na verdade o que faz é o impedimento da liberdade plena, que é a possibilidade de livre expressão, livre crença, etc. Por fazer parte de um grupo que carrega um instrumental teórico cientificista, Assis Brasil se vê como dotado de uma percepção do ordenamento social, o que lhe possibilita, por conhecer as leis naturais que regem as sociedades, apontar qual o real devir que esta sociedade deva seguir.

Para divulgar suas ideias, Assis Brasil, em parceria com seu grande amigo Júlio de Castilhos e Joaquim Pereira da Costa, edita um jornal chamado *A Evolução*, onde é feita a propaganda dos ideais republicanos, fazendo críticas à monarquia e apontando à república como única possibilidade de resolução para atribulada situação política que o Brasil vivia na década de 1880.

No entanto, ao tomar conhecimento de que um representante da política imperial, o conselheiro e ex-presidente da província do Rio Grande do Sul, Tristão de Alencar Araripe, estava publicando uma obra sobre a Revolução Farroupilha, Assis Brasil e seus companheiros sul-rio-grandenses criam uma instituição, o *Clube Vinte de Setembro*, como forma de fazer o contraponto as ideias apontadas pelo conselheiro imperial, que, no entendimento de Assis Brasil e seus colegas, denegriam a “verdade histórica” dos fatos como eles realmente se sucederam.

O *Clube Vinte de Setembro* organiza a coleta de documentos visando à elaboração de uma obra, um livro, que faça esta contestação ao texto de Araripe, exaltando os feitos da revolução de 1835, colocando os homens que fizeram a luta como frutos de um meio único, ideia de determinismo social, que gerou uma “raça” detentora de grande capacidade para o enfrentamento.

Por ter conseguido construir uma imagem de grande conhecedor tanto das novas teorias científicas, que embasavam o pensamento político do seu grupo, como conhecer as regras da norma culta da língua portuguesa, Assis Brasil ficou responsável por escrever este livro que se por um lado fez oposição à obra de Tristão de Alencar, tentando demonstrar que o Rio Grande do Sul tem na sua história um princípio republicano-federalista, que mostra sua real natureza política, por outro também se inseriu na disputa que havia dentro da província de São Pedro entre uma “identidade pejorativa”, que colocava os anos de luta contra o Império como algo a ser ou esquecido, sendo adjetivado de forma negativa, ou uma “memória subterrânea”, que não esqueceu os ideais defendidos pelos farrapos, que reivindicava uma melhor colocação da região junto ao poder central.

Assis Brasil consegue, ao mesmo tempo, fazer sua narrativa prevalecer sobre o discurso criado por um membro do modelo saquarema, e se apropriar da memória da revolução de 1835, colocando os futuros membros do Partido Republicano Rio-Grandense como os verdadeiros herdeiros dos farroupilhas – afastando as tentativas de

grupos regionais como o Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins, e o Parthenon Literário (instituição que Assis Brasil chegou a participar, nos seus tempos de estudante do Colégio Fernando Gomes), principalmente a figura de Apolinário Porto Alegre, que antes foi tratado pelo grupo de Assis Brasil como principal intelectual da província, e acabou sendo afastado por Júlio de Castilhos da construção do modelo político do nascente Partido Republicano.

O capital econômico de origem familiar, o capital cultural, fruto do bom ensino que teve desde tenra idade, as redes de sociabilidade formadas nas instituições de ensino que estudou, tudo isso se somou na construção de Assis Brasil como o principal doutrinador político rio-grandense do final do século XIX. Como forma de manter este status, Assis Brasil constrói uma biblioteca que vai servir de referencial teórico para seguir fazendo o seu trabalho de analista dos problemas políticos nacionais. Como se pode ver pela amostragem feita em cima de obras que tem relação com o Rio Grande do Sul, os interesses de Assis Brasil seguiam os mesmos do tempo de estudante: história, política e poesia.

Somente alguém dotado de tantos capitais adquiridos ao longo do tempo, poderia ser o responsável por escrever um livro que seria a resposta republicana rio-grandense ao livro de um monarquista que representava aquilo que ele e seu grupo contestavam. Contestar o governo central e construir uma narrativa que legitimava os republicanos de 1880, como herdeiros de um republicanismo que tem seu início com a Revolução Farroupilha, fez da obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil importante fonte para entender as disputas políticas e intelectuais a cerca da memória daquele que é o fato mais estudado da historiografia do Rio Grande do Sul. É compreensível a sua preocupação em ver a sua obra ser publicada a sua revelia, pois ela é o resultado da soma de esforços que ele fez ao longo da vida para construir a reputação de pensador das problemáticas nacionais.

FONTES

Arquivos

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRHS)

- A 7.13 - Relatório do Presidente da Província para o ano de 1874.
- Autoridades Municipais - Rio Pardo, Caixa 97, Maço, 188.
- Coleção Alfredo Varela (CV). In. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- Coleção Pedro Correia do Lago.
- Legislação - Leis e Decretos do Império, 1827, 1831, 1854.
- Sesmaria de José de Souza Brasil - Caixa 7, Maço 22, nº 338, Ano 1812.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS)

- Inventário de Fernando Ferreira Gomes – Maço 23, Estante 27 E/C, Doc. 597, Porto Alegre, 1897.
- Inventário de Francisco de Assis Brasil - Maço 12, Estante 104, Nº 247, São Gabriel, 1872.
- Inventário Fiscal de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Pinheiro Machado, Caixa 074, Est. 61, D 1, 1939.
- Testamento de Francisco de Assis Brasil – Maço 6, Estante 108, Doc. 154, São Gabriel, 1874.
- Testamento de Joaquim Francisco de Assis Brasil – Maço 14, Estante 34 E/C, Nº 247, São Gabriel, 1938.
- Inventário de Joaquina Theodora Brasil - Maço 23, Estante 107, Doc. 408, São Gabriel, 1886.
- Inventário de Maria Cecília de Assis Brasil – Maço 07, Estante 132, Doc. 144, Cruz Alta, 1901.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)

- Livro de Registro Casamentos da Igreja Nossa Senhora do Rosário, nº 5.
- Livro de Registro de Batismos da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, nº 8 (1808-1814).
- Livro de Registro de Batismos Igreja Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, nº 10 (1819-1822).

Arquivo da Diocese de Bagé (ADB)

- Livro 1º de Justificações de Batismo de São Gabriel.
- Livro 3º de Registro de Batismo da Igreja do Arcanjo São Gabriel.

Arquivo da Diocese de Santa Maria (ADSM)

- Livro 1º de Casamentos de Júlio de Castilhos.

Arquivo e Museu da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (AMFDUSP)

- Prontuário Escolar de Joaquim Francisco de Assis Brasil - Caixa n º 69, Anuário n º 03, processo n º 1877.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional – (HBN)

- A Evolução – 1879
- A Federação - 1884
- A República - 1880
- Correio Paulistano – 1878, 1881, 1885
- Gazeta da Tarde – 1881, 1882

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

- Arquivo Particular Apolinário Porto Alegre
- Correspondência Passiva – 1934-1935
- Revista do Parthenon Literário. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, Quinto Ano, Nº 4, Abril de 1876.

Fontes Impressas

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 1986.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A Democracia Representativa na República** (Antologia). Brasília: Senado Federal, 1998.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A República Federal**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Aos Meus Conciudadãos. In: BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias Políticas de Assis Brasil**. Vol. 3. Brasília: Senado Federal, p. 229-253, 1989.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Chispas**. Alegrete: Typ. Do Jornal do Comércio, 1877.

- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Erus, 1982.
- BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias Políticas de Assis Brasil – 2º Volume**. Brasília: Senado Federal, 1990.
- BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias Políticas de Assis Brasil – 3º Volume**. Brasília: Senado Federal, 1990.
- CASTELAR, Emilio. **Discursos Parlamentarios de Don Emilio Castelar em la Asamblea Constiuyente**. Tomo II. Madrid: Cárlos Bailly-Bailliere, 1871.
- CASTILHOS, Júlio. Movimento Republicano. In. ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Globo, II parte: escritos políticos, 1928.
- CLUBE VINTE DE SETEMBRO. À Província do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Bento Gonçalves da. **Manifesto do Presidente da República em nome de seus Constituintes**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1881.
- FEE (Fundação de Economia e Estatística do RS). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre, 1986.
- JARDIM, Antônio da Silva. **Memórias e Viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)**. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional, 1891.
- JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1978.
- LIMA, Alcides de Mendonça. **Discurso Inaugural: da sessão solenne do Club 20 de Setembro, proferido pelo Presidente effectivo**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1881.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MARTINS, Maria Cristina Bohn. (Org.). **Herbert H. Smith: um naturalista em viagem pela América Meridional**. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2013.
- Ordenações Filipinas**, livro IV. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. **Popularium Sul-rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- REVERBEL, Carlos (Org.). **Diário de Cecília de Assis Brasil: período 1916-1928**. Porto Alegre, L&PM, 1983.
- RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu - Vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- SANTOS, Keter Atácia Velho dos (Org.). **Teu Amigo Certo: Júlio de Castilhos - correspondência inédita**. Porto Alegre: Edijuc, 2013.

BIBLIOGRAFIA

- AITA, Carmen Silvia Aragones (Org.). **Perfis Parlamentares - Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006.
- AITA, Carmen Silvia Aragones. **As relações de poder e o discurso moderno na república riograndense**: 1882-1898. Porto Alegre: Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS, 1994.
- AITA, Carmen Silvia Aragones. **Liberalismo & República**: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil. Porto Alegre: Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS, 2006.
- AITA, Carmen Silvia Aragones. **Liberalismo e República**: o pensamento político de J. F. Assis Brasil. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2006.
- ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914)**. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.
- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, p. 15-36, 2004.
- ANTONIOLLI, Juliano Francesco. **Tão longe quanto à previsão científica possa alcançar**: a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882). Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2017.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A Casa e suas Virtudes**: Relações familiares e elite farroupilha (RS, 1835-1845). São Leopoldo: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las elites hispano-americanas coloniales: enfoques y posturas. In: **Anuário IEHS**. Buenos Aires: Tandil, p. 61-80, 2000.
- BEZERRA, Marcos Otávio. Resenha da obra 'Sobre o Estado'. In: **Revista de História**. São Paulo, nº 173, p. 487-495, 2015.
- BLACKKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense**: a Província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil imperial. Porto Alegre: Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2013.

- BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura**: a formação do panteão Rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- BRITO, Francisco de Sá. **Memória da Revolução Farroupilha** – Edição Fac-similar. Porto Alegre: Corag, 1985.
- BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias Políticas de Assis Brasil** – 1º Volume. Brasília: Senado Federal, 1989.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: uma antologia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade**. Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2013.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade**: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão - Rio Grande de São Pedro, 1835-1850. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; BASILE, Marcello (Orgs.). **Às Armas Cidadãos**: panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: UFRGS, p. 43-69, 2001.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida Privada Vol. 3:** da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, p. 113-162, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, Vol. 5, nº 11, p. 173-191, 1991.

COMISSOLI, Adriano. **A Serviço de Sua Majestade:** administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2011.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo: pertinência e possibilidades. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, V. XXVIII, nº 1, p. 183-194, junho 2002.

CORREIA, Alexandre José Parafita. **Mouros Míticos em Trás-os-Montes:** contributos para um estudo dos mouros no imaginário rural a partir de textos da literatura popular de tradição oral – Vol. 1. Vila Real: Tese (Doutorado) – Escola de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006.

COSTA, Miguel Angelo Silva da Costa. **Entre a “intolerância política” e a “sede ardente de mando”:** família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luis Gomes da Silva (1845-1870). São Leopoldo: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2011.

COSTA, Miguel Angelo Silva da. **Entre a Flor da Sociedade e a Escória da População:** A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). São Leopoldo: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2006.

D’EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DORATIOTO, Fernando. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). . Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2007.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Farroupilha: 1ª parte. In: **Revista Veritas**, V. 30, Nº. 119. Porto Alegre: PUCRS, p. 425-438, 1985.

FLORES, Moacyr. **Manifesto Republicano de 1838**. Porto Alegre: Edigal, 2019.

FLORES, Moacyr. Mito do Gaúcho. In: **Revista da Academia Rio-Grandense de Letras**. Porto Alegre: Evangraf, nº 17, p. 147-158, Outubro 2002.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha**: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2010.

FLORES, Moacyr. **Notas para a História da Revolução Farroupilha**: relatório ao Consulo da Sardenha por Antônio de Freitas Barreto Queirós. Porto Alegre: PUCRS, 1973.

FLORES, Moacyr. **Notas para a história da Revolução Farroupilha**: relatório ao Consulo da Sardenha. Porto Alegre: PUCRS, 1973.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FLORES, Moacyr; HESSEL, Lothar; FORTES, Gabriel Pereira Borges. Levantamento Bibliográfico da Biblioteca do Castelo "Assis Brasil". In: **Boletim do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 4, nº 12, p. 20-40, maio 1977.

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**. Caxias do Sul: EDUSC; Porto Alegre: Sulina; Martins, 1984.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRAGOSO, João José Ribeiro. **À Espera das Frotas**: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Velha Porto Alegre**. Porto Alegre: Canadá, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX in: **Revista Justiça & História**. Porto Alegre: CEMJUG, p. 107-129, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua Época**. Porto Alegre: Edigal, 2013.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **Entre Tinteiros e Bagadus**: memórias feitas de Sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2012.

GONÇAVES, Mariana Couto. A Vida e Obra do Escritor Bernardo Taveira Júnior. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo: Unesp, V. 11, Nº 2, p. 217-232, julho-dezembro, 2015.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do Partido Republicano se apropria da "Revolução". **História Unisinos**, v. 14. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Niterói. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em História, UFF, 2005.

GUTFRIEND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.

HESSEL, Lothar Francisco (e outros). **O Partenon Literário e sua Obra**. Porto Alegre: FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.

HESSEL, Lothar. Apresentação. In: FLORES, Moacyr; HESSEL, Lothar; FORTES, Gabriel Pereira Borges. Levantamento Bibliográfico da Biblioteca do Castelo “Assis Brasil”. In: **Boletim do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 4, nº 12, p. 20-21, maio 1977.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KUHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2006.

LAYTANO, Dante de. **Guia Histórico de Rio Pardo**. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.

LAYTANO, Dante de. **O quartel de Rio Pardo, Regimento de Dragões e conquista das Missões: pequena memória cronológica de história militar capitania (1807-1810)**. Porto Alegre: Separata dos Anais da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1949.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a Grande e a Pequena Pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Campinas: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITMAN, Spencer L. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LISBOA, Karen *Macknow*. Comemorações, memória, história e identidade. In: RODRIGUES, Jaime; NEMI, Ana Lúcia Lana; LISBOA, Karen Macknow; BIONDI, Luigi. **A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória**. São Paulo: Unifesp, p. 35-91, 2008.

MACHADO, Bárbara Araújo. A Função de Intelectual: um diálogo entre Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. In: **Revista de Teoria da História**. Goiânia, V. 7, nº 13, p. 212-224, 2015.

MANIN, Bernard. Rousseau. In FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 866-881, 1989.

MARCHETTI, Norberto. **Revolução Farroupilha: a história, os heróis e os símbolos**. Porto Alegre: Corag, 2011.

MARCOS, Fernando Sánchez. Nota sobre la cultura histórica en el siglo XVIII: El compendio del P. Buffier, Manual en el colegio de nobles de Cordellas. **Pedralbes: Revista d'Història Moderna**. Barcelona: Universitat de Barcelona, nº 8, pp. 245-254, 1988.

- MARQUES, Letícia Rosa. **José Marianno de Mattos**: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845). Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2013.
- MARQUES, Letícia Rosa. **O Maestro Joaquim José de Mendanha**: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil oitocentista. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2017.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. In: **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 05, n.02, p. 155-179, 2001.
- MARTINY, Carina. **O chefe político dos mais avançados**: Júlio de Castilhos e o processo de formação da república (1882-1903). Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2018.
- MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro** (Bagé, c.1820-1870). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2016.
- MATOS, Odilon Nogueira de. A Cidade de São Paulo no Século XIX. In: **Revista de História**. Vol. 10, nº 21-22. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, p. 89-125, 1955.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**: descrição física e histórica. Caxias do Sul, UCS; Herval, Prefeitura Municipal, 1980.
- MENEGAT, Carla. **Domingos José de Almeida**. O estadista da República Domingos Rio-grandense (o casal José de Almeida e Bernardina Rodrigues na Revolução Farroupilha). Curitiba, Instituto Memória, 2010.
- MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 31, nº 62, p. 49-70, 2011.
- MIRANDA, Márcia Eckert. **A Estalagem e o Império**: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831). São Paulo: HUCITEC, 2009.
- MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. (Org.). **Jornais Raros do MUSECOM** (1808-1924). Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.
- MOMBELLI, Cecília Soares. A construção do currículo escolar no Rio Grande do Sul no século XIX. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis. Anais Eletrônicos, 2015.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. **A Morte do Comendador**: eleições, crimes políticos e honra (Antônio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2016.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 7-28. 1993.
- PERAZZO, Priscila. Ferreira. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. In: **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, USCS, v. 16, p. 121-131, 2015.
- PERROT, Michelle. À Margem: solteiros e solitários. In: **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, vol. 4. São Paulo Companhia das Letras, p. 287-303, 1991.
- PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, vol. 4. São Paulo Companhia das Letras, p. 121-185, 1991.
- PERROT, Michelle. Funções da Família. In: **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, vol. 4. São Paulo Companhia das Letras, p. 105-119, 1991.
- PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 540.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Júlio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo. In: AXT, Gunter (Org. et al.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, p. 85-95, 2005.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 1979.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ERUS, s.d.
- RAMOS, Eloísa H. Capovilla. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1990.
- REVERBEL, Carlos. **Assis Brasil**: Porto Alegre: IEL, 1990.
- RIBEIRO, Celia. **Fernando Ribeiro: um mestre no século XIX**. Porto Alegre, L&PM, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- RIGHI, Rosicler Maria Fagundes. **Esfaqueamento no Púlpito: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do XIX (1845-1865)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2009.
- ROCHA, Artheniza Weinmann; ALMEIDA, Luiz Gonzaga Binato de; MARCHIORI, José Newton Cardoso. **J. F. de Assis Brasil: interpretações**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995.

- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Contrato Social**. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- RUIZ, Victor Peralta. Emilio Castelar y el Hispanoamericanismo del Siglo XIX. In: BUSTAMANTE, Jesús; QUIJADA, Mónica (Editores). **Elites Intelectuais y Modelos Colectivos: mundo ibérico (siglos XVI-XIX)**. Madrid: CSIC, 2002, pp. 285-304.
- RUPERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SACCOL, Tassiana M. P.; VARGAS, Jonas M. Pai monarquista, filho republicano: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). In: VIII MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PRODUZINDO HISTÓRIA A PARTIR DE FONTES PRIMÁRIAS, 2010, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: Corag/APERS, p. 225-249, 2010.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH**. Associação Nacional de História. São Paulo, p. 01-16, 2011.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil: década de 1880**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2013.
- SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- SANMARTIN, Olyntho. A Propaganda Republicana e a Proclamação da República. In: **Enciclopédia Rio-Grandense**, Vol. 1. Canoas: Editora Regional, 1956.
- SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. **Múcio Teixeira: a trajetória de um poeta singular**. Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em letras, PUCRS, 2005.
- SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. In: **Revista de História**, Vol. 147. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, p. 189-209, 2002.
- SCHMITT, Ânderson Marcelo. “**Não admitindo escusa alguma**”: confiscos e recrutamentos na Guerra dos Farrapos (1835-1845). São Leopoldo, Oikos, 2016.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. **As Ideias Fora do Lugar**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2014.
- SEQUEIRA, F. M. Bueno de. **Raimundo Correia: sua vida e sua obra**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1942.
- SILVA, Augusto da. **Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador: relações entre os poderes privados e público em Rio Grande de São Pedro**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1999.

SILVA, Raquel Padilha da. A Instrução no Império e no Rio Grande do Sul. In: **Biblos**. Rio Grande, Editora FURG, p. 83-97, 2006.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá**: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2008.

SOUZA, Sabrina Silva de. **Comerciantes em Rio Pardo**: atuações comerciais e relações sociais (1800-1835). Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação História, PUCRS, 1998.

SPALDING, Walter. Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul. In: **Revista do Museu Júlio de Castilhos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 57-136, jan. 1952.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2013.